

**UNIVERSIDAD COMPLUTENSE DE MADRID**  
**FACULTAD DE CIENCIAS DE LA DOCUMENTACIÓN**  
Departamento de Biblioteconomía y Documentación



**TESIS DOCTORAL**

**Mujeres y madres del Programa Beca Familia: acceso a la información, empoderamiento y ciudadanía. Un estudio de tres comunidades de Sergipe (Brasil)**

**Mulheres e mães do Programa *Bolsa Família*: acesso à informação, empoderamento e cidadania. Um estudo de três comunidades de Sergipe (Brasil)**

**MEMORIA PARA OPTAR AL GRADO DE DOCTOR**

**PRESENTADA POR**

**Acácia Mendonça Rios**

**Directores**

**Aurora Cuevas Ceveró**  
**Ronaldo Nunes Linhares**

**Madrid, 2018**

**UNIVERSIDAD COMPLUTENSE DE MADRID**  
**FACULTAD DE CIENCIAS DE LA DOCUMENTACIÓN**  
Departamento de Biblioteconomía y Documentación



**Mujeres y madres del Programa *Beca Familia*: Acceso a la información, empoderamiento y ciudadanía. Un estudio de tres comunidades de Sergipe (Brasil)**

**Mulheres e mães do Programa *Bolsa Família*: acesso à informação, empoderamento e cidadania. Um estudo de três comunidades de Sergipe (Brasil)**

**Trabajo de investigación que presenta**  
**ACÁCIA MENDONÇA RIOS**  
**para la obtención del grado de doctor**

**Bajo la dirección de los doctores:**  
Aurora Cuevas Cerveró  
Ronaldo Nunes Linhares

MADRID  
2017



*Ve en busca de tu pueblo.  
Ámalo.  
Aprende con él.  
Haz planes con él.  
Sírvele.  
Empieza con aquello que conocen.  
Construye sobre aquello que tienen*  
Kwame Nakrumath

*Fale sobre a sua aldeia e serás universal.*  
Tolstói

*Las cuotas de género significan la conquista de un espacio político  
que amplía el sentido de la ciudadanía democrática.*  
Nancy Fraser

*La reflexión cívica y la atención al destino de la nación  
sólo son posibles cuando desaparecen las preocupaciones económicas.*  
Carole Pateman

*Ser cidadã pra mim é ser uma pessoa reconhecida pela sociedade que  
tem todos os direitos da sociedade, que tem seu médico, seus benefícios, que é  
reconhecida pela sociedade.*  
Dona Andaraí Bárbara (Nossa Senhora do Socorro)

*Eu fui aprendendo sobre os meus direitos, os meus deveres, a gente vai  
conversando nos grupos, vai se socializando mais e aí a gente vai levando a  
vida. Tem direitos até que a gente não sabe que tem. Quando bate naquilo ali eu  
vou procurar, tenho direito eu vou, corro atrás. Eu me libertei de muitas coisas.*  
Dona Marilene Santana (São Cristóvão)



*À memória dos meus pais, Francisco e Mirian, permanentes em mim*

*À memória da minha prima Ilda, vínculo mais que sanguíneo*

*Ao meu marido, Carlos, pela presença em todos os momentos*

*Aos meus irmãos, pelo apoio*

*Às mulheres guerreiras empoderadas e por empoderar-se.*



## AGRADECIMENTOS

---

Algumas pessoas foram essenciais à realização desta Tese. Primeiro, agradeço aos meus orientadores Aurora Cuevas e Ronaldo Linhares pela atenção e compreensão. Tive a felicidade de tê-los como guias neste percurso científico e esta Tese é a celebração deste encontro proporcionado pela vida;

Ao meu marido Carlos, pelo apoio incondicional;

À minha família, como não podia deixar de ser, pela compreensão por não estar presente em momentos e datas importantes. Sem o apoio dos meus irmãos, tudo teria sido mais difícil: Abel, David, Marlene e Gorete contribuíram das mais diversas maneiras.

Ao meu sobrinho recém-chegado, Renato Rios, por arrancar sorrisos e alegrias;

Às assistentes sociais dos Centros de Referência de Assistência Social (CRAS) que visitei: Anir Santos Oliveira e Thaís Alves (Barra dos Coqueiros), Ana Lúcia Barbosa dos Santos (Espaço Cidadão Alcides Fontes), Gilzanira Bastos (São Cristóvão), Tatiana Barreto de Gois, Lidiane da Silva Carvalho, Ana Lúcia (Nossa Senhora do Socorro), imprescindíveis na aproximação com as entrevistadas; à irmã Cleonice (Espaço Quiara).

À Coordenação de Mulheres de Aracaju, principalmente a José Carlos Ferreira Passos, Neusa Malheiros, Eleonora Graça e Melquíades, pela atenção;

Ao meu amigo G Silva, que me acompanhou a vários povoados e participou de várias etapas;

Às minhas amigas Sayonara Leal, Carla Barros, Marta Ortega, Genilda Santana, Greta Piazza, pelo incentivo e apoio;



Aos meus primos-irmãos Thiago Mendonça e Tereza Aguiar pela força, mesmo de longe;

A Luis Albornoz, pelo estímulo e tradução do resumo ao espanhol;

A Maria Tereza Fernández Bajón pela atenção, apoio e carinho na Universidade Complutense de Madri;

Aos amigos Carlos Toledano, Eduardo Muñoz e Francisco de Andrès, pela força de sempre, e a Gilvan pelas ricas conversas e sugestões teóricas.

A Edileuza, por cuidar de mim;

À grande amiga e pessoa Geralda Magela (in memorian), que me acolheu e com quem tive conversas frutíferas e renovadas conversas em Brasília;

A todas as mulheres que entrevistei, sem as quais esta Tese não teria sentido. Para mim, todas são admiráveis exemplos de vida.

<b>RESUMEN.....</b>	<b>15</b>
<b>RESUMO .....</b>	<b>17</b>
<b>ABSTRACT.....</b>	<b>19</b>

## **CAPÍTULO I – OBJETO E METODOLOGIA DA INVESTIGAÇÃO**

1.1 Introdução.....	21
1.2 Objeto e Objetivos do Estudo.....	32
1.3 Metodologia da Investigação.....	36
1.3.1 O trabalho de campo.....	40
1.3.2 Procedimento das entrevistas.....	41
1.3.3 O universo do estudo .....	42
1.3.4 Os participantes da investigação.....	43
1.3.5 Fontes.....	43
1.3.6 Sistema de citações e referências bibliográficas.....	46
1.3.7 Estado da Arte.....	47
1.3.8 Estrutura do Trabalho.....	56

## **PARTE I. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA E CONCEITUAL**

### **CAPÍTULO 2. MARCO TEÓRICO.....61**

2.1. Sociedade da Informação, Sociedade do Conhecimento, Sociedade Informacional Delimitação teórica e terminológica.....	61
2.1.1 Sociedade da informação.....	62

2.1.2 Sociedade do Conhecimento.....	66
2.1.3 Sociedade Informacional.....	67
2.2 O Brasil no contexto da Sociedade da Informação e políticas de acesso à informação.....	69
2.3 Movimento feminista e Estado: políticas públicas pensadas e criadas para as mulheres.....	72
2.4 Gênero como categoria teórica – desenvolvimento, usos e críticas do Movimento feminista.....	78
2.5 Mulher, autonomia econômica e Estado.....	83
2.6 Reconhecimento, cidadania e empoderamento .....	89
2.7 A construção da cidadania pelo BF como renda básica .....	98

### **CAPÍTULO 3. ANÁLISE DO ENTORNO GERAL - CONTEXTO LATINO AMERICANO, ACESSO À INFORMAÇÃO E POLÍTICAS DE GÊNERO PARA O EMPODERAMENTO E A CIDADANIA.....107**

3.1 Políticas de acesso à informação pública na América Latina.....	108
3.2 Políticas de alfabetização digital e informacional para a inclusão social na América Latina.....	132
3.2.1 A brecha digital.....	133
3.2.2 Políticas de alfabetização digital e informacional na América Latina.....	135
3.3 Políticas de igualdade de gênero na América Latina: avanços e retrocessos.....	147
3.4 Fatores econômicos, socioculturais e tecnológicos.....	151
3.4.1 Fatores econômicos.....	156
3.4.2 Fatores socioculturais.....	152
3.4.3 Fatores tecnológicos.....	163

## **CAPÍTULO 4. ANÁLISE DO ENTORNO ESPECÍFICO.....169**

4.1 Direitos humanos – o caminho para as políticas públicas.....	169
4.2 Conceito(s) de políticas públicas.....	143
4.3 Políticas sociais.....	180
4.4. Políticas públicas no Brasil Republicano (1889-atual).....	182
4.4.1 Constituição cidadã.....	191
4.5 O Programa Bolsa Família como política redistributiva.....	194
4.6 O Brasil no contexto da globalização.....	197

## **PARTE II. CONTEXTO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS DE GÊNERO E O PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA**

## **CAPÍTULO 5. O PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA E A SITUAÇÃO DA MULHER EM SERGIPE.....203**

5.1. O PBF.....	203
5.1.1. O CADÚNICO – instrumento de gestão administrativa.....	207
5.1.2. O Centro de Referência de Assistência Social – CRAS.....	208
5.2. Impactos do PBF em Sergipe e programas de complementares no Estado de Sergipe: cursos de capacitação profissional e informacional.....	210
5.3. O lugar da biblioteca: diagnóstico da situação e papel das bibliotecas de Sergipe.....	214
5.3.1. Projeto Biblioteca em rede.....	218
5.4. Políticas públicas de gênero no Brasil.....	220
5.4.1 Políticas públicas de igualdade de gênero em Sergipe – iniciativa pública	

e ações afirmativas.....	224
5.5 De onde elas são.....	226
5.5.1 São Cristóvão.....	228
5.5.2 Nossa Senhora do Socorro.....	229
5.5.3 Barra dos Coqueiros.....	231
5.6 Formas de acesso à informação e à cidadania para os beneficiários do BF e estratégias comunicacionais e informacionais do Ministério do Desenvolvimento Social (MDS).....	233
5.7 O perfil das beneficiárias.....	243
5.8 Conhecimentos informáticos e informacionais.....	246
5.9. Conhecimentos documentais.....	249
6 Análise dos resultados obtidos na aplicação do questionário.....	250
7 Caminho metodológico.....	255
<b>CAPÍTULO 6. RECONHECIMENTO E EMPODERAMENTO.....</b>	<b>265</b>
6.1. Percepção de mudanças profissionais e subjetivas – Ter.....	268
6.2. Formas de Acesso à informação – Saber e Saber Fazer.....	276
6.3. Percepção de mudança de vida – Querer .....	284
6.4 Percepção de autonomia e cidadania – Poder.....	293
<b>CAPÍTULO 7. CONCLUSÕES, RECOMENDAÇÕES E PROJEÇÃO DE ESTUDO.....</b>	<b>305</b>
7.1 Conclusões.....	305
7.2 Recomendações.....	313

7.3 Projeção do Estudo.....	316
<b>BIBLIOGRAFIA.....</b>	<b>319</b>
<b>ÍNDICES.....</b>	<b>337</b>
<b>ÍNDICE DE TABELAS.....</b>	<b>339</b>
<b>ÍNDICE DE FIGURAS.....</b>	<b>341</b>
<b>ÍNDICE DE GRAVURAS.....</b>	<b>343</b>
<b>SIGLAS E ACRÔNIMOS.....</b>	<b>352</b>
<b>APENDICES.....</b>	<b>349</b>
<b>APÊNDICE A – ROTEIRO DE ENTREVISTA.....</b>	<b>351</b>



## RESUMEN

---

Esta investigación tiene como objeto de estudio el Programa Beca Família (PBF), instaurado en Brasil por el presidente Lula da Silva en 2003, desde la perspectiva del acceso a la información y cambios experimentados por las mujeres beneficiarias a partir de su inclusión en el programa. El objetivo general es conocer en qué forma se da el acceso a la información en las mujeres beneficiarias del PBF, este conocimiento nos permitirá construir un perfil socio-educativo que permita evaluar sus conocimientos informacionales y su grado de empoderamiento.

El planteamiento de partida entiende que el programa contribuyó al proceso de empoderamiento, autonomía y construcción de ciudadanía de las mujeres beneficiarias. La metodología empleada en esta investigación es el estudio de caso múltiple. Se realiza un estudio de tres grupos de mujeres beneficiarias del programa que viven en el estado de Sergipe (Brasil), en concreto tres ayuntamientos de la gran Aracaju (Nossa Senhora do Socorro, São Cristóvão y Barra dos Coqueiros). Este estudio nos ha permitido conocer cómo se desarrolló cada ayuntamiento a partir de su inclusión en el PBF, averiguar el impacto social del PBF en los grupos de mujeres seleccionados, conocer las competencias informacionales y profesionales adquiridas por estas y esclarecer las relaciones causales existentes entre el PBF y el desarrollo de habilidades informacionales y profesionales. La muestra de mujeres seleccionadas, colaboradoras voluntarias en el estudio, se sometió a entrevistas cualitativas semi-estructuradas individuales y colectivas, con la participación mediada por las asistentes sociales del Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) de los ayuntamientos implicados. Para la interpretación de los resultados creamos indicadores basándonos en los



indicadores del modelo IDEIAS (Inclusión Digital y Educación Informacional para la Salud) y del modelo AURA (Auto Refuerzo Acompañado). El modelo IDEIAS porque nos permite construir las bases para la formación en Alfabetización Informacional (ALFIN) por medio del desarrollo de habilidades y competencias en el empleo de internet como aprendizaje para la vida y el modelo AURA porque fue concebido para acompañar el proceso de empoderamiento de las mujeres en proyectos de desarrollo por medio de la creación de indicadores en contextos específicos. La combinación de los indicadores de ambos modelos en esta tesis fue substancial para averiguar los conocimientos informacionales y el proceso de empoderamiento a partir del acceso de los grupos de mujeres al PBF.

## RESUMO

---

A presente investigação tem como objeto de estudo o Programa Bolsa Família (PBF), implantado no Brasil pelo presidente Luis Inácio Lula da Silva em 2003, a partir da perspectiva do acesso à informação e das mudanças vividas pelas mulheres beneficiárias após a sua inclusão no programa. O objetivo geral é conhecer de que forma se dá o acesso à informação nas mulheres beneficiárias do PBF, o que nos permitirá construir um perfil sócio-educativo e, dessa forma, avaliar seus conhecimentos informacionais e seu grau de empoderamento.

Parte-se do pressuposto de que o programa contribuiu para o processo de empoderamento, autonomia e construção da cidadania das mulheres beneficiárias. A metodologia utilizada nesta investigação é o estudo de múltiplos casos. Realiza-se um estudo de três grupos de mulheres beneficiárias do programa que vivem no estado de Sergipe, em três municípios da grande Aracaju (Nossa Senhora do Socorro, São Cristóvão e Barra dos Coqueiros). Este estudo nos permitiu conhecer como cada município se desenvolveu a partir da sua inclusão no PBF, averiguar o seu impacto social nos grupos de mulheres selecionadas, conhecer as competências informacionais e profissionais adquiridas por elas e esclarecer as relações causais existentes entre o PBF e o desenvolvimento de habilidades informacionais e profissionais.

A mostra de mulheres selecionadas, colaboradoras voluntárias no estudo, participou de entrevistas qualitativas semi-estruturadas individuais e coletivas, com a mediação das assistentes sociais do Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) dos municípios estudados. Para a interpretação dos resultados, criamos indicadores

específicos baseando-nos em indicadores do modelo IDEIAS (Inclusão Digital e Educação Informacional para a Saúde) e do modelo AURAS (Auto-Reforço Acompanhado). O modelo IDEIAS, porque nos permite construir as bases para a formação em Alfabetização Informacional (ALFIN) por meio do desenvolvimento de habilidades e competências no uso da internet como aprendizagem para a vida; e o modelo AURA, porque foi concebido para acompanhar o processo de empoderamento das mulheres em projetos de desenvolvimento por meio da criação de indicadores em contextos específicos. A combinação dos indicadores destes dois modelos nesta Tese foi substancial para averiguar os conhecimentos informacionais e o processo de empoderamento a partir do acesso dos grupos de mulheres ao PBF.

Os resultados desta investigação concluem que o PBF, sem dúvida, foi um fator de empoderamento entre os grupos de mulheres selecionadas, pois ofereceu uma dimensão da vida para além do universo doméstico devido ao conjunto de atuações institucionais (de caráter profissional, lazer, saúde e educativo). No entanto, as conclusões apontam também a necessidade de desenvolver formação em “Alfabetização Informacional para o empoderamento” como uma forma de contribuir para a autonomia, desenvolvimento e qualidade de vida para as mulheres. Entendemos que, se o Estado brasileiro ampliar as atividades desenvolvidas pelos CRAS nos municípios, os resultados obtidos em relação à igualdade de oportunidades por parte das mulheres poderão ser ainda mais eficazes.

This thesis aims to study the Bolsa Família Program (BFP), a conditional direct income transfer created in the context of the social policies of the Government of former Brazilian President Luis Inacio Lula da Silva in 2003, from the perspective of the changes undertaken in the lives of the women who are the beneficiaries. The general objective is to investigate how access to information is provided to them, and to build a socio-educational profile that allows us to assess their informational knowledge and level of empowerment.

Our hypothesis is that the BFP program contributed to the process of empowerment, autonomy and citizenship construction of the beneficiaries, in the case of this work groups of women living in three municipalities of the greater Aracaju, Sergipe's capital (Nossa Senhora do Socorro, São Cristóvão and Barra dos Coqueiros). Research was conducted in order to allow for a comparative analysis with the objective of investigating how access to information is provided to beneficiaries of BFP, and to build a socio-educational profile that allowed us to assess their informational knowledge and level of empowerment. As results, the social impacts of BFP were measured through development indicators in the three municipalities, the informational and professional competences acquired by women were identified and we advanced towards understanding causal relationships related to the BFP.

The women interviewed were voluntary beneficiaries of the BFP, and the individual and collective semi-structured qualitative interviews were carried out through an approach mediated by the social workers of the SARC (Social Assistance Reference Center) units of the selected municipalities. The methodology used to interpret the findings consisted of adapting the indicators of two models: Digital Inclusion and Information Education

for Health models - IDEIAS, and Accompanied Self-reinforcement - AURA. The IDEIAS model, through its indicators, allows the building of the bases for the formation in Information Literacy (ALFIN) through the development of skills and competences in the use of the internet as learning for life. AURA, in turn, seeks to create indicators of the follow-up process of empowerment from development programs to measure their impact in specific contexts. The combination of the indicators of the two models in this work was substantial to ascertain the informational knowledge and the empowerment process derived from the access to BFP.

This research concluded that the Bolsa Família Program undoubtedly empowered the women interviewed and provided them with another dimension of life beyond the domestic universe, opening doors to a set of new activities in the professional, leisure, health and education spheres. However, it points to the need to develop ALFIN training for empowerment as a way to contribute to women's autonomy, development and quality of life. We believe that if the state expands the activities developed in the CRAS, the results obtained in terms of equal opportunities for women could be even more effective.

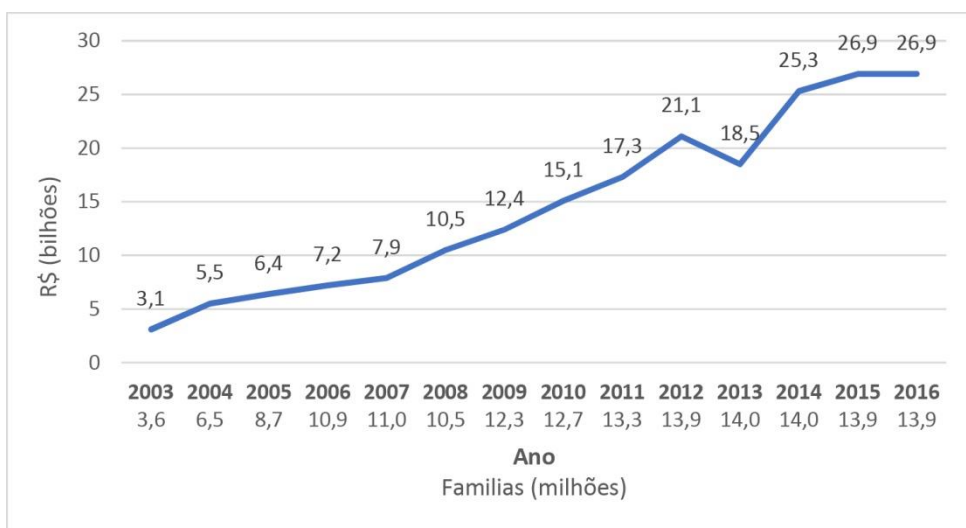
### 1.1 Introdução

De todas as políticas sociais criadas e implantadas no Brasil na gestão do presidente Luis Inácio Lula da Silva (2003-2010), o Programa Bolsa Família (PBF), sem sombra de dúvida, foi o mais exitoso. Trouxe à tona a ferida aberta da miséria, tão abordada na literatura brasileira e nos gráficos dos institutos de pesquisa, não para se resignar de que nada poderia ser feito, mas para tirá-los da invisibilidade política e social com que o tema sempre fora tratado. Trata-se de um programa social de transferência direta de renda para famílias que vivem em situação de pobreza e extrema pobreza (definidas a partir da renda familiar per capita de até R\$ 77 por pessoa, o equivalente a 24 USD).

O benefício impõe às mães, que são as responsáveis pelo cumprimento das condicionalidades, que garantam a frequência escolar e mantenham a vacinação das crianças em dia. O programa, que atualmente abrange 13,9 milhões de famílias (equivalente a 45 milhões de pessoas) em todo o país que recebem um valor médio de 176 reais<sup>1</sup>, pôs comida na mesa de quase um quarto da população brasileira, hoje composta por 207 milhões, gastando apenas 0,5% do Produto Interno Bruto (PIB). Segundo Campello (2013), o programa foi responsável por 28% da queda da extrema pobreza em dez anos de existência (2003-2013).

---

<sup>1</sup> Esse valor corresponde a USD 56,08 e a € 52,51.



**Gráfico 1 – Evolução do número de beneficiários do Bolsa Família e dos valores gastos para o pagamento do benefício**

Fonte: Elaboração própria a partir de dados do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS)

No gráfico 01 acima, podemos ver a proporção e que o programa foi crescendo à medida que os pobres e extremamente pobres iam sendo identificados pelo Cadastro Único do governo e incluídos no sistema de proteção social.

Se de um lado o governo trabalhava para erradicar a fome retirando milhares de brasileiros da linha de pobreza, de outro, estavam se consolidando também os pilares da política tecnológica no Brasil que marcariam a sua entrada na Sociedade da Informação e do Conhecimento. Dois desafios complexos e radicalmente opostos. De um lado, cerca de 50 milhões de pessoas em condições inumanas, de outro, a necessidade de avançar no acesso à informação e nas tecnologias digitais como requisito da cidadania, que exige certo nível educacional quando uma parcela significativa da população tem deficiências educacionais básicas.

Ao mesmo tempo em que os brasileiros começaram a comer três vezes por dia, as pequenas economias locais foram melhorando, o Brasil resolveu problemas históricos como o pagamento da dívida externa, por exemplo, e se transformou na 8ª economia

mundial. Além das políticas sociais, outras políticas educacionais também foram se ampliando desde a educação básica até a universitária. Com o Bolsa Família (BF)<sup>2</sup>, a frequência escolar melhorou e as cotas para negros e pardos nas universidades foram incrementadas. Foram criadas mais universidades públicas, mais vagas para professores através de concursos públicos, além de bolsas de estudos para alunos de universidades privadas<sup>3</sup>. Ainda que haja críticas, não se pode duvidar de que o acesso universal à educação pública marcou o governo Lula.

Dessa forma, esta investigação analisa a relação entre a transferência monetária de renda (possibilitada pelo PBF) e o acesso à informação como formas de proporcionar às mulheres beneficiárias uma nova visão sobre o mundo, bem como as vislumbrar possibilidades de sua transformação. Do nosso ponto de vista, estes aspectos contribuíram para conferir-lhes autonomia, reconhecimento social e cidadania.

Acreditamos que, ao investigar e conhecer o perfil de três grupos de mulheres de Sergipe é possível conhecer os conhecimentos informacionais, documentais e, assim, propor políticas e estratégias de alfabetização digital e informacional (ALFIN) para o empoderamento e a inclusão social. Isto pode ser feito aproveitando as estruturas locais existentes e incorporando as bibliotecas como principais mediadoras num processo contínuo de empoderamento feminino e desenvolvimento social pela via do acesso à informação.

Não há dúvida de que o poder público tem lhes dado alguma atenção ultimamente, mas as práticas políticas e sociais ainda estão longe de contribuir para a equidade de gênero e para um exercício efetivo da cidadania e consequente fortalecimento da democracia. Ser cidadão na Sociedade da Informação é estar apto informacionalmente para os seus

---

<sup>2</sup> Utilizaremos aqui preferencialmente a sigla BF para referirmos ao Bolsa Família.

<sup>3</sup> O PROUNI (Programa Universidade para Todos) concede bolsas de estudos parciais ou integrais a estudantes de instituições de ensino superior privadas, e o FIES (Fundo de Financiamento Estudantil), que financia parcial (50%) ou integralmente os cursos de educação superior, são os principais programas educacionais para nível de graduação.



desafios e isso só é possível se as políticas, além dos cursos já oferecidos (artesanato, cozinha, bordado etc.) incluírem também formação em competências informacionais para ajudar a diminuir a brecha digital e a injustiça de gênero. De acordo com a Declaração de Alexandria (2005), a competência informacional é um elemento essencial para que as pessoas realizem seus objetivos pessoais, sociais profissionais e educativos. De acordo com este documento, as competências em ALFIN tornam as pessoas aprendizes eficazes ao longo de toda a vida para que, assim, possam contribuir para a sociedade da informação e do conhecimento.

Aplicada às mulheres, entretanto, essa aprendizagem deve ser ampliada com os conteúdos metodológicos aqui propostos de níveis de empoderamento devido às suas perdas históricas para obter uma maior eficácia na busca pela equidade de gênero. Por essa razão, a UNESCO ratificou a ALFIN em seu programa de Informação para Todos (IFAP) como um direito humano básico.

Depois do governo Lula, a sua sucessora Dilma Rousseff, também do Partido dos Trabalhadores (PT) e reeleita nas eleições presidenciais de 2014 (para a gestão 2015-2018) não só deu continuidade como ampliou as políticas sociais do seu antecessor. No caso da presidenta Dilma, é notório que seus programas têm uma característica própria: dão protagonismo às mulheres.

Não podia ser diferente, uma vez que a estratégia do PT quando lançou o seu nome em 2010 era ter pela primeira vez uma candidata mulher na presidência da República. “Chegou a hora de uma mulher governar este país. Nós, mulheres nascemos com o sentimento de cuidar, amparar e proteger. Somos imbatíveis na defesa da nossa família e dos nossos filhos”<sup>4</sup>, disse Dilma quando teve sua candidatura lançada dentro do partido. Prova disso é que, salvo raras exceções, as mulheres é que são as beneficiárias

---

<sup>4</sup> Disponível para consulta o endereço: <<https://eleicoes.uol.com.br/2010/ultimas-noticias/2010/06/13/pt-lanca-dilma-reforcando-imagem-de-mae-mulher-e-escolhida-de-lula.jhtm>>

do programa porque são melhores gestoras e guardiãs da família e por isso o cartão do PBF está no nome delas e é intransferível, ou seja, o marido não pode usá-lo em seu lugar.

Um aspecto a ser destacado é que este programa tem como foco a família e não o indivíduo. O objetivo é erradicar a miséria garantindo a segurança alimentar vinculando os filhos à frequência escolar e à manutenção da saúde por meio do cumprimento da vacinação, peso e nutrição como forma de desenvolver o capital humano ao longo prazo e romper a pobreza intergeracional (Campello, 2013).

Ao estabelecer a mulher como a figura central do mais importante programa de transferência de renda do Brasil e quiçá da América Latina, este modelo lhe dá poder na medida em que cabe a ela decidir como gastar o benefício, o que lhe confere independência.

O empoderamento pessoal, de acordo com Kleba & Wendausen (2009, p. 1), “possibilita a emancipação dos indivíduos com aumento da autonomia e da liberdade”, mas é também um “termo multifacetado que se apresenta como um processo dinâmico, envolvendo aspectos cognitivos, afetivos e condutuais”. Trata-se de um processo complexo, que lida com diferentes níveis de poder (comunitário, familiar, pessoal), mas que sobretudo guarda relação com a percepção de si.

Acreditamos que tais resistências acontecem cotidianamente, mas não temos consciência plena da sua existência e da força que possuem. Isso só é possível com um processo reflexivo, que desnaturaliza o cotidiano, tornando-o algo que se possa compreender historicamente, percebendo as consequências das nossas escolhas. A riqueza do processo de empoderamento está justamente em desvendar as relações de poder, buscando transformá-las em relações mais equânimes. Isso requer a construção

de uma nova subjetividade, mais crítica e livre, em que se permite questionar o instituído.

O gérmen desse processo, do nosso ponto de vista, foi desencadeado a partir do momento em que elas passaram a ser as portadoras do cartão magnético do PBF que está no nome delas. Evidentemente, é muito mais simbólico que material, mas nem por isso menos importante. Pelo contrário. Aliado à sua inserção e participação ativa nos espaços públicos como forma de ter acesso à informação (reuniões nos postos de saúde, escolas e centros de assistência social) este feito vem desencadeando novas atitudes e percepções de si mesmas por parte dessas mulheres.

Diante disso, esta Tese investiga, a partir de três estudos de caso no interior de Sergipe, as mudanças efetivas que podem ser constatadas nas mulheres que detêm o cartão do Bolsa Família, em termos de independência e autonomia e a sua relação com o acesso e uso da informação para ampliar e fortalecer a cidadania.

A teoria do reconhecimento aborda a autonomia em termos materiais. Mas queremos enfatizar, a partir das percepções destas mulheres, as modificações que estas incorporações materiais deram ao aspecto subjetivo, tanto no desenvolvimento da consciência cidadã como no aspecto da formação/desenvolvimento cognitivo. Acreditamos que há um percurso no processo de desenvolvimento pessoal que começa pelo aspecto material, passa pelo afetivo até chegar ao racional, que é o momento de abertura da capacidade cognitiva para o seu pleno desenvolvimento como pessoa, mulher, mãe e indivíduo autônomo.

De acordo com o filósofo canadense Charles Taylor (2005), a pobreza compromete as relações afetivas e a alteridade. Ao abordar esse tema, este autor fala sobre a experiência da pobreza como experiência do desalento, de quem não aprendeu a fazer nada. A experiência recente a partir da incorporação de 25% da população nas políticas sociais e

educacionais, no entanto, tem incorporado outras experiências que têm como consequência o reconhecimento social.

Isso porque, ao receberem uma renda fixa, muitas mulheres saíram da invisibilidade social (como mulheres, mães e trabalhadoras mal remuneradas) e se tornaram protagonistas das suas famílias e da própria vida. Ao priorizar as mulheres, podemos entender esta renda mensal como uma cota de gênero e, nesse sentido, como afirma Raquel Osborne (2009, p. 101), esta se converte

Na opção de que se consiga constituir uma massa crítica que possa, assim, acompanhar a construção de mais processos de transformação social. Dessa forma, a luta para reparar uma injustiça, como a de não reconhecer a igualdade social e a políticas das mulheres, pode vincular-se com outras reivindicações de justiça social e política. (Tradução nossa)<sup>5</sup>.

Após dez anos da criação do Programa Bolsa Família, completados em 2013, dados do MDS mostram que em âmbito nacional 1,7 milhão de casas/famílias abdicaram deste benefício, o que corresponde a 12% do total de famílias beneficiadas, devido ao fato de terem melhorado a sua renda. Em âmbito local, dados do estado de Sergipe de 2014 revelam que, do total de 258.469 famílias beneficiadas, houve uma desistência voluntária de 353 famílias, o equivalente a 0,13 %. Não é muito, mas mostram que têm ocorrido mudanças em termos de inserção laboral e social para algumas famílias. Estes dados revelam também que o PBF se caracteriza efetivamente como uma política pública de distribuição de renda para o desenvolvimento social, uma vez que corrige injustiças históricas e prepara os indivíduos para o futuro. Cabe, todavia, averiguar até que ponto pode ajudar a mudar a estrutura social e não apenas mascará-la.

---

<sup>5</sup> Texto original em espanhol: “en la opción de que se logre constituir una masa crítica que pueda así acompañar a la construcción de más procesos de transformación social. De esta forma la lucha por reparar una injusticia, como la de no reconocer la igualdad social y política de las mujeres, puede vincularse con otras reivindicaciones de justicia social y política.”

Para que uma porcentagem ainda maior abra mão do benefício, o governo deve aliar projetos de capacitação profissional e competência informacional aos beneficiários do PBF para que lhe possibilitem uma formação mínima e dê autonomia a esses sujeitos. Acreditamos que o primeiro passo já foi dado no sentido de dar-lhes visibilidade social, mas falta aproveitar esse contingente para dar um salto qualitativo em termos de desenvolvimento, cidadania e empoderamento feminino.

Dessa forma, cabe perguntar que aspectos informacionais além dos aspectos estão sendo pensados e aplicados para as beneficiárias do PBF para além da segurança alimentar em âmbito local. Em Sergipe, a SEIDES (Secretaria de Inclusão, Assistência e Desenvolvimento Social) tem desenvolvido alguns projetos de capacitação, mas estes se limitam a cursos profissionalizantes por meio do PRONATEC (Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego), que capacita os beneficiários em cursos profissionalizantes em parceria com órgãos de formação específicos.

As demandas das comunidades e grupos variam de acordo com seus contextos e perfis. Em áreas onde já existe uma cultura agrícola ou artesanal, por exemplo, elas giram em torno de uma capacitação que potencialize a atividade existente. Já em áreas onde isso não existe, as atividades são iniciadas do zero. Os cursos oferecidos remetem a atividades que possam trazer um retorno econômico em curto prazo, seja para ensinar profissão técnica (área de hotelaria, por exemplo), seja para ensinar como forma uma cooperativa (como no caso das mulheres doceiras ou de pequenas agricultoras cuja tradição já existia).

No que se refere às bibliotecas, as práticas de alfabetização digital que desenvolvam competências de acesso e uso da informação para a inserção e participação ativa de verdadeiros cidadãos digitais na Sociedade da Informação ainda são exíguas. No município de Nossa Senhora do Socorro, onde há 3 bibliotecas, nenhuma delas faz um

trabalho com a comunidade para além das atividades de empréstimos. Nem mesmo a Universidade Federal de Sergipe, que possui a maior biblioteca do estado, tem projetos que atendam à sua função social, sobretudo estando em um bairro carente que está no limite entre a capital e a periferia da grande Aracaju.

Pode-se notar nesses contextos que a biblioteca está numa posição muito abaixo do que poderia ocupar, e está dissociada dos telecentros, quando ambos poderiam ter ações complementares. Se o objetivo dos telecentros é criar cidadãos digitais, como querem seus gestores, o simples fato de navegar na Internet e controlar meia dúzia de comandos não lhes confere esse estatuto. Como afirmam Cuevas-Cerveró e González (2011, p. 44),

A inclusão digital, entendida como fator de inclusão social, caracteriza-se por uma mudança de atitude que inclui competências digitais e informacionais, educação, conhecimentos, mas também atitudes, compromisso social. Trata-se de uma autêntica inclusão social porque implica também impacto social, uma transformação que pretende melhorar as condições de vida dos mais desfavorecidos<sup>6</sup>. (Tradução nossa)

Em termos de acesso à internet, a pesquisa feita pelo PNAD<sup>7</sup> (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios) e divulgada pelo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), de 2015, concluiu que metade dos brasileiros está conectada à internet. Quanto à forma de conexão, alguns estados como Sergipe (onde se deu a pesquisa desta Tese), o acesso feito por celular ou *tablet* superou a conexão pelo computador: 28,9% usam aparelhos móveis (com conectividade via 3G, 4G ou wifi) contra 17,3% que o fazem por computador. De fato, em algumas localidades do interior, há povoados onde sequer existe telefone público devido às longas distâncias para instalar as fibras óticas,

---

<sup>6</sup> Citação original: “La inclusión digital entendida como factor de inclusión social se caracteriza por un cambio de actitud que incluye competencias digitales e informacionales, educación, conocimientos, pero también actitudes, compromiso social, por tanto es una auténtica inclusión social porque este tipo de inclusión implica además impacto social, una transformación que pretende mejorar las condiciones de vida de los más desfavorecidos.”.

<sup>7</sup> Disponível para consulta no endereço:

<[http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/pesquisas/pesquisa\\_resultados.php?id\\_pesquisa=149](http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/pesquisas/pesquisa_resultados.php?id_pesquisa=149)>

fazendo com que o celular se tornasse o principal meio de conexão e comunicação interpessoal.

Falar sobre os impactos do programa Bolsa Família, o processo informacional e a noção de cidadania, entretanto, implica situar essa política social no contexto da economia global e da Sociedade da Informação. Inserida na chamada Era da Informação, esse novo contexto implica em mudanças relacionadas à inovação tecnológica e informacional e também à expansão e reestruturação do capitalismo (Castells, 2011). Este autor estabelece uma diferença entre Sociedade da Informação, que abarca os impactos informacionais, e a sociedade informatizada, que se apresenta em forma de redes. Daí ter cunhado a expressão “sociedade em rede” em sua conhecida obra editada em três volumes.

A sociedade em rede é uma estrutura social baseada em redes operadas por tecnologias de comunicação e informação fundamentadas na microeletrônica e em redes digitais de computadores que geram, processam e distribuem informação a partir de conhecimento acumulado nos nós dessas redes (Castells & Cardoso, 2006, p. 19).

Mas Castells (2006, p. 18) afirma também que as redes são seletivas e conseguem, ao mesmo tempo, comunicar e não comunicar. “De facto, neste início de século, ela exclui a maior parte da humanidade, embora toda a humanidade seja afectada pela sua lógica, e pelas relações de poder que interagem nas redes globais da organização social”. Podemos pensar que se trata de uma contradição da sociedade, já que ela ao mesmo tempo consegue “comunicar e não comunicar”, e que consequentemente ‘inclui tecnologicamente excluindo socialmente’ por meio de políticas equivocadas.

Para Marques Neto (2003, p. 52) a informática não só influencia as atividades cotidianas básicas como também interfere na maneira como lida com a informação para a sua sobrevivência diária. “Por meio dos recursos dessa tecnologia, a recuperação, o

armazenamento, a organização, o tratamento, a produção e a disseminação da informação tornam-se tarefas cada vez mais incorporadas à realidade desse sujeito”.

Compreender a Sociedade da Informação e do Conhecimento em sua plenitude significa também entender os que não atendem as suas características, mas também fazem parte dela, ou seja, os excluídos social e digitalmente. A informação e a rede também passam pelos segmentos sociais mais pauperizados, no entanto, isto se dá de outra maneira, já que nem é totalmente digital nem totalmente ‘analógica’ ou tradicional, tendo em vista que esses indivíduos também fazem uso dessa tecnologia, pois utilizam celulares com conectividade. Trata-se de uma forma própria de transmissão, multiplicação e uso da informação para sua vida. Ou, como apontou Badillo Matos (2009, p. 15), uma “alfabetização informacional informal”.

Por isso, cabe-nos investigar o que foi pensado por este programa social em termos de inclusão informacional no sentido de inclusão para a cidadania. Além disso, outro aspecto é crucial para este olhar: o enfoque de gênero. Como veremos no capítulo 5, ao mesmo tempo em que a mulher é portadora do cartão, também integra as estatísticas de violência doméstica, feminicídio, de precariedade de empregos, salários e moradia e, por esses motivos, necessita de muito apoio do estado para superar a pobreza e sair da condição de vítima. Com relação às beneficiárias do BF não é diferente.

Além da exclusão social, as mulheres são também as mais afetadas pela exclusão digital. De acordo com a União Internacional e Telecomunicações (UIT)<sup>8</sup> de 2016, divulgados pela Organização das Nações Unidas (ONU), há 250 milhões de mulheres online a menos que os homens; 1,7 bilhão de mulheres em países de baixa e média renda ainda não possuem celular e há menos mulheres no setor tecnológico em todos os níveis e em todos os países. Isso quer dizer que a desigualdade de gênero no uso da

---

<sup>8</sup> Disponível em: <<https://nacoesunidas.org/agencias-da-onu-combatem-desigualdade-de-genero-no-acesso-a-tecnologias-digitais/>>



internet aumentou de 11% em 2013 para 12% em 2016. Os dados, nada animadores, nos dizem que há muito a ser feito nesse campo e que as políticas públicas de gênero devem ser prioridade para melhorar o acesso à informação e o desenvolvimento social e pessoal.

No Brasil, a pesquisa do PNAD (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio) divulgada pelo IBGE (Instituto Brasileiro de Pesquisa e Estatística)<sup>9</sup> em 2014 apontou um equilíbrio no acesso entre homens (54,7%) e mulheres (54,1%), com uma ligeira vantagem para as mulheres. No entanto, as desigualdades de gênero e a pobreza afetam muito mais as mulheres, a despeito do seu aumento de acesso à internet. No entanto, as desigualdades de gênero e a pobreza afetam muito mais as mulheres, a despeito de acessarem mais a internet com relação aos homens. Além disso, essa vantagem também guarda relação com o fato de que a população feminina é maioria. De acordo com o PNAD/IBGE<sup>10</sup>, elas correspondem a 51,4% do total de habitantes, ou seja, há cerca de 6 milhões a mais do que os homens.

Dessa maneira, esta Tese desenvolve um estudo comparativo das mudanças, diferenças, igualdades e percepções de três grupos de mulheres e mães e entender como se desenvolveram a partir do uso do BF identificando e estudando as redes informais de acesso à informação; os impactos do BF nas vidas dessas mulheres e de suas famílias e a relação entre a mudança de vida e a consciência cidadã.

## **1.2 Objeto e objetivos do estudo**

Esta investigação se insere no campo de estudos da Ciência da Informação, mas seu objeto a transcende, uma vez que seus componentes se ramificam e abarcam também as ciências sociais (teoria feminista), as ciências políticas (políticas públicas), a Educação

---

<sup>9</sup> Disponível em: <<http://www.mcti.gov.br/documents/10191/0/pnad-tic-2014.pdf/74864e5f-4ccd-41fa-bb96-b436d5a8a78a>>

<sup>10</sup> Disponível em: <<http://censo2010.ibge.gov.br/>>

(formal e profissionalizante). Ao mudar a cara do Brasil do ponto de vista econômico e social, gerar importantes impactos na segurança alimentar, saúde e na educação básica e servir de modelo para outros países, não poderia deixar de ser analisado também do ponto de vista da Ciência da Documentação e da Informação.

Esta Tese parte do pressuposto de que o Programa Bolsa Família empoderou as mulheres e mudou a sua relação com a realidade social. A partir daí, investiga como isto se deu do ponto de vista do acesso à informação avaliando os seus conhecimentos informacionais e documentais, bem como a sua percepção de autonomia, reconhecimento social e construção da cidadania.

O acesso ao programa vem possibilitando condições materiais para que as mulheres/mães busquem autonomia e adquiram alguma competência informacional/profissional e independência econômica, despertando a capacidade cognitiva e incluindo-a socialmente.

Para isso, algumas questões norteadoras nos guiaram no percurso científico e foram utilizadas na elaboração do questionário para as entrevistas qualitativas. São elas:

- Como se deu o processo comunicacional/informativo entre governo e as beneficiárias e quais as estratégias de acesso à informação utilizadas pelo governo, tendo em vista que muitas famílias viviam antes na miséria antes de ultrapassarem essa linha para o nível da pobreza?
- Quais estratégias desse processo comunicativo podem ser consideradas como um *plus* do PBF em termos de acesso à informação?
- O acesso ao conjunto de exigências do programa trouxe mudanças socioeducativas para as suas beneficiárias?
- Qual a contribuição do PBF para o processo de acomodação e/ou autonomia das mulheres e para a construção/fortalecimento da cidadania?

- Como o papel de gestora do cartão BF afetou seu lugar na família e sua relação com o seu companheiro/marido?
- Existe alguma relação entre o PBF e melhoria de acesso à informação nesses lugares através da presença de bibliotecas ou telecentros?
- Como o BF e suas estratégias informacionais contribuem para modificar suas relações sócio/culturais, prática de fortalecimento da cidadania e da participação política?
- Como se sentem em termos de acesso à informação?
- De que forma circula a informação?
- Quais os meios de informação mais usados?
- Quais outros programas as beneficiárias conhecem para além do BF?
- Quais suportes tecnológicos, sistemas comunicativos e/ou estratégias as mulheres usam para se informar, conhecer seus direitos e participar como cidadã?
- Como é a percepção dos direitos?
- A forma rebuscada de acesso à informação é suficiente para uma consciência cidadã?

Dessa forma, esta Tese tem como principal objeto de estudo o acesso à informação por parte das beneficiárias do Bolsa Família e como isto contribuiu para o processo de empoderamento, autonomia e construção da cidadania em três grupos de mulheres do Estado de Sergipe.

O objetivo geral é investigar de que forma se dá o acesso à informação por parte das beneficiárias do programa para construir um perfil sócio-educacional que nos permita aferir seus conhecimentos informacionais e nível de empoderamento.

A partir daí, traçamos alguns objetivos específicos, quais sejam:

- 1) Descrever as características de três grupos de mulheres que são beneficiadas pelo programa em três municípios de Sergipe, dois com características urbanas (Nossa

Senhora do Socorro e Barra dos Coqueiros) e outro com características mais rurais (São Cristóvão) e compará-los para entender como cada um se desenvolveu;

- 2) Averiguar o nível das competências informacionais e documentais e formas de acesso à informação e às TIC;
- 3) Investigar as relações causais existentes entre o Programa Bolsa Família e o acesso e desenvolvimento das habilidades informacionais e profissionais como forma de empoderamento;
- 4) Comparar as relações e diferentes vivências entre mulheres com uma identidade em comum (beneficiárias o PBF) e os processos de empoderamento;
- 5) Identificar as formas de solidariedade e de multiplicação das diferentes experiências a partir do uso do cartão do PBF.

Esses fatores só podem ser entendidos na sua inteireza ao sairmos dos números estatísticos para uma investigação qualitativa com grupos de mulheres beneficiadas pelo programa através da observação in loco e de entrevistas orais. Dessa forma, é possível ver que há pessoas com rosto e pensamentos, desejos e expectativas não somente para os filhos (no futuro), mas também para elas mesmas (no presente).

Acreditamos que os impactos proporcionados pela segurança alimentar, por si só, já se traduzem em aspectos a serem investigados devido ao fato de mudarem a vida e a perspectiva de presente e de futuro. Mas para além desse aspecto, são as mudanças de percepção que podem efetivamente mudar a estrutura para o que Fraser (2004), através da teoria do reconhecimento, chama de paridade participativa, o que seria alcançado pela tríade do reconhecimento, redistribuição e representatividade.

### 1.3 Metodologia da investigação

Nesta Tese, utilizamos como metodologia a análise comparativa através de um estudo das mudanças, diferenças, igualdades e percepções de três grupos de mulheres e mães. Isto possibilitou entender como esses diferentes grupos se desenvolveram a partir do uso do BF e também identificar as semelhanças e diferenças entre eles, dependendo da cidade e dos programas de capacitação que cada grupo teve.

Essa comparação é feita a partir da análise das entrevistas realizadas utilizando uma combinação adaptada dos modelos *IDEIAS* – Inclusão Digital y Educación Informacional para la Salud (Cuevas Cerveró et al, 2009), desenvolvido por um grupo de investigadores da Faculdade de Ciências da Documentação da Universidade Complutense de Madri e AURA (Auto Renforcement Accompagné)<sup>11</sup> (Charlier, S. & Caubergs, L., 2007), elaborado pela comissão de Mulheres e desenvolvimento no grupo de trabalho “Gênero e Indicadores”, em Bruxelas.

O presente estudo foi feito a partir de uma amostra de 25 mulheres entre 19 a 56 anos, beneficiárias do Programa Bolsa Família de três municípios do estado de Sergipe, no Brasil: Nossa Senhora do Socorro (que tem 21.237 famílias beneficiadas), São Cristóvão (com 9.512) e Barra dos Coqueiros (com 2.786).

Com relação aos dados do estado de Sergipe, de acordo com o Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), do ano de 2015, um total de 282.219 mil famílias no estado de Sergipe recebem o benefício. Deste número, 91,58%

---

<sup>11</sup> Em português, Auto Reforço Acompanhado. Esta metodologia foi criada no âmbito dos trabalhos de desenvolvimento da Recherche Acción (Pesquisa Ação) ATOL sobre empoderamento como uma contribuição para a consolidação da sociedade civil. Disponível para consulta no endereço: <[http://www.hiproweb.org/fileadmin/cdroms/Biblio\\_Renforcement/documents/Chapter-3/Chapter%203\\_2/Chap3\\_2Doc1.pdf](http://www.hiproweb.org/fileadmin/cdroms/Biblio_Renforcement/documents/Chapter-3/Chapter%203_2/Chap3_2Doc1.pdf)>

são mulheres e 8,42 são homens.<sup>12</sup> De acordo com os dados nacionais, as mulheres são portadoras de 93% do cartão Bolsa Família.

A escolha se deu pelo fato de os três municípios terem bairros que são periferia de Aracaju (mesmo sendo administrações e gestões diferentes) e ao mesmo tempo compartilharem as vantagens de estar ao lado da capital e usufruírem de hospitais, escolas, universidades e oportunidades de emprego. Nossa Senhora do Socorro é o que recebe o maior montante de benefícios (R\$ 32 milhões mensais), o segundo recebe R\$ 18 milhões e a Barra dos Coqueiros, R\$ 5 milhões. Os três juntos somam 55 milhões de reais, quase o valor da capital, que é de R\$ 57 milhões<sup>13</sup>. Dessa forma, foi feita uma análise comparativa desses três municípios para conhecer as diferenças existentes a partir dos resultados não só das políticas nacionais como locais e quais transformações para além do dinheiro podem ser percebidas nos grupos de mulheres.

Comparar o desenvolvimento de cada um, número de beneficiários e políticas públicas locais aplicadas é uma forma de verificar de que forma o BF pode ter influenciado na diminuição do contraste sócio econômico e cultural existente.

Quanto à metodologia, o primeiro modelo enfoca os aspectos informacionais e documentais de inclusão digital para a cidadania e, embora tenha sido pensado para o âmbito da saúde, pode ser aplicado a outras áreas<sup>14</sup>. IDEIAS, por meio dos seus indicadores, permite construir as bases para a formação em ALFIN e, assim, diminuir a brecha digital.

O segundo modelo busca criar indicadores de seguimento de empoderamento a partir de programas de desenvolvimento para medir os seus impactos. O modelo AURA foi

---

<sup>12</sup> Disponível em: <<http://www.brasil.gov.br/cidadania-e-justica/2015/05/comeca-pagamento-do-bolsa-familia>>

<sup>13</sup> Informações disponíveis em: <<http://bolsa-familia.com/cidades/sergipe/3/1/1>>

<sup>14</sup> Paixão, P.B.S. (2016). *As competências informacionais na Educação à distância na Universidade: Estudo de caso na Universidade Tiradentes* [Tese de Doutorado], Madri: Universidade Complutense de Madri. Nesta Tese, o autor aplica o Modelo IDEIAS no âmbito da educação superior.

criado para fazer um acompanhamento do processo de empoderamento das mulheres em projetos de desenvolvimento por meio da criação de indicadores em contextos específicos. No nosso caso, o Bolsa Família.

Entendendo o empoderamento como um processo, esta metodologia decompõe e analisa esse conceito a partir dos seguintes termos: ter – saber – poder – querer, em que cada nível obedece a critérios específicos para diminuir a brecha de empoderamento entre homens e mulheres.

Dessa forma, o empoderamento é visto por esse modelo como a construção de uma identidade dinâmica com uma dupla dimensão: individual e coletiva (Charlier & Caubergs, 2007), e cujos indicadores de poder em termos de impactos do programa podem ser vistos da seguinte forma:

- 1) “ter”, mede as mudanças adquiridas do ponto de vista econômico, mas também em termos de ganhos na saúde, educação, cuidados pessoais (dimensão individual) e em conquistas para a comunidade como creches, cooperativas etc. (dimensão coletiva);
- 2) “saber”, aprecia as escolhas decorrentes das suas capacidade de julgar, interpretar e refletir sobre as informações importantes na política, entre as mulheres e homens sobre desigualdade e formular alternativas para os problemas;
- 3) “querer”, avalia as mudanças no que diz respeito às escolhas das mulheres a partir da autoconfiança, a diminuição da violência doméstica, controle do seu corpo e da coragem de dizer ‘não’, bem como seus projetos futuros inclusive fora do programa tanto individual como coletivo;
- 4) “poder”, aprecia a capacidade de as mulheres se expressarem, reivindicar seus direitos, participar na tomada de decisões em nível individual (família e comunidade) e coletivo (instituições políticas, econômicas, jurídicas e socioculturais).

<b>Adaptação dos modelos IDEIAS e AURA</b>	
<b>Categorias</b>	<b>Modelos utilizados</b>
<b>Acesso à informação</b>	IDEIAS
<b>Competências digitais</b>	IDEIAS
<b>Competências informacionais</b>	IDEIAS
<b>Empoderamento</b>	AURA
<b>Cidadania</b>	AURA e IDEIAS
<b>Impacto social</b>	AURA

**Tabela 01 – Adaptação dos modelos IDEIAS e AURA**

Fonte: Elaboração própria

Quanto aos impactos sociais, utilizamos apenas o modelo AURA uma vez que tomamos como base a categoria de empoderamento avaliado depois da inserção no programa Bolsa Família.

Para o procedimento prático, foram utilizados os procedimentos técnicos da História Oral e do uso da técnica de entrevista grupal com as mulheres e mães dos diferentes grupos (urbanas e rurais) para fazer depois uma análise utilizando o método comparativo.

A análise comparativa entre os grupos permitirá entender o quão diferente pode ser o uso, aplicação, combinação das políticas sociais nacionais e locais e as formas de acesso à informação.

De acordo com Tylor (citado por Marconi & Lakatos, 2003, p. 107), o estudo das semelhanças e diferenças entre diversos tipos de grupos, sociedades ou povos contribui para uma melhor compreensão do comportamento humano. Este método realiza comparações, com a finalidade de verificar similitudes e explicar divergências.

Para proceder a isso, utilizamos os equipamentos audiovisuais necessários com o objetivo de documentar as entrevistas para a posterior transcrição. As entrevistas qualitativas se deram a partir da elaboração de um questionário semi-estruturado para



conduzir as entrevistas de acordo com os objetivos deste projeto, sabendo, de antemão, que pode haver no caminho incursões subjetivas.

### **1.3.1 O trabalho de campo**

Nesta investigação, o trabalho de campo – técnica de pesquisa das ciências humanas e sociais – ocorreu em dois momentos: primeiro, com a aproximação dos sujeitos, quando se deu a apresentação da pesquisa em si e dos seus objetivos. Segundo, a entrevista propriamente dita, quando já havia um conhecimento mútuo pré-estabelecido.

Em alguns casos não foi necessária a mediação física dos assistentes sociais e bastou a indicação da Secretaria de Inclusão, Assistência e Desenvolvimento Social de Sergipe (SEIDES) para que as líderes comunitárias respondessem à nossa solicitação. Já em outros casos, a aproximação com mediação presencial das assistentes sociais foi substancial.

A observação deu-se a partir de diversas visitas ocorridas ao longo de 2015 e 2016 com diferentes grupos de mulheres. O ponto de partida foi o espaço de convivência Quiara, bairro Albano Franco (município de Nossa Senhora do Socorro). Mantido com esporádicas doações, o espaço é gerido pela Irmã Cleonice e oferece oficinas de artesanato para as mães e de Informática Básica para estudantes. Nesse espaço, entrevistamos seis mulheres beneficiárias que mantêm vínculos permanentes com o espaço e desenvolvem as atividades que lhes são oferecidas.

Depois, partimos para o povoado Cabrita, no município de São Cristóvão, onde estabelecemos contato com a líder comunitária que nos levou a outras cinco mulheres e bolsistas do PBF que participam de uma cooperativa de doces local.

O CRAS (Centro de Referência de Assistência Social)<sup>15</sup>, no entanto, foi a base principal de contato com a maior parte das entrevistadas. Nos centros dos municípios da Barra dos Coqueiros, Nossa Senhora do Socorro e de São Cristóvão, estabelecemos contato com as assistentes sociais, colhemos informações, apresentamos os objetivos da pesquisa e articulamos os contatos para as entrevistas.

Um espaço importante indicado por uma funcionária do CRAS de Nossa Senhora do Socorro foi o Espaço Cidadão, localizado em outro bairro desse município. Criado pela prefeitura, oferece aos beneficiários do Bolsa Família e aos que estão no Cadastro Único Para programas Sociais do Governo Federal (CADÚNICO)<sup>16</sup> cursos de aprendizagem industrial e artesanal e, brevemente, segundo nos informou a sua diretora em entrevista a esta autora, haverá também cursos de Informática Básica.

Enquanto isso, fomos avançando na pesquisa teórica e retornamos posteriormente a campo depois de preparar o questionário para as entrevistas, o que ocorreu no segundo semestre de 2016. Já neste momento, realizamos as entrevistas.

### **1.3.2 Procedimento das entrevistas**

Como é sabido, a ida a campo algumas vezes pode nos fazer redimensionar o trabalho científico (Minayo, 2002). Nem sempre a entrevista aberta se realiza conforme esperado. Às vezes deixamos de lado algumas perguntas porque se relacionam com a anterior e, dependendo da resposta, a questão seguinte deixa de ter sentido para aquela entrevistada. Outras vezes o perfil apresentado no início da entrevista já nos faz pular perguntas do questionário e/ou explorar aspectos não previstos.

---

<sup>15</sup> Presente em todo o país, este centro tem a assistência social como elemento aglutinador entre o governo e as beneficiárias. Falaremos sobre ele no capítulo 5 desta Tese.

<sup>16</sup> Trata-se de uma base de dados compilada pelo governo para mapear as famílias de baixa renda que vivem com até meio salário mínimo por pessoa (R\$ 468,50, equivalente a 150,92 USD) e inclui-los nos programas de proteção social. Até 2015, mais de 27 milhões de famílias estavam inscritas. Falaremos sobre o CADÚNICO no capítulo 5. Disponível para consulta no endereço: <<http://www.brasil.gov.br/cidadania-e-justica/2015/05/cadastro-unico-e-porta-de-entrada-para-programas-sociais>>

Quanto às entrevistas, quatro delas foram feitas em grupos de 6, 6, 3 e 2 e as demais, individualmente. Podemos notar que a dinâmica muda em cada ocasião. No primeiro caso, quando surge um tema delicado, logo as outras mulheres comentam que também elas viveram ou vivem a mesma situação e se solidarizam com a companheira ao lado, abrindo-se num gesto sincero e de apoio, uma vez que, juntas, se sentem mais fortalecidas. Já as entrevistas individuais, embora tenham sua própria dinâmica, podem ocultar certos aspectos que muitas vezes só viriam à tona com a identificação do discurso do outro, uma vez que este aciona memórias recônditas.

Par o registro do áudio, utilizamos ao mesmo tempo um gravador do telefone celular e um digital, para garantir que não perdêssemos nada no caso de um áudio falhar. Foram feitas fotografias das entrevistadas e dos locais da entrevista (CRAS, Espaço Comunitário Quiara, Centro Cidadão, casa de uma líder comunitária) normalmente espaços que lhes são familiares e onde se sentiam à vontade.

As entrevistas foram feitas a partir de um total de 53 perguntas, divididas em 7 tópicos, que procurou abarcar as seguintes dimensões: a) dados pessoais; b) dados profissionais; c) percepção das mudanças profissionais e subjetivas; d) percepção de melhoria de vida e de autonomia; e) percepção de inserção social e cidadania; f) formas de acesso à informação e g) percepção de mudanças em geral.

### **1.3.3 O universo do estudo**

As entrevistadas que participaram desta investigação são mulheres beneficiárias do Programa Bolsa Família residentes nos municípios vizinhos a Aracaju, capital de Sergipe. Os municípios visitados foram os seguintes: Nossa Senhora do Socorro, São Cristóvão e Barra dos Coqueiros.

A escolha teve como objetivo conhecer o perfil das mulheres desses locais pelo fato de todos os municípios serem ao mesmo tempo diferentes administrações e estarem perto da capital, o que pode lhes conferir certas vantagens em termos educacionais, sociais e culturais. Mas a pesquisa também revelou que essa proximidade tem também um caráter ambíguo, uma vez que a população ‘fronteiriça’ dos municípios pode carecer de identidade, como os de Nossa Senhora do Socorro, que fica em uma zona geográfica intermediária entre a capital sergipana e a sede do seu próprio município.

#### **1.3.4 Os participantes da investigação**

As entrevistas qualitativas foram feitas com uma amostra de 25 mulheres no decorrer das visitas aos espaços. A definição de amostragem na pesquisa qualitativa, de acordo com Deslandes (1994, p. 43) não se baseia no critério numérico para garantir a sua representatividade. O investigador deve-se perguntar quais indivíduos sociais têm uma vinculação mais significativa para o problema a ser investigado. Minayo (1992, citado por Delandes, 1994, p. 43) afirma que uma “amostragem boa é aquela que possibilita abranger a totalidade do problema investigado em múltiplas dimensões”.

#### **1.3.5 Fontes**

As fontes utilizadas para a realização desta Tese foram analisadas para proceder ao estado da arte e identificar trabalhos que se acercassem ao nosso objeto de investigação dentro da perspectiva das ciências da Informação e da Documentação.

Devido ao caráter multidisciplinar do tema proposto, as fontes são muito diversificadas e se encontram tanto nas Ciências da Informação e da Documentação como também na

Educação, Biblioteconomia, Ciências Políticas, Ciências Humanas e Sociais e Tecnologia.

O ponto de partida para a construção do estado da arte foi o banco de Teses do portal de periódicos da CAPES<sup>17</sup> (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior), que fornece uma ampla busca por diversas áreas temáticas, pois é depositária do conjunto de publicações de pós-graduação do país.

Outro banco de dados importante foi a Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD)<sup>18</sup> do IBICT (Instituto Brasileiro de Informação, Ciência e Tecnologia), composta pelas bibliotecas digitais de Teses e dissertações das instituições de ensino superior do Brasil.

O banco de Teses da Universidade de São Paulo (USP) foi igualmente importante, pois se trata de uma das mais importantes da América Latina.

Outra base de dados relevante é a ibero-americana Scielo (em português e espanhol), que nos forneceu um painel bastante amplo de artigos sobre o Bolsa Família publicados em entrevistas eletrônicas.

Além destas, outros textos em espanhol foram acessados pela base de dados DIALNET (Ciencias Humanas, Jurídicas y Sociales) e pelo Sistema de Informação Científica REDALYC (Red de Revistas Científicas de América Latina y el Caribe, España y Portugal), que tem apoio da UAEM (Universidad Autónoma del Estado de México) e divulga a ciência em acesso aberto.

A estratégia de busca foi feita a partir de palavras chave. Dessa forma, utilizamos as seguintes entradas:

- “Bolsa Família Program”
- “Information Literacy” and “Social Inclusion”

---

<sup>17</sup> Disponível para consulta no endereço: <<http://bancodeTese.s.capes.gov.br/banco-Tese/s/#/>>

<sup>18</sup> Disponível para consulta no endereço: <<http://bdtb.ibict.br/vufind/>>

- “Digital literacy” and “Social inclusion”
- “Empowerment”
- “Digital divide”
- “Information Accessibility”
- “Citizenship”
- “Gender” and “feminism theory”
- “Feminist movement” and “women movement”
- “Programa Bolsa Família”
- “Alfabetização informacional” e “inclusão digital”
- “Empoderamento”
- “Brecha digital”
- “Acesso à informação”
- “Cidadania”
- “Gênero” e “teoria feminista”
- “Movimentos feministas” e “movimentos de mulheres”

Não foram poucos os resultados obtidos sobre o bolsa família nas bases de dados. Em geral, os resultados com a combinação bolsa família *and* impactos do programa do ponto de vista da saúde, assistência social, educação, administração, economia ou sobre as condicionalidades do PBF; e bolsa família *and* políticas públicas foram os mais recorrentes. Mas o mesmo não ocorreu com a combinação bolsa família *and* alfabetização informacional/inclusão digital em praticamente todas as fontes de busca utilizadas.

Isso mostrou uma ausência de estudos no campo da ciência da Informação e da Documentação sobre a relação entre as beneficiárias do BF e acesso à informação/competências informacionais. O que, esperamos, este trabalho venha a dar uma contribuição nesse sentido.

Tabela com o número de documentos encontrados nas bases de acordo com a palavra chave “programa bolsa família” incluindo o ano de 2016.

<b>Bases de dados em língua portuguesa</b>	<b>Documentos encontrados</b>
CAPEs	695
BDTB/IBICT	493
SCIELO (Brasil)	29

**Tabela 02 – Bases de dados do Brasil de publicações em língua portuguesa**

Fonte: elaboração própria

<b>Bases de dados em castelhano</b>	<b>Documentos encontrados</b>
DIALNET	164
CSIC	1
CEPAL	215
REDALYC (Brasil e Espanha)	777

**Tabela 03 – Base de dados em castelhano da Espanha e da América Latina**

Fonte: elaboração própria

### **1.3.6 Sistema de citações e referências bibliográficas**

Neste trabalho, utilizamos como padrão as normas internacionais da *American Psychological Association* (APA), referente à 6ª edição de 2013, nas quais a identificação das citações é feita entre parêntesis por autor (em letras minúsculas) e ano da publicação. As referências, sempre em ordem alfabética (nesse caso, para uma fácil localização, optamos por organizar a lista separar por letras), são feitas pelo sobrenome do primeiro autor, seguido imediatamente da data de edição entre parêntesis.

## **1.4 Estado da arte**

O Programa Bolsa Família, tema central desta Tese, vem sendo objeto de estudo no Brasil desde a sua implantação, em 2003, quando teve início o governo do presidente Lula. Em 2013 o PBF completou dez anos e, após esse período o número de investigações aumentou ainda mais, uma vez que foi possível analisar os seus impactos em todo o Brasil de uma maneira mais completa.

Quando assumiu o primeiro mandato em 2011, a presidente Dilma Rousseff não só manteve as políticas sociais de seu antecessor como ampliou os programas, dedicando especial atenção às mulheres. O pleito de 2014, quando foi reeleita, no entanto, foi bastante turbulento politicamente. A economia já não era tão favorável como nos anos anteriores e, nesse período, houve uma série de manifestações nas ruas contra a corrupção e por mais educação e saúde. Os protestos ocorreram antes e durante a Copa do Mundo, quando o país era alvo das atenções de todo o globo. Mais tarde, o Congresso Nacional pediria o impeachment da presidenta por suposto crime de responsabilidade fiscal, o que não foi comprovado, apesar do seu afastamento.

Durante esse período, a classe média começou a protestar fazendo painéis e manifestações nas capitais. Nestas, o que mais nos chamou a atenção foram os cartazes com frases contra o Bolsa Família. De um momento a outro, os beneficiários foram transformados em vilões e culpados da crise que estava começando. O que antes eram opiniões particulares a respeito dos beneficiários foi ganhando proporções tais que este tema passou a integrar o discurso central da classe média e, com a ajuda dos grandes meios de comunicação, tentaram desmoralizar o programa e estigmatizar os beneficiários ao denominá-lo de ‘bolsa esmola’.

Se de um lado houve tais manifestações negativas e preconceituosas contra o BF, de outro, a produção acadêmica tem se debruçado cada vez mais para entender, a partir de



diversos enfoques disciplinares e teóricos, esse programa que, reconhecidamente, alterou e continua mudando o desenvolvimento social e econômico do Brasil.

Começamos por aproveitar a contundente pesquisa de Vaz (2012, p. 5) sobre o BF na produção acadêmica no período de 2003-2010, no qual demonstra que predominam as dissertações da região sudeste do país (SP, RJ, MG)<sup>19</sup>, com um total de cinco, e a região sul (SC, PR)<sup>20</sup>, com três. A região nordeste e o Distrito Federal (DF) com um trabalho. “Observamos que a temática se concentra, com relevância, entre pesquisadores de Educação”, enfatiza esta autora. A preocupação desses pesquisadores é com relação à obrigatoriedade da frequência escolar como uma das condicionalidades do programa.

Com relação à publicação de artigos, Vaz analisou 19 textos das áreas de Educação e Serviço Social. Segundo esta autora, desse total de artigos, dez são de universidades do sudeste, seguida por publicações do sul e nordeste. A autora ressalta que “mesmo a região sudeste sendo predominante, a Nordeste é forte indicadora para análise, pois se relaciona como a região em que houve maior aplicabilidade da política do BF” (p. 6).

Como podemos perceber, a pesquisa acima citada diz respeito ao período do governo Lula. Já no de Dilma Rousseff, a produção acadêmica sobre o BF disparou em diversas áreas. Para medir a quantidade de publicações existentes, utilizamos os mecanismos de busca dos bancos de Teses e dissertações da Capes-CNPq e de artigos da biblioteca eletrônica Scielo (Scientific Electronic Library Online).

A base de dados da Capes – CNPq nos dá, de 2010 a 2014, um total de 172 trabalhos. Destes, 125 são de Mestrado acadêmico, cerca de 31 são de Doutorado e o restante de mestrado profissional. As áreas de conhecimento que mais desenvolveram trabalhos sobre o PBF concernentes ao mestrado acadêmico são as seguintes: Economia (19 dissertações), Serviço Social (19), Sociologia (11), Nutrição (10) e Direito (9). Para as

---

<sup>19</sup> Estados de São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais.

<sup>20</sup> Estados de Santa Catarina e Paraná

Teses de doutorado, a busca aponta 31 trabalhos, mas quando analisamos de perto, são apenas 6 Teses com a entrada “programa bolsa família”, as demais são de trabalhos que falam ou sobre “programa” ou sobre “família”, mas sem referência direta ao PBF. As Teses pertencem às áreas de Sociologia, Serviço Social, Ciência Política, Políticas Públicas, Ciências Econômicas e Nutrição, para citar as que têm mais números de pesquisas.

De 2014 a 2016 aumentou ainda mais a quantidade de trabalhos (ver tabelas 1 e 2) e podemos encontrá-los em outras bases de dados em castelhano. DIALNET (portal de informação multidisciplinar para a difusão de revistas espanholas da Universidad de La Rioja), CSIC (Conselho Superior de Investigações Científicas)<sup>21</sup>, da Espanha e o repositório da CEPAL (Comissão Econômica para a América Latina), do Chile.

Em meio ao limitado número de Teses e dissertações que abordam o programa de uma perspectiva das mudanças subjetivas dos atores envolvidos, encontra-se a Tese doutoral de Maria Mercedes Rabelo, intitulada *Redistribuição e reconhecimento no Programa Bolsa família: a voz dos beneficiários* (2011). Nesta pesquisa, o principal objetivo foi entender quais os sentidos que os beneficiários do PBF atribuem à sua participação no programa, do ponto de vista da cidadania e da inserção social, o que foi feito por meio de entrevistas qualitativas realizadas em dois bairros de baixa renda de Porto Alegre.

Mas sem dúvida, a publicação mais relevante é o livro *Vozes do Bolsa Família: autonomia, dinheiro e cidadania* (2014), da socióloga Walquíria Rego Leão e do antropólogo Alessandro Pinzani. Esse livro é resultado de uma pesquisa de cinco anos de duração, que consistiu em entrevistas qualitativas com beneficiárias do programa nas seguintes localidades: Vale do Jequitinhonha (MG), na região sudeste do país; sertão e

---

<sup>21</sup> Nesta base, curiosamente, encontramos um trabalho em inglês: Zamboni, Y. & Litschig, S. (2014). Audit risk and rent extration: evidence from a randomized evaluation in Brazil. [Risco de auditoria e extração de renda: comprovação a partir de uma avaliação aleatória no Brasil]. Acessado em Janeiro 17, 2017 em: <<http://www.iae.csic.es/investigadoresMaterial/a1459113314archivoPdf89737.pdf>>

litoral de Alagoas, interior do Piauí e Maranhão e periferias de São Luís (MA) e Recife (PE), na região nordeste.

Numa perspectiva interdisciplinar, os autores acima analisam o tema a partir do olhar da Sociologia e da Filosofia, enfatizando que a renda fixa garante autonomia às beneficiárias e a dignificação das suas pessoas como sentimento pessoal, o que lhes permite tomar algumas decisões e fazer escolhas, por mínimas que sejam. “A renda monetária regular (eis nossa Tese principal) permite o desencadeamento de processos de autonomização individual em múltiplos níveis.” (p. 46)

Ao estudar os impactos não só do ponto de vista da segurança alimentar, mas principalmente na subjetividade das mulheres entrevistadas, os autores mostram que a discriminação com relação ao BF na verdade tem origem na discriminação com os pobres. Tomando como ponto de partida o estudo de Georg Simmel, *O pobre*, a pobreza como categoria analítica é desenvolvida de modo a mostrar esta questão não apenas como um problema econômico, mas pluridimensional.

Segundo esses autores, a produção de preconceitos e estereótipos contra os pobres e, em especial, “contra a mulher pobre, não cessa de ocorrer; aliás, é constitutiva das estratégias de dominação política, cultural e social bastante analisada pela sociologia e pelas teorias feministas” (p. 185).

Dentro dos estudos publicados sobre os impactos do BF, estes últimos trabalhos guardam relação com o nosso, devido à abordagem metodológica (entrevistas qualitativas abertas e semi-estruturadas) e enfoque, que passa pelos conceitos de autonomia, cidadania e gênero, ao mesmo tempo em que mantém uma perspectiva crítica.

No entanto, apesar das similitudes conceituais, não existe uma relação direta nas pesquisas acima citadas entre as beneficiárias do Bolsa Família e o acesso à informação,

alfabetização informacional ou inclusão digital. A perspectiva teórico-metodológica utilizada quando os sujeitos são os beneficiários do PBF é outra.

Os beneficiários do Programa Bolsa Família representam hoje 25% da população brasileira, pessoas que saíram da miséria e da pobreza e emergiram quase como uma nova classe social, só que agora com visibilidade. Não se pode ignorar a sua presença, o que, de fato, vem sendo feito pelos estudos acadêmicos. E este trabalho também se propôs a investigá-lo, mas a partir de um novo viés.

Como uma forma de fazer um balanço do principal programa social no Brasil, uma publicação relevante para constituir o Estado da Arte diz respeito ao livro *Programa Bolsa Família: uma década de inclusão e cidadania* (Campello & Neri, 2013). Os organizadores realizaram um mapeamento exaustivo dos impactos do programa no Brasil com diferentes contribuições de pesquisadores que o fizeram a partir de diversos enfoques. Dividida em três seções (Contribuição do PBF para as políticas; Perfil das famílias, resultados e impactos; Desafios e perspectivas), esta publicação começa por analisar o modelo brasileiro de Proteção Social a partir do conjunto das políticas públicas (Brasil sem Miséria, SUAS, CADÚNICO, SUS e PBF)<sup>22</sup> amparada em estatísticas apresentadas em gráficos.

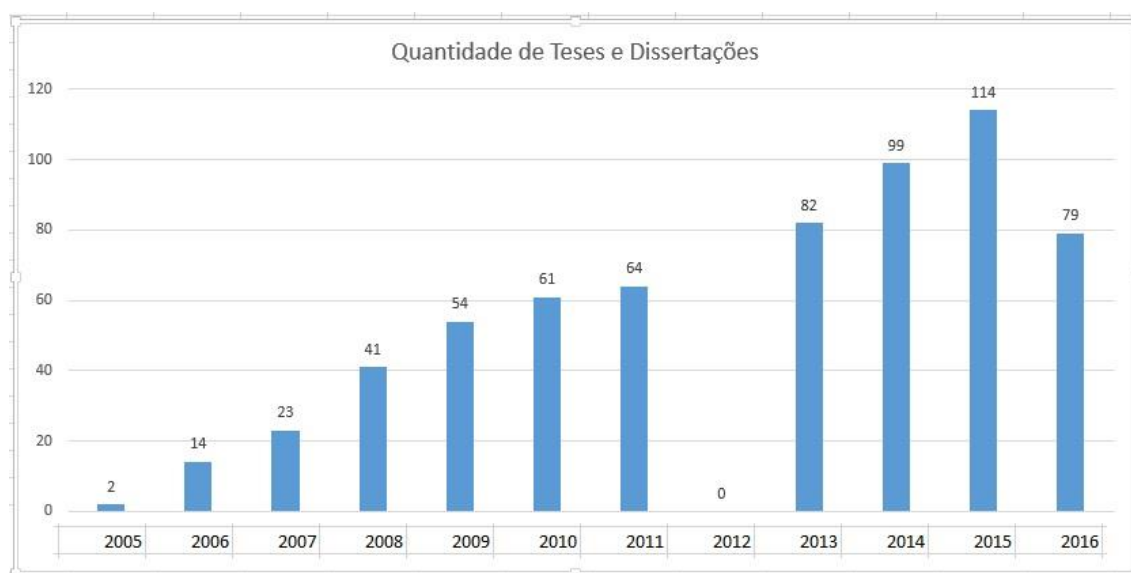
Os impactos foram medidos e analisados na educação por meio do estudo da frequência e repetência escolar; na saúde, por meio da diminuição da mortalidade infantil, menor ocorrência de baixo peso nas crianças. O estudo termina com uma parte sobre os desafios e perspectivas, na qual o PBF é comparado com outros programas de transferência de renda na América Latina. Cohn (2013), por exemplo, vê o programa como um êxito, visto que não se deve esperar dele mais do que se propõe, que é a erradicação da pobreza extrema; Kerstenetzky (2013), no entanto, tece fortes críticas à

---

<sup>22</sup> Esses programas de Proteção social são descritos no capítulo 5.

forma como o PBF se desenvolveu ao longo desses dez anos, apontando o que lhe faltou e o que pode ser feito ainda para resolver os problemas enquanto política pública.

Se de um lado a publicação acima é analítica e geral, as Teses defendidas ao longo de 2016 trazem diferentes estudos de caso que só puderam ser feitos devido ao tempo de atuação e cobertura do programa. Por isso, encontramos pesquisas com enfoques específicos que nos dão a dimensão de uma maneira mais ampla dos impactos do PBF. Utilizamos aqui como termômetro uma das principais referências para recuperação de trabalhos científicos, que é a Consulta ao Banco de Teses e Dissertações da Capes. Utilizando a entrada “Programa Bolsa família”, obtivemos um total de 695 publicações no período de 2005-2016, distribuídos da seguinte forma no gráfico abaixo:



**Gráfico 02 – Quantidade de Teses e Dissertações do Banco de Teses da CAPES**

Obs.. O banco de teses não apresentou nenhum resultado para o ano de 2012.

Fonte: elaboração própria a partir de dados do Banco de teses e dissertações da Capes

Houve um crescimento progressivo de trabalhos sobre o tema tendo o ano de 2015 como o ano em que houve mais defesas (91 dissertações e 23 teses). Levando em consideração que o PBF tem início em 2003, em 2005 há apenas dois trabalhos de mestrado (duração de dois anos), menos tempo que os programas de doutorado (que duram quatro anos).

De acordo com o Banco de Dados da USP, em 2016 foram indexados 79 trabalhos científicos (23 teses e 56 dissertações). Como não é possível mencionar todas nesta Tese, escolhemos cinco que, do nosso ponto de vista, apresentam-se como inovadoras em termos de enfoque e avaliação de impacto em longo prazo e têm uma perspectiva mais atual.

Uma delas é a dissertação de Candado (2016), intitulada *O Programa Bolsa Família e condicionalidades: escola municipal indígena Tengatui Marangatu*, na qual a autora estuda o PBF e as especificidades das condicionalidades da frequência escolar, considerando a realidade e o contexto de crianças de três comunidades indígenas guarani kaiowá, guarani ñandeval e terena na escola indígena à qual o título da dissertação faz alusão. Para a autora, a frequência escolar é uma condicionalidade bastante limitada do programa e aponta para a necessidade de que novos olhares sejam lançados nesse sentido, sobretudo para as questões indígenas de forma a estimular mais ainda as famílias e os alunos.

Nery (2016), com a sua tese *Efeitos do Programa Bolsa Família e da Estratégia de Saúde da Família em doenças infecciosas relacionadas à pobreza*, estuda os impactos desses programas na redução dos casos de tuberculose e hanseníase no período de 2004-2012. Sua investigação concluiu que, nas áreas onde a cobertura desses programas foi de 70% ou mais, houve uma redução significativa das doenças em termos estatísticos, se comparado com áreas de cobertura baixa dos programas, o que também incidiu no percentual de cura e de abandono dos doentes. Isto porque em muitas partes do país ainda há desinformação sobre essas doenças, o que pode gerar medo e estigma e programas como Estratégia de Saúde da Família têm contribuído não só com o tratamento, mas principalmente com informação a respeito desses tipos de doenças.

Outra tese que nos chama a atenção é a de Roncador (2016), intitulada *Catadores(as) de recicláveis de Presidente Prudente: desafios e limites das políticas públicas de inclusão produtiva*, cujo objetivo é identificar as possibilidades de inclusão produtiva de pessoas em condições de profunda vulnerabilidade e risco social, derivados da atividade de catador de material reciclável no município de Presidente Prudente, localizado no interior de São Paulo. O grupo estudado é formado por catadores (as) do Lixão desta cidade que eram beneficiários do programa Bolsa Família e se tornaram sujeitos das ações de inclusão produtiva por parte do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (PRONATEC).

Silva (2016), por sua vez, em sua dissertação de mestrado *Análise do impacto do Programa Bolsa Família sobre os índices de confiança nas instituições públicas brasileiras* (2010-2012) parte da hipótese de que os programas sociais de redistribuição de renda restauram a confiança da população nas instituições. Mas a sua hipótese não foi comprovada devido ao fato de que a confiança nas instituições (Judiciário, Congresso Nacional, Poder Executivo e Partidos Políticos) depende de variáveis culturais e institucionais como avaliação do combate à corrupção, à pobreza e condução da economia do país e não por políticas redistributivas.

Outro enfoque diferenciado diz respeito à tese de Cardoso (2016), *Capital e trabalho no Brasil do século XXI: o impacto de políticas de transferência e de tributação sobre desigualdade, consumo e estrutura produtiva*. Nesta investigação a autora investigou os diferentes impactos do processo redistributivo analisando os impactos econômicos de modificações da distribuição de rendimentos na economia brasileira. Para isso, utilizou o modelo Matriz de Contabilidade Social como metodologia e aplicou-o a dois programas: ao PBF e à Tributação sobre lucros dividendos. Os resultados sugeriram que o programa bolsa família gera ganhos indiretos para classes que não são

beneficiárias devido aos efeitos indiretos da política que incidem na geração de renda do trabalho e do capital.

Analisando o conjunto áreas e temas presentes nos bancos de dados, foi possível perceber que a maioria desmistifica alguns mitos como os de que o BF acomoda os beneficiários, no sentido de não trabalharem ou estudarem ou de que se trata de um mero programa de assistencialista. Outros aspectos nos quais estão em conformidade dizem respeito aos impactos na saúde e nutrição e na educação, que tiveram melhora substancial a partir da condicionalidade do programa.

Nos últimos anos, no entanto, as Teses e dissertações vêm avançando em termos científicos e mostram a amplitude dos impactos do BF com abordagens qualitativas e enfoques diversificados para avaliar os reais impactos do BF por meio de uma maior diversidade humana e temática.

O mesmo não se pode dizer ainda do tema da “alfabetização informacional”, que tem apenas três resultados no banco da Capes, uma dissertação defendida em 2009<sup>23</sup> e duas teses, em 2013<sup>24</sup> e 2014<sup>25</sup>. Já a palavra chave “competência informacional” gerou um total de 90 resultados. Ainda assim, como afirma Paixão (2016), ainda é muito incipiente a produção científica no Brasil sobre ALFIN em publicações, projetos e experiências formativas, mesmo tendo passado dez anos da primeira publicação sobre o tema, escrito por Caregnato (2000).

Quando fazemos a combinação de “programa bolsa família” e “ALFIN”, os resultados são nulos. Não existe nos trabalhos publicados uma relação entre os beneficiários e a alfabetização informacional, razão pela qual se faz necessário esta Tese e, esperamos,

---

<sup>23</sup> Terso, I. C. (2009). *Alfabetização informacional e o uso de tecnologias por bibliotecários de Instituições de Ensino Superior privadas do município do Salvador*. Dissertação de Mestrado. Programa Ciência da Informação. Universidade Federal da Bahia, Salvador.

<sup>24</sup> Gama, A. C. S. C. (2013). *Competência informacional Aprendizado individual ao longo da vida*. Tese de Doutorado. Programa em Ciência da Informação. Universidade de Brasília (UnB), Brasília.

<sup>25</sup> Mata, M. L. *A inserção da Competência Informacional nos currículos dos cursos de Biblioteconomia no Brasil e nos cursos de Informação e Documentação na Espanha*. Tese de Doutorado. Programa em Ciência da Informação. Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Marília (SP).



venha a contribuir para desenvolvimentos futuros e possa contribuir para a inclusão digital e social de grupos vulneráveis como os estudados aqui.

## **1.5 Estrutura do trabalho**

Esta investigação está estruturada em sete capítulos, referências, índices e anexos, desenvolvidos da seguinte maneira:

Na primeira parte, onde se encontra a fundamentação teórica e conceitual, tem no segundo capítulo o seu marco teórico, no qual descrevemos a Sociedade da Informação e mostramos como se insere o Brasil no contexto tecnológico para relacionar com as políticas de TIC e de gênero. Relacionar as categorias mulher, autonomia econômica e Estado nos pareceu conveniente para preparar o caminho para os conceitos de reconhecimento, cidadania e empoderamento.

No terceiro capítulo, intitulado Análise do entorno geral, procuramos mapear, no contexto da América Latina, as políticas de acesso à informação pública e também as políticas de ALFIN para a inclusão social, bem como as que contemplam a igualdade de gênero neste continente. Como pano de fundo, desenvolvemos também os fatores econômicos, socioculturais e tecnológicos para entender as razões estruturais do continente onde se insere o seu maior país e que até pouco tempo atrás era, digamos, um ‘líder natural’ no Mercado Comum do Sul (Mercosul).

Já o capítulo 4, que trata do entorno específico do nosso objeto, como o próprio nome diz, aborda a pluralidade conceitual das políticas públicas, analisando-a como um direito humano e mostra as políticas públicas e sociais no Brasil desde a instauração da República, em 1889 até as políticas de acesso à informação. O capítulo se encerra avaliando o país no contexto da globalização e da economia liberal, e a forma como o

Programa Bolsa Família se constitui em uma política social apesar das probabilidades contra.

O quinto capítulo, pertencente à segunda parte desta investigação (Contexto das políticas públicas de gênero e o PBF), detalha a macro estrutura formada em torno deste programa social relacionando-a com as de gênero no Brasil. Também é descrito aqui um painel da situação das bibliotecas dos municípios em questão e também da capital de Sergipe, onde se situa a maior do estado. Além disso, este capítulo descreve o perfil das mulheres entrevistadas, bem como os seus conhecimentos informáticos e documentais analisados a partir dos modelos de avaliação IDEIAS (Cuevas Cerveró et al., 2011) e AURA (Auto Reforço Acompanhado) e a análise dos resultados obtidos nas entrevistas. No capítulo 6, optamos por trabalhar mais aprofundadamente as falas das entrevistadas, devolvendo-lhes as suas vozes para nos acercarmos às categorias de empoderamento, reconhecimento social e cidadania. Para isso, criamos um quadro de indicadores desmembrando o conceito de empoderamento a partir das categorias “ter”, “saber”, “querer” e “poder”, nas quais se inserem as suas percepções de reconhecimento social e de cidadania.

No último capítulo, 7, além das conclusões, também fazemos algumas recomendações futuras e uma projeção do estudo.

Finalmente, as referências bibliográficas, lista de tabelas, imagens e figuras e o índice de siglas utilizadas ao longo deste trabalho e anexos.



## **PARTE I - FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA E CONCEITUAL**

---



O decorrer da pesquisa demonstrou a complexidade do objeto de pesquisa e também a multiplicidade de conceitos e categorias teóricas que o envolve. Não foi suficiente tentar abarcá-lo apenas de um ponto de vista da informação e dos conceitos os quais se relacionam (cidadania, inclusão digital e informacional, gênero, empoderamento).

Isto porque, não basta falar em inclusão e brecha digital sem abordar a outra face da mesma moeda, que é a brecha social. Esse desdobramento implica manejar também outras categorias que resvalam para as ciências sociais e políticas, até mesmo para entender os caminhos das políticas públicas no Brasil e na América Latina, para podermos, então, voltar aos nossos conceitos chave.

Dessa forma, este capítulo desenvolve o nosso marco teórico utilizando os conceitos que vão desde a Sociedade da Informação, passando pela teoria de gênero e pelo movimento feminista no Brasil, autonomia econômica e reconhecimento para terminar com os conceitos de cidadania e democracia.

### **2.1. Sociedade da Informação, Sociedade do Conhecimento, Sociedade Informacional - delimitação teórica e terminológica**

Para contextualizar o nosso objeto de pesquisa dentro do que chamamos Sociedade da Informação (SI a partir de agora), optamos por historicizar os termos, a que se deve este conceito e o porquê das diferentes terminologias, uma vez que cada uma carrega uma bagagem ideológica.

### **2.1.1. Sociedade da Informação**

As transformações no mundo, principalmente no século XX, são evidentes sob todos os aspectos que quisermos explorar. As mudanças ocorridas mostram outro momento diferente daquele no qual foi engendrada a sociedade industrial, o que podemos chamar de um novo paradigma, uma vez que muda também a nossa forma de pensar e de agir. De acordo com Castells (1999, p. 46)

Descobertas nos campos da matemática, física, engenharia e comunicação modificaram radicalmente o armazenamento, manipulação e transmissão de dados e informações. Ao mesmo tempo, alterações na estrutura social, política e econômica de diversos países, combinadas com um forte processo de reestruturação das empresas e maior flexibilidade para a circulação de capitais e investimentos, produziram períodos de grande instabilidade, volatilidade e, para alguns países, principalmente na América do Norte e Europa, prosperidade.

Tudo isso foi engendrando o que muitos autores começaram a analisar como uma nova etapa, que seria a SI. Mas é preciso um exercício histórico e analítico para entendê-la a partir das suas complexas características, terminológicas e conceituais.

A SI remonta às estruturas de informação do século XX (Santos & Grossi 2009, p. 45). Numa sequência histórica, estas autoras lembram as três revoluções industriais. A primeira, com a invenção do motor a vapor em 1769; a segunda com a introdução da eletricidade afetando os meios de produção e criando uma comunicação a distância; e por fim, a terceira, que abriu caminho para a sociedade da informação, devido à sua dependência da tecnologia e da ciência.

De lá para cá, várias expressões foram usadas para cunhar uma nova fase da sociedade marcada pela presença das tecnologias: sociedade pós-industrial (Bells, 1973), sociedade tecnocrônica (Brzezinski, 1971), sociedade da informação (Machlup, 1962; Masuda, 1980), sociedade do conhecimento (Hargreaves, 2003), sociedade informacional (Castells, 2003).

A noção de uma sociedade global da informação, de acordo com o teórico da comunicação Armand Mattelart (2002, p. 12), é o resultado de uma construção

geopolítica. “A efervescência da ininterrupta expansão das inovações técnicas contribui para isto seja esquecido”<sup>26</sup>. Daí a necessidade de se analisar os diferentes termos utilizados desde então para que utilizemos um que se aproxime mais de um contexto que contemple uma perspectiva mais ampla (social, cultural e humana) e não meramente econômica e tecnológica.

O britânico Frank Webster, autor do livro *Information Society Theories* (1995), destrincha o conceito de sociedade da informação e descreve as suas características. Dessa forma, divide o debate em dois grandes blocos englobando diversos – e diferentes – autores.

No primeiro bloco, os que a veem como uma nova ordem social que rompe com passado e cuja característica é a circulação da informação:

pós-industrialismo (Daniel Bell e seguidores)

pós modernismo (Baudrillard, Mark Poster, Paul Virilo)

especialização flexível ( Michel Priore)

sociedade Informacional (Manuel Castells)

e o outro bloco, os que veem as mudanças muito mais como um processo de continuidade e abrange as seguintes correntes e autores:

neo-marxismo (Herbert Shiller)

teoria da regulação (Michel Aglieta, Alain Lipietz)

acumulação flexível ( David Harvey)

modernização reflexiva ( Antonny Giddens)

esfera pública (Habermans, Nicholas Garnham)

---

<sup>26</sup> Tradução nossa. Texto original: “La efervescencia de la ininterrumpida expansión de las innovaciones técnicas contribuye a que esto se olvide” (Mattelart, 2002, p. 12).



Dessa forma, para Webster, a diferença entre ambos os grupos é de ênfase, com as diversas abordagens ocupando pontos no mesmo continuum. Sem dúvida, todavia, há um polo que privilegia a mudança e outro onde a ênfase está na continuidade<sup>27</sup> (Webster, 1995, p.15)

Com relação ao termo SI, para o sociólogo norte americano Daniel Bell (1991, p. 145), a sociedade pós-industrial é uma sociedade da informação, como a sociedade industrial é produtora de bens.

A sociedade pós-industrial tem por base os serviços e a sua fonte de poder reside na informação. Dessa forma, esta sociedade pauta-se pela ascensão dos serviços, que se tornam hegemônicos e pelo declínio das atividades industriais.

Quando menciona a sociedade da informação, Bell refere-se a que numa fase pós-industrial os serviços e a informação (conhecimento técnico e científico) seriam os seus pilares. Bertero (2003, p. 16), no entanto, faz uma crítica à sua visão de períodos sequenciais da História e afirma que as transformações ocorridas, sobretudo, a partir da segunda metade do século XX nos levaram não a uma sociedade pós-industrial, mas a uma essencialmente capitalista cujas mudanças implicaram em uma “generalização da indústria entre várias atividades”.

Brzezinski (1979), por sua vez, rejeita o termo pós-industrial por ser, segundo ele, vazio de conteúdo, pois não expressa as reais forças que estão na origem da mudança, em troca, propõe a substituição por “sociedade tecnocrônica”. Segundo este autor, “a nova tecnologia das comunicações eletrônicas é que havia inaugurado a nova era” (citado por Santos & Carvalho, p. 46) Este termo, por sua vez, também não vingou, pois centra o convulsivo contexto exclusivamente nas tecnologias, retirando o papel político e cultural humano.

---

<sup>27</sup> Tradução nossa. Texto original: “The difference between information society theorists and those who examine informatisation as a subordinate feature of established social systems can be one of degree, with thinkers occupying different points along a continuum, but there is undeniably one pole on which the emphasis is on change and another where the stress is on persistence.” (Webster, 1995, p. 15).

Nesse momento, junto com Bell, diversos autores trabalharam com o termo Sociedade da Informação antes que esta viesse a ter o sentido que obteve nos dias atuais. De acordo com Bertero (2003, p. 17-18),

O microprocessador, diz H. Henderson (1978, apud Kumar, 1997), revogou finalmente a teoria do valor trabalho. Stonier (1983, apud Kumar, 1997) argumenta que a informação superou a terra, o trabalho e o capital como insumo mais importante no sistema moderno de produção. E Y. Masuda (1981/85, apud Kumar, 18 1997) proclama que, na nova sociedade, a mercadoria informação – que consiste de redes de informação e bancos de dados –, a organização básica da geração de informação, sucederá a fábrica como símbolo societário. Ela terá o caráter fundamental de uma infraestrutura e o capital formado por conhecimento predominará sobre o capital material na estrutura da economia.

Como podemos notar, o otimismo é crescente entre os autores acima citados com relação ao novo contexto, que tem como base a informação como mercadoria, rede de informação e bancos de dados. Só que o que predomina é mais a informação do que a sociedade.

Mas este debate ainda está longe de terminar. Como afirma Burch (2005, p. 1), cada expressão possui um passado e um sentido (ou sentidos), com sua respectiva bagagem ideológica. “Era de esperar, então, que o termo que se quer usar para designar a sociedade na qual vivemos, ou à qual aspiramos, seja objeto de uma disputa de sentidos, dentro da qual se confrontam diferentes projetos de sociedade”.

O marco para deliberar sobre o termo a ser utilizado foi a Cumbre Mundial da Sociedade da Informação (CMSI) realizada em 2003 e 2005 que, com algumas variantes, debateu entre Sociedade da Informação e Sociedade do Conhecimento.

Uma rápida pesquisa em qualquer buscador mostra que o termo SI vem sendo o mais utilizado entre os diferentes autores. Segundo Burch, isto se deve às políticas oficiais dos países desenvolvidos. A entrada da Internet e das novas tecnologias nos anos 90 no novo cenário, juntamente com os discursos oficiais de diversas entidades de poder do mundo (G8, OCDE, Banco Mundial, ONU), acabaram por cristalizar o uso desse termo.

Nesse contexto, o conceito de “sociedade da informação” como construção política e ideológica se desenvolveu a partir da globalização neoliberal cuja principal meta foi acelerar a instauração de um mercado mundial aberto e autorregulado. Política que contou com estreita colaboração de organismos multilaterais como a Organização Mundial do Comércio, o Fundo Monetário Internacional (FMI) e o Banco Mundial (BM), para que os países mais fracos abandonem as regulações nacionais ou medidas protecionistas que desalentariam o investimento; tudo isso com o conhecido resultado do escandaloso aprofundamento das brechas entre ricos e pobres no mundo.<sup>28</sup> (Burch, 2005, p. 2).

A nosso ver, esta autora entra em um aspecto muito importante do debate, que é a estreita relação entre SI, globalização e novas tecnologias da comunicação. Não há como falar em uma coisa sem pensar na outra. As TIC aceleram a globalização econômica e forjam o cenário denominado SI. Por isso devemos analisar, dentro da perspectiva desta pesquisa, se nosso objeto cabe dentro desse conceito de sociedade que vem de cima para baixo.

### **2.1.2. Sociedade do Conhecimento**

Como podemos observar, o termo SI vem sendo utilizado desde a metade do século passado e possui certa complexidade. Ao mesmo tempo em que acompanhamos o desenvolvimento histórico do uso de termo, nota-se também que este é utilizado por força da repetição, como algo naturalizado. Mas há mais coisas a serem analisadas.

Se de um lado SI se embrenhou dentro de um contexto muito mais técnico que analítico, não foi o que ocorreu com o termo Sociedade do Conhecimento (*knowledge society*). De acordo com Burch (2005), usa-se particularmente nos meios acadêmicos, como alternativa à expressão “Sociedade da Informação”. Para Abdul Waheed Khan (citado

---

<sup>28</sup> Tradução nossa. Texto original: En este contexto, el concepto de "sociedad de la información", como construcción política e ideológica, se ha desarrollado de la mano de la globalización neoliberal, cuya principal meta ha sido acelerar la instauración de un mercado mundial abierto y "autoregulado". Política que ha contado con la estrecha colaboración de organismos multilaterales como la Organización Mundial del Comercio (OMC), el Fondo Monetario Internacional (FMI) y el Banco Mundial, para que los países débiles abandonen las regulaciones nacionales o medidas proteccionistas que "desalentarían" la inversión; todo ello con el conocido resultado de la escandalosa profundización de las brechas entre ricos y pobres en el mundo. (Burch, 2005, p. 2)

por Burch, 2005, p. 2), subdiretor geral da Unesco para a Comunicação e Informação, esta organização desenvolveu uma reflexão em torno do tema para ampliar seu sentido para além de uma visão econômica:

A Sociedade da Informação é um elemento para a construção de sociedades baseadas no conhecimento. Mas vejo o conceito de "sociedade de informação" ligado à idéia da "inovação tecnológica", enquanto que o conceito de "sociedades do conhecimento" engloba dimensões de transformação social, cultural, econômica, política e institucional, numa perspectiva mais plural e de desenvolvimento. Na minha opinião, portanto, é preferível o conceito de "sociedades do conhecimento", por melhor capturar e descrever a complexidade e o dinamismo das mudanças. (...) o conhecimento, no caso, é importante não somente por proporcionar crescimento econômico, mas também por empoderar e desenvolver todos os setores da sociedade<sup>29</sup>. (Tradução nossa)

A diferenciação da UNESCO é bastante pertinente, uma vez que o termo conhecimento (*knowledge*) abarca a informação. Esta estaria no campo meramente tecnológico, enquanto a primeira ganha um sentido mais amplo e plural, na qual o fator humano tem uma preponderância sobre o industrial/tecnológico.

### **2.1.3. Sociedade Informacional**

Manuel Castells (2011, p. 25), por sua vez, prefere o termo Sociedade Informacional. Este autor procura estabelecer uma distinção entre indústria e industrial. A sociedade industrial não é caracterizada somente pela indústria, mas pelas formas sociais e tecnológicas que permeiam todas as esferas da atividade (sistema econômico, tecnológico, militar), afetando, conseqüentemente, o cotidiano. Dessa forma, quando ele

---

<sup>29</sup> Texto original: Information society is the building block for knowledge societies. Where as I see the concept of 'information society' as linked to the idea of 'technological innovation', the concept of 'knowledge societies' includes a dimension of social, cultural, economical, political and institutional transformation, and a more pluralistic and developmental perspective. In my view, the concept of 'knowledge societies' is preferable to that of the 'information society' because it better captures the complexity and dynamism of the changes taking place. (...) the knowledge in question is important not only for economic growth but also for empowering and developing all sectors of society. Abdul Waheed Khan (citado por Burch, 2005, p. 2)

se refere à economia informacional ou sociedade informacional, procura abranger as profundas transformações que vêm ocorrendo.

O termo informacional indica o atributo de uma forma específica de organização social na qual a produção da informação, o seu processamento e transmissão se tornam as fontes principais da produtividade e do poder em virtude das novas condições tecnológicas emergentes no actual período da história.

Dessa forma, Castells (2011, p. 21) distingue dois modos de desenvolvimento: o industrialismo e informacionalismo. No primeiro predomina a maximização da produção para o desenvolvimento da economia; no segundo, prevalece o desenvolvimento tecnológico, ou seja, “a acumulação de conhecimentos e maiores níveis de complexidade do processamento da informação”. Este modo é a base para outro termo utilizado por Castells que é a Sociedade em Rede, na qual a Internet não é uma mera ‘tecnologia da comunicação’, mas uma ferramenta importante na produção e difusão da informação, sendo o principal produto de “revolução tecnológica”.

Uma das características principais da sociedade informacional é a lógica de rede da sua estrutura básica que explica o uso do conceito sociedade em Rede. [...] Contudo, outras componentes da “sociedade informacional”, tais como os movimentos sociais ou o Estado enunciam características que vão além da lógica da rede, apesar de serem extremamente influenciadas por esta lógica, como característica da nova estrutura social (Castells, 2011, p. 25).

Acreditamos que tanto Sociedade do Conhecimento como Sociedade Informacional traduzem melhor as implicações presentes. Ambas tomam a produção e transmissão do conhecimento como fatores preponderantes, com diferenças sutis entre elas. A principal diferença é que Castells enxerga as potencialidades e as imbricações do *informacionalismo* (capital informacional) como base para uma sociedade ainda mais complexa, que é a sociedade em rede. O que não retira o seu carácter pluralista requerido pelo outro conceito, muito pelo contrário. Nem a sua potencialidade transformadora, uma vez que as ferramentas da sociedade em rede podem ser usadas positivamente pelos movimentos sociais.

No entanto, no Brasil, prevalece institucionalmente o uso do termo Sociedade da Informação, que, como foi dito anteriormente, vem de um uso repetitivo e a-crítico. Utilizaremos aqui o termo Sociedade da Informação devido ao fato de este estar presente no discurso institucional.

## **2.2. O Brasil no contexto da ‘Sociedade da Informação’ e políticas de acesso à informação**

Inserido num contexto de mudanças provocadas pelas novas tecnologias da Informação e Comunicação (TIC) e também devido às pressões nacionais e internacionais, o governo de Fernando Henrique Cardoso (1995-2003) iniciou em 2000 um programa de ações para introduzir o país nesse contexto, chamado Sociedade da Informação no Brasil – Livro Verde (LV).

Encabeçado pelo Ministério da Ciência e Tecnologia (MCT) e por uma equipe formada por profissionais do Brasil e do exterior, o processo foi dividido em três etapas: “1) Elaboração - do LV, discussão com a Sociedade, elaboração de um Livro Branco; 2) Execução – Ações operacionais do triênio (2001-2003); 3) Consolidação – Avaliação Geral do Programa, elaboração de conjunto de propostas (LV, 2004, citado por Santos & Carvalho: 2009, p. 47). Mas esse programa não deu certo e as políticas de inclusão digital ficaram a cargo do governo de Luis Inácio Lula da Silva (2003-2010).

Dessa forma, na gestão de Lula, o tema da Sociedade da Informação se cristalizou e passou a ser abordado a partir de uma nova concepção, passando a ter como meta a inclusão digital com programas que valorizam a conectividade. Os programas, em sua maioria, dizem respeito à compra e introdução de equipamentos e à ampliação de telecentros e infocentros em todo o país. Apesar de todos os programas pensados para a chamada Inclusão digital, segundo Santos e Carvalho (2009, p. 3), “a preocupação com

a alfabetização digital e com a produção de conteúdo e troca de informações não foram contempladas”, uma vez que naquele momento prevaleceu o aspecto meramente tecnológico.

Ainda que esses programas não tenham se encaminhado para projetos de capacitação informacional e educacional que tivessem possibilitado uma mudança estruturante, podemos apontar alguns aspectos da inclusão digital que são importantes para entender como se constituem os futuros usuários das redes e dos serviços de acesso à informação. Utilizando a sistematização de Oliveira (2011, p. 68), temos abaixo na tabela 04 o seguinte balanço sobre o programa de inclusão digital do governo federal no período de 2003-2010:

<b>Programas oficiais de inclusão digital do Governo Federal</b>	
Acesso às tecnologias de comunicação e Informação	1-Computador para todos 2-Centro de Difusão de Tecnologia e Conhecimento (SDTC) 3-Programa Governo Eletrônico – Serviço de Atendimento ao Cidadão (GESAC)
Telecentros comunitários	1-Computadores para Inclusão (CI) 2-Oficina para Inclusão Digital 3-Observatório Nacional de Inclusão Digital (ONID) 4-Programa Nacional de Apoio à Inclusão Digital nas Comunidades (Telecentros.BR) 5- Rede Nacional de Formação para Inclusão Digital 6-Kit Telecentro 7-Centro de Acesso à Tecnologia para a Inclusão Social (Catis) 8-Cidade Digital para Convergência Social 9-Territórios Digitais 10- Casa Brasil 11- Centros Vocacionais (CVT) 12- Telecentros de Pesca - Maré 13- Pontos de Cultura – Cultura Digital 14- Programa SERPRO de Inclusão Digital (PSID) 15- Quiosque do Cidadão 16- Telecentros Banco do Brasil 17- Telecentros de Informação e Negócios (TIN) 18- Programa Estação Digital
Inclusão Digital nas Escolas	1-Programa Nacional de Informática na Educação (ProInfo) 2- Portal Domínio Público 3- Linux Educacional - solução em software livre 4- Programa Banda Larga nas Escolas 5- Portal do Professor

	6- Banco Internacional de Objetos Educacionais 7- Projetor ProInfo 8- Programa Um Computador por Aluno (Prouca) 9- Computador Portátil para Professores 10- e-ProInfo - Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA)
Massificação de Banda Larga	Programa Nacional de Banda Larga (PNBL)

**Tabela 04 – Balanço de programas de inclusão digital do governo federal 2003-2010**

Fonte: Oliveira (2011)

Se de um lado a quantidade de programas busca levar os equipamentos às escolas, às salas de aula e também a espaços públicos que contemplem um público mais amplo, de outro, a carência de uma política vigorosa voltada para a capacitação informacional de professores e dos novos usuários deixou falhas profundas. Isso se reflete no uso limitado desses equipamentos para o acesso e a produção de conhecimento e, também, na construção e consolidação da cidadania através do acesso à informação.

O outro lado da moeda no que diz respeito a fazer parte da Sociedade da Informação refere-se ao acesso à internet, que é um dos seus pilares. Ter acesso à internet significa estar mais bem informado, conectado e com mais chances de obter informação de qualquer natureza e, assim, ampliar o poder de decisão, seja em que área for.

De acordo com a última pesquisa do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)<sup>30</sup>, metade dos brasileiros está conectada à internet de alguma maneira, quer por telefonia fixa ou móvel. Entre 2011 e 2014, o acesso dos brasileiros à rede mundial de computadores triplicou, passando de 15% para 47%. O Comitê Gestor da Internet no Brasil, do Ministério das Comunicações, por sua vez, mostra que o celular é a ferramenta mais usada para conexão, (com 76%), seguido pelo computador de mesa (54%), notebook 46%) e *tablet* (22%)”.

A ONU, em seu relatório *The state of broadband* (2015), reconhece que o avanço em acesso à internet no Brasil foi devido às políticas de popularização do acesso, mas

---

<sup>30</sup> Disponível em: <[www.ibge.gov.br](http://www.ibge.gov.br)>



também afirma que seus indicadores permanecem abaixo dos padrões de países desenvolvidos. Ainda assim, o relatório da ONU destaca o Plano Nacional de Banda Larga 2.0 (PNBL), lançado em 2014 no governo de Dilma Rousseff, que tem o objetivo de popularizar a internet no Brasil, sobretudo nas regiões mais carentes.

### **2.3. Movimento (s) feminista (s) e Estado: políticas públicas pensadas e criadas para as mulheres**

Falar sobre as beneficiárias do Programa Bolsa família, no feminino, implica em pensar antes de tudo sobre a mulher, afinal, o programa foi pensado e criado para ela. Isso porque a mulher é vista com aquela que administra melhor a renda, possibilitando que nada falte em casa. Como afirmou a presidente Dilma Rousseff quando teve sua candidatura lançada no PT no primeiro mandato: “Nós, mulheres, nascemos com o sentimento de cuidar, amparar e proteger. Somos imbatíveis na defesa da nossa família e dos nossos filhos”.

Isso implica em afirmar que, ao ser a beneficiária direta do cartão Bolsa Família, ela também será a responsável por cumprir as condicionalidades que o programa exige como a frequência escolar dos filhos e as visitas ao posto de saúde para vacinação e controle de peso e nutrição.

Mais do que abordar aqui a história do feminismo ou dos estudos de gênero de uma maneira aprofundada, visto que é um tema recorrente na literatura, interessa-nos sistematizar e mapear o estado do movimento feminista para inserir nesse quadro as mulheres das quais falamos. Antes de tudo, cabe aqui uma distinção entre o que é o movimento feminista enquanto movimento social – que é a nossa perspectiva de análise histórica e conceitual – e o estudo de gênero.

Alves & Pitanguy (1985, p. 9), entendem o feminismo como um movimento político e social organizado que busca repensar e recriar a identidade de sexo sob uma ótica ampla. Para elas, o indivíduo, seja ele homem ou mulher, não deve ter que se adaptar a modelos hierarquizados e defendem que as qualidades, “femininas” ou “masculinas”, sejam atributos do ser humano em sua globalidade.

Ao afirmar que o sexo é político, pois contém também ele relações de poder, o feminismo rompe com os modelos políticos tradicionais, que atribuem uma neutralidade ao espaço individual e que definem como política unicamente a esfera pública, “objetiva”. Desta forma, o discurso feminista, ao apontar para o caráter também subjetivo da opressão, e para os aspectos emocionais da consciência, revela os laços existentes entre as relações interpessoais e a organização política pública.

Assim, o âmbito privado, subjetivo é mostrado pelo feminismo como uma coisa pública e política, desvelando a sociedade patriarcal e mostrando as relações opressivas em que a mulher sai da dominação paterna para a marital, numa sequência de opressão e subordinação que se reproduz ainda hoje em muitas sociedades.

O feminismo tem seu germen na manifestação de algumas mulheres de maneira bastante pontual no decorrer da história. Podemos identificar os seus primórdios durante a Revolução Francesa, cujo marco foi o livro *A vindication of the rights os woman*, de Mary Wollstonecraft, publicado em 1792. Neste livro, a autora reivindicava a “legitimação e amplitude dos direitos políticos para as mulheres, colocando em prática a teoria liberal dos direitos inalienáveis do homem, para lutar pelo direito feminino, enfatizando maior atenção ao direito à educação” (citada por Oliveira & Cassab, 2014, p. 1).

Pinto (2003) classifica a história do feminismo em três ondas, tendências ou momentos. A primeira onda ocorreu nas últimas décadas do século XIX na Inglaterra e culminou na conquista do direito ao voto, em 1918 pelas “sufragetes”. No Brasil, a luta era pelo direito ao voto e pela vida pública, discurso sobre o qual Nísia Floresta foi uma das

vozes mais marcantes. Outro nome importante nesse momento foi Bertha Lutz, uma das fundadoras da Federação Brasileira pelo Progresso Feminino, que lutou pelo direito ao voto e ao trabalho sem a autorização do marido, o que só foi conquistado em 1932 com a promulgação do Novo Código Eleitoral Brasileiro e consolidado na Constituição de 1934. A partir daí a luta feminista perde força, uma vez que a principal reivindicação já tinha sido alcançada, mas volta a ressurgir na década de 60. Pinto (2010) chama esse período de feminismo “bem-comportado”, devido ao seu caráter conservador, pois não questionava a opressão da mulher.

Nesse meio tempo, Simone de Beauvoir lança *O segundo sexo* (1949), um marco no que seria os primórdios dos estudos de gênero ao mostrar que o lugar que a mulher ocupa na sociedade é uma construção cultural e não biológica. Era o que faltava para o debate sobre a mulher, que foi omitido pela teoria marxista, que se preocupou apenas com a luta de classes, e não com as diferenças e desigualdades entre homens e mulheres inerentes a elas.

O contexto da década de 1960 foi bastante intenso: movimento hippie na Califórnia, maio de 68 em Paris, pílula anticoncepcional nos Estados Unidos e Alemanha, a música dos Beatles e dos Rolling Stones, lançamento do livro *A mística feminina*, de Betty Friedman, em 1963, aprofundamento da relação de poder entre homens e mulheres para além da relação de poder de classes (Pinto, 2010). Podemos dizer que os anos 60 preparam o ambiente para a “segunda onda”, iniciada na década seguinte e é considerado por Pinto (2003) como feminismo “malcomportado”, uma vez que esta tendência reúne uma gama heterogênea de mulheres intelectuais, anarquistas, líderes operárias etc. e questiona a condição da mulher e as relações de poder.

Em 1975 foi realizado no México a I Conferência Internacional da Mulher, quando a ONU declarou os dez anos seguintes como “a década da mulher”. No Brasil, o

movimento pela anistia política ainda em plena ditadura militar começa a ganhar força. A luta feminista então era pela valorização do trabalho da mulher, contra a violência sexual, a ditadura militar e pelo direito ao prazer.

Nos anos 80, com a redemocratização, os temas abordados se ampliaram e além de lutar contra a violência e pela sexualidade, também foram incorporados o direito ao trabalho, à igualdade no casamento, direito à terra, direito à saúde materno-infantil, luta contra o racismo e pelo direito à opção sexual.

No Brasil, o movimento feminista se originou na classe média intelectualizada, mas teve forte interface com as classes populares, o que provocou “novas percepções, discursos e ações em ambos os lados” (Pinto, 2010, p. 17).

Em 1984 foi criado o Conselho Nacional dos Direitos da Mulher (CNDM) que, junto com o Centro Feminista de Estudos e Assessoria (CFEMEA), de Brasília, promoveu uma campanha nacional para a inclusão dos direitos das mulheres na nova carta constitucional. “Do esforço resultou que a Constituição de 1988 é uma das que mais garante direitos para a mulher no mundo” (Pinto, 2010, p. 17). De fato, o texto constitucional afirma a igualdade entre homens e mulheres, a proteção do mercado de trabalho da mulher, a licença maternidade, a igualdade de uso e concessão da propriedade independentemente do estado civil, a aposentadoria e estabelece igualdade de direitos e deveres no casamento<sup>31</sup>. Para a situação que a mulher viveu na sociedade patriarcal e na ditadura, foi um avanço muito grande. Pelo menos em termos legais. Nos governos de Fernando Collor de Mello (1990-1992) e de Fernando Henrique Cardoso (1995-2002) o Conselho perdeu a importância, mas ele é recriado na Era Lula.

Junto com os anos 80, momento de redemocratização, vem também a terceira onda e, com ela, o “menos comportado dos feminismos”. Manifesta-se no movimento

---

<sup>31</sup> Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm)>

anarquista e no Partido Comunista e tem na figura de Maria Lacerda Moura seu maior expoente. A partir daí, tem início o germen do que seria toda a década 90, com o ressurgimento e fortalecimento da Sociedade Civil organizada, o que reforçou e ampliou as reivindicações de um amplo setor de mulheres: negras, pobres e também os movimentos LGBT (Lésbicas, Gays, Transexuais e Travestis).

Na tabela abaixo, sistematizamos uma linha do tempo ilustrativa das três ondas do feminismo elaborada com base nos autores Oliveira & Cassab (2014) e Pinto (2003, 2010).

	<b>1ª Onda</b> <b>Início do</b> <b>século XX</b> Século XIX, ,a Inglaterra mulheres lutam pelo sufrágio	<b>1960</b>	<b>2ª Onda</b> <b>Anos 70</b>	<b>1975</b>	<b>3ª Onda</b> <b>Anos 80</b>
<b>Mundo</b>	-1918: conquista dos votos pelas “sufragetes” -Feminismo “bem comportado” não questionava a situação da mulher	-Movimento <i>hippie</i> na Califórnia -Maio de 68 em Paris -Pílula anticoncepcional nos EUA e Alemanha -Música dos Beatles e Rolling Stones - Lançamento de <i>A mística feminina</i> , de Betty Friedman (1963)	-Feminismo “mal comportado”, questionou as relações de poder entre homens e mulheres	I Conferência Internacional da Mulher (ONU) elege a “Década da mulher”	Redemocratização na América Latina
<b>Brasil</b>	-Luta pelo voto e pela vida pública -1932: conquista do direito ao voto e a trabalhar sem autorização do marido				-Redemocratização - Criação do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher (CNDM) e do Centro Feminista de Estudos e Assessoria de Brasília -Feminismo integra o discurso do Movimento Anarquista e do Partido Comunista

**Tabela 05 – Linha do tempo das três ondas do feminismo**

Fonte: elaboração própria a partir da sistematização do conteúdo do item deste capítulo

Se de um lado, como veremos adiante, gênero se constituiu como uma categoria política, de outro, o feminismo abarca as duas facetas – teoria e prática. É, em sua origem, movimento de emancipação, autonomia e independência da mulher com relação ao patriarcado, mas é também um movimento intelectual. Tanto que suas principais autoras são feministas militantes que teorizam sobre as diversas, múltiplas e complexas situações da mulher no mundo.

Tampouco é um movimento simples de compreender nos dias atuais, pois tem diferentes correntes e propostas de compreensão da mulher e também distintas visões de políticas públicas, principalmente pelo fato de o movimento ter crescido, sobretudo na América Latina e no Caribe, com a presença de mulheres afro americanas, afro asiáticas, afrodescendentes, afro caribenhas e afro latinas que necessitam igualmente ser pensadas dentro de uma perspectiva múltipla dos estudos feministas. Dessa forma, há as feministas materialistas, estruturalistas, pós estruturalistas, psicanalistas, *black feminism*, chicanas, pós colonialistas etc., que refletem uma abrangente polissemia discursiva e analítica.

Não é nossa intenção desenvolver aqui os diferentes feminismos, mas compreender as relações entre o nosso objeto e o movimento feminista como um movimento social reivindicativo e como estas reivindicações foram atendidas ao ponto de se transformarem em políticas públicas para as mulheres. Não podemos deixar de observar que no âmbito institucional em muitos casos ainda prevalece o termo gênero nos discursos oficiais (por exemplo: políticas de gênero ou violência de gênero), e, no caso brasileiro, o termo mulher nomeia as instituições e as políticas abrangem a mulher hetero e homossexual.

#### **2.4. Gênero como categoria teórica – desenvolvimento, usos e críticas do movimento feminista**

Conceitualmente, gênero diz respeito às diferenças de poder existente entre homens e mulheres na sociedade. Falar em relações de gênero implica em referir-se às desigualdades que lhe são inerentes. Dessa forma, as teorias de gênero, ao mostrarem as assimetrias entre ambos, desmascaram a existência da opressão da mulher e muitas delas buscam suas origens no patriarcado. Essas diferenças se manifestam e se

reproduzem na cultura – no dia a dia, na família, na escola, nas brincadeiras (brinquedos) infantis e adultas e também na vida profissional – de maneira nem sempre sutil e/ou perceptível devido ao fato de estar naturalizada na sociedade.

No entanto, afirma León (2013, p. 364),

À margem das diferenças na conceitualização de gênero, é claro que gênero não é somente um indicador social entre muitos outros, mas funciona com um princípio articulador que afeta profundamente outras inter-relações sociais. As desigualdades de gênero se manifestam em níveis macro e micro no cotidiano, e afeta os indivíduos de todas as classes sociais de maneira transversal. Classe social e etnia estão entrelaçadas de uma maneira muito intrincada com gênero, mas o gênero opera com sua autonomia própria<sup>32</sup>. (Tradução nossa).

Na fala acima, Leon destaca um dos aspectos mais importantes quando se refere às desigualdades de gênero no cotidiano, em nível macro e micro. De fato, há diferenças muito grandes não só entre classe social e etnia, como dentro de cada uma delas. Por isso temos que falar em feminismos no plural. Dentro de uma mesma classe social, uma mulher branca não sofre o mesmo preconceito ou desvantagens que uma mulher negra. O Mapa da Violência no Brasil com relação aos homicídios de mulheres revela o quanto a cor é determinante para a violência. Há mais mortes de mulheres negras do que brancas, embora compartilhem a mesma condição econômica. Com poucas exceções geográficas, a população negra é vítima prioritária da violência homicida no país (Waiselfisz, 2015).

Nas ciências sociais, ponto de partida para o estudo de gênero, Gramsci, Foucault, Bourdieu, Freire, por exemplo, trabalharam enfaticamente o conceito de poder, que é visto pelos dois primeiros como uma relação social. Se de um lado Gramsci<sup>33</sup> abordou o poder a partir do conceito de hegemonia basicamente por um viés institucional,

---

<sup>32</sup> Texto original: “Al margen de las diferencias en la conceptualización de género, es claro que género no es solamente un indicador social entre muchos otros; sino que funciona como un principio articulador que afecta profundamente otras interrelaciones sociales. Las desigualdades de género se manifiestan a niveles macro y micro de la cotidianidad y afecta a los individuos de todas las clases sociales, de manera transversal. Clase social y etnia están intrincadamente entrelazadas con género; pero el género opera con su autonomía propia.” León (2013, p. 364).

<sup>33</sup> Disponível em: <[http://pages.uoregon.edu/caguirre/Aguirre\\_Hegemonia.pdf](http://pages.uoregon.edu/caguirre/Aguirre_Hegemonia.pdf)> Acesso em 12/dez/2016



Foucault desvelou esse mecanismo mostrando como o poder está presente em todas as esferas da sociedade. Não só no estado e instituições políticas e jurídicas, mas também nas relações pessoais, familiares e laborais, mostrando que aquele se exerce também a partir do que chamou “microfísica do poder”<sup>34</sup>.

Freire, por outro lado, em *Pedagogia do oprimido* (1987) já aponta para a relação de poder através da opressão. A saída dessa relação desigual se dará, de seu ponto de vista, com a educação que transforme a consciência e, assim, seja emancipadora, libertária.

Com sua abordagem a partir da teoria das formas simbólicas, violência e do capital simbólico, Bourdieu faz uma abordagem sociológica complexa do poder nas suas formas mais sutis. A partir de um estudo da sociedade dos camponeses da Cabília feito nos anos sessenta, aborda todas essas relações em *A dominação masculina* (2002, p. 1-2), ampliando a sua análise e buscando pensar no que chama de “paradoxo da doxa”.

É surpreendente que a ordem estabelecida, com as suas relações de dominação, seus direitos e suas imunidades, seus privilégios e suas injustiças, salvo uns poucos acidentes históricos, perpetue-se apesar de tudo tão facilmente, e que condições de existência das mais intoleráveis possam permanentemente ser vistas como aceitáveis ou até mesmo como naturais. Também sempre vi na dominação masculina, e no modo como é imposta e vivenciada, o exemplo por excelência desta submissão paradoxal, resultante daquilo que eu chamo de violência simbólica, violência suave, insensível, invisível a suas próprias vítimas, que se exerce essencialmente pelas vias simbólicas da comunicação e do conhecimento, ou, mais precisamente, do desconhecimento, do reconhecimento ou, em última instância, do sentimento.

Dessa forma, as Ciências Sociais ‘preparam o terreno’ para o desenvolvimento de outras abordagens de poder que os estudos de gênero introduziriam em um primeiro momento, sobretudo do ponto de vista do patriarcalismo, como forma de explicar e entender as origens históricas das desigualdades nas relações entre homens e mulheres.

Touraine, (2006), por exemplo, explica que as lutas sociais estão associadas em geral aos combates pela modernização, ou seja, pela participação popular. Para este autor, o movimento de mulheres é, antes de tudo, modernizador. De fato, os primórdios das

---

<sup>34</sup> Foucault, M. *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.

primeiras reivindicações feministas pelo sufrágio estão associados à mudança de paradigma que tem na sociedade industrial um divisor. E as mulheres se aperceberam disso, visto que tinham um papel preponderante na nova engrenagem social mas ao mesmo tempo não só não eram reconhecidas como tratadas como uma espécie inferior. Enquanto categoria analítica, o conceito de gênero é bastante recente comparado com o movimento feminista em si, que tem suas origens na Revolução Francesa, em 1789, e lutava para que os ideais revolucionários de igualdade e liberdade fossem também para as mulheres. É só a partir da segunda onda do movimento feminista que a palavra gênero é introduzida por alguns autores, mas somente nos anos 1980 a academia substituiu os “estudos de mulher” por “estudos de gênero”, o que lhe conferiu um estatuto acadêmico mais aceitável.

É na década de 1980 que o gênero ganha um alcance e uma aceitação mais amplos, fato que possibilitou uma melhor acolhida e legitimidade das feministas dentro de alguns espaços, tais como a academia e instituições governamentais, nas quais as perspectivas feministas tinham sido recebidas até então como estridentes (Mayorga; Coura; Miralles; Cunha: 2013, p. 468)

O debate tornou-se mais amplo, revelando nuances que mostram a sua complexidade. Os trabalhos procuram contemplar a situação da mulher em todos os aspectos, não somente a mulher branca, que foi objeto de estudo das feministas das duas primeiras ondas do movimento, mas também as diferentes classes sociais e etnias.

Mas chegar a esse debate, no entanto, implica estabelecer, antes de qualquer coisa, todo um processo até o presente momento da própria palavra como categoria analítica. Curiel (2006), depois de fazer um percurso histórico do uso da palavra, afirma que esta categoria não atende à sua complexidade atual ao dar a entender que gênero existe em contraposição a outro gênero (o masculino). Portanto, estaríamos nos referindo a um único modelo, “uma categoria analítica com tantas limitações, seja sinônimo da forma

de fazer e de pensar feminista e de tudo o que tem a ver com as mulheres” (Curiel, 2006, p. 21).

Militante, teórica feminista, lésbica e negra, Curiel chama a atenção para o caráter heteronormativo, sexual e colonialista dessa categoria. De fato, depois de *gênero* alcançar o status acadêmico de categoria analítica, há algumas décadas vem sofrendo críticas. Isso porque a sociedade se tornou complexa demais para se trabalhar com os binômios masculino-feminino, homem-mulher, heterossexual-homossexual. Não podemos, portanto, nos referir somente ao segundo sexo, termo cunhado por Simone de Beauvoir, mas a múltiplos sexos, etnias e classes sociais.

É verdade que referir-se a “estudos de gênero” atualmente, em muitas áreas, é mal visto, como afirma Curiel (2004, p. 5)

Gênero foi a chave para que o tema da “mulher” passasse sem problemas e chegasse a fazer parte dos discursos oficiais, que parte das reivindicações das mulheres estivessem hoje nos espaços institucionais e que, dessa perspectiva, em muitas partes do planeta até Ministérios da Mulher também fossem criados. Hoje, quem assume a perspectiva de gênero, apesar de haver resistência por parte de muito setores, é mal visto e tido como desatualizado, pouco moderno-a e antidemocrático-a.

Nessa linha, Mayorga, Coura, Miralles e Cunha (2013, p. 464) mostram como o pensamento das latino-americanas Anzaldúa, Wittig e Curiel, ao incluírem em suas análises a perspectiva do colonialismo, do racismo e da política heterossexual, mostram o limite do gênero enquanto categoria.

Ao lançarem olhares críticos aos sistemas coloniais que marcaram a história de mulheres em diversos países, ao racismo, à heteronormatividade e às desigualdades de classe, outros feminismos emergiram indicando os limites, os efeitos normativos e os reducionismos da categoria “gênero” para a compreensão da opressão das mulheres, levando à problematização, inclusive, da própria noção de mulher. Um importante ponto de debate e tensão se refere à possibilidade de se construir uma agenda política comum.

No Brasil, de um modo geral, o discurso oficial se utiliza da palavra mulher. Tanto que as políticas são ‘para as mulheres’, sejam hetero ou homossexuais. No discurso acadêmico, no entanto, é comum aparecer o termo ‘políticas de gênero’. Ou ainda se

referirem aos ‘movimentos feministas’ e ‘movimentos de mulheres’, separadamente. Isto porque nem todo movimento de mulher abarca o discurso feminista. São, em geral, movimentos de bairros ou de segmentos de mulheres – indígenas, negras, idosas, mães etc., mas nem por isso distantes um do outro.

## **2.5. Mulher, autonomia econômica e Estado**

Depois deste preâmbulo, podemos ir ao centro da questão. A literatura mostra que teóricos e diversos organismos nacionais e internacionais (ONU/UNESCO, CEPAL, ONG’s etc.) apontam que o caminho para alcançar a justiça social é buscar uma equidade entre homens e mulheres. Diferentes estudos demonstram que a mulher é essencial para o equilíbrio e autossustentabilidade da economia.

Não têm sido poucos os esforços de diversos organismos internacionais e de cooperação entre países ricos e os menos favorecidos no sentido de desenvolver projetos relacionados à busca da igualdade entre homens e mulheres. Resultado disso tem sido a constatação de como as mulheres podem ser protagonistas do desenvolvimento econômico, de uma maneira muito mais consciente e ética com o outro e com o seu entorno.

Charlier & Caubergs (2007, p. 5) afirmam, por exemplo, que isso se deve ao fato de que as mulheres investem em diferentes lógicas para poder solucionar coisas. Para estas autoras, a relação entre desenvolvimento, luta contra a pobreza e gênero, é uma questão de direitos humanos.

Entretanto, em nosso trabalho cotidiano nos deparamos com programas de desenvolvimento que não levam em conta suficientemente as relações de poder entre os homens e as mulheres. Por isso é importante mostrar o quanto é essencial a noção de gênero para compreender como se perpetuam as situações de pobreza e como esta afeta

de formas diferentes as mulheres. Também é imprescindível descobrir as dinâmicas específicas que as mulheres põem em prática e que suscitam o questionamento às vezes fundamental, dos modelos de desenvolvimento adotados.

Sorj (2008), ao mencionar as mudanças percorridas no pensamento e no movimento feminista nos últimos 20 anos, lembra também que ocorreu um processo de consolidação da representação dos interesses da mulher no Estado.

De fato, no Brasil isso ficou patente com a aproximação de ambas esferas, sobretudo a partir de 2003, quando do governo de Lula. Mas não sem algumas críticas por parte dos movimentos. De acordo com Costa (2005, p.12),

Logo ao assumir o governo, à revelia de toda a articulação e mobilização do movimento de mulheres, Lula não indicou, como se esperava, uma feminista para a Secretaria Nacional de Políticas para Mulheres, agora com o status de Ministério. Para o cargo indicou uma senadora petista. Com pouco mais de um ano, a substituiu por uma professora universitária sem qualquer ligação com o movimento. O PT no governo, apesar dos compromissos de campanha assumidos para com as mulheres, tem se mostrado extremamente conservador na implementação de políticas.

Ainda assim, os governos de Lula e Dilma Rousseff (únicos na história do país a darem protagonismo e apoio institucional às mulheres) avançaram muito no desenvolvimento de políticas e a realização das conferências da mulher. Estas articularam todos os setores da sociedade civil organizada para que não houvesse um distanciamento entre a realidade e as políticas legais. Nesse chamado, os movimentos sociais estiveram muito atentos para que não fossem instrumentalizados e não perdessem o seu caráter reivindicativo.

A partir daí, houve uma reaproximação entre as instâncias civil e institucional e uma carta de compromisso que marcava as reais demandas dos movimentos feministas e de mulheres. Isto foi reforçado nas 27 conferências estaduais com a participação de cerca de 500 mil mulheres dos âmbitos municipais, estaduais e federal 14.050 mil delegadas,

das quais 2 mil integraram a I Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres<sup>35</sup>, realizada em 2004. Segundo o documento Casa da Cultura, citado por Costa (2005, p.13), estimou-se que 47% das mulheres participantes eram oriundas de movimento das mulheres negras. A presença e participação de um elevado número de representantes das mulheres brasileiras e dos movimentos sociais, resultou em algumas recomendações e reafirmou a

[...] posição feminista que afirma a responsabilidade do Estado sobre o financiamento, formulação e gestão das políticas públicas, a articulação entre políticas econômicas e sociais, ambas com caráter distributivo; além da manutenção dos vínculos orçamentários para saúde e educação, a relevância de ações afirmativas e os princípios da igualdade e equidade, laicidade do Estado e da intersetorialidade das ações para implementação de políticas públicas, o que exige a participação de todas as áreas de governo” (Articulação, 2004... Citado por Costa: 2005, p. 12).

As recomendações foram feitas para serem integradas ao I Plano Nacional de Políticas para as Mulheres, que foi elaborado no mesmo ano de 2004<sup>36</sup>.

A mobilização continuou e se fez notar também na II Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres, que ocorreu em 2007 e teve o mesmo percurso ao escolher as delegadas que foram selecionadas anteriormente nos encontros estaduais. E foi somente a partir desta que a recomendação da sociedade civil para a intersetorialidade das ações para a implementação de políticas públicas foi traduzida plenamente no Pacto Nacional pelo Enfrentamento à Violência contra as Mulheres<sup>37</sup>, que foi criado também em 2007.

Em termos de política pública relativa à segurança e integridade física da mulher, a partir daí, foi criado em 2005 o Ligue 180<sup>38</sup>, um telefone de chamada gratuita para orientações sobre direitos e serviços públicos para a população feminina em todo o país.

---

<sup>35</sup> Falaremos detalhadamente sobre esses programas no capítulo 5. No entanto, descrevemos aqui para ilustrar a relação entre mulher e Estado através das políticas públicas criadas até o momento.

<sup>36</sup> Disponível em: <<http://www.spm.gov.br/assuntos/pnpm/plano-nacional-politicas-mulheres.pdf>>

<sup>37</sup> Disponível em: <<http://www.spm.gov.br/sobre/publicacoes/publicacoes/2011/pacto-nacional>>

<sup>38</sup> Como veremos no capítulo 5, em 2015, esse canal de informação foi transformado no Disque Denúncia, um telefone que atende exclusivamente as queixas de violências contra as mulheres. Uma vez feita a denúncia (que pode ser efetuada por qualquer cidadão, já que a violência contra a mulher é tratada agora como uma questão pública), o sistema aciona imediatamente a polícia local, que vai atender a ocorrência.

Em 2006, entretanto, a mulher conquista uma vitória importante contra a violência doméstica com a sanção da Lei 11.340, conhecida como Lei Maria da Penha. Esta representa um avanço significativo no combate à violência contra a mulher e é considerada uma das mais avançadas da América Latina.

Em 2007, uma das ações mais contundentes foi o Pacto Nacional pelo Enfrentamento à Violência contra as Mulheres, que é uma parceria entre o governo federal, estados e municípios no sentido de tratarem a violência de uma maneira integral e não isolada. Dessa forma, entende-se a violência contra a mulher a partir de vários prismas: social, jurídico, econômico, psicológico e cultural. Esse quesito guarda relação com o que foi discutido e reforçado recentemente na XIII Conferência Regional sobre a Mulher da América Latina e do Caribe, realizada em outubro de 2016<sup>39</sup>, que propõe uma visão integral, cujo “esforço permanente” está presente em todos os documentos de acordos das conferências regionais sobre a Mulher. De acordo com este documento, “os enfoques não devem ser vistos separadamente, mas de forma sinérgica, uma vez que em ocasiões reiteradas a linguagem mostra explicitamente como se retroalimentam e uns apelam a outros” (CEPAL, 2016, p. 11-12).

Em 2008 foi lançado o II Plano Nacional de Políticas Públicas para as Mulheres como resultado dos debates e propostas lançados na II Conferência, com algumas modificações em relação ao anterior devido às demandas detectadas através dos estudos, estatísticas e diagnósticos regionais.

Os encontros de certa maneira afunilaram os temas, em que o mapa da violência passou a ser uma constante. Para combater e minimizar o constrangimento das mulheres vítimas de violência foi criado em 2013, pelo governo federal, o programa Mulher:

---

A diferença é que o governo passa a ter um banco de registros e uma fonte para mapear a violência contra a mulher nos estados brasileiros. É evidente que não é completa, mas nos dá uma ideia dos números e dos tipos de violência.

<sup>39</sup>

Disponível

em:

<[http://repositorio.cepal.org/bitstream/handle/11362/40706/S1601054\\_pt.pdf?sequence=1](http://repositorio.cepal.org/bitstream/handle/11362/40706/S1601054_pt.pdf?sequence=1)>

viver sem violência – Diretrizes gerais e protocolo de atendimento. Apesar da presença das delegacias de atendimento à mulher e de leis que a protegem, ainda é muito constrangedor fazer uma denúncia, pelo fato de que isto implica em uma verdadeira via crúcis por diversos órgãos e em um tratamento por parte dos funcionários nem sempre solidário para com elas, ou seja, “evita que elas sejam revitimizadas nessa rota crítica, nesse caminho fragmentado, em busca de atendimento pelo Estado”.<sup>40</sup>

Esse programa consiste na criação e multiplicação da Casa da Mulher Brasileira, que tem o objetivo de reunir todos os órgãos num só lugar para que a mulher tenha atendimento integral burocrático e psicológico, e também um espaço de acolhimento para a mulher e os filhos. O piloto da Casa está em Brasília e o objetivo durante o governo Dilma era que esse modelo se espalhasse pelo Brasil.

Este espaço representa um projeto comum, um conjunto articulado de ações da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios para a integração operacional do Poder Judiciário, do Ministério Público e da Defensoria Pública com as áreas de segurança pública, assistência social, saúde, trabalho e outras; visando à proteção integral e à autonomia das mulheres. Um espaço onde prevalece o respeito a todas as diferenças, sem discriminação de qualquer espécie e sem imposição de valores e crenças pessoais.<sup>41</sup>

Em 2014, no ano seguinte, um canal exclusivo é criado para as mulheres fazerem denúncias contra violência de gênero. O número 180 funciona de uma central telefônica cuja ligação é gratuita e pode ser feita por qualquer pessoa em todo o Brasil.

E a mais recente conquista é a Lei do Feminicídio (Lei 13.104), que qualifica o crime cometido contra a mulher pelo fato de ser mulher e dobra a pena do criminoso, seja ele homem ou mulher, uma vez que a lei também reconhece as relações homoafetivas entre mulheres.

A descrição acima demonstra a recente ligação entre o Estado e as políticas públicas para as mulheres no Brasil, numa relação horizontal de diálogo com a sociedade civil e

---

<sup>40</sup> Cartilha *Programa Mulher: viver sem violência – Diretrizes gerais e protocolo de atendimento*, 2015, p. 5.

<sup>41</sup> Id. Ibid.



com representantes dos estados e municípios. Esta aproximação vem sendo uma tendência não só no Brasil, mas em vários outros países latino americanos, onde também têm sido criados ministérios e/ou secretarias para as mulheres.

Apesar desses avanços, no entanto, o ano de 2016 foi de estagnação após o impeachment da presidenta Dilma Rousseff. E tememos que tenha havido não só uma paralisação nas políticas públicas, mas também um retrocesso na cultura devido à volta do pensamento e do comportamento machista. De acordo com as estatísticas, diariamente, a cada 11 minutos, uma mulher é vítima de feminicídio. Alguns ganham as capas dos jornais e as redes sociais, e estas acabam por desvelar o quanto ódio e o desprezo à mulher estão disseminados na sociedade. Isso mostra que as políticas sociais de gênero são importantes para mudar a desigualdade, mas que apesar de estarmos no século XXI, ainda falta muito para uma mudança na mentalidade que ajude a superar essa falha histórica.

Castells (2001, p. 160-161) atribui esse aumento da violência, entre outros aspectos, à crise do patriarcalismo. “A violência interpessoal e o maltrato psicológico se generalizaram, devido precisamente à ira dos homens, individual e coletiva, pela sua perda de poder”<sup>42</sup>. Este autor lembra que esta não é e nunca será uma revolução fácil, uma vez que, no decorrer da história, a liberação das mulheres tem sido à custa de muitas mortes, o que, aliás, caracteriza as revoluções.

Não se pode esquecer que o final do século XX e início deste século concentram as conquistas mais importantes em muitos países: acesso ao trabalho (ainda que a mal remunerado em comparação com os homens); acesso à educação formal; possibilidade de negociação com os homens dentro de casa devido à sua participação no orçamento doméstico; a possibilidade de evitar a gravidez com o acesso aos contraceptivos (ou de

---

<sup>42</sup> Tradução nossa. Texto original: “La violencia interpersonal y el maltrato psicológico se generalizaran, debido precisamente a la ira de los hombres, individual y colectiva, por su pérdida de poder”

interrompê-la, como em alguns países). São apenas algumas das conquistas. No entanto, apesar de vivermos na Era da Informação, em muitos outros lugares essas conquistas ainda estão longe de ocorrer.

## **2.6 Empoderamento, reconhecimento e cidadania**

A pesquisa *Global Gender Gap Report 2016*<sup>43</sup>, do Fórum Econômico Mundial (FEM) sobre o empoderamento das mulheres e a avaliação das disparidades globais de gênero apontam que o Brasil ocupava o 79º lugar entre os países que conseguiram alcançar a igualdade da mulher em relação ao homem em quatro áreas críticas: economia, política, educação e saúde.

Não há dúvida de que ainda falta muito em termos de políticas públicas para que o Brasil deixe de ocupar um número tão alto no ranking. A nosso ver, alguns conceitos são essenciais no que se refere às políticas. Algumas vêm sendo utilizadas com bastante vigor, como é o caso do empoderamento, tanto no âmbito institucional quanto dos movimentos sociais. Mas queremos também analisar o nosso objeto a partir do conceito de reconhecimento e cidadania, o que será feito mais adiante.

Empoderamento é uma palavra nova na língua portuguesa, tomada de empréstimo tanto do verbo *empower* como do substantivo *empowerment* e traduzida ao pé da letra. Foi-lhe atribuído o significado de *fortalecimento* e se aplica na prática a “promover e impulsionar grupos e comunidades na melhoria das suas condições de vida, aumentando sua autonomia” (Kleba & Wendausen, 2009, p. 735). Estas autoras se referem ao empoderamento como um termo multifacetado que se apresenta como um processo dinâmico, envolvendo aspectos cognitivos afetivos e condutuais, e que possibilita a emancipação dos indivíduos, com aumento da autonomia e da liberdade.

---

<sup>43</sup> Disponível em: <<http://reports.weforum.org/global-gender-gap-report-2016/#read>> Acesso em 2/jan/2016.

Camberos Sánchez (2011, p. 41-42), ao relacionar políticas públicas e empoderamento, descreve este como um processo mediante o qual as pessoas às quais foi negada a capacidade de tomar decisões importantes adquire a capacidade de controlar a sua vida e obter este controle é importante para conseguir a igualdade de oportunidades. Ao mesmo tempo, esta autora mexicana afirma que é difícil definir o conceito de empoderamento, uma vez que em muitos idiomas esta palavra não tem tradução.

Entende-se que o empoderamento, pelo seu caráter transformador, persegue não apenas uma melhora na condição das mulheres através da satisfação de seus interesses práticos, mas também uma melhora de sua posição nas relações de gênero por meio da satisfação de seus interesses estratégicos<sup>44</sup>. (Camberos Sánchez, 2011, p. 42). (Tradução nossa).

O conceito de empoderamento tem raízes nas lutas pelos direitos civis nos Estados Unidos nos anos 1960, e passou a ser utilizado pelo movimento feminista na década seguinte, pensado, sobretudo no sentido de produzir mudanças nas relações de poder entre gênero e “assumindo significações que se referem ao desenvolvimento de potencialidades, ao aumento de informação e percepção, buscando uma participação real e simbólica que possibilite a democracia” (Baquero, 2011, citado por Kleba & Wendausen: 2009, p. 735)

De fato, de acordo com Rai (2002, p. 143), as feministas têm usado o termo *empoderamento* em lugar de *poder*, entre outras razões, porque remete a “algo que capacita, como competência, no lugar de dominação”. A segunda onda do feminismo, na década de 1970, se utilizou dos conceitos de gênero e empoderamento em sua produção teórica.

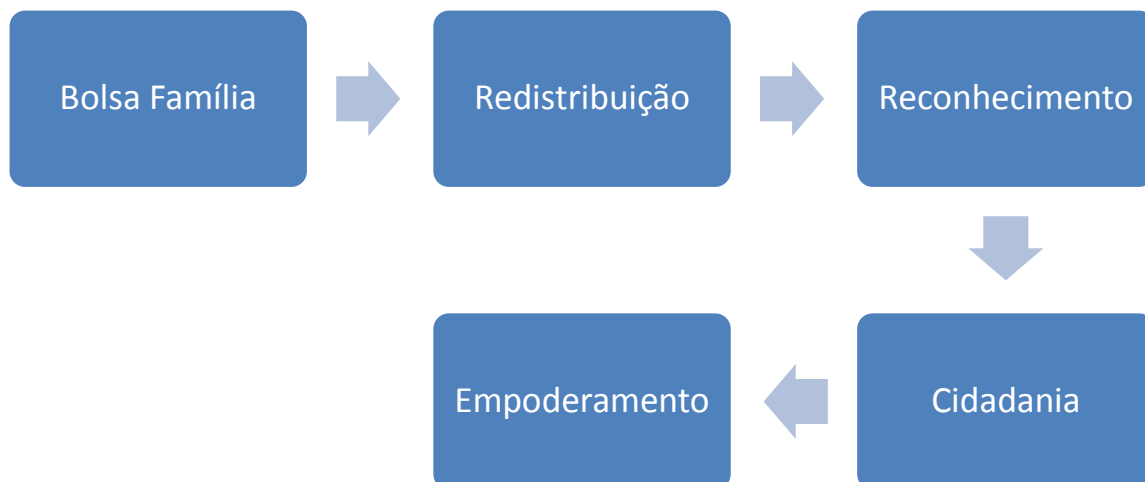
---

<sup>44</sup> Texto original: “Entende-se que o empoderamento, pelo seu caráter transformador, persegue não apenas uma melhora na condição das mulheres através da satisfação de seus interesses práticos, mas também uma melhora de sua posição nas relações de gênero por meio da satisfação de seus interesses estratégicos”. (Camberos Sánchez, 2011, p. 42).

Um aspecto importante, segundo Stromquist (2002, p. 232) é que o processo de empoderamento não é linear, mas espiral, e possui quatro dimensões:

- 1) cognitiva (visão crítica da sociedade)
- 2) psicológica (sentimento de autoestima)
- 3) política (consciência das desigualdades de poder e a capacidade de se organizar e se mobilizar)
- 4) econômica (capacidade de gerar renda independente)

Embora Kleba & Wendausen (2009) e Stromquist (2002) busquem um conceito de empoderamento que dê conta da sua pluralidade e polissemia, podemos afirmar que todas concordam em que se trata de um processo de várias fases ou dimensões. Em nossa investigação, identificamos um percurso até chegar à fase do empoderamento das mulheres entrevistadas, cujo gatilho foi dado pelo acesso ao cartão do Bolsa Família. Uma vez que isso acontece, o empoderamento pessoal pode se dar de maneiras diferentes (nas relações familiares, com o marido, na aquisição de conhecimento, no acesso à informação, no poder de decisão, na independência). Esse percurso pode ser visualizado da seguinte forma:



**Figura 01 – Processo de desenvolvimento pessoal observado nas mulheres entrevistadas**

Fonte: elaboração própria

Na figura acima, introduzimos os demais conceitos abordados neste subcapítulo, que são redistribuição, reconhecimento e cidadania. Intelectual feminista norte-americana, Nancy Fraser (1999) vem se ocupando há décadas dos temas relacionados à justiça social, paridade participativa e gênero, reconhecendo a complexidade desta categoria analítica e propondo soluções para as questões da mulher, sem esquecer as diferenças identitárias e culturais.

Uma das suas principais contribuições é o desenvolvimento analítico tridimensional da escala de justiça: redistribuição igualitária (dimensão econômica) e reconhecimento social (cultural) e representação paritária (dimensão política). Para ela, a luta por reconhecimento tornou-se uma forma paradigmática de conflito político no final do século XX e nos conflitos pós-socialistas a identidade de grupo estaria se sobrepondo ao interesse de classe como principal meio de mobilização política, o que não quer dizer, claro, que não haja desigualdade material. O fato é que então o reconhecimento cultural

nunca havia ocupado um lugar tão alto devido à complexidade que alcançou em todo o mundo por meio da visibilidade das minorias étnicas, sexuais e da diferença de gênero. Apesar de algumas críticas à proposta de Fraser, ela defende que esses três modelos, embora com origens diferentes (a redistribuição na tradição liberal do fim do século XX e o reconhecimento na filosofia hegeliana recuperada também pelos filósofos Charles Taylor e Axel Honneth), podem andar juntos.

Em sua análise, começa por problematizar duas categorias (a representação foi incorporada depois) e apesar de terem objetivos convergentes, pergunta-se:

qual a relação entre lutas por reconhecimento, voltadas para remediar a injustiça cultural, e lutas por redistribuição, voltadas para reparar a injustiça econômica? E que espécies de interferências mútuas podem surgir quando essas reivindicações são feitas de maneira simultânea? (Fraser, 1995, p. 8)

Para Fraser, não existe uma luta sem a outra, apesar da contradição que aparece. As lutas por reconhecimento chamam a atenção para as especificidades do grupo, marcando a sua diferenciação. Já as lutas por redistribuição (como por exemplo, as reivindicações das feministas pela igualdade dos direitos, incluindo aí o fim da divisão do trabalho), implica em igualdade, ou seja, no fim da diferenciação. Então, pergunta-se Fraser, “como resolver esse dilema?” Deve-se lutar pela “diferença ou pela igualdade?”

A autora propõe alguns remédios, mas sem chegar a uma solução definitiva, digamos, pois a complexidade desse dilema é maior que a solução prática em curto prazo, por assim dizer. Os remédios são as ações afirmativas e as ações transformadoras. Os primeiros corrigem os efeitos desiguais de arranjos sociais, mas não abalam a estrutura que os gera. Os segundos, mais radicais, abalam a estrutura, desconstruindo-a completamente. Como facilmente podemos perceber, seria um começar do zero, necessitaria mudar radicalmente as estruturas institucionais e políticas, uma vez que esta solução está associada ao socialismo. Dessa forma, os remédios transformadores

compensariam o desrespeito por meio da transformação da estrutura cultural-valorativa subjacente. Desestabilizando as identidades e diferenciações grupais existentes, esses remédios não somente elevariam a autoestima dos membros de grupos presentemente desrespeitados; eles transformariam o sentido do eu de todos. (Fraser, 2006, p. 237).

Com relação aos remédios afirmativos – solução buscada pelo estado brasileiro para a injustiça econômica - estão associados ao estado de bem estar liberal.

Eles buscam compensar a má distribuição terminal, enquanto deixam intacta a maior parte da estrutura econômico-política subjacente. Assim, eles aumentariam a parte do consumo dos grupos economicamente desprivilegiados, sem reestruturar o sistema de produção (Fraser, 2006, p. 237).

Os remédios afirmativos, em geral, são transferências de renda, e a forma como são feitas variam de acordo com o tipo de política. A crítica de Fraser reside no fato de esse tipo de ajuda material poder criar diferenciações antagônicas de grupo. E tanto pode estigmatizar como marcar a classe a partir de um viés negativo: deficiente e insaciável. Com o passar do tempo, “essa classe pode mesmo aparecer como privilegiada, recebedora de tratamento especial e generosidade imerecida. Assim, uma abordagem voltada para compensar injustiças de distribuição pode acabar criando injustiças de reconhecimento” (Fraser, 2006, p. 238).

Mas a sua reflexão avança no sentido de amadurecer outro aspecto que já estava presente na reflexão anterior, mas que ainda não estava totalmente delineada, que é a terceira dimensão: a política. Com isso, acrescenta a representação como elo formando a tríade da sua análise sobre justiça, que ela explica da seguinte forma:

Como a entendo, representação não é apenas uma questão de assegurar voz política igual a mulheres em comunidades políticas já constituídas. Ao lado disso, é necessário reenquadrar as disputas sobre justiça que não podem ser propriamente contidas nos regimes estabelecidos (2007, p. 305).

Esta dimensão se relaciona com a paridade participativa, dentro da qual se inserem as ações afirmativas e as cotas de participação que, segundo Fraser, “buscam remediar os efeitos da desigualdade estrutural” (p. 67)

Trazendo o debate para o nosso contexto, vemos que, ao contrário da tendência internacional de demandas por reconhecimento, ainda havia uma brecha histórica com relação à demanda por igualdade econômica. De acordo com Jessé de Souza, em seu livro *A ralé brasileira* (2009) o Brasil possuía aproximadamente 50 milhões de pobres (cerca de cinco milhões a mais do que toda a população da Espanha), dentre os quais o Bolsa Família retirou 30 milhões da linha de pobreza e extrema pobreza.

O processo de modernização brasileiro constitui não apenas as novas classes sociais modernas que se apropriam diferencialmente dos capitais cultural e econômico. Ele constitui também uma classe inteira de indivíduos, não só sem capital cultural nem econômico em qualquer medida significativa, mas desprovida, esse é o aspecto fundamental, das precondições sociais, morais e culturais que permitem essa apropriação. (Souza, 2009, p.21).

O autor acima citado deixa claro em seguida que a expressão ralé, utilizada popularmente para referir-se às camadas mais baixas (que ele chama de “ralé estrutural”), aquelas desprovidas totalmente de todo tipo de cobertura social e de solidariedade humana, não é para humilhar, mas para

chamar a atenção, provocativamente, para nosso maior conflito social e político: o abandono social e político, “consentido por toda a sociedade”, de toda uma classe de indivíduos “precarizados” que se reproduz há gerações enquanto tal. Essa classe social, que é sempre esquecida enquanto uma classe com uma gênese e um destino comum, só é percebida no debate público como um conjunto de “indivíduos” carentes ou perigosos, tratados fragmentariamente por temas de discussão superficiais, dado que nunca chegam sequer a nomear o problema real, tais como “violência”, “segurança pública”, “problema da escola pública”, “carência da saúde pública”, “combate à fome” etc.

A miséria, conforme relata Souza, é total. Ela não se dá somente no nível econômico, mas nas relações de convivência, devido à falta de estrutura afetiva/emocional, de autocontrole e de limites sociais, o que resulta em um alto índice de violência doméstica e sexual. A partir de dados do PNAD / IBGE (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio / Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), Souza e seus colaboradores elaboraram uma classificação específica incluindo as categorias não necessariamente



presentes na pesquisa originária, incluindo, dessa forma, os destituídos e os não destituídos.

Uma boa parte dessa “ralé” é tratada pelos programas de assistência social ligados ao Bolsa Família, como o PAIF (Programa de Assistência Integral à Família), que trata de um ponto de vista psicológico e de orientação social, as mulheres que chegam aos centros de referência com quadros de violência doméstica. Junto com os filhos, elas são acolhidas e orientadas num processo permanente de reestruturação emocional e psicológica para que possam enfrentar o problema e, na medida do possível, amenizá-lo.

De acordo com Souza (2009, p. 475),

As posições destituídas no Brasil são compostas de três grandes agrupamentos. Existem os destituídos na esfera do mercado de trabalho ou que dele são excluídos, embora busquem vender a sua capacidade de trabalho. Estão aí os trabalhadores elementares, os empregados domésticos e os trabalhadores excedentes. Embora demandada e socialmente útil, a capacidade de trabalho elementar que possuem é depreciada. Entretanto, como a demonstrar o grave problema existente do lado da demanda de trabalho, trabalhadores que acumulam certas habilidades comportamentais e cognitivas tornam-se simplesmente dispensáveis pelo padrão preponderante de desenvolvimento capitalista. Uns se tornam superexplorados e outros sofrem por não encontrar um empregador que possa obter lucro da compra da sua força de trabalho.

Claramente o autor estabelece uma relação entre as demandas da sociedade liberal (que sempre colocou como foco o pensamento economicista e manteve os privilégios das classes tradicionais), e a classe de destituídos, composta por indivíduos sem ou com pouca qualificação para fazer parte dessa sociedade. Há um número muito grande de destituídos que sequer podemos chamar de exército de reserva devido ao fato de não terem nenhuma qualificação e, portanto, nunca poderão ocupar postos. Este vigoroso trabalho de Souza nos dá uma dimensão real de camadas da sociedade que ainda se teima em mantê-las invisíveis.

Dessa forma, como pode ser preservada uma democracia? Onde entra a cidadania e o que a justifica? De acordo com alguns autores como Barbalet (1989), por exemplo, para

que esta tenha sentido é necessário uma dupla via, em que o estado dá Direitos, mas também cobra deveres.

Ao abordar a teoria de redistribuição e do reconhecimento de Nancy Fraser (1999), nos permitimos fazer uma correlação de conceitos, sempre pensando no contexto e nos sujeitos observados e estudados para este trabalho. Por isso não podemos nos permitir pensar o reconhecimento sem ainda ter alcançado o contributo monetário para a justiça econômica. Só então é que se poderá partir para as demandas de reconhecimento.

Nesse caso, será outro autor quem nos fornecerá as bases para o conceito de reconhecimento, uma vez que pode ser abordado de um ponto de vista dos direitos humanos é o filósofo canadense Charles Taylor, um interlocutor de Fraser junto com Axel Honnet.

Taylor (2009) busca entender a identidade moderna e afirma que esta é moldada em grande parte pelo reconhecimento social ou pela sua ausência. Para este autor, a política do universalismo (que pretende abolir as diferenças existentes na sociedade e se estabelecem Estado moderno) iguala os direitos dos cidadãos. Nessa política, deve-se evitar a existência de cidadãos de “primeira classe” e de “segunda classe”. De acordo com Taylor, algumas opiniões defendem que essa igualdade só afetou os direitos civis e os direitos ao voto outras que se estendem também à esfera socioeconômica. “As pessoas a quem a pobreza impediu sistematicamente de aproveitar plenamente seus direitos de cidadania, foram relegadas, a um nível de segunda classe, que exige remédio por meio da igualdade.” (Taylor, 2009, p. 70).

No plano social, a interpretação de que a identidade constitui um diálogo aberto, uma construção social e não um roteiro pré-definido fez com que a política do reconhecimento igualitário ocupasse um peso maior nesse debate. Nesse aspecto, a tese principal de Taylor é a de que o reconhecimento igualitário não é apenas um atributo de

uma sociedade saudável, mas uma necessidade imperativa. A sua negação pode causar prejuízos aos “sujeitos a quem lhes está sendo negada, pois a projeção sobre o outro, de uma imagem humilhante e inferior pode deformar e oprimir até um grau em que esta imagem seja internalizada” (Taylor, 2009, p.70). Nesse sentido, tanto o feminismo como os debates raciais e multiculturais partem do princípio de que o não reconhecimento pode se constituir em uma forma de opressão.

Relacionando com os sujeitos aqui estudados, portanto, não se trata apenas de uma questão econômica de distribuição de renda, mas, sobretudo social, de inclusão e de reconhecimento. Dissemos anteriormente que os beneficiários emergiram quase como uma nova classe social, integrando e incrementando as economias comunitárias locais e transformando o cenário social com o acesso à saúde, à educação e à informação. Mas agora, como resultado do benefício, entram em jogo outras dimensões como o reconhecimento igualitário para que essas pessoas saiam da condição de cidadãos de segunda classe.

## **2.7. A construção da cidadania pelo Bolsa Família**

Desenvolveremos o conceito de cidadania em dois eixos. O primeiro, tomando como base a sistematização criada por Marshall (1950), que a divide em três dimensões: civil, política e social, para fazer um contraponto com o Brasil. Apesar de se tratar de contextos diferentes no tempo e no espaço, usaremos o seu modelo analítico como um parâmetro. O segundo, refletindo sobre a relação entre cidadania e o direito social à informação.

No primeiro eixo, Marshall trabalha estas três dimensões tomando como base a Inglaterra, mostrando a forma como as três dimensões se constituíram de uma forma evolutiva. No caso inglês, os direitos civis (liberdade individual e igualdade formal) se constituíram no século XVII; os direitos políticos (participação formal ou informal nos

negócios do governo), no século XVIII; e os direitos sociais (bem-estar), no século XIX. Dessa forma, podemos afirmar que o usufruto dos direitos de liberdade e de igualdade levou à conquista dos direitos de participação no governo, que por sua vez induziram a novas demandas por acesso educação e saúde, no que podemos chamar de sucessão natural ou “alongamento”, no dizer de Bobbio (1986). Para este autor, a democracia moderna é a sociedade dos cidadãos devido ao alongamento dos direitos civis, políticos e sociais.

Trazendo o debate para o campo das gerações de direitos humanos, a dimensão civil funda-se no direito que todos têm ao reconhecimento, em todos os lugares, da sua personalidade jurídica, qualificando-o ao usufruto de um conjunto de direitos de natureza civil (Garcia, 2015). O artigo 6º da Declaração Universal dos Direitos Humanos (DUDH) estabelece o reconhecimento automático de cada indivíduo como pessoa jurídica. Para Garcia (2015), ser pessoa significa ser cidadão em sentido civil. Em outras palavras, a cidadania civil nos é conferida pelo fato de sermos sujeitos de direitos e de deveres.

A dimensão política da cidadania, originária da tradição greco-romana, refere-se ao direito e dever de participação do poder político, de votar e ser votado e de questionamento do poder estabelecido. Sendo assim, a dimensão política se relaciona com a primeira geração de direitos humanos (individuais)<sup>45</sup>, cujo Estado liberal reconhece os direitos civis e políticos. Não de forma ampla, pois as mulheres e analfabetos, por exemplo, não são contemplados. Portanto, a cidadania nesse momento nem é plena nem ampla. Mas se vincula historicamente à tradição greco-romana que inspirou as sociedades ocidentais. Os direitos políticos foram ampliados posteriormente a todos os sujeitos antes excluídos e garantidos nas constituições.

---

<sup>45</sup> Aqui falaremos tangencialmente sobre as gerações dos direitos humanos, uma vez que este tema está descrito de forma mais aprofundada no capítulo 4.

A terceira dimensão, a social, mais recente, diz respeito ao bem estar econômico e social, da saúde e da educação, podendo, inclusive, ser ampliada às questões ambientais em nível local e global. Apesar de pertencer à segunda geração dos direitos humanos (direitos sociais, econômicos e culturais) por uma questão de classificação, se consolida na terceira geração (direitos coletivos), quando se instaura o Estado de bem estar social. Este garante aos cidadãos os pleno direito à educação e à saúde, protegendo-os e amparando-os.

No Brasil, apesar de os direitos civis aparecerem na primeira constituição (1824), era muito tênue. A liberdade individual era um atributo de classe social e a igualdade era formal. É somente na Era Vargas (1930-1945), a partir da Constituição de 1934, que começamos a exercer um nível de cidadania com base nos atributos oferecidos pelo Estado. Para Santos (1994) trata-se de uma “cidadania regulada”, pois a nossa cidadania é forjada a partir de um sistema social estratificado, no qual esses direitos têm como objetivo evitar ou mediar conflitos. Nesse sentido, segundo Barbalet (1989), a legislação social não surgiu a partir dos movimentos de trabalhadores ou governos socialdemocratas. Pelo contrário, ela vem da mão do estado liberal para servir aos interesses diretos do governo. Pode ao mesmo tempo ser entendido como base eleitoral como meio para a estabilidade social e política. Foi o que ocorreu durante esse período político no Brasil.

Dessa forma, ao “antecipar” direitos aos trabalhadores, no caso brasileiro, o governo de Vargas, que perseguiu os militantes comunistas, tratou de manter os trabalhadores ao seu lado incentivando os sindicatos e criando leis trabalhistas. Isto para evitar que houvesse qualquer tipo de convulsão social. Dessa forma, vemos que os direitos sociais no Brasil se antecipam aos outros direitos por meio de uma “cidadania regulada”.

A questão, no que se refere aos sujeitos estudados nesta Tese, é que nem sempre a cidadania é exercida em todas as dimensões descritas acima, quer por falta de acesso à informação, quer por falhas na estrutura do estado. Podemos afirmar que a cidadania civil muitas vezes é exercida para se ter acesso à cidadania social, quando os sujeitos apelam à sua personalidade jurídica como forma de obter acesso aos direitos sociais. Entretanto, consideramos este aspecto um avanço em si, já que ele significa que existe pelo menos a consciência da cidadania.

O outro eixo de abordagem da cidadania é a sua relação com o direito social à informação. De acordo com Gentili (2002), o direito à informação fomenta o exercício da cidadania e é não só a porta de entrada para outros direitos como necessário ao exercício pleno dos outros direitos. Partindo da afirmação de Gentili, queremos aqui estabelecer uma relação entre a cidadania, democracia e o Bolsa Família como renda básica não só para a eliminação da pobreza, mas também para a construção de valores e práticas cidadãs que antes existiam unicamente pelo direito político por meio do voto obrigatório.

Para Gentili, o direito à informação é visto como um direito meio, ou seja, como algo secundário para que os outros direitos se realizem em sua plenitude. Não só fomenta o exercício cidadão como é um fator decisivo no processo de aprofundamento democrático (Gentili, 2002, p. 42). Isso porque a democracia é flexível, quanto mais a usamos, mais ela se torna democrática. Em outras palavras, “é possível democratizar a democracia” (Santos, 2002). O que só é possível mediante o exercício em todos os âmbitos dos direitos humanos.

Demo (1994), por sua vez, define cidadania como “a raiz dos direitos humanos”, e a falta de cidadania é suprida pela tutela do estado sobre os cidadãos, o que Santos (1994) chamou devidamente de “cidadania regulada”. Araújo (1999), seguindo uma mesma

linha, afirma que a construção e exercício da cidadania têm a ver com o acesso e uso da informação. Para este autor, não só a conquista dos direitos políticos, civis e sociais, mas também a contrapartida dos deveres do cidadão dependem do livre acesso à informação sobre esses direitos e deveres.

Todos os autores acima relacionaram a cidadania a um direito, pontuando-a com relação ao acesso à informação. Mas que está, sobretudo, relacionada à sua prática. Dessa forma, faremos agora um exercício para relacionar os sujeitos da nossa investigação com o conceito de cidadania para encontrar um ponto de convergência.

Ao falar sobre a relação entre os beneficiários do BF e a população brasileira, Vaitsman (2006, p. 22), utiliza dados do PNAD de 2001 (pouco tempo antes da criação e implantação do programa) que apontam um total de 11,2 milhões de famílias pobres, o que equivalia na época a 44 milhões de pessoas. “No corte de famílias extremamente pobres, teríamos incluído nesse conjunto de 44 milhões, 18 milhões de pessoas, ou seja, cerca de 4 milhões e meio de famílias. Esta é a estimativa de famílias pobres e extremamente pobres”.

A campanha Fome Zero (da qual o BF faz parte) criada pelo ex-presidente Lula tinha o objetivo de retirar as pessoas da linha de pobreza extrema. Podemos afirmar que esse objetivo foi alcançado, uma vez que atualmente cerca de 50 milhões de pessoas recebem essa renda básica e agora estão acima desta linha.

Como desenvolvemos no capítulo 5, referente especificamente à descrição do BF, o programa tem alguns condicionantes, como o próprio nome indica: “transferência de renda condicionada”, alguns dos quais dizem respeito à garantia da frequência escolar da criança e da carteira de vacinação em dia. Levando em consideração os níveis de miséria da qual fala Souza (2009), que são econômico, social e moral, podemos afirmar que antes do programa muitas dessas práticas não faziam parte da vida das mulheres.

Indo um pouco além, podemos afirmar que a prática dessas condições, sem as quais o benefício é suspenso, “pagam” a bolsa. Isto porque há um retorno para a sociedade em termos econômicos (manutenção da saúde familiar e pública), educacionais (melhora no nível de instrução formal) e democrático (participação das atividades institucionais e de práticas que constituem a cidadania).

Souza (2009) argumenta que a classe média se mantém como tal devido à transferência de comportamento transmitido dos pais para os filhos, uma vez que o afeto transmite segurança e autocontrole com relação aos códigos morais e sociais. Já nas classes destituídas descritas por este autor, essa transferência sempre esteve longe de ocorrer, uma vez que nem há afeto e, muito menos, autocontrole que garanta qualquer comportamento social aceitável. Se isto não se transmite pelos pais, nesse caso, cabe ao estado intervir para garantir minimamente o conhecimento e práticas importantes para a sociedade, como a frequência escolar, que imprime uma rotina comportamental na criança/adolescente e a vacina, que garante a imunidade e controle de epidemias e outras doenças.

Além destas obrigações, as mães também participam de palestras nos centros de saúde e nas escolas. Esta tem sido a principal forma de acesso à informação entre o Estado e as mães, já que uma boa parte é egressa de situação de pobreza extrema e nunca havia tido antes nenhum tipo de contato ou convívio institucional.

Seguimos a mesma linha de pensamento de Porteman (2005), que afirma que renda básica é um direito democrático e é importante para a autonomia e o autogoverno e para a cidadania e permite a expansão da liberdade individual. Dessa forma, Porteman não associa diretamente a renda à redução da pobreza (o que é um fato reconhecidamente importante), mas sim à democracia. De acordo com esta autora,

Por direito democrático tenho em mente um direito fundamental no sentido dado por Henry Shue como um “direito básico”. Estes “especificam a linha sob a qual



ninguém deveria cair”. Os direitos são básicos “se seu aproveitamento é essencial para o aproveitamento de todos os outros direitos”. A subsistência é um dos direitos básicos propostos por Shue, que é definida como o que é necessário para uma oportunidade decente de uma vida saudável. (...) Tal aquisição é necessária para habilitar todos os cidadãos a participarem intensamente da forma que desejarem da vida de sua sociedade.<sup>46</sup> (Porteman, 2005, p. 32-33)

A autora não especifica as formas pelas quais a renda básica e a democracia se estabelecem, dando a entender que é algo automático. No nosso caso, e é o que também defendemos seguindo a linha de pensamento desta teórica do feminismo e da democracia, a relação entre essas duas coisas se dá na contrapartida das mães e mulheres ao Estado (escola, saúde, participação social), que demonstram práticas que antes não exerciam. Nesse caso, a cidadania se dá pela sua aprendizagem/prática. Nas palestras que participam, inclusive, este é um dos temas recorrentes, segundo elas mesmas afirmaram nas entrevistas.

Dessa forma, concordamos com Pinzani e Rego (2014, p. 83) quando afirmam que

Ao incluir o beneficiário no corpo dos cidadãos, promove nele um sentimento de identificação com a nação, devido ao reconhecimento de sua pessoa por parte das instituições políticas do Estado. Suas necessidades se tornam objetos de direitos, cuja satisfação ele pode exigir do poder público. Em contrapartida, exige-se dele que assuma suas responsabilidades perante a comunidade política e o próprio Estado. Assim, ocorre o aprendizado da cidadania em uma dupla dimensão: a do sujeito de direito e a do sujeito de deveres.

Nunca antes, na história do Brasil, tinha sido dada oportunidade aos pobres como agora, numa relação de troca que explora dimensões morais e cívicas. As mulheres chegam ao posto ou ao CRAS (Centro de Referência de Assistência Social) de cabeça erguida, pois muitas entendem o benefício como um direito e não como esmola. E confiam nas assistentes sociais como mediadoras. A relação pessoal que havia antes entre quem dava

---

<sup>46</sup> Tradução nossa. Texto original: “Por derecho democrático tengo em mente un derecho fundamental en el sentido dado por Henry Shue como um “derecho básico”. Los derechos básicos “especifican la línea bajo la cual nadie debería caer”. Los derechos son básicos “si el disfrute de ellos es esencial para el disfrute de todos los otros derechos”. La subsistencia es uno de los derechos básicos propuestos por Shue, la que es definida como “lo que es necesario para una oportunidad decente de una vida activa y saludable. (...) Tal ingreso es necesario para habilitar a todos los ciudadanos para participaren intensamente como ellos deseen en todos los aspectos de la vida de su sociedad.” (Porteman, 2005, p. 32-33)

e quem recebia como um favor e não como obrigação do Estado diminuiu consideravelmente, e em alguns lugares pode-se afirmar que teve um fim. Isso mudou consideravelmente a cultura do coronelismo, que agora vê no seu curral eleitoral indivíduos mais autônomos que não precisam mais de favores em troca de votos.

Apesar de, no Brasil, termos tido uma cidadania enviesada, primeiro pela tutela do estado e só depois de uma maneira mais acertada por meio das garantias constitucionais e democráticas, não se pode afirmar que sejamos um país maduro nesse sentido. No entanto, esse exercício vem sendo feito não apenas por camadas sociais mais privilegiadas, mas, sobretudo pelas mulheres que antes eram destituídas dos direitos sociais. Trata-se de um mundo novo para a maioria que ainda está engatinhando e aprendendo pouco a pouco a ser cidadã.

Diante disso, defendemos nesta Tese que o direito à informação seja visto não apenas como um direito meio, mas como um direito principal, assim como a educação e saúde, e faça parte do conjunto de proteção social do Estado. No caso dos beneficiários do Bolsa Família, poderia ser pensada a possibilidade de incluí-lo, inclusive, como uma condicionalidade. Dessa forma, poderiam ser criadas condições reais de empoderamento pessoal e coletivo, de fortalecimento da cidadania e de participação equânime da mulher na Sociedade da Informação por meio da sua inclusão digital e social.



### **CAPÍTULO 3. ANÁLISE DO ENTORNO GERAL**

#### **CONTEXTO LATINO AMERICANO, ACESSO À INFORMAÇÃO E POLÍTICAS DE GÊNERO PARA O EMPODERAMENTO E A CIDADANIA**

---

Neste capítulo vamos entender o nosso objeto de pesquisa dentro do contexto latino-americano. Para isso, começamos por descrever o que vem sendo feito pelos países da região em termos de políticas de acesso à informação, de TIC para a alfabetização digital e de gênero, que possam garantir a participação cidadã em geral e a participação das mulheres em particular. Dessa forma, podemos verificar de que maneira estas se inserem nas políticas, tendo em vista a sua reduzida presença na Sociedade da Informação.

O acesso à informação serve para gerar uma sociedade transparente, com mecanismos de controle da corrupção, aumentando a confiança dos cidadãos nas instituições e Estado e fortalecendo a democracia. No entanto, a relação entre o acesso das mulheres à informação como parte fundamental do empoderamento feminino ainda não tem sido suficientemente abordado. De acordo com a publicação do Centro Carter (2015, p. 10), as mulheres são as menos propensas a solicitar e a receber informação, no entanto, são as que mais poderiam se beneficiar com esse direito. Isto se deve a várias razões: dificuldades na formulação de políticas de gênero; os costumes enraizados; a falta de interesse por parte das organizações da sociedade civil que trabalham temas de gênero; regimes de acesso à informação que não são ainda universalizados e obstáculos como o analfabetismo, trabalhos domésticos e falta de mobilidade são alguns aspectos que têm criado assimetrias de gênero e no direito à informação (Centro Carter, 2015, p. 11).

Depois de descrever as leis de acesso à informação, as políticas de TIC e de alfabetização digital na América Latina e Caribe, continuamos a análise do entorno

geral desenvolvendo uma parte sobre políticas de gênero para o empoderamento feminino e combate à violência doméstica. Esta análise é importante para vermos os avanços e retrocessos no que diz respeito a esse tema e o que pode ser mudado em termos de acesso à informação para as mulheres.

Finalmente, abordamos também os aspectos socioculturais, econômicos e tecnológicos para construir uma base de referência sobre o que constitui a identidade (ou identidades) latino-americana. Esta base estrutural nos fornecerá dados para entender, principalmente, o papel e o lugar da mulher nesta parte do continente americano e se as políticas pensadas têm contribuído para que tenha um papel mais relevante na construção do presente.

### **3.1. Políticas de acesso à informação pública na América Latina**

O acesso à informação na América Latina é um fenômeno recente e, do nosso ponto de vista, deve ser entendido a partir de três contextos: 1) democrático, devido ao protagonismo da sociedade civil; 2) como parte da Sociedade da Informação, devido à presença das Tecnologias da Comunicação e da Informação (TIC) que facilitaram a divulgação e acesso dos cidadãos aos atos da gestão pública; e 3) no contexto dos acordos internacionais estabelecidos entre a Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (UNESCO) e os países como elemento fundamental de fortalecimento da democracia.

O direito de acesso à informação pública está previsto no artigo 19 da Declaração Universal dos Direitos Humanos (DUDH) e se relaciona com outro direito, o da liberdade de expressão (direito a saber). Este implica na participação dos cidadãos nos assuntos públicos, na transparência dos atos do governo e se relaciona também com a propriedade da informação (Oyhanarte & Kantor, 2015).

Na sua forma prática, o direito à informação está relacionado à criação de leis específicas de acesso à informação e ao conceito de Governo Aberto.

O primeiro caso diz respeito à formulação de leis para normalizar o acesso por parte dos cidadãos. Apesar de ter constar na DUDH e nas constituições de vários países, é necessário que haja este documento para definir os papéis tanto do Estado como da sociedade civil e, assim, fortalecer a democracia, a transparência e a cidadania.

A outra forma de direito à informação está intimamente relacionado ao Governo Aberto, cujo conceito implica em fazer gestões, ações, projetos e programas refletidos em quatro princípios: transparência, responsabilidade (*accountability*), participação, tecnologia/inovação. *Open Government Partnership* (OGP)<sup>47</sup>, uma parceria de diversos governos que partilham as características dessa modalidade de gestão pública, em seu documento consonante com a Declaração Universal dos Direitos Humanos, atualiza as demandas atuais de algumas sociedades e aborda o tema da transparência nos governos.

O acesso à informação pública é, portanto, um dos princípios do Governo Aberto, uma vez que a abertura de dados é uma das condições para a sua concretização. De acordo com Pavese & Álvarez (2015, p. 292), Governo Aberto implica em certos princípios expressos nos seguintes aspectos: 1) melhora os níveis de transparência e acesso mediante a abertura de dados públicos (para controle e prestação de contas) e a reutilização de informação do setor público (para promover a inovação e o desenvolvimento econômico); 2) facilita a participação da cidadania na criação e desenvolvimento de políticas públicas (e consequentemente na tomada de decisões) e 3) favorece a criação de espaços de colaboração entre os diferentes atores sociais, particularmente entre a administração pública, sociedade civil e setor privado, para codefinir e coproduzir valor público.

---

<sup>47</sup> Em português, Governo Aberto. Informações disponíveis em: <<http://www.opengovpartnership.org/>>

Dessa forma, sistematizamos os aspectos que envolvem o acesso à informação como um direito que, do nosso ponto de vista, pode ser visto da seguinte forma:



**Figura 02 – Sistematização dos aspectos que envolvem o acesso à informação como um direito**

Fonte: elaboração própria

Tanto o acesso à informação como a liberdade de expressão são direitos previstos na DUDH. As leis de acesso à informação, criadas pelos diferentes países e a adoção do governo aberto são formas concretas de se ter acesso a esses direitos.

No contexto latino-americano, o Brasil e El Salvador foram os mais recentes a criar as suas leis de acesso à informação. A Constituição Brasileira de 1988<sup>48</sup> (Art. 5, Inciso XXXIII), por exemplo, previa o direito do acesso, mas até então não tinha sido formulada uma lei específica. O mesmo aconteceu com outros que contemplavam em suas cartas magnas o direito à informação pública, mas tiveram que elaborar leis ou marcos legais específicos de acesso à informação para terem administrações mais transparentes e melhorar a qualidade dos gastos públicos.

<sup>48</sup> Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicaocompilado.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm)>

A Colômbia foi o primeiro país da América Latina a criar a Lei de Acesso à Informação, em 1985. Somente dezessete anos depois, o México, teria também uma lei específica. A partir daí, outros viriam também a adotá-la como política pública, com características bastante similares entre elas, uma vez que os países americanos se inspiram na “Lei Modelo Interamericana sobre el Acceso a la Información”<sup>49</sup> elaborada pela Assembleia dos Estados Americanos (OEA)<sup>50</sup>, que estabelece um modelo standard internacional e um Guia de Implementação para os países membros<sup>51</sup>. Entre outros aspectos, este modelo enfatiza que o direito de acesso à informação está baseado no “princípio da máxima divulgação” e as exceções a esse direito deverão ser “claras e especificamente estabelecidas por lei” (CIDH, 2012, p. 8).

A história das leis de acesso à informação do mundo é bem recente, uma vez que quase todas foram promulgadas nos últimos dez anos (Michener, 2011). A mais antiga é a da Suécia, de 1776. A dos Estados Unidos foi criada em 1966 e, de lá para cá, foram feitas muitas emendas para ajustá-la às mudanças políticas.

Anualmente as organizações não governamentais Access Info Europe<sup>52</sup> e Centre for Law and Democracy<sup>53</sup> elaboram um ranking das leis de acesso à informação classificado a partir da metodologia *Right to Information Rating* (RTI Rating)<sup>54</sup>, que mede os mecanismos legais de proteção aos direitos a partir de 61 indicadores. Estes fazem parte dos padrões internacionais sobre o direito à informação e foram divididos em sete categorias:

---

<sup>49</sup> Documento disponível em: < [https://www.oas.org/dil/esp/CP-CAJP-2840-10\\_Corr1\\_esp.pdf](https://www.oas.org/dil/esp/CP-CAJP-2840-10_Corr1_esp.pdf)>

<sup>50</sup> Disponível em: <<http://www.oas.org/es/cidh/expresion/docs/informes/acceso/Informe20TemC3A1tico20Acceso20a20la20informaciC33n20pC3BAblica202014.pdf>>

<sup>51</sup> De acordo com a Declaração de Compromisso de Porto Espanha, assinada na Quinta Cúpula das Américas, em 2009, os chefes de Estado se comprometeram a seguir fortalecendo os mecanismos legais de compartilhar a informação. “Desenvolveremos e aplicaremos políticas que fomentem uma cultura da integridade e da transparência dentro das instituições públicas e privadas.” (2009, p. 12). Disponível em: <[http://www.summit-americas.org/V\\_Summit/decl\\_comm\\_pos\\_sp.pdf](http://www.summit-americas.org/V_Summit/decl_comm_pos_sp.pdf)>

<sup>52</sup> Disponível em: <<https://www.access-info.org/>>

<sup>53</sup> Disponível em: <<https://www.law-democracy.org/live/>>

<sup>54</sup> Disponível em: <<http://www.rti-rating.org/methodology/>>



- 1) direito ao acesso – 6 pontos
- 2) objetivos – 30
- 3) procedimento das solicitações – 30
- 4) exceções e recusas – 30
- 5) recursos – 30
- 6) sanções e proteções – 8
- 7) medidas de promoção – 17 pontos

Essas categorias de classificação alcançam um total máximo de 150 pontos. No ranking de 2015, o Brasil ficou com 108 pontos, ocupando o 22º lugar.

Os critérios estabelecidos a partir dos atuais padrões internacionais fazem com que os países que adotaram a lei recentemente sejam os primeiros da lista devido ao fato de terem incorporado elementos legais considerados fortes, e isto permite que a lei seja vista como excelente. Já países que têm leis mais antigas têm uma pontuação mais baixa em termos comparativos. O ranking baseia-se apenas no texto legal, e não em como os países, na prática, cumprem a lei. Um país pode ter uma lei bastante atualizada e incorporar elementos como, por exemplo, transparência proativa, máxima divulgação, combate à corrupção, uso das TIC, governo eletrônico, participação cidadã e sanções aos funcionários públicos que não a cumprirem, e não corresponder a esses itens na prática. Em outras palavras, pode ter uma lei robusta e não ser um país maduro em termos de acesso. E em outros casos, países desenvolvidos e maduros podem ter uma lei fraca do ponto de vista dos indicadores.

Na tabela abaixo listamos alguns exemplos do ranking de 2015:

Posição no Ranking	País	Ano da lei	Total de pontos
1	México	2002	136
2	Sérvia	2003	135
3	Sri Lanka	2016	131
4	Eslovênia	2003	129
5	Índia	2005	128
6	Albânia	1999	127
7	Croácia	2003	126
8	Libéria	2010	124
9	El Salvador	2011	122
10	Serra Leoa	2013	122

**Tabela 06 – Ranking dos dez primeiros países de acordo com o Right to Information Rating (RTI Rating)**

Fonte: elaboração própria a partir de dados do RTI Rating

Os países que lideram o ranking acima pertencem à África, América Central, América Latina, Ásia e Leste Europeu e, com exceção da Albânia, os demais têm leis de acesso à informação criadas a partir da década de 2000. Os últimos países do ranking (que mostramos na tabela 04, abaixo), vemos países como a Áustria, que é o último da lista e que, em tese, puderam desenvolver uma tradição na cultura do acesso.

Posição no Ranking	País	Ano da lei	Total de pontos
101	Bélgica	1994	59
102	Uzbequistão	1997	59
103	Taiwan	2005	58
104	Kazaquistão	2015	57
105	Alemanha	2005	54
106	Jordânia	2007	55
107	Irã	2009	50
108	Tajikistão	2002	49
109	Filipinas	2016	46
110	Liechtenstein	1999	39
111	Áustria	1987	32

**Tabela 07 – Onze últimos países no ranking Right to Information Rating (RTI Rating)**

Fonte: elaboração própria a partir de dados do RTI Rating

No quadro acima (tabela 04) mostramos onze país (em vez de dez, como na tabela 3) para acrescentar a posição da Bélgica e podermos comparar com os outros países dos dez primeiros, considerando que se trata de um país de economia forte e é sede do Parlamento Europeu. Do nosso ponto de vista, trata-se de uma questão cultural no que diz respeito ao acesso. Países que não atualizam as suas leis, adaptando-as às novas modalidades de direitos de acesso não são necessariamente países que neguem esses direitos. Isto guarda uma relação muito mais com a cultura do acesso inerente ao exercício da cidadania naqueles países do que uma mera atualização das leis.

O Right to Information Rating (RTI Rating) mostra que a lei é apenas o primeiro passo para a consolidação do acesso e do exercício pleno da cidadania. O ranking é muito interessante do ponto de vista metodológico e, sem dúvida, é um importante estudo do direito de acesso à informação no mundo, mas ainda é necessário aprimorar uma

metodologia que avalie o as leis em termos de nível de acesso e alcance dos objetivos pessoais e coletivos.

Abaixo, apresentamos uma tabela com os países da América Latina e Caribe cujas leis de acesso à informação desenvolvemos a seguir neste capítulo.

Ano	País	Primeira Modalidade jurídica	Modalidade jurídica atual (Lei)
1985	Colômbia	Lei 57/1985	Lei 1.712/2014 (Atualizada)
2002	México	Lei Federal de Transparência e Acesso à Informação Pública Governamental	Lei Geral de Transparência e Acesso à informação Pública (Atualizada em 2015)
	Panamá	Lei nº 6/2002	Emenda Constitucional que prevê o acesso à informação <sup>55</sup>
	Peru	Lei 27.806/2002	Emenda e atualização da Lei 27.806 em 2003.
2003	Argentina	Decreto 1.172/03	Lei 27.275/2016
2004	Equador	Lei nº 24 – Lei Orgânica de Transparência e Acesso à Informação Pública	Ley General de Libre Acceso a La Información Pública foi regulamentada em 2005.
	República Dominicana	Lei 200/04	
2006	Honduras	Decreto 160/2006 institui a lei	Lei de Transparência e acesso à Informação Pública (LTAIP) é normatizada em 2007
2007	Nicarágua	Lei 621/2007	

<sup>55</sup> Esse foi um caso raro, uma vez que a previsão constitucional foi feita numa data posterior à lei.

2008	Chile	Lei 20.285/2008	Decreto 57/2008 institui a Lei de Acesso à Informação Pública
	Guatemala	Decreto 57/2008	
	Uruguai	Lei 18.381/2008	
2011	Brasil	Lei 12.527/2011	
	El Salvador	Decreto 534 aprova a Lei de Acesso à Informação Pública	
2013	Bolívia	Projeto de Lei de Transparência e Acesso à Informação	

**Tabela 08 – Ordem na qual as leis de acesso à informação foram criadas na América Latina<sup>56</sup>**

Fonte: elaboração própria

Como foi dito acima, somente a Democracia pode albergar uma lei que possibilite às pessoas o acesso livre às informações públicas de qualquer natureza (salvo as que forem de segurança nacional), sem necessidade de justificar o interesse. Este ambiente possibilita levar à prática o artigo 19 da Declaração Universal dos Direitos Humanos, editada em 1948, que destaca que “todo ser humano tem direito à liberdade de opiniões e de procurar, receber e transmitir informações”. Para que possa exercê-lo, no entanto, é necessário que os Estados deem as condições de acesso à informação.

Se de um lado o ambiente democrático exige a liberdade de expressão, de outro, ele encerra também o direito de acesso à informação pública. Esta, de acordo com Lopes (2011, p. 4), “empodera o cidadão, amplia a capacidade de monitoramento da sociedade e, como resultado, cria um ambiente em que governos se tornam muito mais responsivos”. Mas para que isso aconteça, a transparência deve ser vista, segundo Uhler (2006), como um valor não econômico associado à disseminação da informação governamental no domínio público, como também a promoção dos ideais democráticos de igualdade, democracia e abertura. Além disso, promove “a melhoria da saúde e

<sup>56</sup> Cuba, Costa Rica e Venezuela ainda não possuem as suas leis de acesso à informação.

segurança públicas e do bem-estar social, na medida em que os cidadãos se tornem mais bem informados para tomar decisões sobre sua vida cotidiana, seu ambiente e seu futuro” (Uhlir, 2006, p. 30).

O acesso à informação pode ser entendido também a partir de argumentos instrumentais, pois em muitas ocasiões, ter acesso aos dados em poder do Estado constitui um pré-requisito para o exercício de outros direitos (Oyhanarte & Kantor, 2015). Para essas autoras, num sistema democrático e republicano, os argumentos que justificam a existência do direito de acesso à informação pública são os seguintes: 1) exercício da liberdade de expressão; 2) a participação dos cidadãos nos assuntos públicos; 3) a transparência dos atos do governo e 4) a propriedade da informação (p. 253).

Dessa forma, o direito à liberdade de expressão e o acesso à informação são dependentes, ambos fazem parte do composto jurídico constitutivo do regime democrático de governo. Outro elemento intrínseco é o direito de as pessoas participarem dos temas públicos, como plebiscito, referendos, audiências públicas etc. Sendo assim, questionam-se Oyhanarte & Kantor (2015, p. 254), que sentido teria a institucionalização desses instrumentos de participação se as pessoas não contassem com a informação necessária para tomar decisões ou fundamentar suas opiniões?

O acesso à informação tem, portanto, as dimensões individual e coletiva. E o caminho que o valida é não só o texto constitucional, mas principalmente a normatização do acesso. A seguir listaremos os países da América Latina e Caribe que já possuem uma lei de acesso, um dos requisitos democráticos para a cidadania, bem como as políticas de TIC desenvolvidas pelos respectivos governos para a inclusão digital.

Prevista na Constituição Nacional, é somente em 2003 que a Argentina passa a ter o Decreto Presidencial 1.172/03<sup>57</sup> e ainda teve que esperar 16 anos para ter a sua lei de acesso à informação (Lei 27.275)<sup>58</sup>, que só foi sancionada pela Câmara e Senado em 2016.

Durante o intervalo entre o decreto e a lei, a sociedade argentina teve que conviver com um decreto que, apesar da promessa de fortalecer a relação entre o Estado e a Sociedade Civil rumo a uma “democracia legítima, transparente e eficiente”, na prática, limitava o seu acesso à informação.

Oyhanarte & Kantor (2015) listaram diversos problemas com o decreto, dentre os quais mencionamos os seguintes: 1) é a única porta legal de acesso à informação; 2) só permite o acesso no âmbito do Poder Executivo; 3) há apenas transparência de forma reativa e não ativa; 4) os dados são fechados, o que não permite a sua reutilização; 5) o decreto é frágil e pode ser derrubado a qualquer momento pelo presidente; 6) as respostas são incompletas e são selecionadas por parte dos setores responsáveis.

A lei, no entanto, ampliou o acesso a todos os poderes e prevê transparência ativa e dados abertos.

Quanto à sua política de TIC, a Argentina lançou em 2016 o Plano Federal de Internet, que busca, de acordo com a CEPAL (2016a, p. 36),

Promover o acesso a uma internet de qualidade a todos os rincões do país, encurtando a brecha de desenvolvimento e oportunidades entre os grandes centros urbanos e rurais. Seu objetivo é conectar por fibra ótica 1100 localidades mediante ARSAT, a empresa de telecomunicações do estado. O plano busca universalizar a inclusão digital, reduzir a brecha digital, potencializar economias regionais, melhorar a qualidade e velocidade e criar trabalho de qualidade. (Tradução nossa)<sup>59</sup>

---

<sup>57</sup> Disponível em: <<http://servicios.infoleg.gob.ar/infolegInternet/anexos/90000-94999/90763/norma.htm>>

<sup>58</sup> Disponível em: <<http://servicios.infoleg.gob.ar/infolegInternet/anexos/265000-269999/265949/norma.htm>>

<sup>59</sup> Texto original: “Promover el acceso a una Internet de calidad en todos los rincones del país, acortando la brecha de desarrollo y oportunidades entre los grandes centros urbanos y los pueblos. Su objetivo es conectar por fibra óptica a 1100 localidades mediante ARSAT, la empresa de telecomunicaciones del

No Portal <<https://www.argentina.gob.ar/comunicaciones/planfederaldeinternet>>, o governo apresenta uma Projeção do Plano com uma meta até 2018. Em 2015, estavam com 17 localidades conectadas. Em maio de 2016, pulou para 50 localidades conectadas, 396 com possibilidade de conexão imediata e mais de 1,5 milhão de habitantes com conexão. Para 2018, a meta é ter mais de 1.100 localidades conectadas e aproximadamente 29 milhões de habitantes com acesso à internet.

Isto deverá ser feito pela ARSAT, a Empresa Estatal de Telecomunicações, uma vez que atualmente, segundo o portal acima mencionado, 30% dos argentinos e 70% do país carecem de acesso à internet ou têm provedores que monopolizam o sinal e, segundo o portal, cobra muito caro.

O Estado Plurinacional da Bolívia, por sua vez, ainda não possui uma lei de acesso à informação, mas em 2013 o *Ministério de Transparencia y Lucha contra la Corrupción* elaborou o Projeto de Lei de Transparência e Acesso à Informação<sup>60</sup>, que tem como objetivos garantir a transparência, o direito de acesso e estabelecer os procedimentos de solicitações. Além deste projeto, o direito à informação também está previsto na Lei de Participação Popular<sup>61</sup>, de 1994. Mas ainda falta transformar o projeto em lei.

De acordo com o projeto de lei, o prazo de resposta de uma solicitação é de 10 dias. No entanto, a associação de jornalistas Cainfo<sup>62</sup> (Centro de Archivos y Acceso a la Información Pública), as exceções de solicitações não estão claras e não garante sanções aos funcionários públicos que se neguem a dar as informações.

---

Estado. El plan busca universalizar la inclusión digital, reducir la brecha digital, potenciar economías regionales, mejorar la calidad y velocidad, y crear trabajo de calidad.”

<sup>60</sup> Disponível em: <<http://www.cedib.org/wp-content/uploads/2012/11/Proyecto-Ley-Transparencia-y-Acceso-informacion.pdf>>

<sup>61</sup> Disponível em: [http://www.oas.org/juridico/spanish/blv\\_res16.pdf](http://www.oas.org/juridico/spanish/blv_res16.pdf)

<sup>62</sup> Disponível em: <<http://www.cainfo.org.uy/>>



Quanto às políticas de TIC, de acordo com a CEPAL (2016a, p. 35-36), este país tem uma proposta desenvolvida pelo Vice-Ministério de Telecomunicações dentro do estabelecido pela Lei Geral de Telecomunicações, Tecnologias da Informação e da Comunicação de 2011. Um dos objetivos é promover o uso de 36 tecnologias da informação e das comunicações e, além disso, pretende incluir e potencializar essas tecnologias na educação, saúde, gestão governamental, na atividade produtiva e na comunicação e informação.

Além do programa de TIC, a Bolívia também está trabalhando no Plano de Implementação do Governo Eletrônico para 2016-2025 cujo objetivo é fazer da economia boliviana uma economia do conhecimento. Dessa forma, procura

A articulação virtuosa entre a universalização do serviço de telecomunicações, soberania científica e a transparência na gestão pública tecnológica para alcançar um governo eletrônico com três eixos: a) governo soberano com as pessoas; b) governo eficiente e seguro; c) governo aberto e participativo, que esteja alinhado com os objetivos centrais do país para a melhoria das condições de vida de seus habitantes para um desenvolvimento integral.” (Cepal, 2016a., p. 36).

No que se refere à Bolívia, o relatório da CEPAL traz informações bastante vagas. Isso talvez se explique pelo fato de esses aspectos serem bastante recente neste país.

No contexto latino-americano, o Brasil foi um dos mais recentes países a criar uma lei de acesso à informação. Prevista na Constituição de 1988 (Art. 5, Inciso XXXIII), até então não tinha formulada uma norma específica e somente em 2012 é promulgada a LAI - Lei de Acesso à Informação Nº 12.527. A Controladoria Geral da União (CGU) é o órgão responsável pelo seu cumprimento e, desde a sua promulgação, conta com um portal de solicitações, o <[www.acessoainformacao.gov.br](http://www.acessoainformacao.gov.br)>. Os pedidos de informação pública valem para todas as esferas da administração pública e têm um prazo de vinte dias para fornecer a resposta. O portal, que possui links para outras páginas do governo federal, apresenta transparência passiva e proativa, pois além de publicar e

disponibilizar eletronicamente os pedidos feitos por outras pessoas, também produz conteúdo caracterizado como dados abertos e textos analíticos.

De acordo com Paes (2012, p. 242), a LAI foi construída a partir de novos parâmetros internacionalmente reconhecidos para fins de direito de acesso à informação. Ela “incorporou novos conceitos que ampliam o entendimento comum sobre o princípio da publicidade, chamam a atenção para o princípio da transparência e já apontam para o princípio da máxima transparência.” Em outras palavras, o princípio da publicidade estabelece a publicidade como preceito geral e ao sigilo como exceção e a máxima transparência avança na discussão sobre as informações públicas e pessoais e entende a divulgação da remuneração dos servidores como de interesse público.

No que diz respeito às políticas de TIC, em 2003 foi criado o Programa Nacional de Inclusão Digital, do Governo Federal, que possui diversos subprogramas e conta com três eixos principais: 1) ampliação da disponibilidade do uso das TIC, com a oferta de infraestrutura; 2) incentivo ao desenvolvimento de conteúdos; 3) capacitação da população e dos profissionais encarregados no uso das TIC (Cet.la, 2004, p.22).

Com relação ao primeiro eixo, o da infraestrutura, destacamos os seguintes: 1) programa Cidadão Conectado – Computador para todos, que consiste em subvencionar a compra de computadores com critérios físicos estabelecidos (como editor de texto, software livre etc.) e acesso à internet pela população a um preço final menor; 2) telecentros comunitários de acesso gratuito com aulas de informática e outras atividades e 3) Plano Nacional de Banda Larga (PNBL), que tem o objetivo de expandir e massificar a internet de banda larga no país.

Para incrementar os programas citados anteriormente, em 2016 a então presidenta Dilma Rousseff, por meio do Decreto 8.776, criou o Programa Brasil Inteligente com a finalidade de buscar a universalização do acesso à internet no país. No entanto, com a

política restritiva do atual governo Michel Temer (PMDB), ainda não se sabe o quanto a política tecnológica e de banda larga mudará.

A lei chilena 20.285 sobre o Acesso à informação é de agosto de 2008. A legislação prevê que todas as informações sejam publicadas no site do governo e ela vale para todos os âmbitos: federal, provincial e municipal. O governo criou o portal <[www.dt.gob.cl](http://www.dt.gob.cl)> com vídeo, formulários e relatórios de solicitação, que deve ser respondida em um prazo de vinte dias. Além disso, também publica relatórios de transparência proativa.

Quanto à política de TIC, em 2015 foi criada a *Agenda Digital Chile 2020 Chile para Tod@s* pelos ministérios da Secretaria Geral da Presidência, Economia, Fomento e Turismo e Transporte e Telecomunicações. O objetivo é fazer com que o “uso massivo das tecnologias ajude a reduzir as desigualdades, abrir mais e melhores oportunidades de desenvolvimento e contribuir para o respeito dos direitos de todos os chilenos e chilenas” (Cepal, 2016a, p. 35).

Para isso, de acordo com a CEPAL (2016a, p. 35), aborda os direitos das pessoas relacionados à internet e às TIC, a conectividade universal, redes de alta velocidade e qualidade, uso e desenvolvimento das TIC para melhorar a qualidade de vida, a educação e impulsionar políticas públicas para economia digital.

Já a Colômbia foi o primeiro país da América Latina a ter uma lei de acesso à informação, em 1985, mas necessitava ser reformulada para se atualizar com relação à disponibilização das informações pelas TIC. Em março de 2014, finalmente, foi promulgada a Lei 1.712/2014<sup>63</sup>, ano em que estava reformulando sua agenda digital de acesso à internet no país.

---

<sup>63</sup> Disponível em: < [https://www.mintic.gov.co/portal/604/articles-7147\\_documento.pdf](https://www.mintic.gov.co/portal/604/articles-7147_documento.pdf)>

Embora tenha sido a pioneira nesse item, na prática a lei não teve muito efeito, pois a sua mera promulgação não fez com que o país saísse da cultura do segredo para a cultura do acesso, embora tenha tido quase três décadas para que isso acontecesse. De acordo com Forero (2014), até o ano da promulgação da nova lei ainda imperava não só um desconhecimento como descumprimento do direito de acesso por parte dos funcionários públicos que, em vez de estar cumprindo uma obrigação, fazia-o como um favor. Sem noção de que a informação do estado é pública, receavam ter problemas com seus superiores ou outros órgãos. Para Forero (2014, p. 24) os principais obstáculos ao funcionamento da lei são culturais. Por isso, afirma,

é preciso que haja uma política pública que não se esgote com a promulgação de uma lei estatutária, mas também inclua o fomento à cultura da transparência enfatizando que a informação produzida pelo Estado é pública e os cidadãos têm o direito de conhecê-la<sup>64</sup>. (Tradução nossa).

A reformulação da lei prevê produção de informação proativa para prestar contas e, assim, promover a transparência<sup>65</sup>. Houve alguns avanços na lei atual, como por exemplo, a garantia de que os diferentes grupos étnicos tenham acesso às informações que lhes são essenciais e a obrigação de os órgãos e entidades que prestam serviço ao governo não poderem recusar a resposta ao pedido de informação. Se o fizerem, os pedidos serão interpostos e o caso será levado a um juiz.

O governo possui um site chamado *Gobierno en línea*<sup>66</sup> que, de acordo com suas linhas gerais, busca construir um estado mais eficiente e mais participativo, graças às TIC. De acordo com esse site, o governo espera “conseguir excelência na administração; empoderar e gerar confiança nos cidadãos e impulsionar e facilitar as

---

<sup>64</sup> Texto original: “Se debe crear una política pública que no se agote con la expedición de una ley estatutaria, sino que también incluya el fomento de una cultura por la transparencia, dónde se enfatice que la información que produce el Estado, como regla general, es pública y los ciudadanos tienen derecho a conocerla.”

<sup>65</sup> As solicitações podem ser feitas no seguinte endereço eletrônico: <<http://wp.presidencia.gov.co/sitios/dapre/Paginas/ley-transparencia-acceso-informacion.aspx>>

<sup>66</sup> Disponível em: <[www.estrategia.gobiernoenlinea.gov.co](http://www.estrategia.gobiernoenlinea.gov.co)>

ações requeridas para avançar com os objetivos de desenvolvimento sustentável, facilitando a utilização efetiva dos direitos através das TIC.”

Para fechar a brecha digital, o governo pretende introduzir a tecnologia no dia a dia dos colombianos. É o que consta no *Plan Vive Digital Colombia 2014-2018*<sup>67</sup> (uma continuação do plano anterior cujo prazo era 2010-2014) que pretende que o país seja o primeiro da América Latina com 100% de cobertura internet de alta velocidade. A ideia, de acordo com o relatório da CEPAL (2016, p. 37) é aproximar a Colômbia da fronteira tecnológica “não só em infraestrutura e capilaridade da banda larga, mas também em desenvolvimento de conteúdos e aplicações digitais com impactos sociais”<sup>68</sup>. (Tradução nossa)

Segundo o programa do *Ministério de Tecnologías de Información y las Comunicaciones* este plano tem dois objetivos: O primeiro é transformar a Colômbia em líder mundial de desenvolvimento de aplicativos sociais dirigidas aos mais pobres. Isto permitirá contribuir com as TIC para “a redução da pobreza, geração de empregos e tornarem-se líderes em exportação de aplicativos para os 4 milhões de pessoas no mundo que vivem abaixo da linha da pobreza”. O segundo objetivo é ter um governo mais eficiente e transparente graças às TIC. “Nosso governo seguirá dando exemplo no uso das TIC para empoderar os colombianos emprestar melhores serviços aos cidadãos e empresas”.

Trata-se de um plano bastante ousado. Se realmente contribuir para a redução da pobreza, por tabela, esse aspecto pode ajudar a melhorar o acesso das mulheres, embora o ideal seja estabelecer linhas de ação com enfoque de gênero.

A Costa Rica, embora tenha se destacado em termos de políticas para as TIC, ainda não possui uma lei de acesso à informação pública. É um dos países de mais acesso à

---

<sup>67</sup> Disponível em: <[http://www.mintic.gov.co/portal/604/articles-8247\\_recurso\\_3.pdf](http://www.mintic.gov.co/portal/604/articles-8247_recurso_3.pdf)>

<sup>68</sup> “No solo en infraestructura y capilaridad de banda ancha, pero también en desarrollo de contenidos y aplicaciones digitales con impactos sociales”

internet entre a população devido ao *Plan Nacional de Desarrollo de las Telecomunicaciones* (2015-2021) - *Costa Rica: Una Sociedad Conectada*<sup>69</sup>, que pretende transformar conectar o país, segundo este documento, “a partir de um enfoque inclusivo de acesso, uso e apropriação das tecnologias da informação e da comunicação, de forma segura, responsável e produtiva<sup>70</sup>” (CEPAL, 2016a, p. 49)

Nessa linha, destacam-se três objetivos principais: 1) concretizar projetos de acesso universal, serviço universal e solidariedade das telecomunicações/TIC; 2) criar um ambiente habilitador que permita a convergência digital de rádio e TV; 3) construir participativamente as bases do modelo de cidades digitais mediante um governo eletrônico que seja próximo.

Além disso, também criou a *Dirección de Recursos Tecnológicos em Educación* exclusivamente para estabelecer as políticas e os procedimentos que orientam a pesquisa, perfil, produção, inovação, experimentação e introdução das TIC. Esse departamento também é responsável pela sua aplicação no sistema educativo para apoiar os docentes na sala de aula, promover a aprendizagem mediante o uso das TIC na criação de recursos didáticos e a aplicação de estratégias pedagógicas criativas (Cet.la, 2014, p. 27).

El Salvador, assim como o Brasil, teve a sua Lei de Acesso à Informação aprovada, por meio do Decreto 534<sup>71</sup>, em 2011. O texto legal traz alguns itens que consideramos inovadores (assim como o do Brasil), devido ao fato de já ter incorporado os seus requisitos ao contexto da Sociedade da Informação. Dessa forma, destacam-se alguns aspectos importantes como a prevenção e combate à corrupção, a promoção e uso das tecnologias da informação e da comunicação e implementação do governo eletrônico,

---

<sup>69</sup> Informações disponíveis em: <<http://www.micit.go.cr/images/Telecomunicaciones/pndt/PNDT-2015-2021.pdf>>

<sup>70</sup> Texto original: “a partir de un enfoque inclusivo del acceso, uso y apropiación de las tecnologías de la información y las comunicaciones; de forma segura, responsable y productiva.”

<sup>71</sup> Disponível em: <[http://www.redipd.org/legislacion/common/legislacion/elsalvador/Decreto\\_N534.pdf](http://www.redipd.org/legislacion/common/legislacion/elsalvador/Decreto_N534.pdf)>

bem como o fomento à cultura da transparência e a promoção da participação cidadã no exercício da função pública (p. 2).

Quanto às TIC, este país não possui uma agenda digital e tem baixo índice de acesso à internet (Cet.la, 2013), mas participa junto com outros países do projeto regional *Autopista Mesoamericana de la Información*, que tem o objetivo de melhorar a conectividade na América Latina por meio da expansão da fibra ótica e de cabos submarinos.

O Equador promulgou em 2004 a *Lei Orgânica de Transparencia y Acceso a la Información Pública*<sup>72</sup>, que garante a todo cidadão o pleno direito de solicitar informações públicas a qualquer tipo de organização. As solicitações devem ser feitas por escrito e a resposta deve ser dada num prazo de dez dias.

Quanto às políticas para as TIC, destaca-se o *Plan Nacional de Desarrollo de Banda Ancha*<sup>73</sup> que busca

gerar condições de uso do espectro radioelétrico para adaptar novas formas na indústria que proporcione serviços de internet sem fio, garantindo o seu uso eficiente e uma concorrência saudável para satisfazer a demanda dos serviços e promover a redução de preços. (p.24) (Tradução nossa)

Além disso, de acordo com a página web do governo equatoriano, existe também o programa de Acesso Universal às Tecnologias da Informação e da Comunicação, que incluem iniciativas focadas no alistamento digital da população para seu desenvolvimento econômico, social, cultural, solidário e inclusivo da comunidade.

Honduras entrou no mapa dos países com a lei de acesso à informação em 2006, ao promulgar a sua *Ley de Transparencia y Acceso a la Información Pública* (LTAIP)<sup>74</sup> que, um ano depois, já sofreu algumas mudanças. O documento teve uma alteração

---

<sup>72</sup> Disponível em: <[http://www.oas.org/juridico/spanish/mesicic2\\_ecu\\_anexo34.pdf](http://www.oas.org/juridico/spanish/mesicic2_ecu_anexo34.pdf)>

<sup>73</sup> Texto original: “Generar las condiciones de uso del espectro radioeléctrico para adaptar las nuevas formas en las que la industria proporciona servicios inalámbricos, garantizando su uso eficiente y la sana y leal competencia, para satisfacer la demanda de los servicios que promuevan la reducción de precios.”

<sup>74</sup> Disponível em: <<http://portalunico.iaip.gob.hn/assets/docs/leyes/ley-de-transparencia-y-reglamento.pdf>>

devido à criação do Instituto de Acesso à Informação Pública (IAIP), que foi nomeado para fazer a regulamentação da lei.

O objetivo principal da LTAIP é o fortalecimento do Estado de Direito e a consolidação da democracia mediante a participação cidadã. A lei hondurenha explicita que a sua existência se traduz em um meio eficaz contra a corrupção e contra a ilegalidade, “promovendo a utilização eficiente dos recursos do Estado.” (p. 3). Possui um portal da transparência que atualiza o número de documentos publicados<sup>75</sup>.

No que se refere às TIC, o país possui a *Agenda Digital Honduras 2014-2018: Conectividad, Eficiencia, Transparencia*<sup>76</sup>, que é bastante consistente e amplo e pretende alcançar níveis de desenvolvimento, segundo afirmam no documento da agenda digital, semelhantes ao de países desenvolvidos. Para isso, possui quatro eixos estratégicos: 1) conectividade digital com equidade; 2) governo digital; 3) talento humano em TIC; 4) desenvolvimento do marco institucional regulatório.

Criada em 2002, a Lei de Acesso à Informação do México<sup>77</sup> foi a segunda a ser promulgada na América Latina e é considerada uma das mais avançadas e completas. Atualizada em 2015 e considerada a mais completa pelo ranking *Global Right to Information (RTI Rating)*<sup>78</sup> inclui diversas garantias ao direito de acesso à informação, como por exemplo: fornecer a informação em qualquer formato (incluindo em língua indígena ou braile) em até 20 dias; transparência proativa; proibição da restrição do acesso a informações de investigação de violações dos direitos humanos ou crimes contra a humanidade e a implementação de mecanismos de governo aberto.

No que se refere às TIC, o México tem como política a Estratégia Digital Nacional, elaborada no Plano Nacional de Desenvolvimento 2013-2018 e se pauta por cinco

---

<sup>75</sup> Disponível em: <<http://portalunico.iaip.gob.hn/>>

<sup>76</sup> Disponível em: <<http://agendadigital.hn/wp-content/uploads/2013/10/AgendadigitalCOR.pdf>>

<sup>77</sup> Informações disponíveis em: <<http://inicio.ifai.org.mx/MarcoNormativoDocumentos/LGTAIP.pdf>>

<sup>78</sup> Disponível em: <<http://www.rti-rating.org/country-data/>>



princípios, que são os seguintes: 1) transformação governamental; 2) economia digital, 2) transformação do modelo educativo; 4) saúde universal e efetiva; inovação cívica e participação cidadã.

O objetivo é que até 2018 o país alcance um índice de digitalização igual à média dos países da OCDE (*Organización para la Cooperación y el Desarrollo Económico*) e se transforme no líder latino-americano. Para conseguir isso, o governo pretende oferecer conectividade, inclusão e habilidades digitais, interoperabilidade e identidade digital, marco jurídico e dados abertos (Cepal, 2016, p. 39).

A Lei 621<sup>79</sup> de Acesso à Informação da Nicarágua é de 2007 e possui sete princípios nos quais está embasada: 1) princípio de acesso à informação pública; 2) publicidade; 3) pluralidade étnica; 4) participação cidadã; 5) transparência; 6) responsabilidade; 7) justificativa das dos critérios de reserva da informação. Quanto ao prazo, os solicitantes devem esperar 15 dias para obter a resposta.

Outro aspecto a ser destacado aqui com relação ao cumprimento da lei diz respeito ao novo Código Penal desse país, que foi aprovado em 2008, e prevê uma pena de seis meses a dois anos de prisão ao funcionário público que negar a informação disponível (salvo as de estado). Além disso, ele ainda pode ficar inabilitado para o exercício de função pública durante um período de um a dois anos (Pineda Quinteros, 2009, p. 67).

A Nicarágua não tem um plano de banda larga, e o que tem são apenas programas pontuais, como o *Proyecto de telecomunicaciones rurales* financiado pelo Banco Mundial. Este projeto pretende expandir a infraestrutura de telecomunicações a uma ampla área rural, mas sem esclarecer quanto ao aspecto da banda larga (Cet.la, 2013, p. 14).

---

<sup>79</sup> Disponível em: < [http://www.oas.org/juridico/spanish/mesicic3\\_nic\\_ley621.pdf](http://www.oas.org/juridico/spanish/mesicic3_nic_ley621.pdf)>

A Lei de Acesso à Informação panamenha é de 2002 (Lei nº 6), mas como a sua constituição não previa esse item, ela sofreu uma emenda para que a lei fosse incorporada, o que ocorreu em 2004. Para zelar pela implantação e cumprimento da lei, o governo criou a figura do Defensor Público, que como nos conta Lopes (2011, p. 11), “tem como função criar um ambiente que facilite ao máximo o acesso à informação, especialmente desenhando políticas que utilizem as TIC para disponibilização de informações online”. Além disso, também há transparência proativa com a publicação dos nomes que ocupam cargos e seus respectivos salários para combater a corrupção e as solicitações têm um prazo de até 30 dias para serem respondidas.

Em 2013 foi criada a Lei 33, que promulgou a Autoridade Nacional de Transparência e Acesso à Informação (ANTAI)<sup>80</sup>, órgão independente que tem o objetivo de coordenar e fiscalizar a aplicação da lei, bem como a participação cidadã e também de promulgar e aplicar as medidas contra a corrupção (p.2)

No que se refere às TIC, a sua *Agenda Digital 2014-2015 Panamá 4.0* se inspira nas de países circunvizinhos e nas metas acordadas em nível internacional no e-LAC 2018 e nos objetivos de desenvolvimento sustentável das Nações Unidas. De acordo com a CEPAL (2016, p. 40), a agenda considera como valores a “competitividade, o governo transparente, a eficiência e a economia na administração, a sustentabilidade e o desenvolvimento profissional no que se refere às TIC.”

As suas linhas estratégicas são as seguintes: i) políticas públicas, mediante transparência, participação cidadã, mudança de normas e acessibilidade; ii) transformação do governo, onde são consideradas políticas de inovação, administração da mudança e eficiência; iii) inovação setorial, buscando maior competitividade,

---

<sup>80</sup> Disponível em: <<http://www.organojudicial.gob.pa/cendoj/wp-content/blogs.dir/cendoj/ley-33-de-2013.pdf>>

parceria e suporte e iv) sinergias TIC, considerando a sustentabilidade, desenvolvimento profissional, interoperabilidade, cooperação institucional, economia e eficiência.

O Peru criou a sua Lei de Transparência e Acesso à Informação Pública (Lei 27.806)<sup>81</sup> em 2002, estabelecendo que todas as atividades governamentais devem ter máxima publicidade. No entanto, não existe ainda um órgão específico para o cumprimento da lei (como no caso de Chile e México), o que impede os pedidos de recurso caso alguma solicitação seja negada sem justificativa. O prazo de resposta da solicitação é de sete dias úteis e a lei serve para todos os âmbitos da administração pública.

No que se refere à sua agenda digital, apesar de ter um acesso baixo à internet, possui um plano de internet denominado *Peru Nacional para el Desarrollo da Banda Ancha en Peru*<sup>82</sup>. De acordo com este plano, os objetivos são os seguintes: 1) construir uma rede nacional de fibra ótica; 2) estimular a demanda e a inclusão da população na Sociedade da informação; 3) fortalecer o marco institucional orientado ao entorno convergente das TIC; 4), contar com indicadores e estatísticas que permitam acompanhar o desenvolvimento da banda larga no país; 5) instalar banda larga em 100% dos centros educativos, estabelecimentos de saúde, delegacias a uma velocidade mínima de 2 Mbps.

Prevista na Constituição da República Dominicana, o acesso às fontes públicas e privadas foi regulamentado em 2004 por meio da *Ley de Transparencia y Acceso a la información pública*<sup>83</sup>. A lei cita o artigo 19 da Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948), a Constituição, a Convenção Interamericana de Direitos Humanos (Pacto de São José da Costa Rica, de 1977) e o Pacto Internacional dos Direitos Civis e Políticos (1977) como antecedentes para a sua criação.

---

<sup>81</sup> Disponível em: <[http://www.peru.gob.pe/normas/docs/LEY\\_27806.pdf](http://www.peru.gob.pe/normas/docs/LEY_27806.pdf)>

<sup>82</sup> Disponível em: <[https://www.mtc.gob.pe/portal/proyecto\\_banda\\_ancha/plan%20banda%20ancha%20vf.pdf](https://www.mtc.gob.pe/portal/proyecto_banda_ancha/plan%20banda%20ancha%20vf.pdf)>

<sup>83</sup> Disponível em: <<https://digeig.gob.do/images/docs/Ley20004.pdf>>

A lei é válida para todos os poderes e órgãos governamentais e prevê a transparência proativa. Um tópico especial é dedicado às empresas de comunicação, que, segundo o documento da lei (2004, p. 8) “deve receber uma especial proteção e apoio por parte das autoridades públicas”. O texto normativo também prevê a transparência proativa, uma vez que afirma que todos os atos da administração pública estarão submetidos à publicidade. A diferença com relação aos critérios de solicitação de informação de outras leis é o fato de o solicitante ter que justificar o seu pedido.

A agenda digital dominicana compreende o período de 2016-2020. Sob a responsabilidade da *Comisión Nacional para la Sociedad de la Información y el Conocimiento* (CNSIC), de acordo com a sua página na internet, ainda está em elaboração. A ideia geral é fazer com que, por meio das TIC, o país se alcance um “desenvolvimento social e econômico e, dessa forma, possa impulsionar o acesso, utilização e apropriação destas tecnologias por parte da cidadania para unir a sociedade civil, os setores públicos, privado e a academia” (2016, p. 40). Os seus cinco eixos estratégicos são os seguintes: 1) infraestrutura e acesso; 2) governo eletrônico e serviços digitais, 3) criação de capacidades, 4) desenvolvimento produtivo e inovação e 5) entorno habilitador.

Promulgada em 2008, a Lei 18.831<sup>84</sup> do Uruguai reconhece o acesso à informação como um direito de todos. Abrange todas as esferas públicas, estatais ou não estatais e não exige a sua justificação. Os princípios norteadores do acesso à informação pública no Uruguai são os seguintes: liberdade de informação, transparência, publicidade máxima, divisibilidade, ausência de ritualismos, não discriminação, oportunidade, responsabilidade e gratuidade (Uruguay, 2010). O texto da lei prevê a transparência

---

<sup>84</sup> Disponível em: < [http://archivo.presidencia.gub.uy/\\_web/leyes/2008/10/EC1028-00001.pdf](http://archivo.presidencia.gub.uy/_web/leyes/2008/10/EC1028-00001.pdf)>

proativa de seus órgãos e concede um período de 20 dias para as respostas das solicitações.

A Agenda Digital Uruguai 2011-2015 foi desenvolvida pela Agência de Governo Eletrônico e Sociedade da Informação (AGESIC) e ressalta a geração de benefícios diretos para a cidadania. Suas linhas estratégicas são as seguintes: equidade e inclusão social; participação cidadã; transformação do Estado; impulso à Educação, inovação e geração de conhecimento; integração territorial e inserção internacional (Eirão; Silva; Cavalcante, 2015).

De acordo com o documento oficial da Agenda Digital, esta não se limita a um plano nacional de tecnologia. Seu foco está na inclusão social e em potencializar as capacidades nacionais através das TIC. Se as primeiras agendas (2007-2008 e 2008-2010) focaram na infraestrutura, a última preocupou-se em gerar benefícios diretos e concretos para a cidadania. Seus objetivos são o acesso (coletividade para a inclusão), educação e cultura, governo eletrônico, desenvolvimento produtivo, saúde e meio ambiente.

No subcapítulo seguinte descreveremos as políticas de alfabetização digital na América Latina buscando entendê-las também a partir de um entorno conceitual.

### **3.2. As Políticas de alfabetização digital e informacional para a inclusão social na América Latina**

Antes de abordarmos as políticas propriamente ditas que alguns países vêm adotando, desenvolvemos aqui os conceitos que as envolvem, sem os quais, a mera descrição das agendas dos países tona-se inócua. Apesar de alguns conceitos como brecha digital, alfabetização digital, informacional e competências informacionais já terem sido

bastante utilizados na literatura da área, não podemos prescindir de seus aportes neste trabalho.

### **3.2.1. A brecha digital**

Os textos e discursos oficiais sobre implantação de programas ligados às TIC estão, de uma maneira geral, relacionados à diminuição da brecha digital (BD). Há muito este conceito vem sendo utilizado tanto na academia como no âmbito governamental. De fato, os conceitos trabalhados aqui apontam para uma inter-relação entre eles.

De acordo com Gallardo (2006, p. 21), começa-se a falar sobre o fenômeno da brecha digital no começo dos anos 1990, quando se deu a popularização do computador e sua definição não é simples, pois “varia de uma comunidade a outra, de um país a outro e de uma sociedade a outra”. Ele afirma que a premissa básica da brecha digital é a diferença entre indivíduos e sociedades que têm acessos aos serviços tecnológicos de computadores, telecomunicações, internet, e os que não têm. Mas para Gallardo (2006, p. 21), isso não é suficiente, “pois há outros aspectos que também devem ser estudados como a Educação, a língua, o gênero, a tecnologia disponível, a diferença econômica, geracional e geográfica, entre outros”.

Para Serrano e Martínez (2003, p. 8), brecha digital pode ser definida como a separação que existe entre as pessoas (comunidades, estados, países...) que utilizam as TIC como algo cotidiano de suas vidas e aquelas que não têm acesso a elas e, mesmo tendo, não sabem como utilizá-las.

Wadi Haddad (citado por Gallardo, 2006, p. 6), por sua vez, afirma que a brecha digital tem a ver com Educação. “A brecha mais importante está na extensão e qualidade do conhecimento humano e sua aprendizagem. Não é uma brecha digital, é educativa.”

Seguindo esta linha, Gallardo, no entanto, acrescenta também os aspectos sociais e culturais.

O termo brecha digital traz à tona outras brechas analógicas que já existiam antes, tanto no aspecto tecnológico como no simbólico. Gallardo afirma que, quando falamos em BD nos referimos pelo menos a quatro aspectos: eletricidade, telefone, computador e internet. E, no aspecto simbólico, nos reportamos a gênero, políticas educativas, econômicas e geracionais. Para este autor, não estamos diante de um fenômeno meramente tecnológico, mas, sobretudo, diante de um fenômeno social que expõe parte das iniquidades sociais.

Para estreitar minimamente a BD, há que levar em consideração as peculiaridades de cada lugar. Não adiante importar um modelo X ou Y sem pensar nos diversos aspectos socioculturais. Somente a partir daí é possível pensar políticas específicas para abrandar os problemas que são, na maior parte das vezes, estruturais.

Quando se trata de definir o problema da brecha digital é conveniente levar em consideração que esta se relaciona com as políticas públicas de acesso à informação e não deve ser confundida com a simples disponibilidade ou carência de instrumentos tecnológicos. Quando se comete este erro, tenta-se substituir a política pela tecnologia (Gallardo, 2006, p. 24)

A pressão da economia global para se entrar na Sociedade da Informação faz com que muitos países pulem etapas que são essenciais para o desenvolvimento humano, como a Educação. No Brasil, temos alguns exemplos relacionados à compra de equipamentos informáticos que ficaram guardados em salas fechadas de diversas escolas do país e, em pouco tempo, tornaram-se obsoletos. A compra pode se transformar em números estatísticos como exemplo de investimento no setor, mas apenas mascara a real situação da brecha digital. Não adianta munir uma escola de computadores sem que haja professores capacitados para tal.

Quando Haddad (citado por Gallardo, 2006) se refere à educação como aspecto primordial para explicar (e fechar) a brecha digital, ele quer dizer que, sem uma compreensão do papel que as tecnologias têm na nossa sociedade, qualquer política para corrigir a brecha torna-se, no mínimo, desafiadora. As TIC caíram de paraquedas na vida de muitas pessoas e muitas tiveram que ‘correr atrás’ de cursos para obter ou salvar seus empregos. Falta, de um lado, uma educação tecnológica e, de outro, uma política intensiva que reforce o fato de que vivemos na Sociedade da Informação. Só assim podemos alcançar igualdade social.

Como afirmou Gallardo (2016, p. 18), “sem uma compreensão do papel que a tecnologia tem ou terá nas suas vidas, assim como em seus trabalhos, as pessoas não serão capazes de entender por que precisam da tecnologia em suas vidas”.

Partilhamos com o autor a opinião de que pensar a brecha digital enfatizando o acesso à informação como elemento relevante e não tanto o acesso à tecnologia é um enfoque mais significativo. Isto dá um sentido mais amplo ao uso da tecnologia com um propósito determinado e não o uso da tecnologia em si mesmo.

### **3.2.2. Políticas de alfabetização digital e informacional na América Latina**

A alfabetização digital e informacional são requisitos para se manejar a informação e, assim, o indivíduo poder exercer o direito de acesso. De acordo com Riva (2007), usamos a palavra acesso quando nos referimos tanto a acesso físico a um local específico como um país, loja, como a algo intangível como direito à cultura, educação, ao autogoverno, aos meios de titularidade pública, à internet e banda larga, à segurança social, aos serviços públicos.

Para Katz & Rice (2005, p. 26), o acesso, no contexto das TIC, pode ser definido minimamente da seguinte maneira:



se uma pessoa pode utilizar um computador que esteja conectado à internet é capaz de usá-la para encontrar sites ou comunicar-se com outras pessoas (por e-mail, por exemplo), então podemos dizer que essa pessoa tem acesso à internet. Saber o que está na internet, mas não ter a possibilidade de obter o que se quer, ou ter a tecnologia, mas não o conhecimento de como usá-la não constitui acesso.

Para que o acesso à informação seja universalizado, no entanto, é necessário primeiro ultrapassar a barreira da alfabetização digital que, segundo García Moreno (2011, p. 31), é o “desenvolvimento de habilidades para o acesso e uso das tecnologias da informação e da comunicação, bem como competências para a aprendizagem com meios e recursos digitais ou eletrônicos”. Já a alfabetização informacional, para esta autora, pode ser entendida como a “capacidade para obter maior autonomia na seleção, avaliação e transformação da informação e também a aquisição de competência para a formação ao longo da vida”. Dessa forma, a alfabetização informacional é a disciplina encarregada da formação em competências informacionais e seu objetivo é a aprendizagem e a educação permanente ao longo da vida (Cuevas Cerveró, 2012, p. 88).

Há em questão uma série de conceitos que se inter-relacionam. Quando falamos em projetos de alfabetização informacional, podemos relacioná-los com inclusão digital, outro conceito que vem sendo objeto de estudo ao longo de mais de uma década. Para Silva; Jambeiro; Lima; Brandão (2005, p. 30), inclusão digital pode ser entendida como um “processo que deve levar o indivíduo à aprendizagem no uso das TIC e ao acesso à informação disponível nas redes, especialmente aquela que fará diferença para a sua vida e para a comunidade na qual está inserido.”

Estar incluído digitalmente, por sua vez, implica em um processo avançado de cidadania digital. Esta foi, pelo menos, a perspectiva do discurso oficial quando da introdução da política do governo eletrônico no Brasil. E é o tom de diversos textos oficiais e acadêmicos que afirmam que o acesso à informação garante a construção e fortalecimento da cidadania.

Para Bustamante Donas (2007), os avanços na informação e na comunicação devem ser usufruídos por todos os seres humanos, uma vez que, na atualidade, exclusão digital equivale a exclusão social. Esta afirmação é importante para a perspectiva da inclusão digital como um novo direito humano, uma vez que procede do entorno tecnológico criado no mundo da informação e da comunicação (López y López & Samek, 2011). Se de um lado a inclusão social faz parte da retórica do nosso século, há algumas barreiras que devem ser abordadas. “O problema da brecha digital, a pobreza informativa, censura, uso político das tecnologias, desinformação, manipulação dos meios de comunicação, são assuntos muito preocupantes” (p. 17).

A inclusão digital com resultados positivos implica pensar e articular um conjunto de tarefas que deve incluir a parte técnica, mas, sobretudo, a formulação e aplicação de políticas mais humanas e abrangentes. Nesse sentido, López y López & Samek (2011, p. 27) defendem a criação, desenvolvimento e experimentação de projetos de inclusão digital crítica que incluam pessoas normalmente excluídas da sociedade (e da sociedade da informação).

O propósito é, portanto, conseguir que essas pessoas, como partes interessadas, sentem-se também à mesa onde os setores públicos, privado e cívico trabalham em comum para esboçar as linhas da política de informação que entrará em vigor a seguir. Dessa forma, a inclusão digital, situada como um ponto fundamental da ordem do dia da justiça social e dos direitos humanos, pode fomentar novos espaços para a tolerância e a compreensão e se contrapor às tentativas de pessoas e grupos que buscam impor valores, costumes ou crenças num mundo digital e que, em última instância, atingem também áreas não conectadas<sup>85</sup> (Tradução nossa).

Dessa forma, a ideia é de que a inclusão digital ocorra de uma maneira horizontal, com a participação dos grupos interessados, o que em si já uma forma inicial de inclusão

---

<sup>85</sup> Texto original: “El propósito es, por tanto, conseguir que estas personas, como nuevas partes interesadas, se sienten también en la mesa donde los sectores público, privado y cívico trabajan en común para diseñar las líneas de la política de información a seguir. Así, pues, la inclusión digital, situada como un punto fundamental del orden del día de la justicia social y los derechos humanos, puede fomentar nuevos espacios para la tolerancia y la comprensión y contrarrestar los intentos de personas y grupos que intentan imponer valores, costumbres o creencias en el mundo digital y que, en última instancia, afectan también a zonas no conectadas.” (López y López & Samek, 2011, p. 27)

social. No capítulo 4 desenvolveremos a perspectiva de inclusão digital como um direito humano.

Começamos a descrever as políticas de inclusão digital pela Argentina. Para diminuir a brecha digital e fazer com que todos os argentinos tenham acesso à informação, em 2014, foi lançado o Plano Argentina Conectada, que possui os seguintes eixos estratégicos: a) inclusão digital; b) otimização do uso do espectro radioelétrico; c) desenvolvimento do serviço universal; d) produção nacional e geracional de emprego no setor de telecomunicações; e) capacitação e pesquisa em tecnologias das comunicações; f) infraestrutura e conectividade; g) fomento à concorrência; h) estadísticas e indicadores e i) infraestrutura de software e serviços informáticos.

Este plano (2014, p. 19) inclui uma série de políticas públicas para promover a inclusão digital através das TIC, dos quais podemos destacar os seguintes aspectos:

- A criação de Núcleos de Acesso ao conhecimento, que são espaços para se conectar e aprender a navegar na internet nas comunidades com a criação das salas com wifi e salas de capacitação;
- Criação de Pontos de Acesso Digitais, que são espaços públicos de com acesso a wifi gratuito;
- Criação de operativos móveis e redes sociais de conhecimento; os operativos móveis percorrem o país capacitando sobre as novas tecnologias e redes sociais do conhecimento que estimulem a prática social na rede.

Seguindo os países latino-americanos por ordem alfabética, o segundo país é o Brasil, que possui o Programa Nacional de Inclusão Digital (PNID), mencionado anteriormente quando nos referimos às políticas de TIC que, além da parte de infraestrutura, também abarca programas de inclusão digital focado nas escolas, sendo este um dos 4 eixos. Um total de 10 programas fazem parte da inclusão digital nas escolas, quais sejam:

Programa Nacional de Informática na Educação (PROINFO); Portal Domínio Público; Linux Educacional (solução em software livre); Programa Banda Larga nas Escolas; Portal do Professor; Banco Internacional de Objetos Educacionais; Projetor PROINFO; Programa Um Computador por Aluno (PROUCA); Computador Portátil para Professores; e-ProInfo – Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA). Além destes, o Casa Brasil e o Programa de Inclusão Digital do Ministério da Ciência e Tecnologia (MCT)<sup>86</sup>.

No entanto, a maioria desses programas prevê muito mais o acesso físico do que uma junção deste com as competências informacionais, que são conteúdos da Alfabetização Informacional, visto que se direcionam às escolas.

Os outros eixos, de acordo com a classificação de Oliveira (2010) mostrados no capítulo 2, são os seguintes, Acesso às tecnologias da comunicação e da informação, Telecentros comunitários e Massificação da Banda larga.

Do conjunto de programas desenvolvidos, o Casa Brasil (pertencente ao eixo Telecentros comunitários), que é dirigido a um público amplo, apresenta características além da mera parte técnica. Trata-se de uma ação interministerial e de vários outros órgãos que consiste na criação de 89 unidades distribuídas pelo país (além das 50 mantidas pela Petrobras) pensadas para “levar a inclusão digital, cidadania, cultura e lazer para as comunidades de baixa renda” (Santos & Carvalho, 2009, p. 48). Cada unidade possui um telecentro, sala de leitura, auditório e laboratórios de informática, estúdio multimídia e rádio comunitária.

Outro importante que também tem como foco um público geral é o Programa de Inclusão Digital, que tem o objetivo de implantar centros de inclusão digital

---

<sup>86</sup> O Ministério da Ciência e Tecnologia tinha esse nome na época em que foi criado o Programa de Inclusão Digital. Depois incorporou o termo ‘inovação’, passando a se chamar Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação. Após o golpe parlamentar que houve no Brasil em 2016 que retirou a presidenta Dilma Rousseff da presidência, o ministério mudou para Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações (MCTIC).

(telecentros) no país priorizando as áreas carentes. Além disso, de acordo com o MCTIC, pretende capacitar a população, favorecer o acesso às TIC, aperfeiçoamento dos jovens para o mercado de trabalho e dos trabalhadores em práticas relacionadas com a informática<sup>87</sup>. Até o momento, o programa já capacitou 4 mil jovens para trabalharem nos telecentros em todo o país (MCTI)<sup>88</sup>.

De acordo com as suas diretrizes, o programa busca ofertar os meios, instrumentos e facilidades para que a população participe ativamente do processo de inclusão social. No entanto, algumas críticas lhe são feitas, pois vêm nele apenas o acesso ao computador e à internet sem uma verdadeira inclusão digital no sentido de assimilar, interpretar e produzir novos conhecimentos.

A Bolívia elaborou o *Plan Nacional de Inclusión Digital*, que tem os seguintes objetivos: capacitar para o uso e aproveitamento das TIC, fechar a brecha da infraestrutura digital na educação pública, dar protagonismo às TIC na Educação, criar uma nova geração de recursos digitais, apoiar a gestão educativa com o uso das TIC, desenvolver competências digitais para fins específicos (população adulta, rural e microempresários).

A prioridade, de acordo com o Plano, é a população desfavorecida. Outro programa do Ministério da Educação é *Una computadora por docente*, que contempla o professor que incorporar as novas tecnologias à sua atividade pedagógica. Além disso, este Ministério também criou o portal Educa Bolívia “como meio de interação na rede da comunidade educativa boliviana” (Cet.la, 2014, p. 21)

O Chile, por sua vez, no que diz respeito à Alfabetização Digital, criou o Programa Estratégia Digital (2007-2012), cujo objetivo era promover a educação digital entre os estudantes e o resto da sociedade civil, incrementando os fundos destinados à

---

<sup>87</sup> Disponível em: <<http://www.mct.gov.br/index.php/content/view/77601.html#tlt>>

<sup>88</sup> Disponível em: <<http://www2.mcti.gov.br/index.php/2016-11-29-22-24-23/telecentros>>

investigação das TIC, sobretudo nas universidades (Cet.la, 2014, p. 24). Dentro desse plano, o Programa Enlaces (*links*), promove iniciativas que busquem aumentar o uso das TIC por parte dos estudantes, melhorar a capacidade digital dos professores e o conteúdo digital.

De acordo com a publicação da Cet.la (2014, p. 24-25), algumas metas foram pensadas para o desenvolvimento digital e melhoria da Educação, tais como: 1) fortalecer a iniciativa Educar Chile com um portal educativo tipo 2.0; 2) criar 16.500 salas de aula de educação básica com computadores projetores e recursos digitais; 3) baixar a taxa nacional de 30 para 10 alunos/computador; 4) criar uma Rede Digital da Educação, que conectará 70% das escolas com banda larga garantida em 4 mil escolas.

A Colômbia, através do Ministério de Ciência e Tecnologia, criou o ‘Plan Vive Digital’, que, de acordo a publicação Cet.la (2014, p. 25),

prevê a criação de um ecossistema digital que aproprie da tecnologia e crie conteúdos. Pretende criar centros de formação básica e específica e de assistência a comunidades para o uso correto das TIC, tendo como ênfase grupos estratégicos vulneráveis. Em 2014, chegou a capacitar 100 mil pessoas<sup>89</sup>.  
(Tradução nossa).

O que se destaca no plano colombiano é o seu aspecto de capacitação informacional. O plano prevê cursos para grupos vulneráveis, grupos específicos (jornalistas, gestores de TIC, docentes etc.) para gerar impacto no acesso à cultura digital e também para grupos étnicos.

Outra vertente deste plano é o fomento ao uso responsável das TIC e a promoção do seu uso por meio de diferentes conteúdos e meios, como por exemplo, o programa de

---

<sup>89</sup>Texto original: “prevé la creación de un ecosistema digital que mediante una demanda generada por usuarios y aplicaciones que se apropie de la tecnología y cree contenidos (creación de tecnocentros, centros de capacitación). Pretende crear procesos de formación básica y específica y de asistencia a comunidades para el correcto uso de las TIC, teniendo como énfasis grupos estratégicos de especial vulnerabilidad llegando en 2014 a capacitar a 100.000 personas.” (Cet.la, 2014, p. 25).

comunicação massiva *EmTIConfio* para estimular o uso da internet no país por parte dos cidadãos de forma segura.

Para universalizar o acesso, o governo também investiu em 800 ‘Puntos Vive Digital’, que é a criação de telecentros nas áreas periféricas e cidades distantes. E por fim, o programa ‘Nativ@as Digitales’, que garante computadores portáteis a alunos e instituições públicas. Este programa se complementa com o portal ‘Colombia Aprende’ (<[www.colombiaaprende.edu.co](http://www.colombiaaprende.edu.co)>), que possui várias ferramentas sobre o uso e capacitação das TIC para professores e alunos de educação primária e secundária.

A Costa Rica criou *Programa Socioeducativo para el Aprendizaje Edup@rtátil*, cujo projeto é resultado da *Ley de Alfabetización Digital em las Escuelas Primárias Públicas*. Implantado em 2010, consiste em dar um computador portátil cada criança das escolas públicas e a cada professor e capacitá-los no uso de hardware e software. O programa tem como base a “importância das TIC na Educação e busca a diminuição da brecha digital para alcançar a inclusão e a equidade social, a universalização do acesso e o uso das novas tecnologias.”<sup>90</sup> (Muñoz Alvarado; Nicaragua Nicaragua, 2004, p. 15).

Além deste, a Costa Rica também desenvolve outros projetos como o Programa *Conectándonos*, iniciativa público-privada que consiste em dar um computador para cada criança e os Centros Comunitários Inteligentes, para capacitação básica no uso da internet.

Em El Salvador, no que diz respeito aos programas de alfabetização digital, o Ministério de Educação salvadorenho tem desenvolvido programas para incluir as TIC na Educação com programas em nível escolar primário e médio. Cabe ao programa *Cerrando la Brecha del Conocimiento* a integração pedagógica das ciências e tecnologias da informação conectando-as com as disciplinas de Ciências Naturais,

---

<sup>90</sup> Tradução nossa. Texto original: “la importancia de las TIC en el área de la educación y de la disminución de la brecha digital para buscar la inclusión y equidad social, la universalización del acceso y el uso de las nuevas tecnologías.” (Muñoz Alvarado; Nicaragua Nicaragua, 2004, p. 15).

Matemática e Linguagem, buscando uma interação mais dinâmica entre professor e aluno no entorno de aprendizagem, numa tentativa de mudar o paradigma educacional do país (Cet.la, 2014, p. 32). O programa, de acordo com o informe da Cet.la, tem como foco estudantes e professores de educação primária da zona rural que apresentam altos índices de pobreza. Seus principais objetivos são os seguintes: elevar a qualidade da educação pública básica e melhorar o acesso à tecnologia, nivelar os conhecimentos dos docentes e capacitá-los no uso das TIC e contribuir para o desenvolvimento comunitário por meio do acesso às TIC e às comunidades educativas.

O Equador, por meio do SITEC – *Sistema Integral de Tecnologías para la Escuela y la Comunidad*, criou programas e projetos para melhorar a aprendizagem no país e aumentar o uso das TIC. O SITEC tem a função de entregar material informático às escolas de nível fundamental e médio.

Mas de acordo com o levantamento da Cet.la (2014, p. 31), este departamento também desenvolve atividades e outras frentes, como por exemplo, dar acesso à infraestrutura tecnológica para a comunidade educativa; capacitar docentes em TIC para melhorar a qualidade do ensino; garantir softwares para o ensino fundamental e média disponíveis em espanhol, quíchua, shuar e inglês e aulas tecnológicas comunitárias para o uso das TIC em cada ciclo educativo.

Outro programa é desenvolvido pelo Ministério das Telecomunicações, é o Equador Digital 2.0, que possui o *Plan de Acceso Universal* e de *Alistamiento Digital*. Utilizando-se dos programas Internet para tod@s em aulas móveis e em Infocentros, tratam de promover o uso da Internet oferecendo cursos de capacitação sobre o bom uso das TIC em todo o país. Centram-se no bom uso da internet, a saber manejar seus conteúdos e a poder ter acesso aos serviços de informação eletrônica.



A Guatemala desenvolve desde 2007 um programa de alfabetização digital em parceria com a Microsoft que consiste em promover cursos de informática, manejo da internet e *e-learning* para a comunidade educativa. Os objetivos são, de acordo com a Cet.la (2014, p. 34), reduzir da brecha digital, desenvolver ações de capacitação, acompanhamento e avaliação do processo de alfabetização digital, integrar a tecnologia na aula e promover e fortalecer o seu uso nas aulas.

Honduras, que ainda está no começo das suas políticas de acesso à Sociedade da Informação, criou o documento da Agenda Digital de Honduras<sup>91</sup> 2014-2018. De acordo com este documento, pretende promover o “desenvolvimento das TIC como instrumento de apoio para a transformação social, cultural e econômica, mediante um conjunto de iniciativas inovadoras e consistentes com as necessidades atuais e com os recursos existentes”.

Apesar de ter em vista o desenvolvimento das TIC, é recente a sua aplicação na Educação. De acordo com o INE (Instituto Nacional de Estatística)<sup>92</sup> desse país, o índice de analfabetos é de 14,9 %, mas o contexto das tecnologias tem gerado também analfabetos digitais. A principal ação existente voltada para a escola é o Programa Ampliando Horizontes, que consiste unicamente em levar computadores, quadros eletrônicos e software educativo às escolas em nível nacional. No entanto, essa iniciativa não abrange a capacitação nem do professor nem do aluno.

A Agenda Digital Mexicana<sup>93</sup> integra a Estratégia Digital Nacional 2013-2018 (2013) e, segundo a mensagem do Presidente Enrique Peña Nieto deste documento (p.5) “guia as ações e políticas necessárias para aproximar as TIC da população com o objetivo de incorporar essas tecnologias à vida cotidiana das pessoas, empresas e do governo”.

---

<sup>91</sup> Disponível em: <<http://agendadigital.hn/>>

<sup>92</sup> Disponível em: <<http://noticias.universia.hn/en-portada/noticia/2012/04/13/923439/honduras-da-primeros-pasos-educacion-virtual.html>>

<sup>93</sup> Informações disponíveis em: <[http://www.canieti.org/Libraries/Downloads/ADNcompleto\\_04112011.sflb.ashx](http://www.canieti.org/Libraries/Downloads/ADNcompleto_04112011.sflb.ashx)>

Também prevê a criação de 24 mil centros comunitários com wifi para “massificar o seu uso e levá-la aos lugares mais longínquos” (Cet.la, 2014, p. 36). Outros programas também foram pensados, como por exemplo, *Habilidades Digitales para Todos*<sup>94</sup>, que estimula o uso das TIC no ensino fundamental de maneira integral e que contempla a formação docente em TIC, equipamento tecnológico e conectividade (aula telemática), a produção de materiais educativos. Na aula telemática, os alunos e professores interagem com os materiais educativos digitais por meio do equipamento, da conectividade e das plataformas tecnológicas (Cet.la, 2014, p. 37).

Na Nicarágua, o Ministério da Educação vem desenvolvendo vários planos em alfabetização digital, dentre os quais se destacam o *Maestro 2.0* e o *Aula Mentor*. O primeiro consiste em formar os docentes em ambientes virtuais de aprendizagem, numa formação contínua e com intercâmbio de experiência com outros docentes. Com isso, pretende-se criar processos de ensino inovadores no marco das TIC, desde a formação universitária inicial e ao longo da carreira docente.

Já o programa *Aula Mentor* é destinado a pessoas de todas as idades para que possam ampliar competências educacionais no âmbito das novas tecnologias, sobretudo os conhecimentos de ofimática e de redes de novas tecnologias (Cet.la, 2014, p. 38).

Quanto às políticas de alfabetização digital do Panamá, o principal programa para capacitação digital é o *InfloPlazas*, que consiste em capacitar qualquer pessoa a usar a internet, independentemente da idade ou nível escolar (2014, p. 38). O objetivo, segundo esta publicação, é dar capacitação digital aos setores mais vulneráveis à brecha digital (adolescentes, crianças, terceira idade, homens do campo, pequenos proprietários, donas de casa etc.) e incentivá-los para que façam uso e saibam aproveitar as oportunidades que a rede oferece.

94

Informações disponíveis em:  
<<http://sep.gob.mx/work/models/sep1/Resource/2959/5/images/LB%20HDT.pdf>>

“Panamá sem papel” é uma das metas do governo, uma vez que a capacitação digital ajuda a promover trâmites eletrônicos do estado. Além disso, desde 2009 possui o programa “Equidade Digital”, que consiste em distribuir computadores para alunos e professores tomando como critério a média acadêmica e o Portal Educa Panamá, para o desenvolvimento de atividades acadêmicas e tecnológicas para a comunidade e que pertence à RELPE (*Red Latinoamericana de Portales Educativos*) (Cet.la, 2014, p. 39).

O governo peruano, por sua vez, busca promover a inclusão e o acesso dos usuários à banda larga por meio do seu *Plan Nacional para el desarrollo de la banda ancha*. Com relação aos programas de alfabetização digital, destacam-se duas iniciativas: 1) o programa *Peru Educa Escuela*, que, por meio do seu portal educativo, disponibiliza para as escolas acesso à internet, capacitação prévia em software aos professores e acesso às novas tecnologias aos estudantes da escola infantil; 2) e o *Programa Nacional de Alfabetización para Docentes*, que tem o objetivo de formar mestres nas novas tecnologias da educação e do conhecimento e nos novos processos de ensino e aprendizagem (Cet.la, 2014, p. 42).

O país caribenho República Dominicana desenvolveu o *Plan Bienal de Proyectos de Desarrollo* 2012-2013, aprovado pelo Instituto Dominicano de las Telecomunicaciones (INDOTEL), que incluiu uma série de projetos relacionados à alfabetização digital, como os que mostramos a seguir: 1) *Formación Superior Tecnológica Virtual*, que especializa jovens engenheiros nas TIC para suprir a mão de obra na área de telecomunicações do país e fomentar o investimento estrangeiro; 2) *Computadoras para Jóvenes Sobresalientes*, destinado a dar um computador 3100 estudantes de baixa renda, mas que tenha médias altas (ensino básico, médio e superior); 3) projeto *Salas Digitales*, que permite o acesso a computadores e internet em diferentes áreas, incluindo a rural; 4) *Programa de Formación para Formadores em TIC*, que é um programa de

formação contínua em TIC em parceria com a Microsoft para modernizar a educação superior; *Rincones Tecnológicos*, que consiste em dotar 400 salas de escolas de nível básico com material informático e professores com formação em TIC (Cet.la, 2014, p. 45).

No Uruguai, a política de Alfabetização Digital desse país rio-platense compreende dois eixos: 1) o *Plan Ceibal* (criado em 2006), que é destinado à idade escolar e busca a combinação das tecnologias com um plano de educação que adote as novas tecnologias no cotidiano escolar; e o *Plan Nacional de Alfabetización Digital*, que é vinculado àquele, mas se destina à população adulta e tem o objetivo de diminuir a brecha digital. O objetivo deste plano é alfabetizar digitalmente 100 mil adultos, alcançar mil atividades de integração social envolvendo as oficinas de alfabetização digital nos 5 anos de gestão do Plano, ter 50 cursos online para docentes, animadores, coordenadores e 10 relatórios semestrais durante o período de vigência do Plano (Cet.la, 2014, p. 49).

O painel mostrado até aqui ilustra do conjunto das políticas na América Latina e do Caribe em torno da informação – acesso, TIC e alfabetização digital. Alguns países avançam mais, outros menos em suas políticas. Mas em geral todos estão relacionando as TIC à educação e ampliando as leis de acesso à informação pública. No entanto, o direito e o acesso efetivo à informação não se correspondem na sua plenitude. Os textos normativos procuram se atualizar de acordo com a sociedade da informação, mas ainda há uma falta de prática nesse sentido, sobretudo com relação às mulheres.

Se de um lado as políticas de TIC buscam facilitar o acesso à informação e integrar os programas de inclusão digital como condição para uma cidadania plena, por outro, é necessário criar políticas específicas de acesso para as mulheres, uma vez que são as que menos acessam internet no mundo. Dados de 2016 da União Internacional de

Telecomunicações (UIT)<sup>95</sup> divulgados pela ONU, mostram que há 250 milhões menos mulheres online que homens e menos mulheres no setor tecnológico em todos os níveis e em todos os países. Veremos a seguir o contexto latino-americano das políticas de gênero.

### **3.3. Políticas de igualdade de gênero na América Latina e Caribe: avanços e retrocessos**

As políticas de igualdade de gênero têm avançado recentemente não só na América Latina como também em outras regiões em desenvolvimento que têm altos índices de vulnerabilidade, como Ásia e África. Isso se deve, em grande parte, aos diferentes encontros regionais e mundiais que vêm ocorrendo ao longo das últimas três décadas, nos quais os líderes mundiais se comprometem a adotar protocolos de intenções ou programas para melhorar os níveis de desigualdade gênero e de desenvolvimento.

Dentre os diversos encontros, o de maior proeminência internacional foi a IV Conferência Mundial sobre a Mulher de Pequim (1995), que tem na Declaração e Plataforma de Ação de Pequim “um programa a favor das mulheres que, em sua elaboração, leva em conta o documento chave da política mundial sobre igualdade de gênero.” Pensando numa visão mais ampla para alcançar a igualdade de gênero, a Conferência estabeleceu os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM), tendo como meta o ano de 2015.

Os objetivos são os seguintes:

- 1) Erradicar a pobreza extrema e a fome;
- 2) Alcançar a o ensino básico universal;
- 3) Promover a igualdade de gênero e o empoderamento da mulher;

---

<sup>95</sup> Informações disponíveis em: <<https://nacoesunidas.org/agencias-da-onu-combatem-desigualdade-de-genero-no-acesso-a-tecnologias-digitais/>> Acesso em Janeiro 17, 2017.

- 4) Reduzir a mortalidade das crianças menores de 5 anos;
- 5) Melhorar a saúde materna;
- 6) Combater o vírus HIV/AIDS, impaludismo e outras doenças;
- 7) Garantir a sustentabilidade do meio ambiente;
- 8) Fomentar uma aliança mundial pelo meio ambiente;

Como podemos perceber, o direito à informação não está presente nos ODM e nem mesmo é apontada a relação entre acesso à informação e igualdade de gênero e empoderamento da mulher no objetivo 3. Apesar dos avanços significativos que ocorreram em todo o mundo a partir de 1990, a desigualdade de gênero ainda persiste em todos os aspectos, não somente no aspecto informacional. “Na América Latina e Caribe, a proporção entre mulheres e homens em moradias pobres aumentou de 108 mulheres para cada 100 homens em 2012, apesar da queda da taxa de pobreza em toda a região.” (ODM, Informe 2015, p. 8).

Indicadores elaborados pela ONU/CEPAL, OMS (Organização Mundial da Saúde) e corroboradas por diversas organizações não governamentais mostram que, em todos os aspectos da vida social, as condições de vida das mulheres, tanto laborais como socioculturais, são inferiores às dos homens.

O estudo da Organización Panamericana de la Salud (OPS, ligada à OMS), de 2013, mostra que os níveis de violência afetam entre 17% a 53% das mulheres em cada país da região. Em cifras absolutas, estima-se que a taxa de violência sexual contra a mulher contabiliza 500 episódios por dia. De acordo com a CEPAL, a violência de gênero matou 1.678 mulheres em 2014 na América Latina e Caribe. Somente no Brasil, 2.982 mulheres foram mortas em casos de violência em 2015. Calcula-se que a cada 15 segundos uma mulher é agredida física, verbal ou psicologicamente pela violência doméstica e somente 2% dos agressores foram condenados.

A resposta para combater esse índice de violência veio mediada pela IV Conferência Mundial sobre a Mulher de Pequim, quando vários países decidiram agir para promover a igualdade de gênero começando por alterar suas constituições. Outras ações têm sido a criação de ministérios ou coordenadorias da mulher, tipificação da violência de gênero como delito grave e cotas de gênero para os cargos políticos.

De acordo com a CEPAL, essas medidas têm ajudado muito, mas os índices ainda são altos, o que representa um recuo em termos de aplicabilidade das políticas. Estas, ao serem implementadas, requerem trabalho e investimento contínuos. Alguns países dedicam-se mais que outros a fornecer estrutura integral para combater a violência doméstica.

Além disso, de acordo com o *Informe Objetivos del Desarrollo del Milenio* (2015, p. 8), as mulheres continuam tendo desvantagem no mercado de trabalho (em números globais, recebem 24% a menos que os homens), são discriminadas no acesso ao trabalho, aos bens econômicos e na participação de tomada de decisões privadas e públicas e também sofrem com a pobreza social.

Para tentar melhorar esse quadro e alcançar a igualdade de gênero e o desenvolvimento, os diferentes encontros globais e regionais sobre a mulher estabeleceram um novo acordo levando em consideração os indicadores dos últimos 15 anos e elaboraram a Agenda 2030. Esta tem como eixo a criação de políticas transversais, conceito forjado na Conferência de Pequim em 1995 e que vem guiando a pauta nas demais reuniões regionais. Dessa forma, as Nações Unidas (1999, p. 24, citado por Cepal, 2016b, p. 13) entendem por transversalidade

O processo de avaliação dos resultados para as mulheres e os homens de qualquer atividade planejada, incluindo as leis, políticas ou programas, em todos os setores e em todos os níveis. É uma estratégia destinada a fazer com que as preocupações e experiências das mulheres e dos homens sejam um elemento integrante da elaboração, aplicação, supervisão e avaliação das políticas e programas, em todos os setores, a fim de que ambos se beneficiem por igual e a

desigualdade não seja perpetuada. O objetivo final é conseguir a igualdade entre os gêneros<sup>96</sup>.

Os enfoques que orientam as políticas públicas atualmente são os seguintes: 1) igualdade de gênero; b) direitos humanos das mulheres; c) Interseccionalidade e interculturalidade; d) democracia paritária e laicismo e d) desenvolvimento sustentável. Dentro desse contexto, os documentos também se referem à gestão do conhecimento, à forma como os meios de comunicação reproduzem os padrões culturais, distorcendo a realidade e à importância da informação como instrumento para garantir a transparência pública e autonomia das mulheres. De acordo com a CEPAL (2016b, p. 27),

Nos encontros de Lima, México D.F. e Brasília há acordos sobre o acesso de todas as mulheres às novas TIC e a necessidade de educação e capacitação no uso de tecnologias para criar redes e promover o intercâmbio de informação. Junto com os avanços conceituais em torno da chamada sociedade da informação, na XII Conferência Regional de Santo Domingo (2013), onde este tema ocupou um lugar central, enfatizou-se a necessidade de se fazer adaptações das aplicações e conteúdos das línguas locais. Além disso, ficou acordada também a construção de uma nova cultura tecnológica, científica e digital orientada às crianças e mulheres, para aproximá-las às novas tecnologias e fazer com que se familiarizem com elas. Ao mesmo tempo, levam-se em consideração os riscos que as mulheres enfrentam no ciberespaço e o combate à exploração sexual e a pornografia infantil por meio da ciber segurança, bem como a tipificação desses delitos<sup>97</sup>.

---

<sup>96</sup> Texto original: el proceso de evaluación de las consecuencias para las mujeres y los hombres de cualquier actividad planificada, inclusive las leyes, políticas o programas, en todos los sectores y a todos los niveles. Es una estrategia destinada a hacer que las preocupaciones y experiencias de las mujeres, así como de los hombres, sean un elemento integrante de la elaboración, la aplicación, la supervisión y la evaluación de las políticas y los programas en todas las esferas políticas, económicas y sociales, a fin de que las mujeres y los hombres se beneficien por igual y se impida que se perpetúe la desigualdad. El objetivo final es lograr la igualdad entre los géneros.” (Nações Unidas, 1999, p. 24, citado por Cepal, 2016b, p. 13)

<sup>97</sup> Texto original: “En los consensos de Lima, México D.F. y Brasilia hay acuerdos sobre el acceso de todas las mujeres a las nuevas TIC y la necesidad de educación y capacitación en el uso de las tecnologías para crear redes y promover el intercambio de información. Junto con los avances conceptuales en torno a la llamada sociedad de la información, en la XII Conferencia Regional de Santo Domingo (2013), donde esta ocupó un lugar central, se enfatizó la necesidad de hacer adaptaciones de las aplicaciones y contenidos a las lenguas locales y se acordó la construcción de una nueva cultura tecnológica, científica y digital orientada a niñas y mujeres, para acercarlas a estas nuevas tecnologías y lograr que se familiaricen con ellas. Al mismo tiempo, se plantean los riesgos que enfrentan las mujeres en el ciberespacio y el combate a la explotación sexual y la pornografía infantil a través de la ciberseguridad, así como la tipificación de estos delitos.” CEPAL (2016b, p. 27).



Apesar de haver um consenso sobre isso e ser um primeiro passo nesse sentido num contexto internacional, o mesmo documento afirma que não se tem dado muito enfoque neste aspecto. A agenda 2030 propõe uma abordagem transversal para alcançar a igualdade de gênero.

### **3.4. Fatores econômicos, socioculturais e tecnológicos**

Pensar os fatores econômicos, socioculturais e tecnológicos da América Latina é uma tarefa bastante árdua. A começar pelo fato de o Brasil, ex-colônia portuguesa, ser um caso à parte no contexto latino-americano. O idioma é o primeiro diferencial, pois é o único que, ao contrário dos outros de língua castelhana, fala português, o que acentua também as diferenças culturais dentro do continente. Mas estas também estão profundamente marcadas pelas diferentes etnias indígenas que povoam o norte do Brasil e a América Latina, e está presente, entre outros aspectos, na alimentação, na forma de vestir, na música, na arte, na herança cultural como um todo.

Dessa forma, diversos autores clássicos se debruçaram sobre esta parte do continente americano para entender o seu presente. A começar pelo passado colonial. Citaremos aqui dois autores que foram bem pontuais nas suas tentativas de interpretar e entender o porque do subdesenvolvimento da América Latina e do Brasil: Eduardo Galeano (2008); Caio Prado Júnior (2012), e de uma perspectiva institucional, a Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL).

O escritor Eduardo Galeano se insere no pensamento da Teoria da Dependência, vertente teórica surgida nos anos 60 e buscava compreender “as limitações de uma forma de desenvolvimento que teve início em um período histórico no qual a economia mundial já estava constituída sob a hegemonia de poderosos grupos econômicos” (Duarte & Gracioli, p. 1). Essa vertente considerava a possibilidade de desenvolver na região um capitalismo autônomo, mas havia divergências internas, o que gerou duas

correntes interpretativas dentro desta teoria, uma, de raiz weberiana, descrita na obra *Dependência e desenvolvimento na América Latina: ensaio de interpretação sociológica*, de Fernando Henrique Cardoso e Enzo Faletto (2004), e outra de raiz marxista, presente na *Dialética da Dependência*, de Ruy Mauro Marini (2000).

Em sua principal obra interpretativa, *As veias abertas da América Latina*, publicada pela primeira vez em 1971, afirma que as sociedades mais subdesenvolvidas são aquelas que tiveram estreito laço com a metrópole (Galeano, 2008, p. 5). Dessa forma, atribui esse quadro à exploração, genocídio, saque e descaso dos colonizadores, cuja herança maldita predominou durante décadas mesmo após a sua independência. Militante de esquerda, o autor fez uso da Teoria da Dependência e para explicar a forma como capitalismo age fora dos grandes centros. Para ele, este sistema econômico trouxe uma nova forma de exploração.

É a América Latina, a região das veias abertas. Desde o descobrimento até nossos dias, tudo se transformou em capital europeu ou, mais tarde, norte-americano, e como tal tem-se acumulado e se acumula até hoje nos distantes centros de poder. Tudo: a terra, seus frutos e suas profundezas, ricas em minerais, os homens e sua capacidade de trabalho e de consumo, os recursos naturais e os recursos humanos. O modo de produção e a estrutura de classes de cada lugar têm sido sucessivamente determinados, de fora, por sua incorporação à engrenagem universal do capitalismo.

Galeano faz um exaustivo percurso histórico ao longo de 400 páginas em que aborda quase todos os países do continente, dedicando também diversas páginas ao Brasil. Percorre todas as formas de exploração, desde a cana de açúcar, o café, passando pela exploração de ouro, extração da borracha, minérios etc., pontuando sempre que tudo isso jamais foi para a riqueza do homem ou do país, mas de outros. Segundo ele, o desenvolvimento de uns é fruto do subdesenvolvimento de outros.

Outro pensador importante que analisou o processo de desenvolvimento econômico nos países periféricos, sobretudo no Brasil, foi Celso Furtado (2007), um dos principais pensadores brasileiros e também um dos fundadores do pensamento econômico da

CEPAL. Isto lhe permitiu pensar e articular de uma maneira teórica e prática o Brasil e a América Latina e intervir na realidade. Conhecido também pela sua criatividade e versatilidade no pensamento e na escrita, fez uso ao mesmo tempo do rigor científico do positivismo, da historicidade do marxismo e da cultura do ponto de vista antropológico inspirado em Gilberto Freire e em sua obra *Casa grande e senzala*.

O estudo comparativo que desenvolveu em suas obras, sobretudo em *Formação econômica do Brasil* (1959) e em *Desenvolvimento e subdesenvolvimento* (1961), permitiram compreender aspectos centrais do subdesenvolvimento. Além disso, buscam entender o percurso que levou os países da América Latina ao modelo econômico industrial, enfocando o processo de substituição das importações (política que aumenta a produção interna de um país diminuindo as suas importações). Furtado, no entanto, mostra algumas falhas nesta política, tais como deficiências no balanço de pagamentos.

A sua visão sistêmica levou-o a aliar economia e história. Isso fez com que passasse a tratar a realidade latino-americana a partir de suas particularidades sociais e econômicas. Essa perspectiva lhe possibilitou inaugurar uma abordagem da relação centro-periferia de uma maneira aprofundada e completa, propondo saídas para o subdesenvolvimento sem esquecer a necessidade de distribuição de renda e de justiça social, heranças da sua visão marxista.

Outra perspectiva de análise e elaboração de políticas para o desenvolvimento latino-americano vem de um viés institucional. Criada em 1948, a CEPAL é uma das comissões regionais da Organização das Nações Unidas (ONU), desde então vem refletindo sobre a América Latina e produzindo relatórios como forma de contribuir para o seu desenvolvimento econômico, buscando uma interação e relação econômica entre os vizinhos e mediando relações com outros países.

Ao longo de décadas, a CEPAL sempre contou com o apoio de intelectuais (um dos quais, Celso Furtado), e tem produzido e publicado diferentes pesquisas com indicadores econômicos, sociais e tecnológicos. Mas a sua linha interpretativa da realidade acerca desses fatores também deve ser levada em consideração. O contexto latino-americano em que esta instituição surgiu era o da economia industrial, e a forma de desenvolvimento defendida pela CEPAL é a montagem de um aparato industrial orientado pela ação do estado, que tem na substituição de importações uma alternativa econômica para diminuir as desigualdades.

Fal & Oliveros (2012, p. 34) falam sobre o método “histórico estrutural” criado pela CEPAL para elaborar a análise econômica da região, que, por meio da relação centro-periferia, examina “as especificidades produtivas, sociais, institucionais e de inserção internacional dos países da América Latina e do Caribe [...] a partir da perspectiva prioritária da sua transformação a médio e longo prazo” (Bielschowski, citado por Fal & Oliveros, 2012).

Dessa forma, a CEPAL surge no contexto da Teoria do Desenvolvimento, linha interpretativa que tinha o objetivo de identificar os obstáculos que se opunham à plena implantação da modernidade. Algumas propostas desta teoria, de acordo com Duarte & Gracioli (2011, p. 2), são as seguintes: a) passagem de um modelo de crescimento primário exportador para um modelo de desenvolvimento para dentro; b) a industrialização como elemento aglutinador e articulador do desenvolvimento, progresso, modernidade, civilização e democracia política; c) a criação de políticas públicas nacionais com a intervenção do Estado, a partir da substituição de importações. Além disso, segundo os autores acima, esta teoria considerava o desenvolvimento e o subdesenvolvimento como “representações diferenciadas em termos quantitativos do processo histórico de acumulação capitalista (...) e não estavam preocupados em

resolver os problemas resultantes do desenvolvimento capitalista” (Duarte & Gracioli, 2011, p. 2).

Entretanto, apesar da sua visão particular do processo histórico capitalista, não se pode negar a sua trajetória e contribuição para o pensamento e desenvolvimento da região.

### **3.4.1. Aspectos econômicos**

As décadas de 60 e 70 na América Latina, do ponto de vista econômico, foram marcadas pelo desenvolvimento da indústria e pela diversificação das novas linhas de produção. Isso possibilitou um relativo crescimento econômico dessa parte do continente. De acordo com Reyes (2007), entre 1965 e 1973, a média ponderada de crescimento do PIB (Produto Interno Bruto) foi de 7,4%, enquanto na Ásia foi de 4,1% e as tentativas de modernizar os aparelhos produtivos depois da Segunda Guerra centraram-se principalmente na aplicação do modelo de substituição das importações na América Latina. A política de substituição das importações, que aumenta a produção interna de um país e diminui as suas importações, era o que a CEPAL defendia à época como sinônimo de desenvolvimento e estabilidade para a América Latina.

Já nos anos 1980, a “década perdida”, foi marcada por ajustes econômicos e sociais devido à crise que se alastrou pela região. Segundo Reyes (2007, p. 3), o fator mais visível da crise foi a dívida externa, o que requereu ajustes macroeconômicos.

Em 1982, quase todos os países caribenhos tinham sido afetados pela mais profunda e prolongada recessão econômica dos últimos 50 anos, cujos agravantes foram fatores externos e as inconsistências no manejo das políticas econômicas. (...) Entre 1982 e 1984 o PIB da região estabilizou, o investimento fixo foi reduzido em cerca de 5% da produção anual latino-americana e o déficit regional na conta corrente passou de 3,7% do PIB (no período de 1978-1981), a 2,1% (no período 1982-1984). Era o início da crise econômica dos anos 80. Os processos de reajuste começaram em 1982 e duraram, numa primeira fase, até 1990.

Em outras palavras, o trecho acima mencionado também quer dizer redução do PIB per capita e do consumo interno, queda do investimento, da produção industrial, da taxa de crescimento, do desemprego, arrocho salarial, desvalorização da moeda, aumento da inflação e dos problemas da economia internacional e, conseqüentemente, queda dos indicadores econômicos e sociais da América Latina (Reyes: 2007, p. 5). Foi uma década bastante difícil para o continente latino americano, que também estava iniciando um processo político transitório de regime ditatorial para democracia.

O final dos anos 80 ainda teve um fator que se transformou em uma cisão histórica: a queda do muro de Berlim. Do ponto de vista histórico e econômico, existe um antes e um depois desse acontecimento, uma vez que se instaura definitivamente (apesar da Revolução Cubana e do regime socialista na China), a economia liberal. Nesse momento também se consolidam as empresas transnacionais, que buscam sempre mercados favoráveis e pouco exigentes do ponto de vista das leis trabalhistas. A única política de que se fala é a econômica e as pessoas são relegadas à própria sorte.

Já os anos 1990 a crise começa a reverter pouco a pouco, mesmo assim, ainda há fortes impactos sociais. Esta década é marcada, sobretudo, pelo retorno do crescimento econômico e pela abertura do mercado e diversificação da economia. Outro aspecto também entra em cena: as novas tecnologias como novo fator de desenvolvimento humano e tecnológico.

Data desse período o Mercado Comum do Sul (MERCOSUL), idealizado nos anos 90 justamente em função de uma integração que facilitasse o comércio entre os países vizinhos, o que representaria um aspecto importante de desenvolvimento no novo cenário econômico internacional.

Se de um lado o Brasil e os demais países da América Latina partilham sistemas produtivos e econômicos semelhantes do pós-guerra à crise dos anos 80, apesar das

diferentes contextos e formações dos países latino-americanos, historicamente, é como se não olhássemos nossos vizinhos. Somente na década de 1990 é que isso começa a mudar um pouco, quando foi introduzido no currículo escolar a aprendizagem do idioma espanhol (ou castelhano) devido à aproximação com outros países vizinhos proporcionado pelo Mercosul. Criado em 26 de março de 1991, é resultado de um acordo entre Brasil, Argentina, Paraguai e Uruguai ao assinarem o Tratado de Assunção<sup>98</sup>, que é a

integração dos Estados Partes por meio das livre circulação de bens, serviços e fatores produtivos, do estabelecimento de uma Tarifa Externa Comum (TEC), da adoção de uma política comercial comum, da coordenação de políticas macroeconômicas e setoriais e da harmonização de legislações nas áreas pertinentes.

Mas de lá para cá o MERCOSUL cresceu e vários membros foram somados. Além dos membros fundadores, hoje também fazem parte Chile (que entrou em 1996), Peru (2003), Colômbia e Equador (2004), Bolívia (2012) e também Guiana e Suriname (2013), como estados associados. O bloco possui três idiomas oficiais: português, espanhol e guarani, distribuídos da seguinte forma

Idioma	Total de falantes no MERCOSUL	Percentual de falantes no MERCOSUL	Estados que usam como idioma oficial
Português	201.032.714	71%	1%
Castelhano	69.940.025	26%	4%
Guarani	7.024.000	3%	1%

**Tabela 09 – População e idiomas falados pelos países do MERCOSUL**

Fonte: Wikipédia

As parcerias comerciais e o consumo de bens dos países fronteiriços que antes eram inacessíveis ou pouco ofertados para a maioria se incorporam ao dia a dia. Além disso, o MERCOSUL elimina as fronteiras, permitindo a livre circulação de seus membros

<sup>98</sup> Disponível em: <[http://www.mdic.gov.br/arquivos/dwnl\\_1270491919.pdf](http://www.mdic.gov.br/arquivos/dwnl_1270491919.pdf)>

sem a necessidade de passaporte. O crescimento econômico que o Brasil teve no governo Lula (2003-2010), e que continuou no primeiro mandato da presidenta Dilma Rousseff (2010-2014) estimulou muito o turismo brasileiro, sobretudo em países como Argentina e Chile, destinos preferenciais dos brasileiros devido à cultura do frio que tem a neve e o vinho como atrativos diferenciados. O MERCOSUL deu outro tom às relações econômicas numa parte da América Latina.

### **3.4.2. Aspectos socioculturais**

A questão sociocultural na América Latina guarda relação com o seu passado, mas também com fatores diversos como as transformações decorrentes da modernidade e da pós-modernidade. A pergunta sobre como situar-se dentro desse processo histórico com tantas contradições internas vem sendo fruto de debates de diferentes áreas do conhecimento.

Como foi dito no subcapítulo anterior, a crise dos anos 80 teve um custo social elevado que implicou, entre outros aspectos, em agravamento do desemprego, arrocho salarial, incremento da pobreza, deterioração do serviço público de saúde, seguridade social e educação e movimentos inversos de mobilidade social (Reyes, 2007). Além disso, as políticas de recuperação da economia, nos anos 90, também previam privatizações de alguns setores estratégicos. O modelo de desenvolvimento, portanto, provocou uma excessiva desigualdade nesta parte do continente americano, aprofundando ainda mais a desigualdade social e cultural.

De acordo com Santos (1999, p. 17), as assimetrias sociais deram-se não só neste, mas também num conjunto maior de países, mesmo naqueles mais desenvolvidos, como é o caso dos Estados Unidos, onde a crise do Estado de Bem Estar Social levou a população a uma enorme exclusão social.



Nos países periféricos, o agravamento das condições sociais, já de si tão precárias, foi brutal. A dívida externa, a desvalorização internacional dos produtos que colocam o mercado mundial e o decréscimo da dívida externa, levou alguns desses países à beira do colapso. Na década de 80 morreram de fome em África<sup>99</sup> mais pessoas que em todas as décadas anteriores do século (Santos, 1999, p. 17).

Outros aspectos também entram em jogo além dos mencionadas acima, que condensam e expõem o quão terrível foi para os países subdesenvolvidos não somente na América Latina, que é o que estamos enfocando. Neste período, começam a suceder as aberturas políticas em diversos países latino-americanos. Em 1984 já havia ocorrido no Brasil, seguido de um governo de transição, ao passo que o mesmo foi acontecendo na Argentina, Chile, Bolívia, Peru, Equador e Uruguai. E nesse momento também há manifestações e a sociedade civil, ainda embrionária, começa a formar-se. A economia dos países começa a ser moldada, então, a partir de outros parâmetros. Organismos internacionais como o BID (Banco Interamericano de Desenvolvimento), ONU (Organização das Nações Unidas) começam a condicionar os estímulos a investimentos e empréstimos aos Estados à sua adoção do sistema democrático.

De acordo com Canclini (1990), a América Latina sofreu um processo de modernização ambíguo devido às diferenças entre temporalidades, fazendo com que coexistam diferentes tempos históricos, o que ele denomina de “heterogeneidade multitemporal”, além de ressaltar a falta de uma política cultural moderna na América Latina. Hoje a América Latina é concebida como “uma articulação mais complexa de tradições e

---

<sup>99</sup> A situação na África nesse período foi notícia mundial, e, além das organizações que buscavam ajudar as populações africanas, ocorreu um evento artístico de grande repercussão mediática para angariar fundos para aliviar a fome e a subnutrição na Etiópia. Trata-se da música “We are the World” (Vídeo disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=M9BNoNFKCBI>>), de autoria de Michael Jackson e Lionel Richie com a participação de 38 cantores norte-americanos, que se reuniram num estúdio para gravar esta música. Os lucros da venda do disco “Usa for Africa” e os direitos de reprodução nas rádios seriam revertidos para esses países. Foi um sucesso mundial. Esta iniciativa não resolveu o problema estrutural da fome nem do subdesenvolvimento, obviamente, mas foi uma importante ação do ponto de vista humanitário. Em 2010, 25 anos depois dessa gravação, houve outra iniciativa por parte de artistas contemporâneos que gravaram a mesma música com novos arranjos e também embalada pelo ritmo do Rap, desta vez para arrecadar fundos para ajudar os sobreviventes do terremoto do Haiti, que deixou cerca de 200 mil mortos e milhares de desabrigados.

modernidades (diversas, desiguais), um continente heterogêneo formado por países onde, em cada um, coexistem múltiplas lógicas de desenvolvimento<sup>100</sup>” (1990, p. 23). Essa heterogeneidade moldada pela modernidade e que vem se constituindo nas últimas décadas, é o que este autor chama de ‘culturas híbridas’. Nem erudito, nem popular, nem de massa, mas uma nova composição na qual uma é perpassada pela outra e se retroalimentam.

Canclini (1990) refere-se a certo convencionalismo das ciências ao tratar a questão cultural, mesmo com as transformações introduzidas pela modernidade. Para este autor,

é necessário desconstruir essa divisão de três patamares, essa concepção de diferentes capas do mundo da cultura e averiguar se a sua hibridização pode ser lida com as ferramentas das disciplinas que as estudam separadamente: a história da arte e a literatura, que se ocupam do que é “culto”; o folclore e a antropologia, consagrados ao popular; os trabalhos sobre comunicação, especializados na cultura de massa. Precisamos de ciências sociais nômades, capazes de circular pelas escadas que comunicam esses patamares.<sup>101</sup> (Canclini, 1990, p. 14-15) (Tradução nossa).

Dessa forma, propõe uma nova maneira de encarar os temas historicamente compartimentados pela ciência, uma vez que nos dias atuais é visível que há práticas culturais que necessitam ser analisadas através de outro olhar e, às vezes, de múltiplos olhares.

Para Canclini (1990), há uma defasagem decorrente do hibridismo sociocultural que marcou a formação da América Latina e esta defasagem também se encontra na ausência de políticas culturais como elemento aglutinador, de identidade e de integração. O processo de hibridação cultural da América Latina é decorrente da

---

<sup>100</sup> Tradução nossa. Texto original: “como una articulación más compleja de tradiciones y modernidades (diversas, desiguales), un continente heterogéneo formado por países donde, en cada uno, coexisten múltiples lógicas de desarrollo.” (Canclini, 1990, p. 23)

<sup>101</sup> Texto original: “Es necesario desconstruir esa división en tres pisos, esa concepción hojaldrada del mundo de la cultura, y averiguar si su hibridación puede leerse con las herramientas de las disciplinas que los estudian por separado: la historia del arte y la literatura, que se ocupan de lo “culto”; el folclor y la antropología, consagrados a lo popular; los trabajos sobre comunicación, especializados en la cultura masiva. Necesitamos ciencias sociales nómadas, capaces de circular por las escaleras que comunican esos pisos. O mejor: que rediseñen los planos y comuniquen horizontalmente los niveles.” (Canclini, 1990, p. 14-15)

inexistência de uma política reguladora que se pautasse pelos princípios da modernidade e se caracterize como o processo sócio-cultural. Nesse processo, Canclini defende que estruturas ou práticas que só existiam antes separadamente, podem combinar-se para gerar novas estruturas e práticas.

Historicamente, afirma Barbalho (2011, p. 31), a relação entre as políticas públicas e as indústrias culturais na América Latina é muito tênue. Independentemente do modelo político, não há tradição da presença do poder público neste campo da cultura. Segundo este autor, “mesmo seu papel regulador sofreu com as medidas de desregulamentação desde os anos 1980, período em que também ocorreram as privatizações das poucas empresas públicas do setor, em especial as de telecomunicações”.

Dessa forma, basicamente, as ações das políticas culturais latino-americanas se restringiram àqueles setores da cultura identificados com a cultura popular, ou com as expressões da cultura erudita e das expressões artísticas de vanguarda que necessitam das benesses governamentais para poderem existir. Assim, os poderes públicos se abstiveram de entrar em uma área de extremo interesse para o setor privado, mas que, ao mesmo tempo, são os principais meios de formação e de informação da população (Barbalho, 2011, p. 31).

Nem mesmo quando falamos em livre comércio dentro do contexto de blocos regionais como o caso do Mercosul, essa questão é levada em consideração. Mesmo com algumas iniciativas recentes, ainda assim, os investimentos não são em termos de políticas públicas, mas para a iniciativa privada, o que faz com que as produções sejam uniformes e não contemplem a diversidade cultural das populações às quais se destina.

Com a falta de uma política cultural institucional, este quesito será preenchido pelo mercado transnacional, uma vez que agora estamos falando de economia globalizada. Empresas americanas e europeias decidem por nós o que vemos, lemos e ouvimos (CNN, MTV, Time Warner; Planeta, Bertelsmann; Prisa, Telefónica e Rádio e Televisão Espanhola). Canclini (2002, p. 19) se refere a isso como “poder comunicacional”. Para ele, “a globalização é polivalente: ela inclui negócios

especulativos e migrações multitudinárias, intercâmbios fluidos, maior penúria econômica e julgamentos internacionais por violação dos direitos humanos.”

Isto se deve, do nosso ponto de vista, a um descaso histórico com relação à cultura por parte dos governos, o que faz com que o mercado acabe se ocupando desse tema. No Brasil pós-impeachment temos um exemplo clássico. A primeira resposta à crise econômica dada pelo então presidente Michel Temer (PMDB), em 2016, foi acabar com o Ministério da Cultura, transformando-o em uma secretaria. É comum em governos de direita a visão estreita de que cultura não é economia, quando na realidade as políticas culturais não só reforçam as identidades locais como geram emprego e renda. Felizmente a pressão popular fez com que o presidente voltasse atrás e restaurasse o ministério. Mas isso por si só foi um golpe no setor cultural, gerando incertezas e descontinuidades nas políticas que já existiam.

### **3.4.3 Fatores tecnológicos**

Estreitamente relacionado ao econômico e ao cultural, este aspecto não é nada alentador para a América Latina, uma vez que os índices apontam para uma quase ausência em investimentos em Pesquisa & Desenvolvimento (P & D). Salvo algumas exceções, como é o caso do Brasil através das empresas Petrobras (Empresa Brasileira de Petróleo) e Embraer (Empresa Brasileira de Aeronáutica), ainda assim, estas representam muito pouco dentro do necessário para que o país se sobressaia não só em tecnologia, mas também em inovação.

De acordo com Leal & Vargas (2014, p. 350), inovação é comumente definida como o “resultado de um processo de aplicação de conhecimento que gera valor reconhecido pela sociedade, pelo mercado, pelo governo e que seja replicada e difundida”. O conceito de inovação, desenvolvido principalmente por Shumpeter (1943, citado por

Leal e Vargas, 2014), um dos economistas mais citados quando se trata do tema inovação, tem sido ampliado para atender também ao campo político e social. Em termos econômicos, a inovação é fundamental para o desenvolvimento de um país, uma vez que está associado à P&D e à tecnologia.

Pesquisas feitas por organismos como a OCDE (Organização para a Cooperação Econômica e Desenvolvimento) mostram o nível de desenvolvimento dos países que optaram por investir em P&D e a melhora das suas economias, e nível dos que, ao contrário, não avançaram nesse quesito e tiveram queda ou economias estagnadas.

No conjunto da América Latina e Caribe, a última década revelou uma melhora sutil nesse aspecto, mas ainda assim, há uma desigualdade de investimento entre os países que compõem a região, o que permite manter uma concentração entre a Argentina, Brasil e México, considerados mais fortes economicamente. O relatório *El estado de la Ciencia* (2013, p. 12), publicado pela *Red de Indicadores de Ciencia y Tecnología*, que é o estudo mais recente sobre o tema, aponta que os três países citados anteriormente concentram 92% dos investimentos em Ciência e Tecnologia (C&T). Desse total, o Brasil aparece com 63%, México com 18% e a Argentina com 11%. Mas esse percentual deve servir como estímulo para a criação de políticas, incremento do investimento e de formação de uma cultura em C&I. Se comparadas com os índices do bloco asiático, no entanto, este está muito à frente nos indicadores, o que demonstra que há muito a ser feito nessa área, como podemos observar na tabela abaixo.

<b>Blocos Geográficos</b>	<b>2002</b>	<b>2011</b>
EUA e Canadá	39,1%	32,4%
União Europeia	30,7%	28,3%
Ásia	25,2%	33,7%
América Latina e Caribe	2,7%	3,2%
Oceania	1,4%	1,8%
África	0,9%	0,7%

**Tabela 10 – Distribuição do investimento mundial em P&D em percentual per capita, por blocos geográficos**

Fonte: Elaboración propia a partir de dados extraídos de *Estado de la Ciencia 2013* (p. 15)

Perto de países historicamente desenvolvidos, podemos perceber que a A.L. está longe de alcançar uma equiparação. No entanto, se pensarmos que o bloco asiático já possui um nível acelerado em P&D e também é uma região economicamente emergente, em médio prazo esse quadro pode melhorar ainda mais.

Mas não é qualquer investimento que deve ser feito. A densidade tecnológica tem um papel fundamental no desenvolvimento do país e da região. A OCDE classificou os setores econômicos industriais em 3 categorias: Alta, Média e Baixa Densidade. A primeira seria formada pelos setores farmacêutico, aeroespacial, tecnológico e informacional (computadores, hardware e software); a segunda, pelos setores químico, de manufaturas e o de não-ferrosos (motores, máquinas, borracha etc.); e por último, os de alimentos e bebidas, extração, aço, papel e celulose e petróleo.

Alguns requisitos são essenciais para incrementar os indicadores de desenvolvimento em P&D. Os principais são a publicação de artigos científicos e o número de registro de patentes. Mas uma das questões do déficit em P&D apontada por diversos autores é o baixo investimento de empresas privadas. Não é à toa que os EUA saem na frente em desenvolvimento em P&D.

Uma lista das 100 empresas do mundo e seus investimentos em bilhões de dólares foi feita pela Booz Allen Hamilton Global Innovation, e tem os seguintes percentuais:

1. Microsoft .....	7,78
2. Pfizer .....	7,68
3. Ford .....	7,40
4. Daimler-Chrysler .....	7,03
5. Toyota .....	7,02
6. General Motors .....	6,50
7. Siemens .....	6,16
8. Matsushita Electric .....	5,73
9. IBM .....	5,67
10. Johnson & Johnson ...	5,20
11. GlaxoSmithKline .....	5,20
12. Intel .....	4,78
13. Volkswagen .....	4,72
14. Sony .....	4,67
15. Nokia .....	4,64
16. Honda .....	4,35
17. Samsung Electronics ....	4,32
18. Novartis .....	4,20
19. Roche .....	4,07
20. Merck .....	4,01

**Tabela 11 – Investimentos em P&D em bilhões de dólares em 2004**

Fonte: Booz Allen, citado por Feldman (2009)

Apesar de os dados serem de 2004, estes valores não se alteraram muito, e é possível termos uma ideia do por que das desigualdades regionais em P&D. De acordo com Feldman (2009, p. 137), os governos mais avançados já se deram conta de que a competitividade dos países é resultado da competitividade das empresas e buscam criar condições para as empresas possam concorrer no mercado exterior. Por essa razão,

dão toda atenção ao suporte necessário de Ciência & Tecnologia. Mas também já sabem que nenhuma nação pode ser autossuficiente em todas as tecnologias. Assim, os Estados Unidos se aperfeiçoaram e criam tecnologia em áreas como farmacêutica, informática e telecomunicações, a Alemanha em mecânica, o Japão em robótica, a Inglaterra em biotecnologia e genética.

Na América Latina, a empresa que se sobressai é a Embraer (Empresa Brasileira de Aeronáutica), que desenvolve produtos de alta densidade tecnológica, seguida pela Embrapa (Empresa Brasileira de Agropecuária). Para Montaner (2000, citado por Feldman: 2009, p. 135), as razões são culturais, uma vez que na América Latina o capital é limitado e boa parte dele “está em mãos de empresários não comprometidos com o risco ou com a inovação, mas sim com a especulação... Não são capitalistas modernos, mas atuam como senhores da terra de tradição feudal.”

Diante disso, ainda falta muito para desenvolver produtos de comunicação e informáticos para atender o mercado interno, como já vem sendo feito na China e Japão. E sempre que há alguma possibilidade de investimento nessa área, falta mão de obra necessária.

Falar nos fatores tecnológicos da América Latina de uma maneira mais aprofundada implica em um diagnóstico da região comparada com outras do planeta, e do Brasil, comparado com outros países irmãos.

Infelizmente, o que vemos a partir da nossa breve exposição sobre este tema é uma ferida ainda não totalmente fechada, para usar a imagem de Eduardo Galeano, mas que começa a apresentar sinais de reação social. Mesmo assim, ainda há um cenário duro pela frente para enfrentar diversos problemas que são estruturais, culturais e contemporâneos.

É preciso incrementar os investimentos em Educação, saúde e tecnologia criar políticas públicas em ALFIN que enfatizem a perspectiva de gênero para diminuir a brecha digital e social. Também é preciso haver políticas para uma mudança de mentalidade



com relação ao lugar que a mulher ocupa na sociedade latino-americana. As suas diferentes culturas jogam um papel importante na hierarquia social, fazendo com que se perpetuem os padrões familiares e comunitários, nos quais as mulheres sempre são o lado mais fraco. Mas as políticas educacionais e o empoderamento feminino como prática a ser difundida por meio do uso das tecnologias podem ajudar a minimizar as desigualdades e mudar a mentalidade cultural.

## **CAPÍTULO 4. ANÁLISE DO ENTORNO ESPECÍFICO**

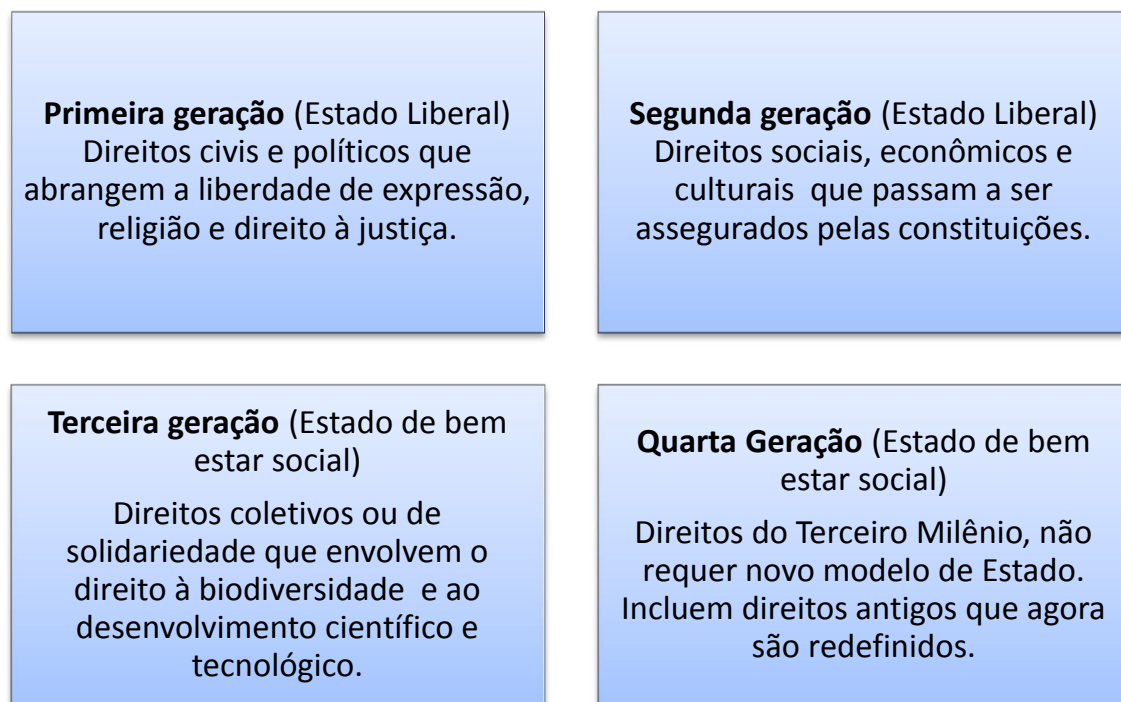
---

Neste capítulo aproximaremos o nosso objeto ao seu entorno, qual seja, o contexto brasileiro. Começamos por relacionar as políticas públicas e direitos humanos, para então conceituar e mapear a história das políticas públicas no Brasil enfatizando, sobretudo, as sociais, como o programa Bolsa Família, entendendo-a como uma política social de direito humano e um caminho para a inclusão social e infodigital.

### **4.1. Direitos humanos – o caminho para as políticas públicas**

Ao longo da história foram sendo arquitetados por diferentes nações alguns direitos básicos para que o homem tivesse garantias de dignidade e justiça. Países como a Inglaterra (Revolução Inglesa), França (Revolução Inglesa) e Estados Unidos (Declaração da Independência), por exemplo, foram pioneiros em elaborar princípios que garantissem a dignidade humana.

Todos esses textos (específicos de cada nação, embora inspiradores para outros, como o da Revolução Francesa, por exemplo) culminam com a Declaração Universal dos Direitos Humanos (DUDH), de 1948, que reflete muito bem determinados tipos de direitos baseados em demandas daquele contexto. Com a expansão desses direitos, entretanto, autores como Sánchez Gómez (2004), Mauro Barberis (2008), Sánchez Ferris & Jimena Quesada (1995) passaram a classificá-los em gerações, que atendem a critérios históricos e temáticos (Vallencia Villa, 2003) e podemos identificá-los, de acordo com Sánchez Gómez (2004), que o faz da seguinte maneira:



**Figura 03 – Quatro gerações dos direitos humanos**  
Fonte: elaboração própria

Dessa forma, a primeira geração compreende os direitos pessoais como o da vida, propriedade, segurança e liberdade própria do Estado Liberal do século XVIII e início do XIX. Entendia-se a sociedade como autônoma e autoequilibrada e, para gozar da liberdade, bastava não perturbar seu desenvolvimento. Os direitos, no entanto, valiam para uma parcela muito restrita da população e pautava-se principalmente na propriedade como legitimadora dos demais direitos.

Os da segunda geração, que são os direitos sociais, surgem no século XX. Inspiram-se nas lutas do proletariado iniciadas no século anterior e carregam a tradição do pensamento humanista e socialista (López López & Samek, 2011). São considerados por Bucci (2001, p. 8) como “direitos-meio” cuja principal função é assegurar que toda pessoa tenha condições de gozar os direitos individuais da primeira geração. Eles se tornam importantes porque deixam de ser princípios e passam a fazer parte de

constituições (como a Mexicana de 1917, a de Weimar, de 1919 e a Brasileira, de 1934).

A partir desse momento, altera-se o modelo do Estado na medida em que os direitos ganham um status jurídico, mas assim como na primeira geração, valem apenas para alguns membros da sociedade. A Carta Magna brasileira de 1934, por exemplo, em seu artigo 208, exclui os direitos políticos dos analfabetos, mendigos e mulheres. Por outro lado, amplia outros direitos que constam no artigo 22 da DUDH<sup>102</sup>: “toda pessoa, como membro da sociedade, tem direito à seguridade social [...] e a obter a satisfação dos direitos econômicos, sociais e culturais indispensáveis à sua dignidade e ao livre desenvolvimento de sua personalidade”.

Já a terceira geração, dos direitos coletivos ou de solidariedade, incorpora o direito ao meio ambiente equilibrado, à biodiversidade e ao desenvolvimento científico e tecnológico. Este é o momento em que o Estado de bem estar social se consolida, uma vez que o estado liberal não conseguiu dar conta das reivindicações democráticas e nem das mudanças contextuais da segunda metade do século XX. Esta geração, de acordo com Sánchez Gómez (2004, p. 234), não supõe um novo modelo de Estado e integra os direitos econômicos (salário mínimo, proteção econômica dos menores, idosos e deficientes físicos) e os de prestação do Estado (direito à educação, tutela judicial, proteção à saúde).

A quarta geração, considerada por Sanchez Gómez (2004) como a dos direitos do Terceiro Milênio, por sua vez, provém tanto das “novas reivindicações dos cidadãos como das transformações tecnológicas, dos novos conhecimentos e científicos e de sua aplicação a diversos campos da vida humana” (p. 243). Se as duas primeiras gerações foram produtos da evolução política, as duas últimas podem ser consideradas produtos

---

<sup>102</sup> Disponível em: <<http://unesdoc.unesco.org/images/0013/001394/139423por.pdf>>

da evolução social, científica e técnica. Trata-se, segundo esta autora, de novos direitos que surgiram que não estavam previstos na Declaração de 1948, como por exemplo, o direito ao desenvolvimento em 1986, o direito à diversidade cultural em 2001, ou os direitos aos povos indígenas em 2007.

Sánchez Gómez (2004, p. 246), distingue três blocos desses novos direitos:

- a) Os direitos relativos à proteção do ecossistema e ao patrimônio da humanidade;
- b) Os direitos relativos ao novo estatuto jurídico sobre a vida humana
- c) Os direitos derivados das novas tecnologias da comunicação e da informação

Depois de apresentar as gerações de direitos constituídos ao longo da história, observamos aqui que o nosso objeto está diretamente ligado aos direitos da segunda geração (sociais, econômicos e culturais). A questão é que esses direitos do Estado de bem estar social só lhes foram garantidos tardiamente junto com outros direitos da Sociedade da Informação. Dessa forma, ao ingressar num contexto tecnologizado e dinâmico, um terço da população brasileira ainda não estava usufruindo plenamente dos direitos expressados no artigo 25 da DUDH, que afirma que toda pessoa tem direito a um padrão de vida digno,

capaz de assegurar a si e a sua família saúde e bem estar, inclusive alimentação, vestuário, habitação, cuidados médicos e os serviços sociais indispensáveis, e direito à segurança em caso de desemprego, doença, invalidez, viuvez, velhice ou outros casos de perda dos meios de subsistência fora de seu controle.

Sendo assim, as pessoas têm que lidar com diversos desafios para a sua inserção no mundo como cidadãos, sendo que esse mundo agora é uma sociedade informatizada e ainda mais complexa.

Com relação aos direitos da quarta geração, Sánchez Gomez (2004) assim desenvolve seu conteúdo:

#### 1. Direitos à comunicação e à informação

- 1.1. Direitos a uma informação completa e veraz
- 1.2. Direito de acesso à informação de relevância para a humanidade
- 1.3. Direito à informação genética
- 1.4. Direito a comunicar livremente as ideias, pensamentos ou opiniões em meios de comunicação públicos ou privados
- 1.5. Direito de acesso aos meios técnicos de comunicação públicos e privados.
- 1.6. Direito à autodeterminação informativa
- 1.7. Direitos à proteção de dados de caráter pessoal e familiar

## 2. Direitos na rede de internet

- 2.1. Direitos informáticos
- 2.2. Direitos de conhecer a identidade do emissor de informações e opiniões
- 2.3. Direitos à vida privada na internet
- 2.4. Direitos à honra na internet
- 2.5. Direitos à própria imagem na internet
- 2.6. Direitos de propriedade intelectual e industrial na internet

## 3. Direitos dos menores ante à novas tecnologias informativas e da comunicação

- 3.1. Proteção da infância nos meios de comunicação e informação
- 3.2. Proteção da infância, especificamente na internet
- 3.3. Direitos de acesso à cultura por meio dos meios de comunicação e informação

Como podemos perceber pelo conteúdo acima, há uma série de novos direitos nos quais se desdobram o terceiro bloco da quarta geração (derivados das novas tecnologias da comunicação e da informação) devido à dinâmica do mundo digital. Afirmamos

anteriormente que a natureza da geração do “terceiro milênio” diz respeito à Sociedade da Informação e do Conhecimento. Em outras palavras, implica que a inclusão digital seja encarada como um direito que urge no século XXI (López López e Samek, 2011), sem o qual o exercício dos outros direitos resulta limitado. Há que ser feito um esforço nesse sentido, pois se trata de alfabetizar outra vez para a infoinclusão.

Nesse sentido, a UNESCO vem trabalhando indicadores de *Media and Information Literacy* (MIL)<sup>103</sup>, que tem como objetivo o empoderamento das pessoas por meio da alfabetização mediática e informacional. Considerado por aquele organismo um dos requisitos mais importantes para o acesso equitativo à informação e ao conhecimento, também busca promover meios de comunicação e sistemas de informação livres, independentes e pluralistas como bibliotecas, arquivos, museus e internet, independentemente da tecnologia utilizada.

Não se pode negar a existência dos programas de inclusão digital no Brasil. No entanto, ainda faltam incentivos qualitativos como políticas públicas educacionais e informacionais específicas que abarquem os direitos expostos acima e transformem-se em ações afirmativas. Para isso, concordamos com López López (2011, p. 26-27), ninguém deve ficar de fora:

A ideia é pressionar para a criação, desenvolvimento e experiência com projetos de inclusão digital crítica que incluam as pessoas que geralmente são excluídas da sociedade (e da Sociedade da Informação); gente que vive e trabalha em circunstâncias em que são esquecidas, marginalizadas ou negadas por fatores como sexo, identidade de gênero, classe social, orientação sexual, nacionalidade, origem étnica, localização geográfica, idioma, patrimônio, capacidade física ou mental, educação, religião, filosofia política, circunstâncias econômicas ou raça<sup>104</sup>. (Tradução nossa)

---

<sup>103</sup> Em português, Alfabetização Mediática e Informacional. Disponível em: <<http://www.unesco.org/new/es/communication-and-information/media-development/media-literacy/mil-as-composite-concept/>>

<sup>104</sup> Texto original: “La idea es presionar para la creación, desarrollo y experimentación de proyectos de inclusión digital crítica que incluyan a las personas a menudo excluidas de la sociedad (y de la sociedad de la información); gente que vive y trabaja en circunstancias en las que son olvidadas, marginadas o negadas por factores tales como su sexo, identidad de género, clase, orientación sexual, nacionalidad,

Para que todo mundo seja incluído, é necessário haver políticas públicas específicas, mas principalmente esforço coletivo para superar a pobreza informativa no Brasil. De acordo com o Mapa da Inclusão Digital (Neri, FGV/CPS, 2012)<sup>105</sup>, os principais motivos da exclusão digital entre os brasileiros são desinteresse (33%) e incapacidade (31%). O próximo indicador da ONU, segundo esse estudo, é a conectividade. Quanto a este aspecto, o Brasil ocupa a 63ª posição no ranking dos 154 países mapeados pela Fundação Getúlio Vargas (FGV), o que não é de todo ruim. O que esses dados revelam, no entanto, é que o problema não reside na conectividade, mas no despreparo para o uso da internet, o que requer, conseqüentemente, educação.

Mas, principalmente, é necessário que o direito de inclusão digital se dirija especialmente às mulheres, que são as mais afetadas por ambas as pobreza: social e digital. Dados da União Internacional de Telecomunicações (UIT)<sup>106</sup>, de 2016, divulgados pela ONU, apontam que há 250 milhões menos mulheres online que homens; 1,7 bilhão de mulheres em países de baixa e média renda que não possuem celular; há menos mulheres no setor tecnológico em todos os níveis e em todos os países e mostram que a desigualdade de gênero no uso da internet aumentou de 11% em 2013 para 12% em 2016.

Indubitavelmente, o caminho para diminuir a desigualdade e gerar desenvolvimento não só pessoal, mas social, cultural, econômico e humano passa pela inclusão das mulheres. Após esse estudo, a ONU Mulheres e a UIT lançaram uma campanha global no final de 2016 para mobilizar o setor privado, governos e sociedade civil. O objetivo é direcionar ações conjuntas que tenham como foco o acesso às tecnologias digitais e o mercado de trabalho das empresas de tecnologia para, dessa forma melhorar os níveis de

---

origem étnico, ubicación geográfica, idioma, patrimonio, capacidad física o mental, educación, creencias, filosofía política, circunstancias económicas, raza o religión.” (López López, 2011, p. 26-27)

<sup>105</sup> Disponível em: <[http://www.cps.fgv.br/cps/bd/mid2012/MID\\_texto\\_principal.pdf](http://www.cps.fgv.br/cps/bd/mid2012/MID_texto_principal.pdf)>

<sup>106</sup> Disponível em: <<https://nacoesunidas.org/agencias-da-onu-combatem-desigualdade-de-genero-no-acesso-a-tecnologias-digitais/>>



desigualdade de gênero. Esperemos que os próximos dados estatísticos sejam mais alentadores.

#### **4.2. Conceito (s) de políticas públicas**

Antes de chegar ao conceito, é importante mencionar as políticas públicas (*policies studies*) como disciplina, que se origina nos Estados Unidos, e rompe ou pula etapas da tradição europeia. Enquanto esta se concentrava mais na análise sobre o Estado e suas instituições, aquela se dedicou mais à ação dos governos.

Um dos fundadores foi Harold Lasswell (1951), professor e pesquisador que, ao aplicar seu conhecimento científico à administração dos Estados Unidos, o faz a partir do estudo e aplicação das políticas. Dessa forma, ele separa a ciência política de ciência de políticas. A primeira tem início na década de 1920, mas alcança o status epistemológico de ciência somente na década de 1950. A segunda também se origina nesta mesma época e estuda o *como e para que*. Isto as deixou separadas durante algum tempo, mas a partir da década de 1980 as políticas públicas passaram a ser uma subciência das ciências políticas.

Diversos autores como Astorga e Facio (2009), Souza (2006), Bucci (2006), ao falarem sobre políticas públicas (PP a partir de agora), começam por especificar os termos que vieram do inglês: *politics* (política) e *policies* (políticas). O primeiro, como relações de poder, processos eleitorais e confrontações entre organizações sociais e governos. O outro, referindo-se à sociedade política e ações governamentais.

Mead (1995), Peters (1986) e Die (1984) concordam em que não existe uma definição única sobre o conceito de política pública. Souza (2006) enumera algumas:

Mead (1995) a define como um campo dentro do estudo da política que analisa o governo à luz de grandes questões públicas e Lynn (1980) como um conjunto de ações do governo que irão produzir efeitos específicos. Peters (1986), PP é a soma das atividades dos governos, que agem diretamente ou através de

delegação e que influenciam a vida dos cidadãos. Die (1984) sintetiza a definição de política pública como o que “o governo escolhe fazer ou não fazer”.

A mais conhecida, entretanto, é a de Lasswell, para quem as decisões e análises sobre políticas públicas implicam em responder às seguintes perguntas: ‘quem ganha o que’, ‘por que’ e ‘que diferença faz’.

Encontramos mais uma definição em Bucci (2006, p. 4), que aborda a PP como a concretização no plano jurídico de um direito humano, definição esta que se acerca ao nosso objeto de estudo:

política pública é definida como um programa ou quadro de ação governamental”, sendo constituída por um “conjunto de medidas articuladas (coordenadas), cujo escopo é dar impulso, isto é, movimento à máquina de governo, no sentido de realizar algum objetivo de ordem pública ou, na ótica dos juristas, concretizar um direito.

De caráter abrangente, podemos nos referir a PP como instrumentos ou conjunto de ações elaboradas e aplicadas pelo governo para solucionar problemas sociais, mas também como disciplina acadêmica e estudos de formulação e avaliação dessas políticas.

Assim, do ponto de vista teórico-conceitual, a política pública em geral e a política social em particular são campos multidisciplinares, e seu foco está nas explicações sobre natureza da política pública e seus processos. Por isso, uma teoria geral da política pública implica a busca de sintetizar (sic) teorias construídas no campo da sociologia, da ciência política e da economia. As políticas públicas repercutem na economia e nas sociedades, daí porque **qualquer teoria da política pública precisa também explicar as inter-relações ente Estado, política, economia e sociedade** (Bucci, 2006, p. 25). (Grifo nosso)

Podemos abrir um parênteses e exemplificar as inter-relações entre as quatro esferas acima citadas (Estado, política, economia e sociedade) com o nosso objeto de pesquisa.

Desde o final do primeiro quadriênio do governo Lula, as pesquisas acadêmicas sobre o Bolsa Família começaram a se intensificar e não só no campo das Ciências Sociais, como era de se esperar, mas de outras áreas como Direito, Serviço Social, Administração, Saúde e Educação. Isso porque o PBF, enquanto política social, abrange

um leque de enfoques e ocupa espaços no Estado, política, economia e sociedade, como sugere a autora acima citada. Dessa forma, podemos estabelecer as seguintes inter-relações entre estas esferas e o programa Bolsa Família:



**Figura 04 – Inter-relações entre Estado, política, economia e sociedade**  
Fonte: elaboração própria

Um conjunto de circunstâncias favorece a entrada em cena de programas sociais de combate à fome e de erradicação da pobreza. Foi, de fato, um momento em que as instituições democráticas estavam em pleno funcionamento e, na política, acordos políticos permitiram a aprovação dos programas que resultaram em grandes avanços no campo social, educacional e cultural, uma vez que a política econômica alimentou as políticas sociais. A entrada do Brasil na Sociedade da Informação se concretizou e foram criados diversos programas para atender à demanda de computadores nas escolas e de conectividade.

Voltando aspecto conceitual, ao mesmo tempo em que distinguem os termos *politics* e *policies*, no entanto, Astorga & Facio (2009, p. 2), afirmam que existe a política das

políticas, “que são as relações de poder no processo das ações de governo com a sociedade”. Assim, podemos falar, por exemplo: política educativa e políticas educativas; política cultural e políticas culturais, política social, políticas sociais, em termos de setor.

Uma vez que tenhamos distinguido essas diferenças terminológico/conceituais, podemos avançar no sentido de alcançar um conceito de políticas públicas que se direcione ao nosso objeto de pesquisa. Ainda continuando na linha de pensamento de Astorga & Facio (2009, p. 3), uma política pública não é qualquer ação do governo passageira usada para responder a circunstâncias políticas ou demandas sociais pontuais.

Dizendo de outra forma, o específico e peculiar da política pública consiste em ser um conjunto de ações intencionais e causais, orientadas à realização de um objetivo de interesse/benefício público, cujas linhas de ação, agentes, instrumentos, procedimentos e recursos se reproduzem no tempo de maneira constante e coerente (com as correções pontuais que se fizerem necessárias), em correspondência com o cumprimento de funções públicas que são de natureza permanente ou com a atenção de problemas públicos cuja solução implica em ação sustentada. A estrutura estável de suas ações, que se reproduz durante certo tempo, é o essencial e específico desse conjunto de ações de governo que chamamos política pública<sup>107</sup>. (Tradução nossa)

Políticas públicas, portanto, dentro desta concepção, obedecem a algumas características como ter estrutura estável, coerência e duração no tempo e deve ser em benefício público.

Citamos, de acordo com Souza (2006, p. 36), alguns elementos principais a partir das diversas definições e modelos de políticas públicas:

---

<sup>107</sup> Texto original: “Dicho de otra manera, lo específico y peculiar de la política pública consiste en ser un conjunto de acciones intencionales y causales, orientadas a la realización de un objetivo de interés / beneficio público, cuyos lineamientos de acción, agentes, instrumentos, procedimientos y recursos se reproducen en el tiempo de manera constante y coherente (con las correcciones marginales necesarias), en correspondencia con el cumplimiento de funciones públicas que son de naturaleza permanente o con la atención de problemas públicos cuya solución implica una acción sostenida. La estructura estable de sus acciones, que se reproduce durante un cierto tiempo, es lo esencial y específico de ese conjunto de acciones de gobierno que llamamos política pública.” (Astorga & Facio, 2009, p. 3).

- a PP permite distinguir entre o que o governo pretende fazer e o que, de fato, faz
- a PP envolve vários atores e níveis de decisão, embora seja materializada através do governo
- a PP é abrangente e não se limita a leis e regras
- a PP é uma ação intencional, com objetivos a serem alcançados
- a PP, embora tenha impactos no curto prazo, é uma política de longo prazo.

Optamos por sistematizar os termos da seguinte forma: as políticas públicas como uma noção abrangente, como por exemplo: política econômica, educacional, de saúde, social, de comunicação, de informação. E políticas sociais como um subcampo específico das PP. Sendo assim, o programa Bolsa Família pode ser visto como uma política social pertencente a um conjunto das políticas públicas governamentais.

Dessa forma, vamos nos referir especificamente à política (pública) social, que tem o objetivo de proteger e garantir condições dignas de sobrevivência do ponto de vista da segurança alimentar, educação e saúde, princípios tratados na Declaração Universal dos Direitos Humanos.

#### **4.3. Políticas sociais**

As políticas sociais, que podem ser entendidas como de proteção social, são relativamente recentes, e surgiram como um “eixo no qual se pretende integrar uma variedade de medidas orientadas a garantir níveis básicos de vida para todos e construir sociedades mais justas e inclusivas” (Cepal, 2015, p. 5).

A proteção social é uma política fundamental que pode contribuir para plena realização dos direitos econômicos e sociais da população e são reconhecidos em diversos instrumentos legais nacionais e internacionais, como a Declaração Universal dos Direitos Humanos (ONU), de 1948, e o Pacto Internacional dos

Direitos Econômicos, Sociais e Culturais (PIDESC), de 1966. Nesses instrumentos normativos, são reconhecidos os direitos à seguridade social, ao trabalho e a proteção de níveis de vida adequados para as pessoas e para as famílias, bem como o aproveitamento de um maior bem estar físico e mental e a educação<sup>108</sup>. (Tradução nossa)

As políticas de proteção social, portanto, surgem de um pacto entre as nações para atender minimamente os critérios estabelecidos na Declaração Universal dos Direitos Humanos. Do contrário, pode ter como consequência não só uma imagem internacional negativa como também afastar possíveis investidores. Mas isso não é levado ao pé da letra. Muitos países, sobretudo na África, ainda ignoram os preceitos da Declaração e não têm políticas sociais, deixando a população viver como indigentes, excluídos de tudo, dos aspectos materiais e humanos.

No Brasil, essa situação perdurou durante muito tempo. Não havia até o Estado Novo políticas pensadas para a população. No Império, com a economia agrícola, a força produtiva se concentrava nos escravos, que não tinham direito a nada. Após a abolição da escravatura, os imigrantes europeus passaram a constituir a força de trabalho agrícola (uma vez que o Brasil ainda era o maior produtor e exportador de café) e industrial. Gozavam de liberdade, mas também não tinham direitos. Somente no governo Vargas, é que os trabalhadores passaram a ter alguns direitos, não exatamente como conquista, mas como manobra política.

Para Santos (1979)<sup>109</sup>, “o período da República Velha se caracteriza por um *laissez-faire* repressivo que vai ser substituído pela cidadania regulada de após 30, característica de um longo período da história republicana no Brasil”. Segundo este autor, os marcos históricos mais importantes da política social brasileira foram 1930-1943, quando tem

---

<sup>108</sup> Texto original: “la protección social es una política fundamental para contribuir a la plena realización de los derechos económicos y sociales de la población, reconocidos en una serie de instrumentos legales nacionales e internacionales, como la Declaración Universal de Derechos Humanos de las Naciones Unidas, de 1948, y el Pacto Internacional de Derechos Económicos, Sociales y Culturales (PIDESC), de 1966. En estos instrumentos normativos se reconocen los derechos a la seguridad social, el trabajo y la protección de niveles de vida adecuados para las personas y las familias, así como al disfrute del mayor bienestar físico y mental y a la educación.” (Cepal, 2015, p. 5).

<sup>109</sup> Resenhado por Kerbaui, M.T.M. (1980). Resenhas, *Perspectivas*, 3: 165-168.

início a regulação social, em 1966-1971, quando é promulgada a Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT), e 1966, ano da criação do INPS (Instituto Nacional de Previdência Social).

Para Araújo (2003), o autoritarismo, centralismo e o conservadorismo são as principais heranças das PP no Brasil. Podemos dar como exemplo as modificações feitas por Getúlio Vargas (como a carteira de trabalho e salário mínimo), que são pensadas de cima para baixo, mais como uma forma de evitar conflitos do que alterações elaboradas com os próprios trabalhadores ou em termos de desenvolvimento e avanço social. Ainda assim, tais reformas se enquadram como sendo de proteção social, coisa que não havia antes.

#### **4.4. Políticas públicas no Brasil Republicano (1889-atual)**

Se tomarmos o período escravagista como ponto de partida e formos até os anos 1920, vemos que a economia brasileira se pautava em um único modelo: a agricultura. A monocultura se prolongou até o limite, substituindo a mão de obra escrava pela dos imigrantes estrangeiros.

Mas nos anos 20 as coisas começaram a mudar. A industrialização se desenvolveu e absorveu não só os imigrantes como também a massa que migrou do campo para a cidade, pois os produtos produzidos pelos camponeses também passaram a ser industrializados por essas mesmas pessoas que estavam mudando a cara de São Paulo, germen da produção fabril. Para ter-se uma ideia do crescimento, é inimaginável andar por algumas ruas do centro da cidade hoje e pensar que na *Belle Époque* havia ali inúmeras fábricas. O poeta modernista Sérgio Milliet escreveu: “A rua São João cheira a café”, uma vez que os bairros abrigavam diversas fábricas do principal produto agrícola de exportação naquela período. Trata-se da mesma Rua São João que se encontra com a

Ipiranga, no centro da cidade de São Paulo, também aludida na famosa música “Sampa”, de Caetano Veloso.

O crescimento industrial teve continuidade durante mais algumas décadas. Em 1930 o governo de Getúlio Vargas (1930-1945 e 1951-1954)<sup>110</sup> inaugura uma nova fase da história republicana, depois de liderar uma revolução que depôs o então presidente Washington Luis, último dirigente da chamada República do “Café com leite”. Vargas ficou no poder até 1945. Em seu governo, no ano de 1934, foi promulgada uma das constituições brasileiras. Em 1937, no entanto, deu um golpe de Estado e seu governo se tornou centralizador e ditatorial.

A literatura sobre a Era Vargas (1930-1945) na historiografia brasileira é imensa<sup>111</sup>. Não cabe aqui revisita-la, mas sim apontar o fundo histórico para entender quando e como surgem as políticas públicas no Brasil.

Se olharmos a linha do tempo da História do Brasil, veremos que, desde o término da Primeira República (compreendido entre 1889-1930), até o ano de 1984 (com um breve intervalo nos governos de Juscelino Kubitchek (1956-1961) e João Goulart (1961-1964), deposto pelo golpe de 64, o país viveu regimes ditatoriais. Estado de sítio, censura, prisões e torturas eram os componentes do cotidiano dos brasileiros.

Getúlio Vargas soube como ninguém conduzir o país sendo um ditador com máscara de populista. O crescimento industrial era concomitante à urbanização e ao crescimento da classe operária. No período em que esteve à frente do país como chefe de Estado houve uma crescente conscientização do operariado devido à influência dos militantes do Partido Comunista Brasileiro (PCB). O então presidente ‘aliou-se’ a estes para conter

---

<sup>110</sup> Getúlio Vargas foi um dos mais importantes políticos da história do Brasil. Governou de 1930-1945, período conhecido como a Era Vargas pelo fato de ter permanecido no governo de forma ininterrupta, voltando depois a ser presidente pelo período de 1951-1954 eleito pelo voto popular.

<sup>111</sup> *Getúlio Vargas - o poder e o sorriso*, de Boris Fausto (2006); *De Getúlio a Getúlio – o Brasil de Dutra e Vargas (1945-1954)*, de Francisco Fernando Doratioto e José Dantas Filho (2003); *Getúlio Vargas e o triunfo do nacionalismo brasileiro*, de Ludwig Lauerhass Jr. (1986), só para citar alguns livros sobre o ditador e a Era Vargas.



não só os trabalhadores como qualquer tipo de manifestação. Legalizou e institucionalizou os sindicatos, criou o salário mínimo, a Carteira de Trabalho e direitos para trabalhadores urbanos e rurais. Construiu uma imagem de homem preocupado com o brasileiro e com os trabalhadores, o que lhe garantiu viés populista com o qual entrou para a história.

Depois da Era Vargas, o Brasil viveu um breve período democrático com João Goulart (1961-1964), conhecido popularmente como Jango, que assumiu o governo após a renúncia de Jânio Quadros. Quando este abdicou do cargo, Jango estava em visita oficial à China comunista e, antes mesmo da sua volta, o congresso não queria que ele assumisse. Por isso, os deputados conservadores mudaram o regime presidencialista para o parlamentarista, reduzindo assim os poderes do presidente. Mas um plebiscito popular fez com que o país voltasse ao presidencialismo. Mesmo assim, Jango não concluiu o seu mandato.

A simpatia de Jango para com as Revoluções Chinesa e Cubana preocupou a elite, que viu em alguns de seus projetos políticos uma ameaça e temeu que o país se transformasse numa economia socialista. De fato, num comício no centro do Rio de Janeiro, Jango anunciou um pacote de medidas econômicas e reformas de base para acabar com desigualdades do país, entre as quais estavam reforma agrária, tributária, bancária, fiscal e eleitoral (Toledo, 2004). Uma passeata da elite pelas ruas do Rio de Janeiro, a “Marcha da família com Deus pela Liberdade”, foi suficiente para alertar os militares. A promessa de uma sociedade mais justa foi engolida pelo Golpe de 64, dado pelos militares, que instauram o Regime Militar.

Diante deste breve retrospecto, é patente a característica autoritária do Estado, que é também desenvolvimentista, conservador e centralizador. Como afirma Bacelar (2003,

p. 2), não era um estado de bem estar social. “O viés autoritário é muito forte nas políticas públicas do país”.

Assim, a tradição, o ranço da vertente autoritária tornou-se um traço muito forte nas políticas públicas do país, e as políticas públicas eram muito mais políticas econômicas. Se olharmos a história recente, as políticas sociais e as políticas regionais são meros apêndices, não são o centro das preocupações das políticas públicas. Nelas, o corte era predominantemente compensatório, porque o central era a política econômica, já que a política industrial era hegemônica, porque o projeto central era a industrialização.<sup>112</sup>

De fato, podemos afirmar que as políticas sociais começam no governo Getúlio Vargas e elas dizem respeito ao aspecto laboral e educacional. Não se pode negar que, sob o seu mando, esse aspecto não foi deixado de lado. A criação da Justiça do Trabalho, os direitos constitucionais do trabalhador com jornada de 8 horas, repouso semanal e férias remuneradas são resultados possíveis dentro de um contexto de controle social dos trabalhadores e dos sindicatos. Esses avanços correspondiam, na realidade, a estratégias políticas para agradar os trabalhadores e controlar a “ameaça” comunista e foram contemplados na Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT).

Além disso, também criou o Ministério da Educação e da Saúde, que contou com ministros e colaboradores de renome no âmbito da educação e das letras e, posteriormente, criou também o Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN), que atualmente é o IPHAN (Patrimônio Histórico e Artístico Nacional).

Durante a Ditadura Militar (1964-1985), o governo levou a cabo diversos programas sociais. Mas desde a era Vargas até a Nova República (1985-) os planos de desenvolvimento sempre tiveram mais protagonismo do que os sociais (Draibe & Arretche, 1995). A economia durante a ditadura militar era baseada na indústria e os programas sociais eram descentralizados, portanto, eles eram levados a cabo também pelos governos estaduais e municipais. O controle sobre o voto dos eleitores, no

---

<sup>112</sup> Disponível em: <<http://franciscoqueiroz.com.br/portal/phocadownload/gestao/taniabacelar.pdf>>

entanto, fazia com que os programas tivessem um viés assistencialista. Somente a partir da Constituição de 1988, vai-se perdendo o viés autoritário.

Com o fim da ditadura, houve um governo de transição eleito indiretamente. O vencedor, Tancredo Neves (Coligação Aliança Democrática), morreu antes de tomar posse, levando o seu vice, José Sarney (PMDB), a tornar-se presidente até que fossem realizadas as primeiras eleições diretas em 1989, o que ocorreu logo após a aprovação da Constituição de 1988. A nova política econômica durante o período de transição democrática se caracterizou pelo Plano Cruzado (1986), que consistia em um conjunto de medidas econômicas que tem na mudança de moeda e no congelamento de preços e da taxa de câmbio algumas das principais medidas para se alcançar a estabilidade econômica (Oliveira, 1987).

Na primeira eleição direta em que todos os brasileiros puderam votar saiu presidente o candidato Fernando Collor de Mello (1990-1992), do Partido da Reconstrução Nacional (PRN), mas este foi afastado pelo impeachment devido a envolvimento em esquemas de corrupção e só governou durante dois anos. Seu vice Itamar Franco (PMDB) assumiu e completou o mandato presidencial. O impeachment foi, em si, resultado de uma massiva pressão da sociedade civil articulada em torno da campanha Movimento pela Ética na Política (Vasconcelos, 2004). O objetivo desta campanha era “aglutinar as esperanças e ações de todo o povo na direção de uma política guiada por valores éticos em favor da justiça social, da solidariedade e da vida” (Ação da Cidadania, 1993.p. 1).

Até que a situação política se estabilize, o Brasil vai apresentando sinais de crescimento da pobreza e da miséria. Piora o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), de 0, 784 em 1990 para 0, 730 em 1993 (Draibe & Arretche, 1995). O Movimento pela Ética na Política parte agora para outra empreitada, que é a luta contra a fome. É criada, então, a Ação da Cidadania contra a Miséria e pela Vida, que teve na figura do sociólogo José

Herbert de Souza (Betinho), um mentor e um inspirador devido ao seu histórico de luta pela democracia e pela cidadania.

Mais conhecida como Campanha contra a Fome, esta consistiu na criação de milhares de comitês espalhados por todo o país criados para recolher os alimentos não perecíveis para distribuir entre as camadas mais pobres. Tratava-se de uma ação emergencial que contava com o apoio de sindicatos, universidades, artistas, estudantes, igrejas, empresários, funcionários públicos, políticos e diferentes associações. Sem dúvida, esta campanha mobilizou praticamente todo o país, fazendo emergir de uma maneira mais vigorosa a sociedade civil, que estava ciente do seu papel transformador, sobretudo naquele momento de construção da cidadania em vários aspectos (Vasconcelos, 2004).

O governo de Itamar Franco sente-se pressionado a tomar algumas medidas de combate à pobreza e cria o Programa de Luta contra a Fome e a Miséria (PCFM), em 1993, que criou e incrementou outros programas já existentes de alimentação, nutrição e distribuição de leite. O PCFM integra a Campanha Nacional contra a Fome e pela Vida, criada por ele. Houve um apelo midiático e uma resposta positiva da população.

O PCFM tem algumas características interessantes. Ele se consolida a partir da iniciativa de mobilização da sociedade civil. Possui ao mesmo tempo dimensão governamental e de mobilização social e se estruturou a partir de três princípios: solidariedade, associação (governo+sociedade) e descentralização. O programa consistia em distribuição de alimentos, geração de empregos para os setores pobres, melhorar o poder aquisitivo da população à qual se destinava e assentar os trabalhadores rurais pelo INCRA (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária) (Draibe & Arretche, 1995).

A campanha pela fome teve seu auge em 1993-1994. Acreditamos que o seu maior legado foi ter despertado as pessoas para a questão da fome, produzida ao longo das

últimas décadas pelo processo de modernização desigual no país, e que emergiu na década de 1990 com o ressurgimento da democracia e da sociedade civil mostrando as profundas brechas econômicas e sociais. Não que a fome não existisse antes, mas talvez porque naquele momento de abertura política se pudesse falar sobre.

Depois do governo Itamar Franco, foi eleito para a presidência o sociólogo Fernando Henrique Cardoso (PSDB), que teve dois mandatos consecutivos (1995-2003). Foi o responsável pela estabilidade econômica e mudança da moeda de Cruzado para Real. Em seu governo foram criados alguns programas sociais como o Bolsa Escola, Bolsa Alimentação, cartão Alimentação e Auxílio Gás. Cada benefício funcionava de maneira separada, com cadastros diversos e valores pagos por diferentes ministérios<sup>113</sup>.

Depois do governo de Fernando Henrique Cardoso, foi eleito o candidato Luis Inácio Lula da Silva, que desde o primeiro momento colocou a política social como carro chefe de seu governo. A Campanha Fome Zero foi o pontapé inicial das políticas sociais, mas pouco a pouco o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) foi articulando melhor a proposta de política social e, a partir dos programas já existentes do governo anterior, unificou-os e transformou-os em um único programa, o Programa Bolsa Família, com apenas um único cadastro (o CADÚNICO), ao mesmo tempo em que foi aperfeiçoando os critérios de admissibilidade ao programa a partir da classificação entre pobre e pobreza extrema com os valores monetários correspondentes<sup>114</sup>.

<sup>113</sup>

---

Disponível

em:

<[http://www.mprs.mp.br/areas/infancia/arquivos/cartilha\\_do\\_programa\\_bolsa\\_familia.pdf](http://www.mprs.mp.br/areas/infancia/arquivos/cartilha_do_programa_bolsa_familia.pdf)>

<sup>114</sup> Disponível em: <<http://www.brasil.gov.br/cidadania-e-justica/2015/05/cadastro-unico-e-porta-de-entrada-para-programas-sociais>>

## CONSTITUIÇÕES BRASILEIRAS

	CARACTERÍSTICAS
1824 <sup>115</sup>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Outorgada pelo imperador D. Pedro I</li> <li>- Regime monárquico e poder hereditário</li> <li>- Concentrava o poder nas mãos do imperador pelo Poder Moderador</li> <li>- Decretou o voto censitário (só os homens com renda podiam votar) e indireto</li> <li>- Tornou o Catolicismo religião oficial e Igreja subordinada ao estado</li> <li>- Garantiu os direitos civis (direitos de 1ª geração)</li> </ul>
1891 <sup>116</sup>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Primeira Constituição da República (proclamada em 1889), foi promulgada pelo Congresso no governo provisório do Marechal Deodoro da Fonseca e inspirada na constituição dos Estados Unidos</li> <li>- Instaura o regime presidencialista</li> <li>- Eleições diretas para Câmara e Senado</li> <li>- Mandato presidencial de 4 anos</li> <li>- Voto universal não obrigatório e aberto (excluindo menores de 21 anos, mulheres, analfabetos, soldados e religiosos)</li> </ul>
1934 <sup>117</sup>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Promulgada pela Assembleia no 1º governo do presidente Getúlio Vargas, tem inspiração na constituição alemã da República de Weimar</li> <li>- torna o voto secreto, amplia o voto para mulheres e cidadãos com no mínimo 18 anos e exclui analfabetos, soldados e religiosos (direitos políticos da 2ª geração)</li> <li>- Cria a Justiça Eleitoral</li> <li>- Cria a Justiça do Trabalho e define os direitos constitucionais do trabalhador com jornada de 8 horas, repouso semanal e férias remuneradas</li> </ul>
1937 <sup>118</sup>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Outorgada no Governo Getúlio Vargas</li> <li>- Institui o Estado Novo e com ele a pena de morte, suspensão da imunidade parlamentar, prisão e exílio dos opositores ao regime.</li> </ul>
1946 <sup>119</sup>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Promulgada por Eurico Gaspar Dutra</li> <li>- restabeleceu os direitos individuais</li> <li>- extinguiu a censura e a pena de morte</li> <li>- restabeleceu o direito de greve</li> <li>- restabeleceu a independência dos três poderes e a autonomia dos estados</li> </ul>
1988 <sup>120</sup>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Batizada como a “Constituição Cidadã”, institui o Estado Democrático de Direito e a república presidencialista</li> <li>- concede e amplia direitos para todos os cidadãos</li> <li>- garante o direito de voto para os analfabetos, voto facultativo para jovens entre 16 e 18 anos</li> <li>- reduz o mandato do presidente de 5 para 4 anos</li> <li>- estende os direitos trabalhistas também aos empregados domésticos</li> <li>- garante o direito à greve e à liberdade sindical</li> </ul>

<sup>115</sup> Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao24.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao24.htm)>

<sup>116</sup> Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao91.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao91.htm)>

<sup>117</sup> Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/Constituicao34.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/Constituicao34.htm)>

<sup>118</sup> Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao37.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao37.htm)>

<sup>119</sup> Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao46.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao46.htm)>

<sup>120</sup> Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm)>

- reduz a jornada de trabalho de 48 para 44 horas
- concede licença maternidade de 120 dias e licença paternidade de 5 dias
- cria o abono de férias
- concede décimo terceiro salário para aposentados
- cria o seguro desemprego, férias remuneradas com acréscimo de 1/3 do salário

**Tabela 12 – Constituições brasileiras e suas características**

Fonte: elaboração própria a partir de compilação dos textos constitucionais

Como podemos observar na tabela acima, a Constituição de 1824 garante os direitos individuais da primeira geração de direitos, mas só a de 1934 ampliaria os direitos políticos, mas deixaria de fora os analfabetos, soldados e religiosos. Só a partir de 1988 os analfabetos teriam direito a votar.

A constituição por si só não garante a criação das leis. Mas o fato de ela prever os direitos sociais permite a criação de políticas que contemplem esses direitos e, assim, resguardecam a população.

No entanto, em termos de política social – o calcanhar de Aquiles de todos os governos – entre estar presente nas cartas constitucionais e concretizar-se tem uma distância muito grande. Segundo Draibe & Arretche (1995), predomina no país um padrão de políticas sociais que, apesar do caráter massivo dos programas, excluiu parte significativa da população, sobretudo os trabalhadores rurais, população urbana pobre (quase a metade da população economicamente ativa) e os miseráveis.

As políticas sociais (trabalhistas), educacionais e culturais do governo Vargas foram importantes e que tiveram continuidades ao longo da história, uma vez que as leis trabalhistas, os planos de Educação, a cuidado com o patrimônio brasileiro tiveram continuidade e foram reelaborados ao longo do tempo. Já os programas sociais implementados que tiveram início durante a ditadura, devido ao seu caráter assistencialista, sequer se transformaram em questões sociais, uma vez que a

preocupação naquele momento era a economia e a política. Nem mesmo os programas do governo Itamar Franco e Fernando Henrique tiveram impactos nacionais, uma vez que eles não eram universalizados. Foram, sim, ações emergenciais e pontuais sem desdobramentos aprofundados.

#### **4.4.1. Constituição cidadã**

O ano de 1984 marca o fim do Regime Militar, e em 1988 o Congresso Nacional edita uma nova Constituição, desta vez com uma proposta mais coerente com o contexto histórico e democrático. De 1984 a 1989, houve um período de governo transitório no qual José Sarney (PMDB) foi o presidente da República e tinha sido eleito indiretamente.

Esse período, entretanto, foi uma fase de transição importante para o futuro do Brasil. Era o momento de varrer o passado político e marcar as diretrizes do presente e do futuro com uma nova constituição. Nesse período, em menos de dois anos a Assembleia Constituinte elaborou o texto da nova Carta Magna (a sétima e última da história do Brasil), que vigora até os dias atuais. Mas esta seria diferente. O novo contexto democrático, a abertura política e partidária, o ambiente que prometia uma maior participação popular ensejou um texto bastante entusiasta.

A ênfase nos direitos cidadãos fez com que a Carta Magna fosse batizada como Constituição cidadã. E, de fato, o é. De acordo com as palavras do deputado Ulisses Guimarães (MDB, atual PMDB), presidente da Assembleia Nacional Constituinte, que redigiu a Carta Magna, “esta será a Constituição cidadã, porque recuperará como cidadãos milhões de brasileiros, vítimas da pior das discriminações: a miséria [...] O povo nos mandou aqui para fazê-la, não para ter medo. Viva a Constituição Brasileira! Viva a vida que ela vai defender e semear!”. Com estas palavras cheias de expectativa e



esperança, encerrou os trabalhos da assembleia, que levou menos de dois anos para finalizar a Carta Magna.

Dessa forma, depois de tantos anos de restrições políticas, garantias e de liberdade de toda ordem, o direito à cidadania foi uma forma de compensar a população. As conquistas e avanços que podemos destacar são os seguintes: direito de voto para os analfabetos; voto facultativo para jovens entre 16 e 18 anos; redução do mandato do presidente de 5 para 4 anos; direitos trabalhistas garantidos também aos empregados domésticos; direito à greve; liberdade sindical; diminuição da jornada de trabalho de 48 para 44 horas; licença maternidade de 120 dias; licença paternidade de 5 dias; abono de férias; décimo terceiro salário para aposentados; seguro desemprego; férias remuneradas com acréscimo de 1/3 do salário.

Como podemos ver, pela primeira vez, a população foi contemplada com direitos que antes não existiam na política, nos direitos trabalhistas e na vida privada. Mas esses direitos foram conquistados pela pressão popular. Comitês Pró- Participação Popular na Constituinte foram criados em todo o território nacional com o objetivo de formular e acompanhar a votação das propostas que fossem interesse da maioria da população. Para que as propostas fossem atendidas e contempladas na constituição, os comitês divulgaram nas bases eleitorais de deputados e senadores a sua posição com relação aos temas de interesse democrático. Isso fez com que muitos mudassem os seus votos temendo repercussões negativas nas eleições (Oliveira & Oliveira, 2011).

A partir desse contexto, portanto, podemos falar em políticas públicas, afinal, elas são feitas para a população e esta, por fim, havia saído da invisibilidade e do descaso. Pelo menos em tese. E permite abrir debates teóricos em torno da cidadania. A constituição avançou em termos de universalização dos direitos. A partir da constituição, foram criados, por exemplo, o Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei 8.069/1990), o

Estatuto do Idoso (10.741/2003), Estatuto da Pessoa com Deficiência (Lei 13.146/2015), Lei Eleitoral (9. 504/1997), Lei de Cotas (12.711/2012), Lei de Crimes Ambientais (9.605/1998). Está tramitando no congresso o projeto de lei 2.057 que prevê a mudança do Estatuto do Índio (Lei 6.001/1973), que tem caráter retrógrado. O atual projeto de lei reconhece as diferenças culturais dos povos indígenas e iguala-os aos demais cidadãos brasileiros reconhecendo a sua capacidade de lutar pelos seus direitos sem a tutela do estado.

Elaborada e publicada num período de transição entre o Regime Militar e a Democracia, a Constituição de 1988 afirma como princípio fundamental a prevalência dos Direitos Humanos, menção importante tendo em vista que acabávamos de sair de um regime que torturou e matou militantes, jornalistas e mandou intelectuais e escritores para o exílio<sup>121</sup>. Este princípio também buscou estar em sintonia com os principais tratados internacionais que buscavam consenso em torno desta questão e dos quais o Brasil é signatário, como a Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948).

Os direitos sociais garantidos pela Constituição, por sua vez, são os seguintes: educação, saúde, alimentação, trabalho, moradia, transporte, lazer, segurança, previdência social, proteção à maternidade, assistência aos desamparados. Mas o desafio também está em fazer com que esses direitos sejam universais. Para isso, a Carta Magna, em seu Artigo 23, afirma que é competência da União, Estados e Municípios “Combater as causas da pobreza e os fatores de marginalização, promovendo a integração social dos setores desfavorecidos”.

Dessa forma, podemos afirmar que a promulgação da Lei nº 10.386/2004 que criou o Bolsa Família é a concretização de um direito previsto na Constituição, uma vez que seus objetivos são combater a pobreza e a pobreza extrema e ainda incrementa a

---

<sup>121</sup> Em 2014, a Comissão Nacional da Verdade listou 434 pessoas mortas ou desaparecidas durante o regime militar (1964-1988). Disponível em: < <http://www1.folha.uol.com.br/poder/2014/12/1560655-veja-a-lista-de-mortos-e-desaparecidos-do-regime-militar.shtml>>

educação e a saúde da população atendida pelo programa devido às suas condicionalidades.

#### **4.5. O Programa Bolsa Família como política redistributiva**

Trataremos aqui o conceito de redistribuição como um dos eixos da formulação sobre justiça social desenvolvido por Nancy Fraser (os outros são reconhecimento e representação). De acordo com Abreu (2011, p. 9), redistribuição diz respeito

às demandas por igualdade econômica e a maior equalização na distribuição de bens escassos. Quando se fala em justiça, demandas redistributivas parecem ser as mais intuitivas, pois dizem respeito à organização do atributo mais elementar de uma ação justa: “dar a cada um o que é seu”; portanto, uma concepção ampla de justiça não poderia deixar de englobar aspectos redistributivos.

Para falar sobre redistribuição, temos necessariamente que adentrar o espectro da economia globalizada para depois relacioná-la com as políticas públicas.

A globalização, gestada o longo da modernidade e cunhada no final do século 20, diz respeito a uma fase mais complexa da economia liberal em termos de capital. Ela se caracteriza, entre outros aspectos, pela internacionalização do capital, por estabelecer um mundo sem fronteiras, pelo fim dos Estados-Nação e ampla integração econômica, jurídica, política, cultural. O que se nota, entretanto, é que o aspecto econômico destaca-se sobremaneira e, dentro da concepção neoliberal, se traduz também uma exacerbação dos valores individualistas em contraposição aos valores coletivos, e por uma economia cujo protagonista é o mercado, em detrimento do Estado.

O tema se divide entre os que veem aspectos positivos e negativos na globalização. De acordo com Souza (2011, p. 3),

pode-se elencar, consequências negativas, como o crime organizado, paraísos fiscais, tráfico de pessoas, de mercadorias, de entorpecentes e órgãos, e de baixos salários. Referidas características tornam-se mais presentes entre os

países emergentes, onde o grau de dependência com países desenvolvidos pode levar sobremaneira a amplo desemprego, formação de grandes bolsões de ignorância e miséria, de grandes desigualdades sociais, acarretando sociedades desequilibradas econômica e socialmente.

Eric Hobsbawn (2007, p. 115), assim como Bauman, acredita que os efeitos são sempre negativos, uma vez que “trouxe consigo uma dramática acentuação das desigualdades econômicas e sociais no interior das nações e entre elas”. Para este autor, os processos de intercâmbio se dão de maneira desigual, de forma que não há maneira de haver uma concorrência minimamente coerente. Além disso, não vê a possibilidade de os países mais ricos ajudarem aqueles historicamente menos desenvolvidos.

Bacelar (2003, p. 6) nos chama a atenção para a relação entre globalização e políticas públicas. A economia neoliberal, ao focar o indivíduo e atribuir-lhe a responsabilidade de seus êxitos e fracassos, retira do Estado o papel social. Nesse sentido, restringe as políticas públicas sociais e confere ao mercado o papel regulador da ordem social.

Quando observamos o mundo atual, vemos que essas tendências favoreceram a consolidação de uma visão que é ideológica e política: a visão de “quanto menos Estado e quanto mais mercado, melhor; quanto mais individualidade e quanto menos coletividade, melhor”. Essa é a perspectiva dos dirigentes mundiais. E é ela que impregna todas as sociedades neste final de século. Trata-se de uma abordagem que favorece as mudanças que estão acontecendo no mundo real, para que o capital globalizado circule no mundo inteiro. Quanto menos Estado nacional houver, melhor será para a realização dessa tendência.

Nesse processo, segundo esta autora, há menos políticas públicas e mais mercadorias e serviços.

Bem ou mal, no entanto, alguns países capitalistas de governos progressistas (ou até mesmo de governos liberais, impulsionados por pressões externas) vêm conseguindo implantar ou manter políticas sociais, garantindo, assim, um lugar ao sol aos menos favorecidos e a grupos minoritários, apesar das pressões do mercado.

Na América Latina e Caribe, nos últimos quinze anos foram criados programas de transferência condicionada de renda que têm sido um fator de inovação na política

social no continente (Cecchini, 2013, p. 371). Bolsa Família (Brasil); Chile Solidário (Chile), Oportunidades (México), Más Familias en Acción (Colômbia), Bono de Desarrollo Humano (Equador), Red de Oportunidades (Panamá), Asignación Universal por Hijos (Argentina), Juntos (Peru) e Avancemos (Costa Rica). De acordo com Cecchini (2013, p. 369),

Desde seus primórdios, em meados da década de 1990, os PTCs (Programas de Transferência de Renda) se espalharam e, atualmente, estão presentes em vinte países da América Latina e Caribe, onde dão cobertura a mais de 120 milhões de pessoas, o que equivale a 20% da população da região, a um custo que gira em torno de 0,4% do produto interno bruto (PIB) regional. Os PTCs disseminaram-se também em outras regiões do mundo, como a Ásia e a África. Desta forma, como resultado de suas conquistas e desafios, estes programas têm evoluído de forma constante, modificando ou ampliando seus benefícios e serviços.

Os impactos dos Programas de Transferência de Renda na América Latina e o Caribe podem ser vistos na Educação, Saúde e Nutrição. De um modo geral, na Educação, houve uma resposta no aumento na matrícula e na frequência escolar. No Panamá, por exemplo, na zona rural, a diferença de gênero na taxa de matrícula praticamente desapareceu (Parker, 2003; 2004, citado por Cecchini, 2013, p. 377). No que diz respeito ao estado da saúde e nutrição, houve aumentos nas medidas de acesso à saúde como, por exemplo, controle de crescimento, exames preventivos e vacinação.

Mas não são apenas os países em desenvolvimento que possuem PTC's. Em muitos países desenvolvidos também há uma parcela da população que não desfruta do mesmo padrão de vida e de consumo e de acesso à cidadania. É o caso dos Estados Unidos, que apesar de ser a maior potência econômica do mundo e de vender uma imagem de economia liberal que deu certo, tem também graves problemas internos de exclusão social. Para sanar a grande população *out*, que está fora do sistema, criou o *Food Stamps Program* (Programa de Cupons para Alimentos), cujo nome oficial é Supplemental Nutrition Assistance Program (SNAP).

O food stamps atende cerca de 45 milhões de norte-americanos que, sem o cupom, enfrentariam dificuldades ainda maiores de sobrevivência. O benefício médio mensal por casa é de cerca de \$133, 49 e o pagamento, atualmente, é feito por meio de cartão. Antes, os beneficiários recebiam cupons (stamps), e cada um tinha uma cor que equivalia a um valor diferente (marrom - \$1, azul - \$5 e verde - \$10) <sup>122</sup>. O cartão só pode ser usado para a compra de alimentos. Este programa consiste basicamente em prover uma renda às famílias de baixa ou nenhuma renda e não impõe condicionalidades como é o caso dos outros países da América Latina, até porque a educação e a saúde são privadas (com exceção em alguns estados, que oferecem alguns serviços públicos).

#### **4.6. O Brasil no contexto da globalização**

A partir de 2003, quando assumiu a presidência, durante 8 anos consecutivos, o Brasil passou a fazer parte das dez maiores economias mundiais, impulsionou a economia do Mercosul, tornou-se membro dos BRIC (Brasil, Rússia, Índia e China e África do Sul) e também um dos parceiros econômicos mais disputados.

Mas a diferença fundamental entre o governo de seu antecessor, Fernando Henrique Cardoso (PSDB), e o de Lula, reside principalmente na atenção que foi dada ao aspecto social. Além de o novo impulso econômico atrair investidores que nunca antes haviam se arriscado a entrar no país, a criação do Programa Bolsa Família chamou a atenção de organismos internacionais e até hoje tem servido de modelo para diversos países.

A economia brasileira começa a mudar e, com ela, o advento de uma nova fase na vida de milhões de brasileiros. O anúncio do programa Fome Zero / Brasil sem Miséria (a partir dos quais surge o Bolsa Família), feito pelo presidente, tinha objetivo de fazer

---

<sup>122</sup>

Disponível

em:

<[https://es.wikipedia.org/wiki/Programa\\_Asistencial\\_de\\_Nutrici%C3%B3n\\_Suplementaria](https://es.wikipedia.org/wiki/Programa_Asistencial_de_Nutrici%C3%B3n_Suplementaria)>

com que nenhum brasileiro, a partir daquele momento, passasse fome no país. A vitória de Lula fortaleceu os movimentos sociais e a expectativa de mudanças estruturais no país, o que favoreceu as políticas sociais, entre as quais o Bolsa Família.

Pode-se afirmar que as políticas sociais implantadas no período do governo do PT foram um contraponto, um fator de equilíbrio frente às políticas econômicas que ele próprio instituiu. Estas tenderiam a suprimir qualquer proposta de melhoria no aspecto social, como haviam ocorrido os governos anteriores. No entanto, a condução da economia permitiu não só a resolução de problemas históricos no Brasil, como o pagamento da dívida externa (fazendo com que o Brasil deixasse de ser devedor e se tornasse credor), como ainda possibilitou uma reserva orçamentária permanente para a correção das suas profundas desigualdades sociais.

O contexto da economia globalizada, no qual se inserem as políticas sociais mencionadas acima, é atípico. A globalização tem uma série de implicações, uma das quais diz respeito ao fim dos Estados-Nação. Em outras palavras, os Estados perdem protagonismo nas decisões econômicas nacionais, uma vez que economia passa para as mãos e instâncias supranacionais (União Europeia e Mercosul, por exemplo). Além disso, esse fenômeno implica na supressão do espaço (Harvey, 1992), possibilitado pelas novas tecnologias, que permite que uma empresa possa ser dirigida mesmo estando em outro continente deslocando, assim, o centro das decisões. De acordo com Bauman (1999, p. 67), cujo tema perpassa a quase toda a sua obra,

o significado mais profundo transmitido pela ideia de globalização é o do caráter indeterminado, indisciplinado e de autopropulsão dos assuntos mundiais; a ausência de um centro, de um painel de controle, de uma comissão diretora, de um gabinete administrativo.

Se antes os investidores estrangeiros estavam sujeitos às políticas econômicas de Estado, no novo cenário (ou ‘nova desordem mundial’, como chama Kenneth Jowit), com a globalização, muitas decisões passam à margem do Estado. O capital

internacional pressiona para que haja menos intervenção, o que gera em muitos países um território livre e muitas vezes, sem leis ou quase livre delas. Muitas vezes compramos uma camisa fabricada na China, Marrocos, Taiwan ou Vietnã, onde os mercados são pouco ou nada exigentes com as questões trabalhistas ou de segurança no trabalho, impõem regime de semiescravidão, e muitas vezes, comprovadamente, fazem uso de mão de obra infantil.

Felizmente, apesar de a precariedade do trabalho rondar o mercado formal no que parece ser uma tendência mundial, alguns países que têm histórico de mobilizações de movimentos sociais e de sindicatos fortes oferecem ambientes legais um pouco mais rígidos e não fazem concessões com relação às conquistas trabalhistas. Ainda assim, mesmo nos países de mobilizações mais reconhecidas, os governos cedem e a política neoliberal esfacela os direitos dos trabalhadores.

Garcia (2005, p. 8), a partir das proposições de Kurz (1996), comenta que a “economia de mercado prevaleceu e a crítica radical ao capitalismo desapareceu, os sindicatos não representam mais a transcendência do sistema, por isso não evidenciam vantagens para seus membros”.

Apesar de todo esse cenário, os dados e explicações econômicas do modelo econômico neoliberal, que centra as políticas no indivíduo e não no coletivo, poderiam ser usados para deixar à margem, mais uma vez, as políticas sociais. No entanto, isso não aconteceu. Ao contrário, o clima de mudança tomou conta do país e teve início uma mobilização dentro do espírito do programa de erradicação da fome e da miséria, o Fome Zero, idealizado e encabeçado por Lula, então presidente da República. Falaremos sobre este tema no capítulo 5, sobre o Bolsa Família.





**PARTE II – CONTEXTO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS DE GÊNERO E O  
PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA**

---



## **CAPÍTULO 5. O PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA E A SITUAÇÃO DA MULHER EM SERGIPE**

---

Neste capítulo, apresentamos o programa Bolsa Família, ao mesmo tempo em que fazemos um diagnóstico dos impactos do Programa Bolsa Família (PBF) em Sergipe e como ele se relaciona com os programas de continuidade: cursos de capacitação e de acesso à informação no sentido de empoderar a mulher para que tenha autonomia e contribua para a equidade de gênero.

### **5.1. O Programa Bolsa Família**

O Programa Bolsa Família é um programa de transferência de renda condicionado feito para famílias com renda per capita de até 77 reais. Criado em 2003 pelo presidente Luis Inácio Lula da Silva por meio da Medida Provisória nº 132, foi posteriormente convertido na Lei nº 10.386/2004, e tem como objetivo combater a fome, a pobreza, a exclusão social e melhorar a saúde nutricional e educacional das famílias. O PBF consistiu em unificar alguns programas existentes e transformar em um único benefício tendo a família, e não o indivíduo, como eixo.

O PBF nasce do Programa Fome Zero, uma ação emergencial do governo que articulou políticas, programas e ações para estancar a fome garantindo a alimentação a toda a população, articulando-o com a assistência social e a transferência de renda. Logo após o resultado das eleições que deram a vitória a Lula, o seu discurso para o Brasil foi a promessa de que a partir daquele momento nenhum brasileiro passaria fome.

A partir do Programa Fome Zero surge o PBF, pensado não só para garantir a segurança alimentar e nutricional de crianças e das mães em curto prazo, como também para melhorar o capital humano melhorando a desigualdade intergeracional.

Trata-se do primeiro programa de transferência de renda não contributivo do país (custo diz respeito a 0,4 % do PIB - Produto Interno Bruto) e é considerado por Russel (2013, citado por Jorge & Melo: 2014, p. 5) como o maior do mundo. De acordo com os dados de junho de 2011, o PBF atendia 12,4 milhões de famílias. “Considerando que cada família pobre tem em média 4,4 membros (Jorge & Melo, p. 301), isto implica na cobertura de um contingente de 54,7 milhões de pessoas ou 28,6% da população brasileira”.

Fazendo esse mesmo cálculo para as 13,9 milhões de famílias atendidas que correspondem aos números atuais, tem-se então um contingente de 61,16 milhões de pessoas. Desse número, de acordo com Campello (2013, p. 18), 93% dos titulares são mulheres. Segundo ela, “o cartão magnético e a priorização dada à mulher como titular proporcionaram o empoderamento feminino em espaços públicos”.

O pagamento do benefício é feito por meio de cartão magnético, que está em nome da mãe/mulher e o dinheiro só pode ser retirado por ela. Isso dá à mulher a segurança e a certeza de que se trata de um direito e não um favor resultado de ações paternalistas, o que lhe confere independência e autonomia. Sobre essas categorias, Rego & Pinzani (2014, p. 80-81) explicam que

A independência (assim como a autonomia que ela fundamenta) não é uma qualidade do indivíduo como no caso da força física e depende antes das relações que esse indivíduo estabelece com os outros. (...) A independência material garantida por meio do dinheiro é um elemento essencial de tal liberdade e deveria ser considerada, portanto, um bem básico e um objeto possível de políticas públicas voltadas à criação de cidadãos autônomos.

Este aspecto se traduz muito bem na fala de Sabrina Pereira Santos Silva, 23 anos, uma das entrevistadas, quando nos contou que, por sua filha estar doente, entregou o cartão ao marido para que fosse retirar o dinheiro, mas este não pode sacá-lo porque só ela podia fazê-lo. “Eu achei até bom. Eu me senti importante”, disse Sabrina.

Atualmente o programa atende 13,9 milhões de famílias em todo o país, o que equivale a um terço da população. Os impactos desse programa são visíveis em diversos aspectos: econômico, uma vez que movimenta as economias locais (antes, nas cidades pequenas e comunidades eram unicamente os aposentados os responsáveis pelo incremento econômico); na saúde e nutrição infantil, devido ao fato de fortalecer o capital humano tanto das crianças como das mães; e na educação, pois melhorou sensivelmente a frequência escolar; e social, já que reduziu o trabalho infantil, pois agora os pais têm uma renda fixa, retirando das crianças parte da ‘responsabilidade’.

A 2ª Rodada de Avaliação de Impacto do PBF<sup>123</sup> aponta que há entre as beneficiárias maiores taxas de vacinação; 1,5 consultas pré-natal a mais comparadas com as não beneficiadas do mesmo perfil e redução da mortalidade infantil até cinco anos nos municípios com alta cobertura. Além disso, de acordo com o relatório, há melhores condições habitacionais, otimismo em relação ao bem-estar das famílias, maior frequência e progressão escolar, melhoria na qualidade dos cuidados de saúde recebidos por mulheres grávidas e maior poder de decisão das mulheres no ambiente domiciliar.

Outro aspecto relevante desta avaliação foi a pergunta sobre a percepção que os beneficiários têm do Bolsa Família. Segundo Júnia Quiroga, diretora do departamento de Avaliação da Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação do MDS<sup>124</sup>, o ministério queria saber o que as famílias preferiam, caso houvesse a disponibilidade de incremento de recursos para o Programa. Entre aumentar o valor da bolsa ou incluir mais famílias no cadastro, 80% dos entrevistados preferiram a inclusão de novas famílias.

---

<sup>123</sup> A 2ª Rodada de Avaliação de Impacto do PBF (2012) foi elaborada pelo Instituto Internacional de Pesquisa sobre Políticas Alimentares e a empresa Datamétrica, a pedido do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) e em parceria com o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD). A primeira rodada foi feita em 2005. Disponível em: <<https://nacoesunidas.org/pesquisa-apoiada-pelo-pnud-avalia-positivos-os-impactos-do-programa-bolsa-familia/>>

<sup>124</sup> Informações disponíveis em: <[www.mds.gov.br](http://www.mds.gov.br)>

Esta também foi a resposta das entrevistadas com relação ao benefício caso viessem a perdê-lo. Elas já se sentem com mais condições de levarem a vida adiante em comparação com outras “lá fora” que precisam mais.

Nesse sentido, Hoffman (2013, p. 210) aponta que entre 2001 e 2011 as transferências do governo federal, incluindo-se o BF e o Benefício de Prestação Continuada (BPC)<sup>125</sup> contribuíram com entre 15% e 20% da redução observada da desigualdade. De um modo geral, estudos recentes comprovaram em termos de impactos que houve uma melhora na nutrição das crianças (Oliveira; Crispim; Liberalino, 2015) e no aumento do consumo de alimentos (Campello, 2013).

Outra pesquisa posterior, feita pelo IPEA<sup>126</sup> (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada) mostra que entre 2002 e 2002 a quantidade de brasileiros em situação de pobreza reduziu a um ritmo de 10,4% ao ano, o que implica em uma diminuição total de 63,3%. Nesse mesmo período, houve uma redução de 54,9% na desigualdade devido à contribuição da renda do trabalho enquanto o Bolsa Família contribuiu com 12,2% para essa queda, mostrando que tem um forte impacto sobre a desigualdade.

O valor do benefício varia de acordo com o perfil do grupo familiar. Os valores atuais são estes<sup>127</sup>:

Para famílias cuja renda média seja de até R\$ 85,00 por pessoa – a média da renda pelo número de membros vinculados ao grupo familiar – é pago um benefício de R\$ 85,00 mensal.

- Para cada criança entre 0 e 15 anos de idade vinculada ao benefício, é pago um valor de R\$ 39,00 mensal, cumulativo ao benefício citado no item anterior. Porém

---

<sup>125</sup> Trata-se de um benefício de um salário mínimo concedido para minimizar as desigualdades entre pessoas com deficiência e ao idoso com 65 anos que não tenham como se sustentar por si mesmo nem pela sua família. O BPC está previsto na Constituição Federal.

<sup>126</sup> Disponível em: <[http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/comunicado/131001\\_comunicadoipea159.pdf](http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/comunicado/131001_comunicadoipea159.pdf)>

<sup>127</sup> Disponível em: <<http://calendarioconsulta.com/pagamento-bolsa-familia/>>

é necessário que as crianças vinculadas ao benefício atendam aos requisitos de rendimento escolar estabelecidos pelo programa.

- Para cada adolescente entre 16 e 17 anos – com possibilidade de cadastro de até 2 jovens – é pago um benefício adicional de R\$ 45,00 mensal.
- Em casos excepcionais, ainda pode ser pago um benefício de valor variado, quando a situação de pobreza for extrema.

Estes são impactos importantes num país da dimensão do Brasil cuja população somente agora está começando a ser atendida pelo Estado.

#### **5.1.1. O CADÚNICO – instrumento de gestão administrativa**

Há um aspecto diretamente relacionado ao programa que é o Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal (CADÚNICO). De acordo com o site do MDS, trata-se de um instrumento tecnológico inovador que identifica e caracteriza as famílias de baixa renda, permitindo que o governo conheça melhor a realidade socioeconômica dessa população e universalize o alcance do benefício. Esse programa não só unificou as bases de dados já existentes como também estruturou uma capacidade de cadastramento, processamento, atualização e fiscalização de informações como não havia até então (Campello: 2013, p. 20). Nele, são registradas informações como, por exemplo, características da residência, identificação de cada pessoa, escolaridade, situação de trabalho e renda, entre outras.”<sup>128</sup> É, portanto, um instrumento importante de base de dados e de gestão do programa.

Por ser completo em termos de características dos indivíduos e das famílias, esse cadastro serve para traçar um perfil sócio econômico e tem sido utilizado em pelo menos 19 programas sociais do governo federal, mas também em programas

---

<sup>128</sup> Disponível em: <<http://mds.gov.br/assuntos/cadastro-unico/o-que-e-e-para-que-serve/quem-pode-se-cadastrar>>



desenvolvidos pelos estados e municípios. Mantido pelo MDS e em parceria com a Caixa Econômica Federal (banco público responsável pelo pagamento dos benefícios sociais, inclusive o BF), o CADÚNICO possui dados de 26,8 milhões de famílias de baixa renda e permite, assim, que o MDS selecione os beneficiários de acordo com o perfil de cada um. A atualização dos dados é feita cada dois anos, e este é um dos requisitos para que as famílias continuem recebendo os benefícios. Se elas não comparecerem ao CRAS (Centro de Referência de Assistência Social) para esta finalidade, o benefício é cortado e repassado a outras famílias.

O CADÚNICO está em sua sétima versão. Foi pouco a pouco sendo ampliado para que pudesse abarcar o máximo de informações e com o maior número de detalhes e tornou-se uma plataforma online. Assim, introdução de novos usuários cadastrados é registrada em tempo real. Com isso, o atual formulário

permite registrar informações de famílias em situação de rua, crianças submetidas ao trabalho infantil, famílias indígenas, quilombolas e membros de diversos grupos e populações específicas (como ciganos, extrativistas, famílias ribeirinhas, catadores de material reciclável, entre outros) e, até mesmo, pessoas sem registro civil de nascimento (Paiva; Falcão; Bartholo, 2013, p. 31)

A experiência foi fazendo com que se tornassem mais claros os objetivos e regras, e todas as modificações estão registradas no Decreto nº 6.135/2007. A sua amplitude é maior devido ao fato de que registra os usuários que recebem até meio salário mínimo, fornecendo um diagnóstico maior e, assim, direciona os outros grupos a diferentes programas sociais. Mas a sua existência se deve ao programa Bolsa Família. Entre 2009 e 2013 quase 30 mil entrevistadores foram capacitados pelo MDS. Atualmente, o CADÚNICO conta com o registro de 25 milhões de famílias, 23 milhões com renda declarada de até meio salário mínimo per capita. São beneficiárias do Bolsa Família 13,8 milhões de famílias (Paiva; Falcão; Bartholo, 2013).

Para ser implementado com eficácia, o PBF teria que ter uma articulação interfederativa (federação, estado e municípios) e intersetorial (Assistência Social, Saúde e Educação). Além disso, o próprio CADÚNICO é descentralizado, de forma que cabe aos municípios o cadastro (feito pelos técnicos capacitados em Brasília). A estrutura descentralizada fortaleceu a área de assistência social nos municípios (Paiva; Falcão; Bartholo (2013).

### **5.1.2. O Centro de Referência de Assistência Social – CRAS**

O CRAS (Centro de Referência de Assistência Social) por sua vez, tem um papel preponderante na aplicabilidade e eficácia do Programa Bolsa Família. Foi criado em 2004 junto com o CREAS (Centro de Referência Especializado de Assistência Social), que oferta serviço continuado a famílias e indivíduos em situação de violência física, psicológica, sexual, tráfico de pessoas, problemas relacionado às drogas e situação de risco pessoal; e com o PAIF (Programa de Atenção Integral à Família). Este é reconhecido como responsável pelo acompanhamento às famílias no âmbito da proteção social básica e dá prioridade às famílias beneficiárias do PBF e do BPC.

O CRAS é braço principal do PBF, pois é a referência institucional para as pessoas em vulnerabilidade. É uma unidade estatal responsável pela oferta de proteção básica do Sistema Único de Assistência Social (Suas). Sua função é “fazer um trabalho continuado com as famílias, prevenir a ruptura dos seus vínculos, promover acesso e usufruto de direitos e contribuir na melhoria de sua qualidade de vida”.<sup>129</sup>

Há hoje mais de 7.400 unidades do CRAS nos mais diversos municípios. É responsável por fazer o cadastramento e o recadastramento das pessoas e também abarca os outros programas, como o PAIF. Este programa, segundo Nathália Eliza de Freitas,

---

<sup>129</sup> Disponível em: <<http://sistema3.planalto.gov.br/spmu/atendimento/busca.php?uf=SE&cod=29>>

coordenadora do CRAS Ceilândia (Brasília) consiste em “receber essa família, acolher, entender o contexto que ela está passando, elencar quais são as vulnerabilidades e traçar estratégias junto com essa família de como ela pode superar esse contexto<sup>130</sup>”.

De acordo com os dados de 2012, foram feitos mais de 14 milhões de atendimentos individualizados e, entre os encaminhamentos realizados a partir destes atendimentos, predominou a atualização cadastral no CADÚNICO (2013, p. 41).

Sergipe tem um total de 85 unidades do CRAS e, dentre os municípios aqui estudados, Socorro tem 4 unidades, São Cristóvão possui 2 e a Barra dos Coqueiros, uma. Pela quantidade de unidades nota-se que devido à sua extensão e diversidade populacional, foi necessário ampliar o atendimento no município de Socorro, uma vez que é o mais povoado e está em constante crescimento devido à entrada de empresas e indústrias de diferentes portes que são atraídas pelos incentivos fiscais.

A importância do CRAS reside na retomada da importância do trabalho da assistência social no Brasil, que tinha sido praticamente interrompida nos governos anteriores.

## **5.2. Impactos do PBF em Sergipe e programas de complementares no Estado de Sergipe: cursos de capacitação profissional e informacional**

Em Sergipe há dois estudos recentes sobre os impactos positivos do Bolsa Família. Um se refere à região do baixo São Francisco (Jorge & Melo, 2014) e outro ao monitoramento e avaliação da gestão do benefício na cidade de Aracaju (Melo & Moreira, 2015). Outra pesquisa recente diz respeito à dissertação de mestrado de Melo (2015), sobre os impactos do PBF no PIB do estado de Sergipe. De um modo geral, esses estudos refletem a mudança na economia e de comportamento em termos econômicos (comerciais e de consumo) que vem ocorrendo no estado.

---

<sup>130</sup> Acessado em Janeiro 12, 2017 em: <<https://www.youtube.com/watch?v=jE7XDHVNYZs>>

Não podia ser diferente, uma vez que, se analisarmos os dados brutos fornecidos pelo MDS somente nos municípios mencionados nesta pesquisa, é possível termos um ideia dos valores injetados na economia do estado pelo Bolsa Família. Saltam à vista os números que correspondem ao município de Socorro. Por ser o de maior população, tem maior número de pessoas no CADÚNICO e no BF, mas vemos também que cumprem com as condicionalidades escolares e de saúde. O valor recebido em Socorro é o dobro do de São Cristóvão e quase oito vezes o da Barra dos Coqueiros.

	Inscritos no CADÚNICO	Receberam o BF (número de famílias)	Valor médio recebido pelas famílias	Valor total mensal transferido pelo governo	Frequência escolar acompanhada 6-15 anos e	Frequência escolar acompanhada 16-17 anos	Acompanhamento saúde das famílias
<b>Socorro</b>	33.259	21.237 (número referente a out/2016)	155,87	3.310.173,00	84%	82,9%	100%
<b>São Cristóvão</b>	17.018	9.512	175,89	1.673.081	68,8%	77,9%	100%
<b>Barra dos Coqueiros</b>	5.085	2.786	159,67	444.847	81.4%	53%	100%

**Tabela 13 – Quadro comparativo dos municípios**  
 Fonte: Elaboração própria a partir de dados do MDS<sup>131</sup>

Quanto aos programas de continuidade, um dos principais braços do PBF para capacitação profissional é o PRONATEC (Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego), que foi criado pelo governo Dilma em 2011 e oferece gratuitamente cursos técnicos e profissionalizantes, “visando “ensinar uma profissão para tenham um preparo para o mercado de trabalho e formar profissionais de

<sup>131</sup> Disponível em: <<http://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/RIv3/geral/index.php>>

qualidade”<sup>132</sup>. Apesar de ser universalizado, este programa se destina principalmente ao público do plano Brasil sem Miséria (BSM), do qual o Bolsa Família faz parte.

Segundo Montagner & Muller (2015, p. 6), apesar de ser destinado a todo e qualquer brasileiro, a participação no PRONATEC por parte dos beneficiários do Bolsa Família entre 18 e 64 anos “é surpreendente”: “de 56 mil pessoas de um total de 672 mil beneficiários participantes, passaram a 128 mil no segmento formal correspondendo cerca de 78 mil participantes adicionais (...) após a matrícula no programa entre 2012 e junho de 2014”.

Os números do estudo realizado pelos autores acima mostram que as críticas feitas a quem recebe o BF ou outro benefício social como “pessoas acomodadas” não são procedentes, pois eles representam mais da metade do público alvo dos cursos, são os que menos abandonam e possuem um índice de aprovação elevado. De acordo com Montagner & Muller (2015, p. 6), além da considerável cobertura territorial, 63% dos matriculados estavam inscritos no Cadastro Único para Programas Sociais, dos quais mais da metade eram beneficiários do Programa Bolsa Família,

reafirmando a percepção de que se adequadamente orientados, estes grupos não apenas buscam acesso a cursos de formação e capacitação, mas vencem limitações decorrentes de lacunas de formação escolar e das dificuldades relacionadas com sua condição familiar. As características dos indivíduos matriculados mostrou (sic) presença majoritária de adolescentes e jovens, mulheres e negros (pretos e pardos), grupos que apresentam as maiores fragilidades no mundo do trabalho, mesmo quando têm credenciais escolares mais elevadas, uma vez que houve predominância dentre eles daqueles que cursavam o nível médio ou o haviam concluído.

Dados de 2013 mostram que foram feitas mais de 600 mil matrículas direcionadas aos usuários do CADÚNICO. As mulheres compõem dois terços das matrículas, ou seja, a maior fatia de público, e os jovens de até 29 anos, formam metade das matrículas. Dentro deste programa e devido a esta demanda, há um programa mais específico

---

<sup>132</sup> Disponível em: <<http://www.pronatecmec.com.br/pronatec-sergipe/>>

destinado ao público feminino, o Mulheres Mil, que é desenvolvido tanto em Aracaju como no interior, onde o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Sergipe (IFS), que coordena o programa, possui outras unidades de ensino.

De acordo com a cartilha Mulheres Mil (2004, p.4),

Os múltiplos saberes das mulheres, suas histórias, seu aprendizado e sua vivência motivaram a criação do Programa Mulheres Mil, cujo pilar se constitui em potencializar essa bagagem e transformá-la em qualificação profissional e adequada inserção no mundo do trabalho. Ao promover a formação educacional, profissional e cidadã de mulheres pobres em situação de maior vulnerabilidade, o Programa Mulheres Mil cria pontes necessárias para lapidar seu potencial produtivo na perspectiva de melhorar as condições de suas vidas, famílias e comunidades.

Esse é o principal diferencial dos programas de continuidade para as mulheres do governo federal, uma vez que as resgata de situação de extrema pobreza e vulnerabilidade e possibilita o seu acesso à educação profissional e tecnológica. Como não é um processo fácil, pois muitas têm vergonha e receio dos espaços institucionais e de convívio, há primeiramente um trabalho psicossocial para que elas superem essas dificuldades<sup>133</sup>, o que é feito dentro do seu território e contexto, com pessoas em situações semelhantes na própria instituição que oferece o curso. Estes variam e dependem do perfil da instituição que os oferece.

Esse programa possui três eixos: educação, cidadania e desenvolvimento sustentável. E utiliza uma “Metodologia Específica de Acesso, Permanência e Êxito” que privilegia temas transversais para a formação cidadã, tais como: elevação da autoestima, saúde, direitos e deveres da mulher, comportamento sustentável, cooperativismo, inclusão

133

Disponível

em:

[http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com\\_docman&view=download&alias=32231-setec-pmm-cartilha-pronatec-mulheres-mil-pdf&category\\_slug=janeiro-2016-pdf&Itemid=30192](http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=32231-setec-pmm-cartilha-pronatec-mulheres-mil-pdf&category_slug=janeiro-2016-pdf&Itemid=30192)

digital, empreendedorismo e responsabilidade ambiental, promovendo a inclusão produtiva, a mobilidade no mercado de trabalho e o pleno exercício da cidadania<sup>134</sup>.

Esse programa já vem sendo tema de alguns estudos acadêmicos. Existem algumas pesquisas como a de Bravin (2015) sobre a influência positiva de geração de capital social; a de Panariri-Antunes et al (2016) sobre a transformação social das mulheres em busca da igualdade de gênero e ainda outros trabalhos, menos acadêmicos, que mostram as mulheres como protagonistas de livros de histórias de vida e de fotografias.

As parcerias público-privadas que ministram os cursos são as seguintes: SENAI/PRONATEC (Serviço Nacional da Indústria), SENAC/ PRONATEC (Serviço Nacional do Comércio), IF's/PRONATEC (Institutos Federais Tecnológicos de cada Estado) e, em Sergipe, a UNIT PRONATEC<sup>135</sup>.

### **5.3. O lugar da biblioteca: diagnóstico da situação atual e papel das bibliotecas de Sergipe**

No estado de Sergipe há mais de 70 bibliotecas públicas<sup>136</sup>. Em Aracaju, há três quatro municipais e uma estadual. Com exceção da capital, todos os demais municípios possuem apenas uma biblioteca, salvo o município de Indiaroba, que tem três. Além da Biblioteca Pública Epifânio Dórea (estadual) e da Clodomir Silva (municipal), (mais frequentadas), Aracaju também tem as bibliotecas das faculdades privadas (UNIT, FANESE, Pio Décimo), as federais (Bicen) que pertence à Universidade Federal de Sergipe (UFS) e a do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Sergipe

---

<sup>134</sup> Cartilha Mulheres Mil, 2004, p. 3. Disponível em: <[http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com\\_docman&view=download&alias=32231-setec-pmm-cartilha-pronatec-mulheres-mil-pdf&category\\_slug=janeiro-2016-pdf&Itemid=30192](http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=32231-setec-pmm-cartilha-pronatec-mulheres-mil-pdf&category_slug=janeiro-2016-pdf&Itemid=30192)>

<sup>135</sup> Estas instituições oferecem os seguintes cursos: Auxiliar Administrativo, Recepcionista, Operador de Computador, Representante Comercial e Ajudante de Obras. (Senai); Segurança do Trabalho, Saúde Bucal, Edificações, Podologia, Logística e Informática (Unit); qualificação profissional e habilitação técnica para a indústria (Senai) e capacitação para funções do comércio (Senac). Disponível em: <<http://pronatec.pro.br/pronatec-se-cursos-vagas-e-inscricoes-2015/>> Acesso em 17/jan/2017.

<sup>136</sup> <<http://snbp.culturadigital.br/wp-content/arquivos/2014/03/SE-Lista-das-Bibliotecas-Publicas.pdf>>

(IFS). No interior do estado, atualmente, os municípios de Lagarto e Laranjeiras ganharam cada um mais uma biblioteca além das que já existiam e são extensões da BICEN, pois a UFS possui dois campi nesses municípios.

Além destas, o SESC (Serviço Social do Comércio), instituição privada que oferece cursos de baixo custo e atividades de lazer e é aberta à comunidade. O SESC tem tido um papel importante nas comunidades carentes com o seu projeto BIBLIOSESC, uma biblioteca móvel com cerca de 3 mil títulos que passa uma vez por semana em cada bairro fazendo empréstimos e abrindo o seu espaço para os leitores e interessados em oficinas. O objetivo do projeto é promover o acesso democrático à informação e ampliar o acesso ao livro<sup>137</sup>.

O conceito de biblioteca no estado, de um modo geral, inclusive na BICEN, que pertence à universidade, ainda é muito limitado. Esta, por exemplo, é aberta ao público, mas só faz empréstimos aos seus alunos, deixando assim de atender a uma população grande e carente do bairro onde está inserida (Rosa Elze, que, assim como a UFS, faz parte do município de São Cristóvão). É frequente ver alunos das escolas públicas do bairro pesquisando, mas os projetos de extensão para a comunidade não envolvem a biblioteca como um espaço de construção de outros saberes.

A Biblioteca Pública Epifânio Dória (BPED) é a “menina dos olhos” de Sergipe. Trata-se da mais antiga biblioteca, que em 2016 completou 168 anos de existência. Foi inaugurada na antiga capital sergipana, São Cristóvão, e tem um acervo de obras raras de 100 mil livros e outro circulante (para empréstimo) de cerca de 10 mil. Seus espaços também acolhem um acervo de leitura em braile e uma sala de literatura de cordel e uma hemeroteca com cerca de 9 mil exemplares de jornais<sup>138</sup>.

---

<sup>137</sup> Disponível em: <<http://www.sesc.com.br/portal/cultura/biblioteca/bibliosesc/bibliosesc>>

<sup>138</sup> Disponível em: <[http://bibliotecadobibliotecario.blogspot.pt/2016\\_06\\_01\\_archive.html](http://bibliotecadobibliotecario.blogspot.pt/2016_06_01_archive.html)>



No entanto, pouca ou nenhuma atenção tem lhe sido dada. Na última década quase não recebeu recursos do estado, o que fez com que, por pouco, viesse a perder o seu acervo devido à umidade, má conservação e falta de material humano. Além disso, até há pouco tempo todas as consultas eram feitas manualmente, pois ainda não tinha sido implantado o sistema eletrônico de consulta.

Mas ultimamente vem sofrendo algumas mudanças positivas. A primeira foi a catalogação do acervo da BPED e atualmente permite a consulta pela internet utilizando o software BIBILIVRE<sup>139</sup>, considerado um dos maiores programas gratuitos de catalogação e difusão de acervos tanto de bibliotecas públicas como privadas, independentemente do tamanho.

Embora com poucos recursos, sempre acolheu atividades relacionadas ao livro, à literatura e ao folclore, o que fez com que, mesmo com as limitações de acesso dos leitores, nunca perdesse de todo o público. Recentemente abriu as suas portas para a comunidade e ofereceu um curso gratuito de informática básica<sup>140</sup>, um sinal de que busca ampliar os serviços e os sentidos da biblioteca como espaço de aprendizagem que, na Era da Informação, passa também pelo acesso e pelas competências em novas tecnologias.

Todos os municípios mencionados possuem bibliotecas públicas, mas elas estão longe de fazer parte da vida dos cidadãos de uma maneira mais completa. Se até mesmo a

---

<sup>139</sup> Por utilizar padrões internacionais de biblioteconomia e possibilitar a comunicação em rede de acervos, o sistema permite ao usuário acessar diferentes bibliotecas no mundo todo. O sistema é licenciado como General Public Licence da Free Software Foundation (GPLv3) e foi desenvolvido pela Sociedade dos Amigos da Biblioteca Nacional (SABIN), com apoio da COPPE/UFRJ. O projeto foi patrocinado inicialmente pela IBM-Brasil e desde 2007 seu patrocinador exclusivo é o Instituto Itaú Cultural. Sua versão 3.0 possui versões em inglês e espanhol, além do português, para atender à crescente demanda de utilização do software em instituições no exterior. Hoje, o BIBILIVRE é sucesso em todo o Brasil, assim como no exterior e, por sua extrema relevância cultural, vem se firmando como o aplicativo de escolha para a inclusão digital do cidadão. Disponível em: <cultura.se.gov.br/index.php/.../biblioteca-publica-epifanio-doria/>

<sup>140</sup> Disponível em: <<http://www.infonet.com.br/entretenimento/agenda/ler.asp?id=190963>>

biblioteca estadual passa por dificuldades, o que dizer das do interior, pequenas e sem nenhum atrativo para o público mais jovem?



Figura 05 – Panfleto anunciando curso de Informática Básica na Biblioteca Epifânio Dória

A nosso ver, o projeto mais dinâmico de acesso à informação através da leitura e da pesquisa na internet é a da Biblioteca Municipal Clodomir Silva, que abrigou dentro do seu espaço um telecentro com 10 computadores, onde os alunos podem fazer as duas coisas ao mesmo tempo: pesquisar sobre o assunto na internet e na biblioteca. Além disso, a diretora Fátima Góes também tem uma visão muito clara sobre competências informacionais e o lugar da biblioteca na sociedade da informação:

A Clodomir Silva é um ambiente de estudos, conhecimento e informação. Com mais este setor de inclusão digital, os usuários vão poder fazer suas pesquisas na internet e se conectar em fóruns de debate e podem escrever em blogs, redes sociais e grupos. Os livros continuam sendo fonte inesgotável de conhecimento, mas o avanço tecnológico nos permite criar neste espaço mais uma ferramenta que complemente os estudos. (...) Vivemos em uma comunidade que agrega vários outros bairros, pois há um número significativo de escolas próximo a biblioteca. Pensando nesta perspectiva idealizamos o Centro Comunitário de

Inclusão Digital, aqui eles vão aprender cada vez mais. A internet ainda não é uma realidade para a maioria.<sup>141</sup>

### 5.3.1 Biblioteca em rede

Para além das bibliotecas, um projeto realizado no Estado, no entanto, vem revitalizando essa área. Trata-se do programa “Biblioteca em rede”<sup>142</sup>, cujo projeto piloto teve início em Sergipe em 2014. A iniciativa foi do Sistema Nacional de Bibliotecas Públicas (SNBP)<sup>143</sup> como forma de dinamizar a modernização das bibliotecas. Para isso, reuniu os trabalhadores de seis bibliotecas públicas<sup>144</sup> previamente selecionadas para que pudessem se conhecer, trocar experiências e desenvolver atividades literárias. De acordo com o relatório, o objetivo era repensar o seu “papel e sua relação na comunidade para uso de sua infraestrutura em prol das questões emergentes do contexto no qual estão inseridas. Para isso é necessário haver uma troca entre os profissionais (...) tornando possível a democratização da informação” (p. 6)

Isso foi feito por meio da atividade ‘Biblioteca na praça’, que reuniu os profissionais e estes puderam interagir com a população e alunos das escolas dos municípios de Aracaju, Barra dos Coqueiros e São Cristóvão. Os stands levaram arte, exposições, literatura de cordel, brincadeiras e livros infantis.

As aulas abertas com os bibliotecários, de acordo com o relatório<sup>145</sup>, abordaram os seguintes temas:

---

<sup>141</sup> Disponível em: <<http://aquiacontece.com.br/noticia/2014/01/21/telecentro-comunitario-de-inclusao-digital-permite-a-populacao-pesquisar-atraves-da-internet>>

<sup>142</sup> Biblioteca em rede. Metodologia de Articulação de Redes no contexto do projeto Biblioteca em rede. Relatório. (p. 6)

<sup>143</sup> Esse projeto também é em parceria com a Fundação Biblioteca Nacional (FBN), Ministério da Cultura (Minc), Universidade Federal de São Carlos (UsfCar), que têm possibilitado recursos materiais e humanos para o modernização das bibliotecas.

<sup>144</sup> As escolhidas foram as seguintes: Biblioteca Pública Epifânio Dória, Biblioteca Pública Municipal Clodomir Silva, Biblioteca Infantil Estadual Aglaé Fontes de Alencar, Biblioteca Pública da Barra dos Coqueiros, Biblioteca Municipal Ivone de Menezes e Biblioteca Pública Livro Aberto.

<sup>145</sup> Id. Ibid.

- redes sociais meso
- ação cultural e informação da cidadania
- Sistema nacional de bibliotecas públicas e fomento ao trabalho em rede
- história e popularização das mídias sociais
- mídias potencializadoras de redes sociais: dicas e truques para blogs, twitter, facebook e youtube, uso do Google+, LinkedIn, Slideshare e foursquare como recurso cultural para bibliotecas
- articulação de profissionais bibliotecários em redes sociais
- letramento e competência informacional
- uso das redes sociais
- atividades de leitura e escrita infanto-juvenil nas redes sociais
- implantação e operação de campanhas culturais e marketing cultural em mídias sociais.

Como podemos notar, o conteúdo programático é bastante abrangente e enfoca aspectos ligados ao conceito de biblioteca 2.0, que segundo Arnal (2007, p. 106), “refere-se à aplicação de determinadas tecnologias e aos princípios próprios da web 2.0 no entorno bibliotecário”<sup>146</sup>. Mas não somente isso, pois neste modelo o usuário tem uma importância fundamental na gestão e intercâmbio da informação, pois os chats com as opiniões dos usuários serão importantes para o aperfeiçoamento do uso de software. Arnal (2007, p. 102) nos dá um exemplo de um bom uso dos serviços da web 2.0, sem descartar o ensino o espaço da biblioteca para o ensino das competências informacionais:

Imaginemos una biblioteca pública de un municipio cualquiera. Ha conseguido una serie de fotografías antiguas y decide digitalizarlas y publicarlas en internet. Esta publicación puede hacerse a través de una serie de páginas html o mediante su catálogo bibliográfico. Estas opciones, correctas y legítimas, serían

---

<sup>146</sup> Texto original: “hace referencia a la aplicación de determinadas tecnologías y los principios propios de la web 2.0 al entorno bibliotecario.”

consideradas web 1.0. Ahora bien, supongamos que se decide publicarlas a través de Flickr, se abre una cuenta y las publica en el servidor, permitiendo que los usuarios puedan verlas, añadir comentarios, reutilizarlas, etc., entonces estaríamos ante un servicio web 2.0.

Não resta dúvida de que, a julgar pelo conteúdo para a modernização das bibliotecas públicas, será um desafio em Sergipe. Em primeiro lugar, os bibliotecários precisam estar familiarizados com as ferramentas tecnológicas e com os softwares e, em segundo, precisam familiarizar os usuários, capacitando-os no uso das ferramentas e de como acessar a informação a partir dela. As redes sociais devem ser alimentadas permanentemente (observamos que alguns blogs ficam cerca de três anos sem atualização), do contrário, não transmitem confiança. Mas, principalmente, não pode perder de vista o seu papel social com a comunidade.

No caso dos estudantes, que já manejam tecnologias e as redes sociais, será um incremento em termos de acesso e conhecimento. Mas o desafio maior está no público tradicional e, sobretudo, nas mulheres donas de casa, que podem contar com a biblioteca como um espaço de aprendizagem, de acesso à informação e de empoderamento.

#### **5.4. Políticas Públicas de Gênero no Brasil**

Até o ano de 2003, as políticas de gênero no Brasil se limitavam às Casas Abrigo e às Delegacias da Mulher. Na época, esta última, sobretudo, representou um avanço muito grande, pois dava à mulher agredida um espaço que era próprio e, a princípio, ela não sofreria tanto constrangimento como numa delegacia comum. Mas as políticas, no entanto, não avançaram nessa época e, além disso, enfocava o problema da violência contra a mulher de um único ponto de vista, sem levar em consideração soluções macro a médio e longo prazos.

A partir desta data, no entanto, começa a haver algumas mudanças. Em janeiro de 2003, três dias depois da posse de Lula como presidente, é criada a Secretaria de Políticas para as Mulheres da Presidência da República e em março, a Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial. Em 2013, houve uma fusão das duas com a formação de mais uma pasta, a do Ministério das Mulheres, da Igualdade Racial e dos Direitos Humanos (MMIRDH)<sup>147</sup>.

De acordo com os marcos legais dessas políticas, no âmbito nacional destacamos as seguintes:

- Política Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres – diz respeito a uma política integrada que abrange os governos federal, estadual e municipal e também à criação de normas e padrões de atendimento; aperfeiçoamento da Legislação; incentivo à constituição de redes de serviços, apoio a projetos educativos e culturais de prevenção à violência e ampliação do acesso das mulheres à justiça e aos serviços de segurança pública<sup>148</sup>.
- Esta ampliação é retratada nos Planos Nacionais pelo Enfrentamento à Violência contra as Mulheres (I e II), na Lei Maria da Penha, no Pacto Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres, nas Diretrizes de Abrigamento das Mulheres em Situação de Violência e nas Diretrizes Nacionais de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres do Campo e da Floresta, nas Normas Técnicas do Centro de Atendimento à Mulher em Situação de Violência e na Norma técnica das Delegacias Especializadas de Atendimento à Mulher.
- Programa “Mulher: Viver sem Violência” - Casa da Mulher Brasileira etc.

Do ponto de vista legal, desde 2006 temos a Lei 11.340, mais conhecida como Lei Maria da Penha<sup>149</sup>, que reconhece como crime a violência contra as mulheres. De

---

<sup>147</sup> Esta pasta ministerial foi extinta em 2016, depois do impeachment de Dilma Rousseff, pelo vice Michel Temer, o que gerou um passo atrás nas políticas públicas.

<sup>148</sup> Política Nacional de Enfrentamento à violência contra a Mulher. Brasília, 2011. Disponível em: <<http://www.spm.gov.br/sobre/publicacoes/publicacoes/2011/politica-nacional>>

<sup>149</sup> A lei tem este nome por causa de Maria da Penha Maia Fernandes, que ficou paraplégica após ter sido vítima de duas tentativas de assassinato pelo seu marido. A biofarmacêutica cearense tornou-se o símbolo da luta para que o Brasil tivesse uma lei que contribuísse para a diminuição da violência doméstica e familiar contra a mulher no Brasil. Informações disponíveis em:

acordo com a cartilha do governo federal que explica a abrangência da lei, 98% da população brasileira conhece esta lei e 66% das mulheres afirmam que se sentem mais seguras com ela. Do conjunto de políticas da América Latina para combater a violência de gênero, esta lei de proteção é considerada a mais completa e uma das três melhores do mundo, pois reconhece a violência de uma forma mais ampla, não apenas na sua forma física, e abrange, segundo seu artigo 5º, “qualquer ação ou omissão baseada no gênero que lhe cause morte, lesão, sofrimento físico, sexual ou psicológico e dano moral ou patrimonial”.

Há dois aspectos bastante relevantes nesta lei que gostaríamos de ressaltar: 1) se a vítima for mulher com deficiência física ou mental, a pena ao agressor nesse caso será aumentada em 30%; 2) as penalidades não se extinguem com o perdão da vítima. Mesmo que a mulher volte a conviver com o agressor, este continua respondendo à Justiça por seu crime. De acordo com a Cartilha, o Supremo Tribunal Federal (STF) entende que, uma vez feita a agressão, esta torna-se um delito de caráter público

Em 2016 a Lei completou dez anos de existência. De acordo com o Ipea (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada)<sup>150</sup>, o impacto na redução de homicídio doméstico foi de 10% após a aplicação da lei. Mesmo assim, ainda é alto o índice de violência e de mortes, o que demonstra que ainda falta muito a ser feito nesse campo em termos de políticas de gênero para que mude a cultura machista.

Além da Lei Maria da Penha, os movimentos feministas do Brasil conseguiram avançar ainda mais em políticas legais de proteção à mulher e combate à violência. Trata-se da Lei 13.104/2015, a Lei do Feminicídio. Este é o termo usado quando uma mulher é assassinada pelo simples fato de ser mulher e a esta lei qualifica o crime, aplicando

---

<<https://www12.senado.leg.br/institucional/procuradoria/proc-publicacoes/cartilha-lei-maria-da-penha-perguntas-e-respostas>>

<sup>150</sup> Disponível em: <<http://www.brasil.gov.br/cidadania-e-justica/2015/03/lei-maria-da-penha-diminui-10-a-taxa-de-homicidio-domestico-diz-ipea>>

penas mais severas. “Suas motivações mais usuais são o ódio, o desprezo ou o sentimento de perda do controle e da propriedade sobre as mulheres, comuns em sociedades marcadas pela associação de papéis discriminatórios ao feminino, como é o caso brasileiro<sup>151</sup>.

O site do governo federal<sup>152</sup>, ao informar sobre essa nova lei que amplia as punições contra crimes de gênero, afirma: “a aplicação da norma se junta à Lei Maria da Penha e às políticas criadas para prevenir e punir atentados, agressões e maus tratos, em uma demonstração de empoderamento das mulheres”.

Dessa forma, enquanto a Lei Maria da Penha reconhece o crime cometido contra a mulher dentro do contexto doméstico e familiar (violência física, psicológica, moral, sexual e patrimonial) a Lei do Feminicídio trata de qualificar o crime cometido contra a mulher. Ao qualificá-lo, a pena do criminoso é dobrada, seja ele homem ou mulher, uma vez que a lei também reconhece as relações homoafetivas entre mulheres. Se se tratasse de um homicídio simples, a punição seria de 6 a 20 anos. Com a nova lei, passou de 12 a 30 anos de cárcere.

De acordo com a Comissão Parlamentar Mista de Inquérito sobre Violência contra a Mulher (2013)<sup>153</sup>,

O feminicídio é a instância última de controle da mulher pelo homem: o controle da vida e da morte. Ele se expressa como afirmação irrestrita de posse, igualando a mulher a um objeto, quando cometido por parceiro ou ex-parceiro; como subjugação da intimidade e da sexualidade da mulher, por meio da violência sexual associada ao assassinato; como destruição da identidade da mulher, pela mutilação ou desfiguração de seu corpo; como aviltamento da dignidade da mulher, submetendo-a a tortura ou a tratamento cruel ou degradante.

---

<sup>151</sup> *Dossiê Violência contra as mulheres.* Disponível em: <<http://www.agenciapatriciagalvao.org.br/dossie/violencias/feminicidio/>>

<sup>152</sup> Disponível em: <<http://www.brasil.gov.br/cidadania-e-justica/2016/03/lei-do-feminicidio-completa-um-ano-com-condenacoes-ao-assassinato-de-mulheres>>

<sup>153</sup> Disponível em: <<http://www.agenciapatriciagalvao.org.br/dossie/violencias/feminicidio/>>



Durante o governo de Dilma Rousseff foi criada uma Rede Nacional de Enfrentamento à Violência contra a Mulher, que tem no Disque Denúncia seu canal de comunicação entre a mulher agredida e o poder público.

**Quadro das políticas para as mulheres criadas nos governos de Lula e Dilma Rousseff**

<b>2003</b>	Criação da Secretaria Especial de Políticas Públicas para as Mulheres da Presidência da República (com status de ministério) Lei de Notificação Compulsória (Lei 10.778/03) dos casos de violência contra as mulheres que forem atendidas em serviço de saúde pública ou privada
<b>2004</b>	I Conferência Nacional de Políticas Públicas para as Mulheres I Plano Nacional de Políticas Públicas para as Mulheres
<b>2005</b>	Criação do Ligue 180, gratuito, para orientações sobre direitos e serviços públicos para a população feminina em todo o país
<b>2006</b>	Criação da Lei 11.340, conhecida como Lei Maria da Penha
<b>2007</b>	II Conferência Nacional de Políticas Públicas para as Mulheres Pacto Nacional pelo Enfrentamento à Violência contra as Mulheres
<b>2008</b>	II Plano Nacional de Políticas Públicas para as Mulheres
<b>2013</b>	Programa Mulher: Viver sem violência
<b>2014</b>	O Ligue 180 é transformado em Disque Denúncia
<b>2015</b>	Criação da Lei 13.104, conhecida como Lei do Feminicídio

**Tabela 14 – Quadro das políticas para as mulheres criadas nos governos de Lula e Dilma Rousseff**  
Fonte: Elaboração Própria

#### **5.4.1 Políticas públicas de igualdade de gênero em Sergipe – iniciativa pública e ações afirmativas**

Neste subcapítulo, antes de falar nas políticas propriamente ditas, queremos abordar a situação da mulher sergipana no que diz respeito ao tema da violência de gênero, inserindo-a no contexto estatístico brasileiro.

Segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)<sup>154</sup>, o último Censo revelou que em Sergipe mais de 50% da população da capital é formada por mulheres e que, dentre todas, Aracaju foi a única que registrou um fluxo migratório feminino superior ao masculino. Esse dado, dentre outros aspectos, tem se revelado um indicador para a criação de órgãos específicos e de ações e políticas públicas destinadas à mulher, tanto no âmbito municipal (Coordenadoria Municipal de Políticas para as Mulheres) como estadual (Coordenadoria de Políticas para as Mulheres).

Se há mais mulheres, é preciso que haja políticas pensadas para atender as suas demandas e especificidades. Não se pode perder de vista, também, o quadro estatístico (oficial) e real (extra-oficial) da violência doméstica que assola o país, onde uma mulher é morta a cada 11 minutos, segundo as estatísticas de 2016.

De acordo com o *Mapa da violência*, coordenado por Waiselfisz (2015, p. 28), em 2013 o Brasil ocupava o 5º lugar no ranking de violência de gênero, com uma taxa de feminicídio de 4,8 para cada 100 mil mulheres. Em Sergipe, essa taxa é de 5,1 e o estado ocupa o 20º lugar no ranking nacional. A taxa da capital, Aracaju, é de 6,6 para cada 100 mil mulheres e ocupa a 13ª posição no estado de Sergipe em violência de gênero.

O Mapa também nos dá os números relativos à cor. De acordo com o documento, os homicídios de mulheres brancas no período de 2003 a 2013 (por 100 mil) é de 0,0, enquanto os de mulheres negras corresponde ao alarmante número de 171,6 nesse mesmo período. Ou seja, a taxa de assassinatos de mulheres negras aumentou 54% em dez anos, passando de 1.864, em 2003, para 2.875, em 2013 e no mesmo período a taxa de homicídios de mulheres brancas diminuiu 9,8%, caindo de 1.747, em 2003, para

---

<sup>154</sup> Estatística de gênero. Uma análise dos resultados do Censo Demográfico de 2010. Disponível em: <<http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv88941.pdf>>

1.576, em 2013. Isso mostra que, apesar da violência generalizada, é necessário que haja uma política específica para a mulher negra.

O estado de Sergipe tem desenvolvido políticas locais bastante interessantes no que diz respeito à equidade de gênero, que não podemos deixar de enumerar. Elas dialogam com as políticas nacionais, uma vez que fazem parte da política integrada resultante do Pacto entre as instâncias federal, Estadual e municipal, mas também procuram olhar as especificidades da mulher sergipana, suas carências e demandas.

De acordo com Edivaneide Lima, coordenadora de Estado da Mulher, Inclusão, Assistência Social do Trabalho e dos Direitos Humanos (SEIDH), o trabalho na coordenadoria possui duas vertentes:

A primeira é o enfrentamento da violência em si, e a segunda, a autonomia da mulher, realizando cursos de capacitação para que essas mulheres tenham alguma fonte de renda para que elas não dependam de seus agressores e possam prover seus lares, o que automaticamente também aumenta sua autoestima<sup>155</sup>.

A ação mais efetiva de levar informação à mulher com relação aos seus direitos no sentido de empoderá-la, diz respeito às atividades com os ‘Ônibus lilás’, que são diversas unidades móveis que chegam aos povoados e rincões rurais mais remotos. A coordenadora Edivaneide Lima acrescenta que “toda semana ele se dirige três vezes aos municípios, após a prefeitura ter agendado e vamos com uma equipe que inclui toda a rede, a SEIDH, Secretaria de Estado da Saúde (SES), Departamento de Atendimento a Grupos Vulneráveis (DAGV) e Justiça”.

## **5.5. De onde elas são**

Tão importante quanto conceder a bolsa é saber a quem concedê-la. O Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), a partir de 2003, começou um trabalho sistemático para localizar, identificar e contabilizar as pessoas que viviam

---

<sup>155</sup> Disponível em: <<http://agencia.se.gov.br/noticias/governo/sergipe-fortalece-rede-de-combate-a-violencia-contr-a-mulher>>

abaixo da linha de pobreza. Se de um lado uma parte da população se encaminhou voluntariamente ao CRAS (Centro de Referência de Assistência Social) para fazer o cadastro, por outro, uma parte que vivia totalmente desligada das instituições sociais deveria também fazer parte do programa. Aqui, referimo-nos a pessoas sem casa, ou seja, sem endereço, identidade ou qualquer outro tipo de documentação. No caso dessas pessoas, o programa Brasil sem Miséria foi ao encontro delas e as incorporou no Bolsa Família, por isso há um percentual de homens que também são portadores do cartão, pois são eles os responsáveis por gerir a família.

As mulheres entrevistadas aqui pertencem ao primeiro grupo, que procurou o CRAS para o cadastro e têm no Centro de Referência um suporte cuja presença institucional é mais próxima. Elas pertencem a três municípios sergipanos que podem ser considerados da grande Aracaju: São Cristóvão, Nossa Senhora do Socorro e Barra dos Coqueiros. Todos são vizinhos, como se pode ver no mapa.

A escolha se deve ao fato de ao mesmo tempo serem diferentes administrativa e economicamente, mas compartilharem as vantagens de estar ao lado da capital: hospitais, escolas e universidades e oportunidades de emprego, por exemplo. Tanto que são também cidades dormitório, pois diante das limitadas possibilidades desses municípios, a população acaba por fazer ter a maior parte da vida na capital e volta às suas cidades apenas para dormir.

Dessa forma, podemos comparar o desenvolvimento de cada uma, número de beneficiários e políticas públicas aplicadas.

#### **5.5.1. São Cristóvão**

São Cristóvão (município do qual faz parte a Universidade Federal de Sergipe) tem sua sede a 24 km de Aracaju. É a quarta cidade mais antiga do Brasil e foi a primeira capital

de Sergipe, o que ocorreu até 1855, quando o presidente da província Inácio Barbosa sancionou a lei que transformava Santo Antônio do Aracaju em cidade e capital, por motivos econômicos e geográficos, entre outros. A proximidade do mar facilitaria a futura construção do porto para transporte do açúcar e, conseqüentemente, para as relações comerciais. A mudança, portanto, era estratégica. De acordo com Souza (2010)<sup>156</sup>,

Sergipe tinha a necessidade de um porto para escoar suas riquezas, pois o açúcar que saía da Cotinguiba era exportado via o porto de Salvador. A elite sergipana foi motivada a concordar com a mudança da capital de São Cristóvão para Aracaju, pautadas no pensamento progressista e na necessidade de uma capital que pudesse se expandir planejada na construção de um porto. Além de motivos técnicos a elite sergipana era motivada pela mudança, pois queriam romper com o passado colonial preparando um futuro melhor para a Província. Ocorria um certo desprezo por São Cristóvão, por suas ruas tortas, estreitas e suas ladeiras, mas nas praias de Aracaju surgiria uma nova capital, com um novo perfil urbanístico e novos traços modernos que se distanciava das tradicionais cidades coloniais.

Dessa forma, Aracaju foi a segunda capital brasileira planejada. Conhecida como “tabuleiro de xadrez”, ela está geograficamente no meio dos três municípios estudados. Tem uma população de 570 mil habitantes<sup>157</sup> e a sua principal economia é a indústria e serviços. Ao ser uma cidade planejada, tornou-se um modelo de modernidade com seus prédios principais em estilo eclético e art déco.

Atualmente São Cristóvão é conhecida pelo turismo histórico. Este tem origem na designação de “Cidade Histórica”, recebida em 1938, seguida de tombamento pelo IPHAN (Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional) em 1967. Finalmente, sua área central recebeu da UNESCO o título de patrimônio cultural da humanidade em 2010. Os principais edifícios de valor arquitetônico e artístico são de caráter religioso: Igreja e Antiga Santa Casa de Misericórdia, Igreja do Amparo dos Homens Pardos, Igreja e Convento de Santa Cruz, ou de São Francisco, onde também funciona o Museu

---

<sup>156</sup> Disponível em: <<http://grazihora.blogspot.pt/2011/09/mudanca-da-capital-de-sao-cristovao.html>>

<sup>157</sup> Censo IBGE 2010, disponível em: <[www.ibge.gov.br](http://www.ibge.gov.br)>

de Arte Sacra, Igreja Matriz de Nossa Senhora da Vitória, Igreja do Rosário dos Homens Pretos, Igreja e Convento do Carmo e Igreja de Nosso Senhor dos Passos. Os seus sobrados de balcão corrido da Praça da Matriz, da Praça de São Francisco e da Rua Messias Prado também são bastante apreciados.

Além da sua importância histórica, o município também é conhecido pela cultura, de herança da africana e portuguesa, manifestada nas festas folclóricas de Reisado, Samba de Coco, Caceteira de Rindu e Chegança, e que se apresentam no período entre o Natal e o dia de Reis. Pelo seu legado, a Universidade Federal de Sergipe realiza há mais de trinta anos o Festival de Arte de São Cristóvão (FASC), que atrai pessoas de várias partes do mundo. Realizado pela Universidade Federal de Sergipe de 1972 a 1993, a partir desta data passou a ser organizada pela prefeitura de São Cristóvão<sup>158</sup>.

Mas São Cristóvão também é bastante peculiar. Ela tem uma área muito grande e núcleos habitacionais dispersos. Tem não só a cidade em si como também bairros mais novos como o Eduardo Gomes e o Rosa Elze (vizinhos à Universidade Feder de Sergipe) que, guardam mais identidade com Aracaju que com o município do qual fazem parte.

---

<sup>158</sup> “Durante o período do festival, que variava de 3 a 8 dias, a cidade de São Cristóvão era tomada por uma multidão de pessoas, composta de artistas, mestres e brincantes, intelectuais, jornalistas, estudantes, professores, funcionários públicos e trabalhadores em geral, integrantes de diversas tribos que apresentavam e/ou assistiam diferentes tipos de espetáculos, além de comercializarem variados bens culturais”. Disponível em: <<http://acaoculturalse.blogspot.pt/p/movimento-pro-festival-de-arte-de-sao.html>>

<b>Município</b>	<b>Área (km²)</b>	<b>População (Censo 2010)</b>	<b>Índice de Desenvolvimento Humano Municipal, IDHM (2010)</b>	<b>PIB (em mil reais, 2010)</b>	<b>PIB per capita 2010 (em reais)</b>
<b>Aracaju</b>	167,25	571.149 (265.484 e 305.665 mulheres; só há população urbana)	0,770	13.918.124	24.368
<b>Barra dos Coqueiros</b>	92,94	24.976 (12.212 homens e 12.764 mulheres; urbana, 20.886 e rural, 4.090)	0,649	246.250	9.859
<b>Nossa Senhora do Socorro</b>	160,71	160.827 (78.287 homens e 82.540 mulheres; urbana, 155.823 e rural, 5.004)	0,664	1.804.869	11.222
<b>São Cristóvão</b>	436,05	78.864 (38.399 homens e 40.465 mulheres; urbana, 66.665 e rural, 12.199)	0,662	501.647	6.359

**Tabela 15 – Quadro comparativo com dados de área, população, IDHM<sup>159</sup> e PIB dos municípios incluindo os de Aracaju<sup>160</sup>**

Fonte: Elaboração própria

<sup>159</sup> O IDHM é o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal. Trata-se de um valor específico que utiliza a metodologia do Índice de Desenvolvimento Humano Global do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) e desenvolve-a aplicando-a ao contexto brasileiro. Isso é feito em cada município e nas regiões metropolitanas, buscando refletir as especificidades e desafios regionais de cada gestão. Informações disponíveis em: <[http://www.atlasbrasil.org.br/2013/pt/o\\_atlas/perguntas\\_frequentes/](http://www.atlasbrasil.org.br/2013/pt/o_atlas/perguntas_frequentes/)>

<sup>160</sup> De acordo com o Atlas do Desenvolvimento Humano do Brasil, o IDHM de Sergipe é 0,665 e o do Brasil é 0,727. Disponível em: <<http://www.atlasbrasil.org.br/2013/pt/>>

### 5.5.2 Nossa Senhora do Socorro

A ocupação portuguesa da região de Nossa Senhora do Socorro ocorreu no século XVI, em área com diversas aldeias indígenas, algumas ainda existentes no final do Império. No século XVIII, a cidade formava um núcleo demográfico de aproximadamente três mil habitantes, tendo como principais atividades econômicas o cultivo de mandioca e cana-de-açúcar. Esse núcleo foi elevado à categoria de freguesia em 1718, passando a ser denominada Nossa Senhora do Socorro da Cotinguiba, e pertencendo, nesse período, à vila de Santo Amaro das Brotas.

Com a criação da vila de Laranjeiras, em 1832, o território da freguesia de Nossa Senhora do Socorro passou a fazer parte da nova vila. Este fato levou os socorrenses a protestarem e a lutarem pela autonomia político-administrativa, alcançada em 1835, data que marcou a elevação à categoria de vila e à separação de Laranjeiras.

O município chegou a ter, em meados do século XX, mais de 400 salinas, além de explorar a agricultura e a pecuária. Nas décadas seguintes, como município contíguo à capital do estado, Aracaju, transformou-se em cidade-dormitório e, nas últimas décadas do século XX, passou a atrair indústrias do setor têxtil.

O “boom” do município, por assim dizer, foi quando, na década de 1980, o projeto habitacional da grande Aracaju escolheu construir diversos bairros na área territorial de Socorro.

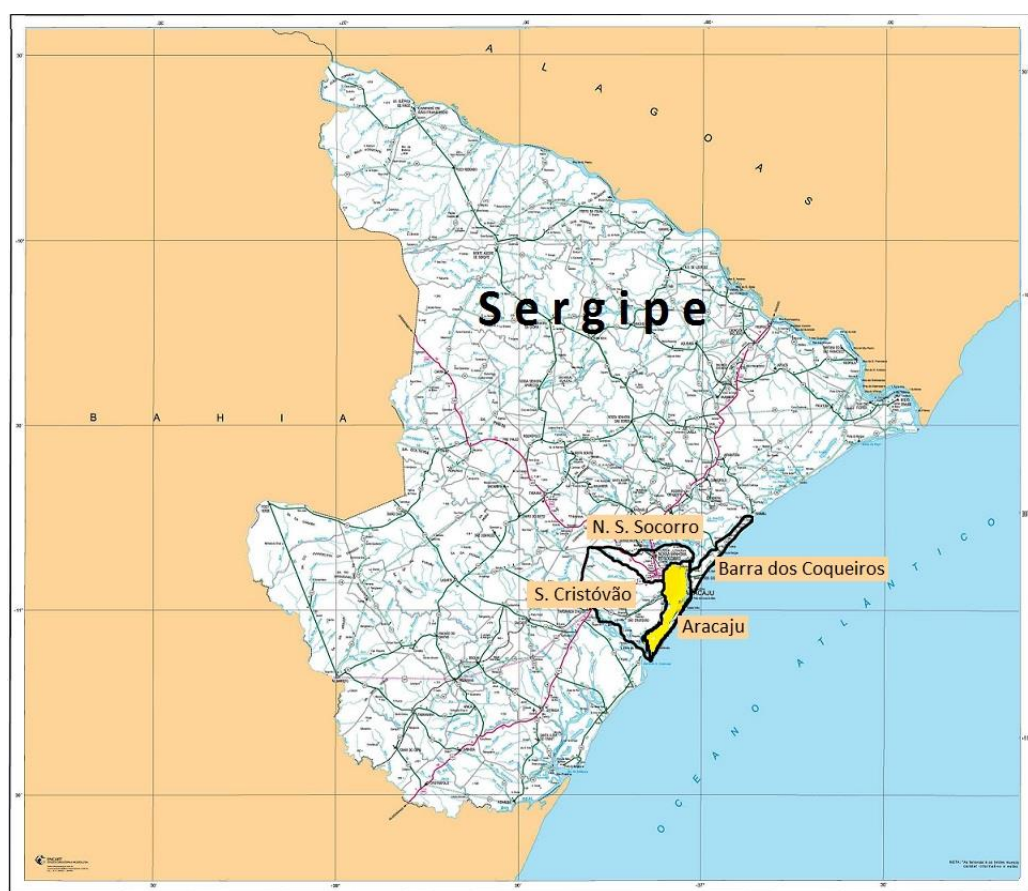
A sede da cidade não sofreu grandes alterações, entretanto, os povoados foram alvo de empreendimentos imobiliários que provocaram mudanças em áreas antes ocupadas por mangues e pouco povoadas. Essas mudanças foram consequência do projeto Grande Aracaju que objetiva fortalecer a economia do Estado, associando a atividade industrial à habitação. A partir da instalação dos conjuntos começaram a surgir problemas que o município tem dificuldades para resolver, pois não existe nesta estrutura, recursos técnico e financeiro para combater dificuldades administrativas associadas ao desemprego, a violência e à marginalidade.<sup>161</sup>

---

<sup>161</sup> Acessado em Dezembro 13, 2017 em: <[https://pt.wikipedia.org/wiki/Nossa\\_Senhora\\_do\\_Socorro](https://pt.wikipedia.org/wiki/Nossa_Senhora_do_Socorro)>



Dessa forma, foram construídos cerca de 10 conjuntos habitacionais, totalizando com os povoados e comunidades que já existiam. A sede de Socorro, em si, tem poucos moradores, o que amplia a sua população foi a existência desses novos bairros nas extremidades do município. Assim, os moradores daí não são interioranos, nem da capital. Constituem uma identidade própria e, apesar de desenvolvimento econômico local, nem sempre isto se traduz em desenvolvimento sócio cultural.



**Figura 06 – Mapa de Sergipe**  
Fonte: Google<sup>162</sup>

### 5.5.3 Barra dos Coqueiros

Bem antes de os portugueses chegarem às terras que hoje formam o Estado de Sergipe, os navegadores franceses já tinham fortes contatos comerciais com os índios da região,

---

<sup>162</sup> Disponível em: <<http://mapasblog.blogspot.pt/2012/02/mapas-de-aracaju-se.html>>

baseados no comércio de pau-brasil. Os primeiros registros da existência de povoamento do território da antiga Ilha dos Coqueiros datam de 1590, e uma aldeia se desenvolveu a partir do comércio importante a ponto de originar a instalação de posto de uma Mesa de Rendas, espécie de posto fiscal. Este foi transferido em 1854 da Ilha dos Coqueiros para a margem oposta do Rio Sergipe, na povoação de Santo Antônio do Aracaju.

No ano seguinte Aracaju torna-se a capital do estado de Sergipe e a Ilha dos Coqueiros perde importância. Em 1875, a povoação da ilha ganhou o título de freguesia, com o nome de Freguesia de Nossa Senhora dos Mares da Barra dos Coqueiros. Com a valorização do coco nos mercados nacional e internacional, foram instaladas, já no século XX, duas fábricas de beneficiamento do coco. Em 1953, a Barra dos coqueiros é elevada à condição de cidade.

Em 2006, inaugura-se a ponte que liga o município a Aracaju, criando uma via de ligação rodoviária entre Aracaju e as praias do litoral norte do estado, com forte potencial turístico. Esta área tem se desenvolvido bastante e tem sido explorada do ponto de vista urbanístico por meio de diversos condomínios residenciais fechados. Na ponta da Barra dos Coqueiros, onde fica a Ilha de Santa Luzia, possui um resort, o que gerou muitos empregos na área de hotelaria. Perto daí fica também o Porto de Sergipe (Terminal Marítimo Inácio Barbosa), o que dá ao município uma das maiores rendas da região devido aos royalties que vão para a prefeitura da Barra dos Coqueiros.

Assim como nos outros municípios, a Barra também tem algumas manifestações folclóricas, presentes no Samba de Coco, Mazimba e também no Forró de Calçada.

## **5.6 Formas de acesso à informação e à cidadania pelos beneficiários do Bolsa Família e estratégias comunicacionais e informacionais do Ministério de Desenvolvimento Social (MDS)**

Apesar de viver num contexto global Sociedade da Informação e de muitos se informarem pela internet, seja via computador, celular outro suporte, nem todos têm acesso à informação por esses meios. No caso de algumas entrevistadas, as novas tecnologias passam à margem as suas existências.

O que ficou claro foi que, ao se inserirem nesses espaços públicos, estes se tornaram a via principal de acesso à informação. Como afirma Campello (2013, p. 18), o benefício lhes proporcionou o “empoderamento feminino em espaços públicos”.

Os meios tradicionais (televisão e rádio) são importantes, mas até mesmo para se certificarem da informação recebida, elas se dirigem ao CRAS e perguntam ao diretor(a) e às assistentes sociais sobre o que ouviram e, assim, tiram suas dúvidas. Dessa forma, elas têm acesso à informação em outros espaços – CRAS (painéis, banners), na lotérica (quando recebem o talão e leem informações relativas às datas importantes de cadastramento), encontro de mulheres e mães, ou seja, pela via real boca a boca, pelas palestras ou material informativo produzido pelos centros.



Figura 07 – Folder informativo sobre as normas de acesso ao Bolsa Família produzido pelo CRAS da Barra dos Coqueiros (frente)

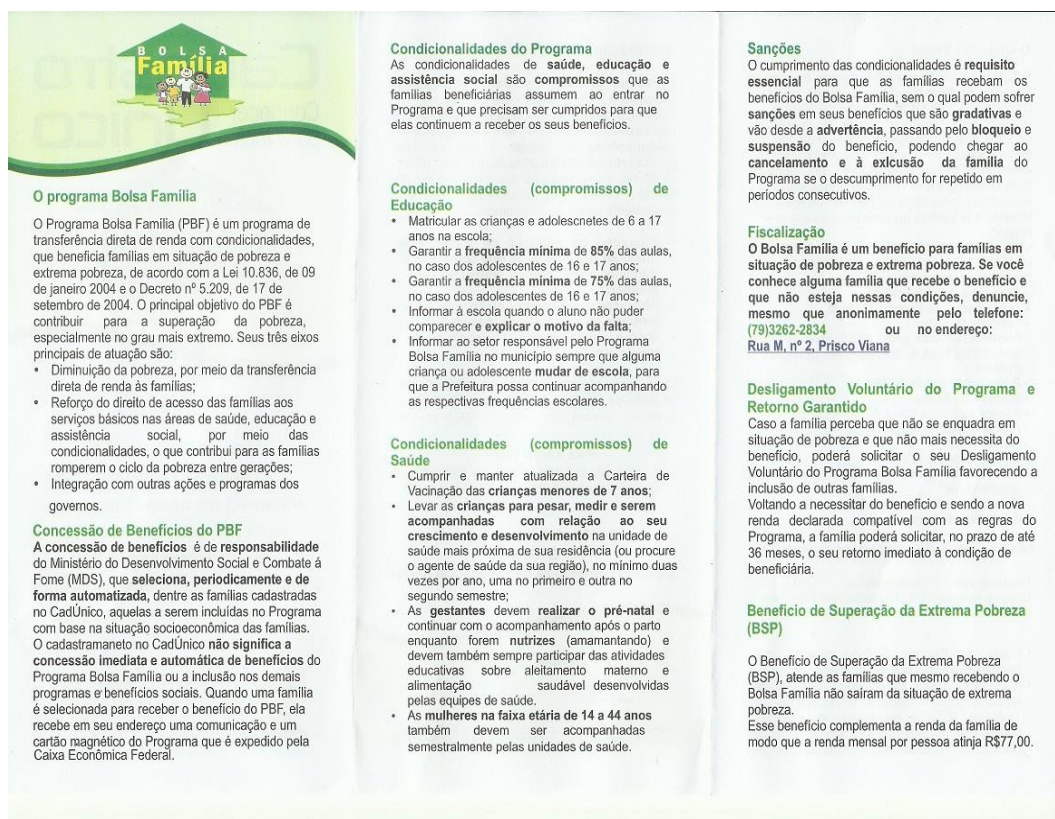


Figura 08 – Folder informativo produzido pelo CRAS da Barra dos Coqueiros (verso)





**Figura 09 – Panfleto informativo do MDS sobre Tarifa Social da Energia distribuído pelos CRAS**

**O que é a Tarifa Social de Energia Elétrica?**

São descontos na conta de luz para famílias de baixa renda, que variam conforme o consumo:

CONSUMO MENSAL	DESCONTO
Até 30 KWh	65%
De 31 KWh a 100 KWh	40%
De 101 KWh a 220 KWh	10%

Por exemplo, se uma família consome 30 KWh por mês e gasta R\$ 12 de conta de luz, com o desconto da Tarifa Social, ela vai gastar apenas R\$ 4,20!

**Para ter o desconto na conta de luz, a família deve se cadastrar nos postos do Cadastro Único para Programas Sociais na prefeitura da sua cidade. A renda da família tem que ser de até meio salário mínimo por pessoa, o que hoje dá R\$ 311 para cada pessoa da família.**

**Quer entender melhor o que é renda mensal por pessoa?**

Se uma família ganha por mês R\$ 1.000 no total, contando o salário do pai e da mãe, e possui três crianças, temos que dividir R\$ 1.000 por cinco, o que dá R\$ 200 por pessoa. Essa família está dentro da faixa de renda para entrar no Cadastro Único!

Também tem direito ao desconto na conta de luz a família que tenha alguém beneficiário do BPC (Benefício de Prestação Continuada da Assistência Social).

**Para que serve o Cadastro Único para Programas Sociais?**

O Cadastro Único serve para o governo conhecer melhor as famílias de baixa renda. Depois que a família entra para o Cadastro Único, ela pode participar de muitos programas sociais:

- Programa Bolsa Família;
- Tarifa Social de Energia Elétrica;
- Carteira do Idoso;
- Telefone Popular;
- Programas habitacionais, e muitos outros.

**Quem pode entrar no Cadastro Único?**

Todas as famílias de baixa renda. As famílias com renda mensal de até meio salário mínimo por pessoa têm prioridade.

**Como fazer o cadastro no Cadastro Único?**

A família deve procurar um posto de cadastramento da prefeitura, que muitas vezes é no CRAS (Centro de Referência de Assistência Social). Para fazer o cadastro, é necessário apresentar os documentos das pessoas da família que moram juntas na mesma casa:

- a) Para o responsável pela família, é obrigatório apresentar o CPF ou Título de Eleitor.
- b) Para as outras pessoas da família, é necessário apresentar pelo menos um desses documentos:

**Figura 10 – Panfleto informativo do MDS sobre Tarifa Social da Energia distribuído pelos CRAS (p. 1)**



**Figura 11 – Panfleto informativo do MDS sobre Tarifa Social da Energia distribuído pelos CRAS (p. 2)**



Figura 12. Panfleto informativo sobre o acesso ao telefone popular distribuído pelos CRAS (verso)





Figura 13. Panfleto informativo sobre o acesso ao telefone popular distribuído pelos CRAS (verso)

### O que é o Telefone Popular?

É uma linha de telefone fixo com tarifas mais baratas para as famílias inscritas no Cadastro Único.

Com o Telefone Popular, sua família paga R\$ 15 por mês e tem direito a 90 minutos de ligações para outros telefones fixos na mesma cidade. Uma oportunidade de sua família ter um telefone fixo em casa, com conta fixa e de baixo custo.

### Como funciona o Telefone Popular?

Com o Telefone Popular, sua família pode fazer ligações que saem mais barato do que ligar do celular pré-pago. Veja como:

Tipo de ligação	Tarifa em R\$ Telefone Popular	Tarifa em R\$ Celular Pré-pago
Fixo para fixo	0,11 por minuto	0,82 por minuto
Fixo para celular	0,77 por minuto	1,50 por minuto

\* Os valores podem variar conforme o estado e planos de serviços.

**E MAIS:** Durante a semana, de meia-noite até as seis da manhã, e a partir das duas horas da tarde de sábado até as seis horas da manhã de segunda-feira, você fala muito mais. A cada ligação feita, é cobrado apenas um Valor de Chamada Atendida (VCA\*), não importa o tempo que você fique no telefone.

\* O VCA equivale a dois minutos.

### Como pedir o Telefone Popular?

**ATENÇÃO!** O Telefone Popular só está disponível para famílias inscritas no Cadastro Único, com os dados atualizados.

Depois de se cadastrar ou atualizar os dados no posto do Cadastro Único da prefeitura, o responsável pela família deve ligar para a operadora de telefonia da região tendo em mãos:

- O Número de Identificação Social (NIS);
- CPF ou Título de Eleitor (ou Registro Administrativo de Nascimento Indígena - RANI).

### O que fazer para entrar no Cadastro Único?

O Cadastro Único foi feito para famílias de baixa renda que ganham por mês até meio salário mínimo por pessoa ou até três salários mínimos no total.

Para ser cadastrado, você deve procurar um posto de cadastramento da prefeitura. Em geral, eles funcionam nos CRAS (Centro de Referência de Assistência Social).

Depois que a família entra para o Cadastro Único, ela pode ser selecionada para participar de diversos programas sociais, como o Programa Bolsa Família e o Telefone Popular.

### E depois que os 90 minutos acabarem?

Mesmo depois que a franquia (os 90 minutos a que você tem direito) acabar, você pode continuar usando o seu Telefone Popular colocando créditos para:

- Fazer ligações de fixo para fixo, quando seus 90 minutos acabarem;
- Fazer ligações para celulares;
- Fazer ligações interurbanas (para outras cidades do Brasil) ou internacionais (para fora do Brasil).

**ATENÇÃO!** Os 90 minutos de um mês não podem ser usados no mês seguinte.

### ATENÇÃO!

A instalação do Telefone Popular só pode ser feita no endereço da casa que a família informou no Cadastro Único. Para participar do Telefone Popular, o responsável pela família tem que ter CPF.

Figura 14. Panfleto informativo sobre o acesso ao telefone popular distribuído pelos CRAS (p. 1)



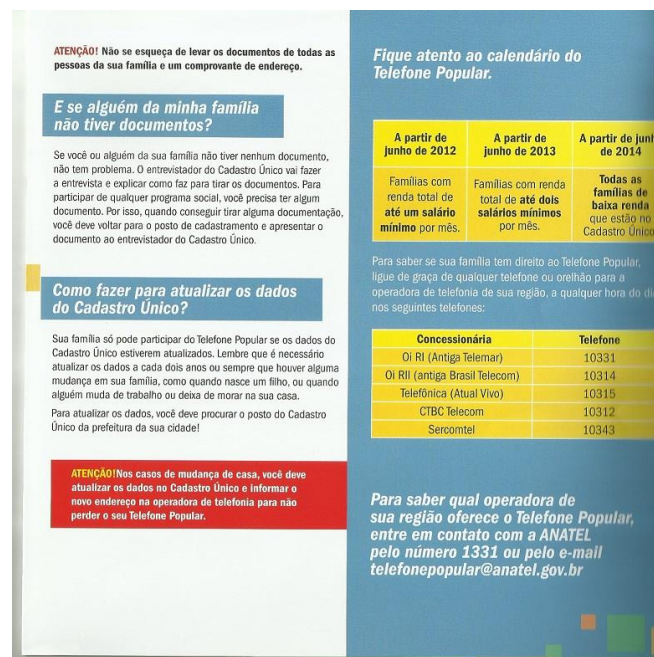
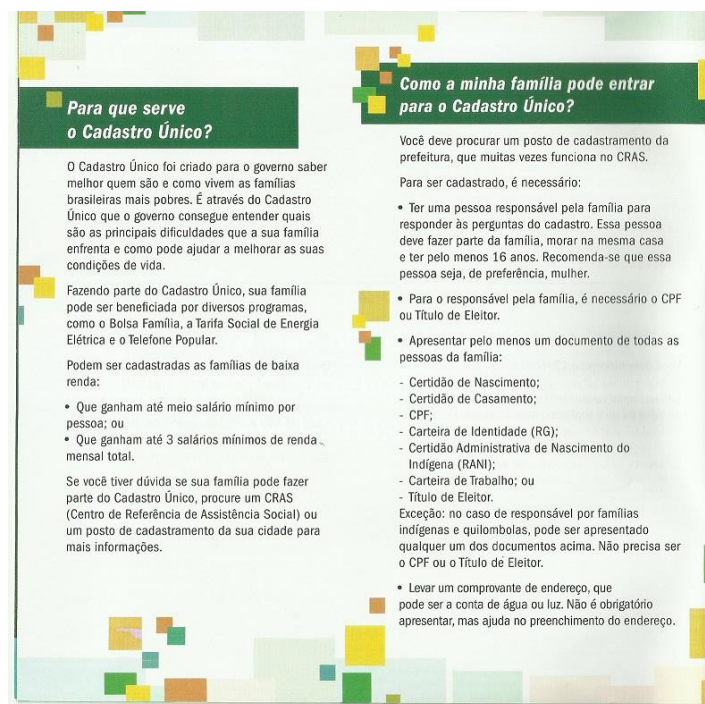


Figura 15. Panfleto informativo sobre o acesso ao telefone popular distribuído pelos CRAS (p. 2)



Figura 16 – Panfleto informativo do Governo Federal sobre as normas de inscrição no Cadastro Único distribuído pelo CRAS (frente).

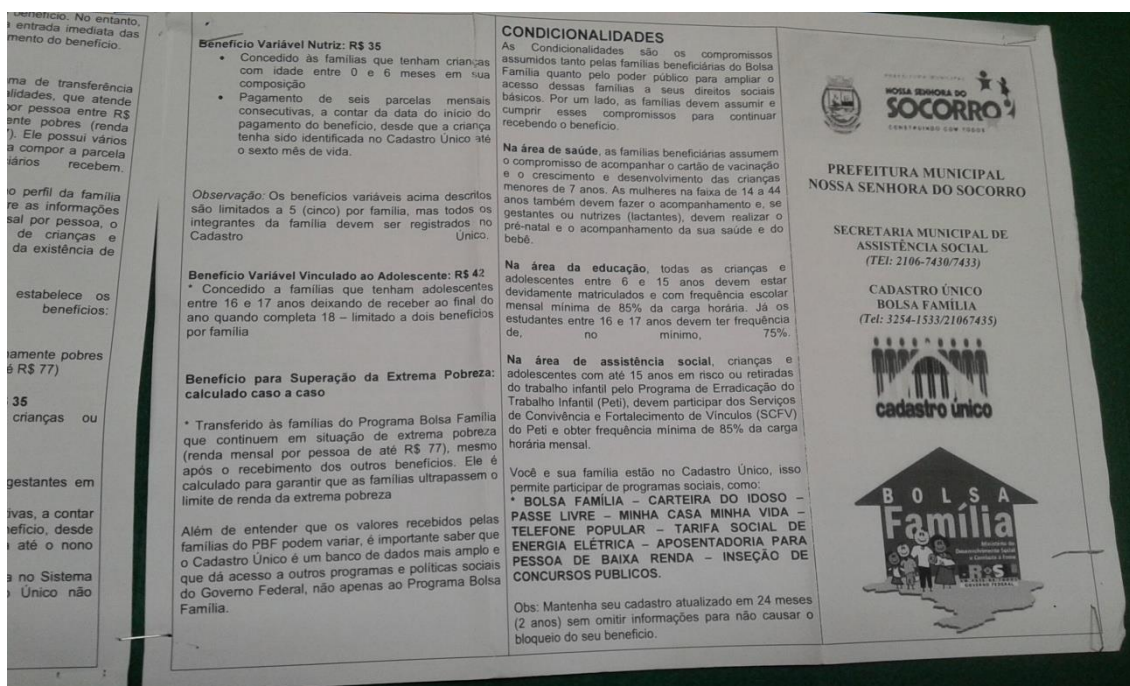


**Figura 17 – Panfleto informativo do Governo Federal sobre as normas de inscrição no Cadastro Único distribuído pelo CRAS (p. 1)**

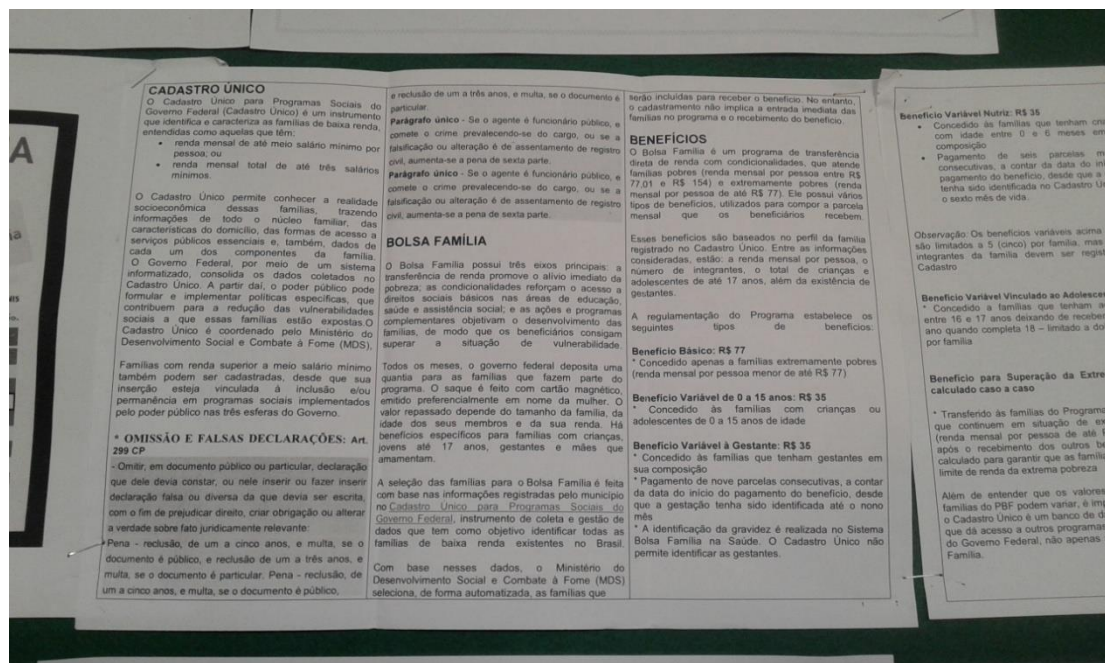


**Figura 18 – Panfleto informativo do Governo Federal sobre as normas de inscrição no Cadastro Único distribuído pelo CRAS (p. 2)**





**Figura 19 – Folder informativo sobre o Bolsa Família no mural do Centro Cidadão Alcides Fontes (Nossa Senhora do Socorro) – face exterior do folder**  
Foto da autora



**Figura 20 – Folder informativo sobre o Bolsa Família no mural do Centro Cidadão (Nossa Senhora do Socorro) – face interior do folder**  
Foto da autora

## 5.7 O perfil das beneficiárias

Para conhecer o perfil das entrevistadas, organizamos aqui um perfil das colaboradoras sistematizando aspectos relacionados à sua faixa etária, nível de estudos, número de filhos, estado civil e as atividades profissionais às quais se dedicam. Em seguida, podemos ver também nível de conhecimento, habilidades e competências informáticos, informacionais e documentais.

Com relação à faixa etária, predominam as mulheres com idade entre 22 e 32 anos (32%) seguidas por aquelas com idade acima de 54 anos. No primeiro caso, são mães pela primeira vez e, no segundo, avós responsáveis pelos netos ou mulheres que recebem o benefício para saírem da linha de pobreza.

<b>Faixa etária</b>	<b>%</b>
Até 21 anos	4
22-32	32
33-43	20
44-53	12
Acima de 54	32

**Tabela 16 – Faixa etária das mulheres entrevistadas**

Fonte: Elaboração própria dos dados coletados

Com relação ao nível formal de estudos, constatamos que a maioria possui o Ensino Médio, que é o nível que lhes dá certa vantagem com relação a outras aprendizagens formais e à obtenção de emprego. Alguns cursos oferecidos pelo PRONATEC, por exemplo, exigem o nível médio no ato da inscrição. Esse dado é muito importante quando se pretende elaborar políticas públicas específicas de acordo com o perfil sócio-educacional<sup>163</sup>.

<sup>163</sup> De acordo com os dados educacionais do IBGE, o nível de instrução cresceu de 2007 para 2014. De acordo com essa pesquisa, o grupo de pessoas com pelo menos 11 anos de estudo, na população de 25 anos ou mais de idade, passou de 33,6% para 42,5%. O nível de instrução feminino manteve-se mais elevado que o masculino. Em 2014, no contingente de 25 anos ou mais de idade, a parcela com pelo

Nível de estudos	%
<b>Sem instrução formal</b>	4
<b>Ensino Básico</b>	28
<b>Ensino Fundamental</b>	28
<b>Ensino Médio</b>	44
<b>Ensino Superior</b>	-

**Tabela 17 – Nível de escolaridade das mulheres entrevistadas**  
Fonte: Elaboração própria a partir dos dados coletados

Quanto ao número de filhos, um total de 40% têm em média 2 filhos. As faixas etárias dessas mães estão entre 22-32 e entre 33- 43 anos e, ao encontrá-las num contexto de cursos e oficinas, vê-se que estão buscando aprender novas profissões para se tornarem profissionais autônomas ou, preferencialmente, com carteira assinada (contrato de trabalho fixo).

Número de filhos	%
<b>Um</b>	20,0
<b>Dois</b>	40,0
<b>Três</b>	20,0
<b>Quatro</b>	4,0
<b>Seis</b>	4,0
<b>0</b>	8,0

**Tabela 18 – Número de filhos das beneficiárias**  
Fonte: elaboração própria

menos 11 anos de estudo representava 40,3%, para os homens e 44,5%, para as mulheres. Informações disponíveis em: <<http://brasilemsintese.ibge.gov.br/educacao.html>>

Quanto ao estado civil, a maioria das mulheres (76%) é casada e o BF as ajuda a equilibrar a renda doméstica.

Estado civil	%
<b>Casada</b>	76,0
<b>Separada</b>	12,0
<b>Divorciada</b>	4,0
<b>Solteira (sem filho)</b>	4,0
<b>Solteira (com filho)</b>	4,0

**Tabela 19 – Estado civil das entrevistadas**  
Fonte: elaboração própria

O campo de trabalho é muito variado e inclui atividades de limpeza (4%), auxiliar de cozinha (8%) e vendas informais (12%). Mas a maioria é composta por donas de casa (66%) que não estão exercendo suas profissões por falta de oportunidade ou devido ao cuidado dos filhos, pois algumas estão amamentando.

Atividades profissionais	%
<b>Dona de casa</b>	66,0
<b>Vendedora</b>	12,0
<b>Faxineira (limpeza)</b>	6,0
<b>Recepcionista</b>	4,0
<b>Auxiliar de cozinha</b>	8,0
<b>Cabeleireira</b>	4,0

**Tabela 20 – Atividades profissionais das entrevistadas**  
Fonte: elaboração própria

## 5.8 Conhecimentos informáticos e informacionais

Quanto aos conhecimentos informáticos, foram feitas perguntas a partir dos seguintes tópicos:

- como aprendeu a utilizar
- quais são seus conhecimentos sobre internet
- com que frequência a utiliza
- para que utiliza
- onde aprenderam a utilizar

<b>Conhecimentos informáticos</b>	<b>%</b>
<b>Curso</b>	28%
<b>Familiares</b>	28%
<b>Não aprenderam</b>	26%
<b>Aprenderam sozinhas</b>	18%

**Tabela 21– Nível de conhecimentos informáticos**  
Fonte: elaboração própria a partir dos dados coletados

Quanto aos meios de acesso à informação, são utilizados mais de um meio de acesso por pessoa. TV e rádio, por exemplo, são usados pela maioria.

<b>Meios tradicionais de acesso à informação</b>	<b>%</b>
<b>Televisão</b>	44
<b>Rádio</b>	18
<b>Internet</b>	24
<b>Jornal impresso</b>	2
<b>Revistas</b>	3
<b>Livros</b>	9

**Tabela 22 – Meios de acesso à informação**  
Fonte: elaboração própria a partir dos dados coletados

Os dados com relação aos meios mais utilizados, com relação à média nacional, revelam-se bastante curiosos. De acordo com Pesquisa Brasileira de Mídia de 2014<sup>164</sup>, elaborada pela secretaria de Comunicação do Governo Federal, a internet é hoje o segundo meio mais usado pelos brasileiros (26%), ficando atrás da TV (65%) e à frente do rádio (21%). No nosso trabalho, podemos ver que o Rádio (18%) ainda tem uma pequena predominância sobre a internet (24%) nos hábitos das entrevistadas, mas a tendência é que isso mude tendo em vista a demonstração de interesse delas no uso da internet e a necessidade de acesso à informação mediada pelas tecnologias digitais.

Além dos meios tradicionais massivos de acesso à informação, não se pode ignorar as formas peculiares de que cada comunidade lança mão para transmitir a informação sobre o Bolsa Família, o que chamamos aqui de meios *locais*: Algumas destas formas existem desde sempre (mural, carro de som, panfletos, boca a boca) e outros foram incorporados (extrato de pagamento do benefício, busca de informações no CRAS), mas todos devem ser considerados quando pensamos em TIC. Não se pode deixar de levar isto em consideração e destacamos a necessidade da criação de espaços informais e formais onde a informação possa estar disponível em todas as formas, inclusive como um estímulo ao uso de jornais e revistas.

A esse respeito, Gentili (1996, p. 20-21, citado por Lucena & Meneses, 2012, p. 314), no âmbito da educação, afirma que, assim como a TV, “o livro, a revista e o jornal são tecnologias fundamentais para a gestão e para a aprendizagem”. Estes se revelaram importantes fontes informativas para os grupos entrevistados, assim como os que listamos seguir:

---

164

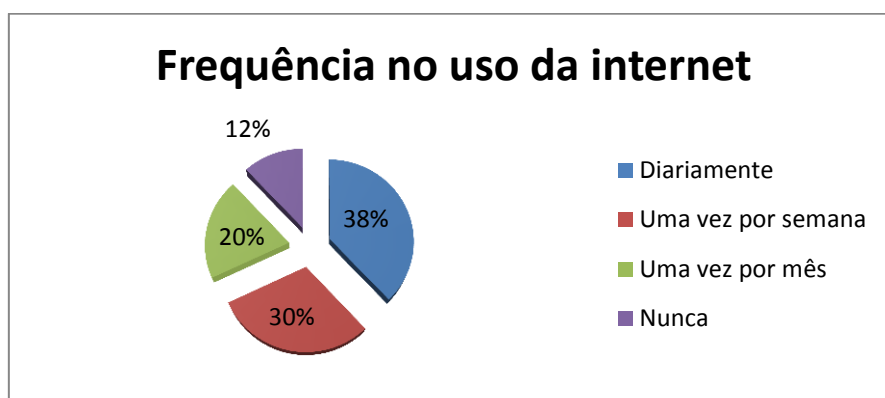
Informações disponíveis em:  
<<http://observatoriodaimprensa.com.br/download/PesquisaBrasileiradeMidia2014.pdf>>



Meios locais de acesso à informação	%
CRAS	44
Mural	18
Carro de som	24
Panfletos	2
Extrato de pagamento do BF	3
Boca a boca	9

**Tabela 23 – Meios locais de acesso à informação**  
 Fonte: elaboração própria a partir dos dados coletados

Com relação à frequência da internet, um total de 38% utiliza diariamente contra 12% que nunca utilizam<sup>165</sup>.

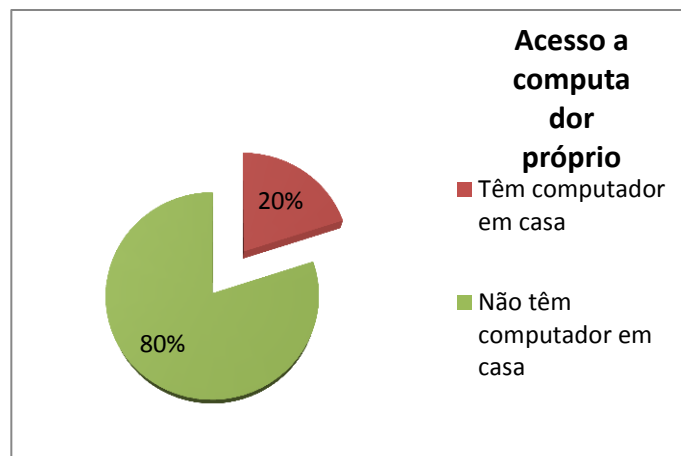


**Gráfico 03 – Frequência no uso da Internet**  
 Fonte: elaboração própria

Um total de têm computador em casa, mas 80%, não<sup>166</sup>.

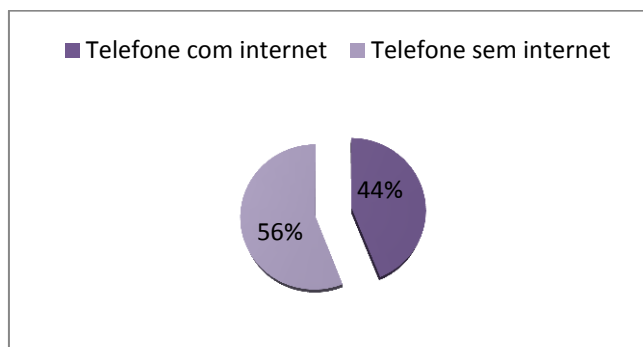
<sup>165</sup> De acordo com a pesquisa TIC Domicílios 2013, elaborada pelo Comitê Gestor da Internet (CGI), 84% dos brasileiros com 10 ou mais anos afirmaram usar a internet quase todos os dias. Informações disponíveis em: <<http://www.cgi.br/noticia/tic-domicilios-indica-que-31-da-populacao-brasileira-usa-internet-pelo-telefone-celular/10044>>

<sup>166</sup> Quanto à proporção total de domicílios com acesso à Internet em 2013 esse valor é de 43%, correspondendo a 27,2 milhões em números absolutos. Informações disponíveis em: <<http://www.cgi.br/noticia/tic-domicilios-indica-que-31-da-populacao-brasileira-usa-internet-pelo-telefone-celular/10044>>



**Gráfico 03 – Acesso a computador próprio**  
Fonte: elaboração própria

Quanto à conectividade, 44% dos aparelhos possuem conectividade, enquanto 56% não possuem<sup>167</sup>.



**Gráfico 04 – celular com conectividade**  
Fonte: elaboração própria

## 5.9 Conhecimentos documentais

Com relação ao que as entrevistadas usam para fazer pesquisa na Internet, a pergunta principal foi: o que você usa para buscar informações na internet? A resposta unânime foi Google, por parte de 42% das entrevistadas. Somente 4% utiliza o email com o

<sup>167</sup> Em relação à média nacional, de acordo com a Pesquisa Brasileira de Mídia 2015, 40% dos brasileiros usaram o telefone móvel para navegar. Informações disponíveis em: <<http://observatoriodaimprensa.com.br/download/PesquisaBrasileiradeMidia2014.pdf>>

objetivo de mandar currículos (as demais entregam currículo às empresas pessoalmente), 14% conversam por chat (em geral em sites comerciais tipo OLX) ou pela rede social Whatsapp.

O que utilizam para as buscas	%	Onde/o que buscaram
<b>E-mail</b>	4	Envio de currículos
<b>Chat</b>	14	Facebook, whatsapp, OLX
<b>Busca de informações</b>	20	Google
<b>Navegação na web</b>	20	—
<b>Buscador (Google)</b>	42	Youtube, (tutoriais), receitas de cozinha, pesquisa para trabalhos escolares
<b>Outros buscadores</b>	0	—
<b>Revistas especializadas</b>	0	—
<b>Enciclopédias</b>	0	—

**Tabela 24 – Utilização da internet**

Fonte: elaboração própria

## 6 Análise dos resultados obtidos com as entrevistas

Como pudemos observar nos tópicos anteriores, a faixa etária das mulheres entrevistadas possui um leque amplo, sobressaindo as que têm idade entre 22-32 e acima de 54 anos, o que nos permite uma amostra do universo do qual fazem parte. A educação formal também mostra certa heterogeneidade, apesar de apontar que a maioria tem o Ensino Médio (44%).

A média é de dois filhos para a maioria das mulheres e 76% são casadas. Desse universo, 66% são donas de casa, embora estejam se qualificando nos cursos e oficinas oferecidos pelo CRAS e PRONATEC.

Quanto aos conhecimentos informáticos, um total de 28% fez curso de informática básica, mas continuam sabendo muito pouco, limitando-se a ligar e desligar corretamente a máquina, acessar Word, copiar e colar textos da internet para trabalhos próprios ou dos filhos.

O uso das TIC se limita mais ao telefone celular que ao computador, embora algumas tenham feito curso básico de informática e acessem ao computador em suas casas (20%). Praticamente todas utilizam o aparelho móvel, mas com uso restrito ou uso direcionado para as redes sociais de Whatsapp e Facebook. Somente algumas, em geral as beneficiárias de faixa etária até 19 e entre 22-32, fazem uso da internet via celular com assiduidade. As outras acessam internet no celular em geral uma vez por semana (30%), quando fazem recarga e carregam os dados móveis. As demais têm internet 4G (pelo chip) e por wifi de locais públicos.

Os conhecimentos documentais também deixam muito a desejar, uma vez que usam esses recursos de forma limitada. Das entrevistas mais ativas na internet, só 4% usa o e-mail para enviar currículo, 14% o chat. Para elas, saber buscar a informação limita-se ao Google (42%).

Quanto às formas de acesso à informação, nenhuma delas mencionou a internet como primeira opção. A maioria se utiliza da televisão (44%) e do rádio (18%). Outra parte também procura informações na internet (24%), mas o único buscador que conhecem é o Google. Com exceção de uma entrevistada, em geral, não costumam imprimir o texto porque a impressão de uma folha é muito cara e, por isso, fazem o trabalho escolar à mão, como é o caso de duas das entrevistadas.

Outras maneiras de se informarem que denominamos aqui de meios *locais* se revelaram muito importantes nas entrevistas. Dizem respeito ao próprio CRAS como espaço de informação e de conhecimento. Até mesmo quando se trata de assuntos que não dizem

respeito ao benefício, conforme mencionado por uma assistente social. Os outros são os avisos nos murais (do próprio CRAS, dos postos de saúde e das escolas), panfletos com informações sobre o BF e sobre outros benefícios do governo federal para os que estão cadastrados no CADÚNICO, o extrato de pagamento do BF (que sempre lembra de datas de visitas ao posto de saúde ou de recadastramento) e o boca a boca, forma pela qual se multiplica a informação.

No entanto, surpreendentemente, uma parte significativa tem hábito de leitura. Constatamos que 40% delas leem regularmente. Quando perguntamos quais livros, foram mencionados foram os seguintes: Bíblia, romances didáticos e paradidáticos, revista em quadrinhos (*comics*), livros didáticos (para trabalhos escolares dos filhos). Muitas delas guardam em casa os livros que não são mais utilizados pelos filhos, pois acreditam que podem precisar deles para tarefas futuras da escola. Uma das entrevistadas é, inclusive, voluntária num projeto de leitura para jovens estudantes cuja função é ler os romances para depois avaliar o nível de interpretação do texto dos alunos.

Diante do exposto, podemos afirmar que os conhecimentos informáticos das entrevistadas se revelaram baixos quando analisamos as respostas tomando como base recursos informáticos mais complexos como busca avançada, pesquisa em outros buscadores como wikis e em revistas especializadas, por exemplo. Os seus conhecimentos documentais, da mesma forma, são muito limitados, assim como a sua noção do uso do computador e da internet para a vida diária.

No entanto, a pesquisa também demonstrou haver uma consciência da necessidade desse tipo de conhecimento para o dia a dia por parte da maioria e muitas estão à espera de haver novos cursos de informática. Este aspecto, em todo caso, já não lhes compete, e sim ao poder público. Sabemos que não é a mesma coisa oferecer cursos de artesanato

que oferecer oficinas de informática, porque tudo isto implica em uma estrutura para além da simples oferta. Mesmo assim, essa demanda existe por parte delas e não pode ser negligenciada sob pena de manter e dificultar ainda mais o desenvolvimento dessas mulheres e dos lugares onde moram.

Como foi dito anteriormente, essas localidades são municípios diferentes, mas ao mesmo tempo são considerados periferias de Aracaju, e alguns, como Nossa Senhora do Socorro, por exemplo, tem um índice de violência muito alto, o que implica aumentar a segurança, inclusive noturna, para salvaguardar os equipamentos informáticos. Este é outro tema que tem se revelado um problema de ordem social caro à população.

Ainda com relação à necessidade informacional, Dona Marilene (44 anos), por exemplo, contou que em casa tem um notebook e um net book em casa, mas não sabe manejar, quem usa mesmo são os filhos. Ela tem o Ensino Médio completo e é bastante ativa, disse que não tem muita paciência, mas que ainda vai aprender porque não quer “ficar de fora”, ou seja, quer se sentir incluída, uma vez que muita gente sabe utilizar e ela, não. Está só esperando abrir o curso de informática pelo PRONATEC. Já Elisângela, que pretende continuar o curso de informática avançada, vê o uso das TIC como uma necessidade: “Hoje em dia whatsapp é prioridade, até pra divulgar um trabalho que você faz pelas redes sociais”.



**Figura 21 – Banner de alerta sobre informações do Bolsa Família**  
 Fonte: fotografia feita pela autora no CRAS da Barra dos Coqueiros



**Figura 22 – Banner exibido no CRAS da Barra dos Coqueiros**  
 Fonte: fotografia feita pela autora



**Figura 23 – Banner explicativo das ações do CRAS/PAIF**  
 Fonte: Foto feita pela autora na recepção do CRAS da Barra dos Coqueiros

## 7 Caminho metodológico

O percurso de estudo dos grupos estudados foi feita a partir do trabalho de campo e pesquisa *in loco* e com a utilização de questionários semi estruturados guiados por dois modelos de avaliação: *IDEIAS* (Inclusión Digital y Educación Informativa para la Salud), que se baseia em competências digitais, informacionais e sociais especialmente para a aprendizagem permanente dos agentes comunitários de saúde; e *AURA* (Auto Reforço Acompanhado), que busca criar indicadores de seguimento de empoderamento a partir de programas de desenvolvimento para medir os seus impactos. Foi criado para acompanhar o processo de empoderamento das mulheres em localidades onde são aplicados projetos de desenvolvimento utilizando-se de indicadores em contextos específicos e também pode se aplicar ao Bolsa Família.



Mas segundo seus autores, este modelo extrapola a outros programas educativos especializados devido ao seu caráter holístico “porque integra numa mesma ordem as dimensões digital, informacional e social” (p. 8).

No entanto, apesar da amplitude do IDEIAS, utilizamos aqui unicamente o modelo holístico das categorias de desenvolvimento de indicadores como destreza, conhecimentos e atitudes, pois era o que mais se adequava ao grupo social investigado. A holística, segundo Vallejos Días (2008, p. 13) é uma maneira de ver as coisas na sua totalidade, em seu conjunto e complexidade, pois só assim é possível apreciar interações, particularidades e processos que, em geral não é possível notar ao estudar apenas os aspectos que conformam o todo separadamente.

Desa forma, apesar de o Modelo IDEIAS se apresentar como um exemplo para a educação informacional entendendo a cidadania por meio da inclusão digital e informacional, o seu caráter holístico transcende as Ciências da Documentação e da Informação, alcançando também a Educação e a Comunicação, entre outras disciplinas.

Dessa forma, os indicadores de inclusão digital podem ser adaptados e utilizados, por exemplo, para diagnosticar o nível de inclusão digital, informacional e social e, assim, pensar em políticas que possam solucionar os problemas relacionados à brecha digital e, por conseguinte, social.

Os indicadores também podem ser adaptados para a criação de uma proposta formativa teórico-aplicativa de competências informacionais e digitais para a inclusão digital, no contexto das mulheres beneficiárias do Bolsa Família, aproveitando a estrutura física e institucional para além das condicionalidades educacionais, nutricionais e de saúde. É o que sugerimos no capítulo 7 desta tese.

Dessa forma, sistematizamos neste subcapítulo os dados coletados nas entrevistas seguindo o modelo IDEIAS e, no capítulo 6, procedemos à análise das categorias

aplicadas às mulheres beneficiárias do Bolsa Família utilizando trechos das suas falas e utilizando como modelo AURA como metodologia para aferir o nível de empoderamento a partir da inclusão das mulheres no PBF.

Sabemos que o acesso às TIC enquanto ferramentas físicas e enquanto forma de conhecimento são bastante limitadas, principalmente num país como o Brasil com grandes desigualdades históricas. O baixo índice de acesso à Internet (no Nordeste, apenas 27% têm acesso)<sup>168</sup> dificulta a entrada de muitas pessoas a uma nova forma de acesso à informação para além das formas tradicionais e ao desenvolvimento de habilidades que transformem as suas relações do dia-a-dia, quer no trabalho, quer na vida pessoal.

Mas de uma maneira ou de outra, o acesso existe. De que forma ele se dá no cotidiano, sobretudo com as mulheres e mães do Bolsa família, é o que mensuramos na amostra deste estudo, para que se possa mudar no futuro próximo.

O Modelo *IDEIAS*, na parte Desenvolvimento de indicadores, apresenta um total de 54 indicadores separados em competências que constituem critérios de valor (Cuevas Cerveró, 2009, p. 10), dos quais utilizamos apenas alguns devido à especificidade do grupo aqui investigado.

Se de um lado este Modelo foi utilizado para aferir os hábitos e habilidades dos grupos, de outro, no capítulo que se segue é apresentada uma proposta que se complementa a esta para termos uma dimensão relacionada especificamente com as categorias teóricas do reconhecimento social, empoderamento e cidadania.

---

<sup>168</sup> Dados do Comitê Gestor da Internet (2012), disponíveis em: <<http://www.cetic.br/usuarios/tic/2012/C1/html>>

INDICADORES PARA INCLUSIÓN DIGITAL E INFORMACIONAL ORIENTADO A SALUD Modelo holístico		
DESTREZAS	CONOCIMIENTOS	ACTITUDES
-I- Inclusión digital (Alfabetización digital) (Se centra en las competencias digitales)	-II- Inclusión informacional (ALFIN) (Se centra en las competencias informacionales)	-III- Inclusión social (Se centra en el aprendizaje para el desarrollo de la ciudadanía: integración social de los ciudadanos alfabetizados digital e informacionalmente)
<b>Acceso a las TIC</b>	<b>Acceso a la información</b>	<b>Autonomía en el aprendizaje</b>
1. Acceso y distinción del software ofimático 2. Manejo de las aplicaciones de acceso a internet 3. Manejo de las herramientas de búsqueda y recuperación de información	1. Reconocimiento de la necesidad de información 2. Identificación de fuentes de información 3. Uso de estrategias para la localización de información	1. Consultas en bibliotecas virtuales 2. Consultas en recursos especializados en la red 3. Lectura de documentos digitales especializados en red
<b>Uso de las TIC</b>	<b>Uso de la información</b>	<b>Uso efectivo de redes sociales</b>
1. Uso de gestores de contenidos (blogs, wikis...) 2. Selección de canales y alertas de información especializada 3. Uso de plataformas de enseñanza-aprendizaje (e-learning)	1. organización de la información 2. Integración de nueva información al acervo personal 3. aplicar la información incorporada para la resolución de problemas	1. Frecuencia de consultas relacionadas con salud en la red. 2. Variedad en los recursos utilizados. 3. Adscripción a colectivos relacionados con salud en la red (asociaciones, foros de discusión, listas de distribución, redes sociales, etc.)
<b>Lectura digital</b>	<b>Lectura de la información</b>	<b>Comunicación con instituciones</b>
1. Habilidades para navegar a través de textos con hipervínculos 2. Lectura en dispositivos electrónicos diversos 3. Uso de sistemas de búsqueda avanzada	1. Comprensión de la información 2. Lectura en distintos formatos y soportes 3. Lectura con distintas finalidades (ocio, aprendizaje, trabajo)	1. Conocimiento de la red sanitaria. 2. Conocimiento y uso de documentos institucionales relacionados con salud (folletos, informes, estudios, etc.). 3. Conocimiento de programas y actividades sanitarias.
<b>Redes digitales</b>	<b>Producción y comunicación de la inform.</b>	<b>Comunicación (social e intercultural)</b>
1. Uso de redes sociales en el ámbito de la salud 2. Habilidades para el trabajo en colaboración 3. Participación en comunidades virtuales de aprendizaje	1. Comunicación de la información 2. Cooperación en la producción de conocimiento 3. Generación de nuevo conocimiento (a partir de la información incorporada y aprehendida)	1. Elaboración de información básica sanitaria. 2. Difusión de información sanitaria. 3. Organización de actividades (charlas, conferencias, talleres, etc.).
<b>Evaluación de las TIC</b>	<b>Evaluación de la información</b>	<b>Actitud crítica ante la información</b>
1. Evaluación de la facilidad de acceso y conectividad 2. Evaluación de uso de las TIC 3. Actualización y mantenimiento de las TIC	1. Evaluación de la búsqueda 2. Evaluación de la calidad de los contenidos 3. Evaluación de las fuentes de información	1. Reconocimiento de la procedencia y calidad de los recursos. 2. Uso de recursos de reconocido prestigio.
<b>Ética de las TIC</b>	<b>Ética de la información</b>	<b>Compromiso social</b>
1. uso responsable de las tic 2. Uso de tecnología de código abierto 3. Compartir habilidades tecnológicas con la comunidad	1. Interés por la información en toda su diversidad (contexto, fuentes y culturas diversas) 2. Respeto de los derechos de libertad y propiedad intelectual 3. Compartir información con la comunidad	1. Interés por pertenecer a asociaciones de salud. 2. Interés por la participación activa en la red 3. Interés por el activismo en red

**Tabela 25 – Modelo de indicadores IDEIAS para a inclusão digital e informacional orientado à área da saúde**

Fonte: Cuevas Cerveró et al (2011)

Neste Modelo, a partir do qual nos guiamos e adaptamos ligeiramente, os indicadores em preto são os mesmos do original; os que estão em vermelho foram acrescentados a

ao contexto e perfil das mulheres entrevistadas. Isso porque, alguns indicadores, ao se referirem a aspectos especializados no uso das TIC, escapam aos sujeitos em questão.

<b>ADAPTAÇÃO DE INDICADORES IDEIAS PARA INCLUSÃO DIGITAL E INFORMACIONAL APLICADO ÀS MULHERES BENEFICIÁRIAS DO BOLSA FAMÍLIA</b> <b>Modelo holístico</b>		
DESTREZAS	CONHECIMENTOS	ATITUDES
I <b>Inclusão digital</b> (Centrado nas competências digitais)	II <b>Inclusão Informacional</b> (Centrado nas competências informacionais)	III <b>Inclusão social</b> (Centrado na aprendizagem para o desenvolvimento da cidadania: integração social dos cidadãos alfabetizados digital e informacionalmente)
Acesso às TIC	Acesso à informação	Autonomia na aprendizagem
-Acesso a computador e celular com conectividade -Manejo das aplicações de acesso à internet - Manejo das ferramentas de busca e recuperação da informação	-Reconhecimento da necessidade de informação -Identificação das fontes de informação	-Consultas na internet via computador ou celular -Consultas na biblioteca pública
Uso das TIC	Uso da informação	Uso efetivo de redes sociais
-Uso de gestores de conteúdos (Youtube, sites governamentais)	Aplicar a informação incorporada para a resolução de problemas	-Frequência de consultas -Participação em grupos de discussão nas redes sociais sobre o BF ou outros benefícios a que têm direito
Leitura digital	Leitura da informação	Comunicação com instituições
-Habilidade para navegar através de textos com hipervínculos -Leitura em dispositivos eletrônicos diversos	-Compreensão da informação -Leitura em distintos formatos e suportes -Leitura com distintas finalidades (lazer, aprendizagem, trabalho)	-Conhecimento do funcionamento do BF -conhecimento e uso dos documentos institucionais relacionados ao BF -Conhecimento de outros programas sociais do governo federal, estadual e municipal.

**Tabela 26 - Adaptação de indicadores IDEIAS para inclusão digital e informacional aplicado às mulheres beneficiárias do Bolsa Família**

Desenvolvemos os resultados das referências do quadro acima da seguinte forma:

1) Quanto às destrezas:

- Acesso às TIC

- Acesso pelo computador e do telefone celular – nenhum outro dispositivo eletrônico foi mencionado pelas entrevistadas. Antes da aquisição do aparelho móvel, 20% afirmaram ter utilizado telecentros e cibercafés, mas que com a aquisição do celular e o acesso à internet 4G (obtido através do chip via dados móveis) ou por wifi (em geral de espaços públicos ou dos vizinhos), deixaram de utilizar esses serviços.

- Uso das TIC

- Relacionado com o uso de gestores de conteúdos, as entrevistas revelaram o acesso a sites específicos do governo para obter informações sobre outros benefícios a que têm direito e também o uso do Youtube para ouvir música e assistir a filmes.

- Leitura digital

- Sobre a habilidade para navegar através de textos com hipervínculos e/ou leitura em dispositivos eletrônicos, as entrevistas apontaram apenas para a leitura de busca específica (vídeos com tutoriais, receitas de cozinha, informações sobre direitos sociais e para trabalhos escolares) e esporádica, e não de uma forma permanente. Nem podemos falar de leitura digital, uma vez que o tempo de permanência com os dispositivos também é mínimo por parte da maioria.

2) Quanto aos conhecimentos:

- Acesso à informação

- Diz respeito ao reconhecimento da necessidade de informação. As entrevistadas demonstraram reconhecer que, depois de passar a frequentar as reuniões (que

incluem palestras, cursos e oficinas), se sentem mais inseridas e reconhecem que o conhecimento transmitido pelas assistentes sociais e palestrantes têm sido importantes para a melhoria de vida. Algumas mulheres acima de 54 anos (20% delas) revelaram não ter interesse em saber mais, pois têm paciência, mas as demais afirmaram que querem continuar aprendendo. Um total de 70% delas pretende fazer um curso de informática básica e 20%, de informática avançada. As demais preferem aprender outros cursos de artesanato ou qualificação jurídica específica para atuação no terceiro setor.

- Leitura da Informação

- No tocante à compreensão da informação, que é o que sinaliza este indicador, as leituras mencionadas pelas entrevistadas compreendem em sua maioria livros impressos e revistas. Não houve menção à falta de compreensão. Mas acreditamos que isto se deve ao nível médio da linguagem dos livros mencionados (normalmente livros didáticos e romances paradidáticos, Bíblia).
- Leitura em diferentes formatos – com relação a este indicador, nenhum outro suporte eletrônico foi informado por elas. Os principais meios são o celular e o computador.
- Leitura com diferentes finalidades – foram mencionados diferentes usos dos meios: trabalho (uso de sites comerciais de compra e venda como OLX, uso das redes sociais para divulgação dos produtos artesanais que produzem); aprendizagem, como no caso das informações sobre a Lei Maria da Penha e trabalhos escolares delas (algumas ainda estão cursando o ensino formal) e dos filhos; e lazer, como é o caso de algumas que utilizam para ver filmes e para baixar e ouvir música.

- Uso da Informação

- A aplicação da informação incorporada para a resolução de problemas, foi mencionado por todas elas, não só no que diz respeito às questões práticas, como também a questões familiares. Uma das entrevistadas fez um trabalho de informática básica sobre a Lei Maria da Penha (Lei 11.340/2006, que reconhece o feminicídio como crime qualificado), o que lhe acrescentou mais informações para enfrentar uma situação doméstica; outras utilizam para obter receitas, e para acessar bulas de remédios e ler opiniões de outros consumidores na rede.

### 3) Quanto às atitudes

#### - Autonomia na aprendizagem

- Consultas na internet via computador ou celular – existe uma autonomia relativa na aprendizagem a partir dos dispositivos eletrônicos que não corresponde com a atitude na autonomia para a resolução de problemas no dia-a-dia. De um lado, as mulheres na faixa etária entre 22 e 32 anos e de 33-43 se sentem mais autônomas ao buscarem informação via internet (pelo celular ou computador), mas por outro lado, as outras mulheres não utilizam esses meios de uma maneira completa. Quando recebem informações, em geral pelo celular (telefonema ou SMS), elas vão diretamente aos órgãos se informar melhor cara a cara. O essencial nessa faixa etária diz respeito ao seu desenvolvimento pessoal para a resolução de problemas a partir da aprendizagem, sobretudo, analógica (via palestras, cursos, oficinas), o que lhes permitiu desenvoltura e as tornaram mais ‘espertas’ na busca dos seus direitos.

#### - Uso efetivo das redes sociais

- Frequência de consultas – as faixas etárias até 21 anos e entre 22 e 32 revelaram fazer uso diário das redes sociais. Já as outras faixas fazem uso esporádico.
- Quanto à participação em grupos de discussão nas redes sociais, a maioria tem um grupo de família e outros com interesse local em compra/venda e em grupos relacionados à comunidade.
- A comunicação com instituições por meio eletrônico é baixa. Só 20% revelaram ter recorrido aos sites do governo para obter informações sobre benefícios a que têm direito. Mas por outro lado, a busca pelo CRAS mostrou ser a principal instituição à qual recorrem, inclusive para obter informações de outra natureza.
- Conhecimento do funcionamento do BF – podemos afirmar que 100% das mulheres sabem como funciona o benefício e quais são as suas obrigações com relação a este. São diversas as formas de acesso a essas informações: site do governo federal (Ministério de Desenvolvimento Social – MDS), reuniões do CRAS para mães e gestantes; reuniões e atividades com idosos; mural do CRAS e dos postos de saúde; carro de som, avisos no recibo do BF emitido pelo banco que paga o benefício, reuniões do posto de saúde e da escola das crianças.
- Conhecimento e uso dos documentos institucionais relacionados ao BF – é sabido que, para poder se cadastrar no CADÚNICO, é necessário ter o NIS (Cartão de Identificação Social), um documento que é emitido pela Caixa Econômica Federal às pessoas que serão beneficiadas por algum programa social.
- Conhecimento de outros programas sociais do governo federal, estadual e municipal – este aspecto, que diz respeito ao desenvolvimento da cidadania do ponto de vista da integração informacional, se revelou bastante limitado por parte das beneficiárias. Com exceção do PRONATEC, do qual a maioria



participa (70%), outros programas governamentais são desconhecidos. Os únicos citados para além do BF foram o Programa “Minha casa, Minha vida” (habitacional) e o Bolsa Gestante.

## CAPÍTULO 6. EMPODERAMENTO, RECONHECIMENTO SOCIAL E CIDADANIA

---

*O devido reconhecimento  
não é simplesmente uma cortesia,  
mas uma necessidade humana.*  
Charles Taylor

Neste capítulo, trabalharemos as falas das entrevistadas, mostrando o que elas revelam acerca das suas percepções de perspectiva profissional, reconhecimento social, acesso à TIC, inclusão social, autonomia e cidadania. As entrevistas, de natureza qualitativa e semiestruturada, foram feitas a partir de um roteiro que procurou mapear estes aspectos além dos já apresentados em seu perfil no capítulo anterior.

Desta forma, o esquema investigativo deste capítulo combina os Modelos IDEIAS e AURA. Enquanto o primeiro enfoca os aspectos informacionais e documentais de inclusão digital para a cidadania, o outro busca criar indicadores de seguimento de empoderamento a partir de programas de desenvolvimento, no nosso caso, o Bolsa Família. O Modelo AURA, como foi mencionado anteriormente, mede o empoderamento com base nos indicadores de “ter”, “saber”, “querer”, “poder”.

Se de um lado AURA mede os impactos do programa depois da sua aplicação (BF), como um seguimento do processo de mudança, IDEIAS traça o perfil dos sujeitos a serem investigados e é utilizado para a formação em ALFIN. A combinação dos dois, portanto, resulta na proposta que criamos aqui de “ALFIN para o empoderamento” como um processo de aprendizagem que se dá ao longo da vida unindo novos conhecimentos adquiridos e ação, numa relação dialógica e prática.

Assim, exploramos aqui questões de caráter subjetivo que guardam relação com o recorte epistemológico desta Tese, qual seja, relacionar os impactos e avanços profissionais e informacionais com as categorias teóricas de empoderamento,

reconhecimento social e cidadania para construir indicadores de transformação social num contexto socioeconômico e cultural específico.

<b>INDICADORES DE IMPACTOS DE ACESSO À INFORMAÇÃO E EMPODERAMENTO APLICADO ÀS BENEFICIÁRIAS DO BOLSA FAMÍLIA</b> <b>Modelo de desenvolvimento de categorias utilizado nesta pesquisa baseado nos modelos metodológicos IDEIAS e AURA</b>			
<b>PERCEPÇÃO DE MUDANÇAS PROFISSIONAIS E SUBJETIVAS (TER)</b> <b>I</b>	<b>FORMAS DE ACESSO À INFORMAÇÃO (SABER e SABER FAZER)</b> <b>II</b>	<b>PERCEPÇÃO DE MUDANÇA DE VIDA (QUERER)</b> <b>III</b>	<b>PERCEPÇÃO DE AUTONOMIA E CIDADANIA (PODER)</b> <b>IV</b>
<b>Avalia mudanças adquiridas como a realização de atividades econômicas viáveis e a melhoria da família graças ao aumento da renda</b> <b>Refere-se tanto aos ganhos materiais (renda) como a ter uma saúde melhor, ter acesso a serviços de crédito, formação e informação, centros de saúde, feira etc.</b>	<b>Avalia a capacidade de a mulher (individualmente ou em grupo) fazer boas escolhas graças à capacidade de interpretar informações importantes como a política, ou questões comuns entre as mulheres e os homens dentro da família sobre desigualdades e de formular as necessidades essenciais da comunidade.</b>	<b>Avalia as mudanças em relação às escolhas das mulheres graças ao aumento da confiança em si mesmas, a redução da violência doméstica, o controle da sexualidade, a coragem de dizer não.</b>	<b>Avalia as mudanças em relação à capacidade das mulheres para se expressar, reivindicar seus direitos e participar na tomada de decisões como indivíduos em diferentes níveis (família, comunidade etc.)</b>
1- Conhecimentos profissionais adquiridos  2- Mudanças proporcionadas pelo BF  3- Percepção de mudança individual	1- Meios de acesso à informação (TV, rádio, internet, bibliotecas, livros)  2- Nível de conhecimentos das ferramentas informacionais e documentais	1- Visão global comparativa entre antes e depois do BF  2- Percepção de mudança no ambiente doméstico (marido, filhos)  3- Capacidade de	1- Nível de participação das atividades relacionadas ao BF (reuniões do CRAS, escola, posto de saúde etc.)  2-Autoconceito de envolvimento nas atividades

<p>4- Percepção de forma de pensar diferente</p> <p>5- Avaliação crítica sobre o benefício e as contrapartidas</p> <p>6- Formas de uso do benefício</p> <p>7- Percepção de mudanças no cuidado com a saúde</p> <p>8- Mudanças no acesso a crédito na comunidade, ao mercado, feira etc.</p> <p>9- Percepção de novos ganhos adquiridos no acesso à formação e à informação</p> <p>10- Níveis de qualidade na gestão e uso do tempo (para ela mesma e com a família)</p>	<p>3- Nível analítico e interpretativo da informação</p> <p>4- Meios de acesso à informação utilizados para se informar sobre novidades e mudanças no BF</p> <p>5- Conhecimento de outros programas do governo</p> <p>6- Conhecimento de outros direitos sociais</p> <p>7- Mecanismos de busca de outros direitos (meios informativos, família, vizinhos, amigos)</p> <p>8- Percepção da necessidade de novas aprendizagens informáticas e informacionais</p> <p>9- Percepção de exclusão digital e informacional</p> <p>10- Percepção de novos conhecimentos adquiridos</p>	<p>dizer não e de formular alternativas para o seu bem estar e o da família</p> <p>4- Percepção de estímulos para avançar em outros cursos e formações</p> <p>5- Sentimento de independência</p> <p>6- Percepção de liberdade e autonomia para fazer escolhas importantes ou cotidianas</p> <p>7- Nível de participação e de pertencimento em diferentes grupos sociais</p> <p>8- Sentimento de reconhecimento social</p>	<p>relacionadas ao BF</p> <p>3- Busca de direitos em outros órgãos do governo</p> <p>4- Nível de participação em outros programas sociais (saúde, educação, PRONATEC etc.) e programas da comunidade</p> <p>5- Autoconceito na relação entre envolvimento nas atividades do BF e inclusão social</p> <p>6- Autoconceito de cidadania</p> <p>7- Percepção de sentimento de cidadania</p> <p>8- Formulação de alternativas para problemas comunitários</p> <p>9- Nível de reivindicação de outros direitos</p>
---	--	---	--

**Tabela 27 – Indicadores de impactos de acesso à informação e empoderamento aplicado às beneficiárias do Bolsa Família baseado nos Modelos IDEIAS e AURA**

Fonte: Elaboração própria

### **6.1. Percepção de mudanças profissionais e subjetivas –TER – CATEGORIA I**

Neste item desenvolvemos as falas a partir de cada indicador acerca dos aspectos profissionais relacionadas principalmente ao processo de aprendizagem. Estes aspectos se destacam nas narrativas e, a partir daí, é possível perceber também a estreita relação entre o empoderamento individual e coletivo (Charlier &Caubergs, 2007) e as mudanças adquiridas depois do BF. Destacam-se, por exemplo, atividades viáveis economicamente, ganhos para a família em termos de benefícios (escolaridade dos filhos, cuidados pessoais, novas aprendizagens).

As falas relatam, para além dos aspectos visíveis, a importância dos espaços físicos de construção e fortalecimento da cidadania (o CRAS sendo o principal deles) como mediador dos processos de empoderamento, uma vez que ajuda a superar os quadros de conflitos de gênero e doméstico por meio de programas. As atividades de aprendizagem como oficinas, cursos e palestras vão construindo sentidos e significados sociais nunca antes experimentados por várias das mulheres entrevistadas devido a uma carência de convívio durante toda a vida, uma vez que viviam antes confinadas apenas às tarefas domésticas.

Embora o objetivo fosse sistematizar as categorias de uma forma mais rígida, as falas não ‘obedecem’ a esse critério de uma maneira tão fechada, obviamente. De maneira que mais de uma categoria e diferentes indicadores podem aparecer numa mesma fala. Para não compartimentá-las tanto a ponto de suprimir ou separar aspectos interligados, optamos por deixar blocos maiores porque assim temos também uma dimensão emotiva.

Abriremos as análises das falas destacando inicialmente no quadro os indicadores e o modelo metodológico (AURA, IDEIAS ou AURA/IDEIAS) no qual se encaixam. Os indicadores não aparecem em sequência, mas na ordem em que surgem nas falas.

Indicadores	Modelo
1-conhecimentos profissionais adquiridos	AURA

Com relação ao indicador 1, Elisângela, 34 anos, por exemplo, mostra-nos que tem se desenvolvido bastante do ponto de vista pessoal a partir da capacitação profissional, uma vez que agora se considera uma “pequena empreendedora”. Divorciada, sem emprego formal e mãe de dois filhos, ela tem o BF como única renda fixa e faz de tudo para multiplicá-la.

*Eu já fiz o curso de representante comercial, de vendedora, tudo junto, de telemarketing, lá no SENAI<sup>169</sup>, estou terminando esse de peças íntimas, de corte e costura, e já fiz outro de biscuit aqui também e outro de boneca que eu também já botando em prática pra vender. Eu hoje eu trabalho pra mim mesma. Pego coisas de terceiras pessoas pra revender. Já estou, que nem diz o ditado, “uma pequena empreendedora”. (Elisângela, 34 anos, Nossa Senhora do Socorro).*



**Figura 24 – Painel das peças feitas pelas alunas do curso de lingerie oferecido pelo Centro Cidadão/SENAI (Nossa Senhora do Socorro)**

Foto da autora

<sup>169</sup> O SENAI é o Serviço Nacional da Indústria que, em parceria com o PRONATEC, oferece cursos relacionados às atividades industriais.

Indicadores	Modelo
1-Conhecimentos profissionais adquiridos	AURA
2- Mudanças proporcionadas pelo BF	AURA
3- Percepção de mudança individual	AURA

Dentro desta categoria, a fala de Andaraí Bárbara, aos 56 anos, abarca três indicadores desta categoria mencionados no quadro acima. Em seu caso específico, revela uma mudança/melhora com relação à sua saúde. Atualmente ela tem um dia bastante atribulado. Andaraí recebe o BF devido ao fato de criar o neto, cuja guarda lhe foi dada pela justiça após a morte do seu filho, pai da criança. Recém-saída de uma depressão, a única maneira de ‘escapar’ da doença foi frequentar os cursos e as atividades do grupo de mães. Nesta fala, fica patente a sua consciência da importância e da necessidade acesso à informação e à formação:

*Os cursos ajudaram a ter conhecimento porque eu não tinha conhecimento. O computador eu só ficava olhando e agora não, eu sei ligar e desligar, sabe, eu quero continuar fazendo pra avançar mais, sabe, ficar mais por dentro, porque eu pego mas ainda não me sinto firme, eu tenho dúvida, aí eu chamo o meu menino de 17 anos, ele nunca fez o curso de informática, mas mexe em tudo, digo, venha aqui, me dê uma luz aqui, aí eu olho. Eu quero me sentir ainda firme. (Andaraí Bárbara, 56 anos, Nossa Senhora do Socorro).*



**Figura 25 – Encerramento do curso de lingerie oferecido pelo Centro Cidadão/SENAC (Nossa Senhora do Socorro)**  
Foto da autora

Indicadores	Modelo
2- Mudanças proporcionadas pelo BF	AURA

Marilene nos conta aqui as mudanças proporcionadas pelo quando recebia o benefício. Quando a entrevistamos, ela tinha acabado de sair do programa e estava há apenas três meses sem receber, pois seu perfil já não se enquadrava mais no cadastro do governo. Mesmo assim, mantivemos a sua entrevista porque nos daria uma dimensão crítica de alguém que agora está fora. Mesmo sem fazer parte programa, contou-nos que continua participando ativamente das mesmas atividades porque acha importante.

*Quando eu recebia, pra mim era bom, sabe por que? Porque era um dinheiro que eu comprava chinelo das meninas, calcinha, sutiã, material escolar, porque o governo realmente dá o livro, mas eu tinha que comprar a pasta, o tênis, a farda, o caderno, né? Me ajudava muito. Todo mês quando eu ia receber eu agradecia a Deus lá no céu e ao governo aqui na terra que me pagava. Era pouco, mas era um pouco que me ajudava muito. Comecei a receber, 15, depois*



*30, 45 reais e até cheguei a 147 reais. Foi quando cortou. Mas se cortou pra dar a um que tá pior do que eu, eu agradeço também.* (Marilene de Souza Santos, 44 anos, Nossa Senhora do Socorro).

Indicadores	Modelo
2- Mudanças após o benefício	AURA

Na fala de Elisângela, por exemplo, podemos perceber que a mudança proporcionada pelo conjunto de ações após o benefício diz respeito a uma dimensão subjetiva importante entre um antes e um depois. Essa mudança pode significar uma transformação radical em sua vida quando diz que mudou seu ‘entendimento’ com as outras pessoas (concretamente), e com seus direitos (cognitivamente).

*De lá pra cá mudou meu entendimento com as pessoas e os meus direitos, adquiri mais conhecimento, porque eu tenho o direito de falar e o direito de ficar calada, entendeu?* (Elisângela Santos, 34 anos, Nossa Senhora do Socorro).

Indicadores	Modelo
9- Percepção de novos ganhos adquiridos no acesso à formação e à informação	IDEIAS/AURA

Apesar de ser um pequeno fragmento (algumas falas se desenvolvem mais facilmente sobre determinados assuntos do que sobre outros), este trecho de Iolanda se insere no indicador 9 e refere-se, sobretudo, a um ganho de crescimento pessoal para um futuro trabalho.

*De lá pra cá eu me aperfeiçoei cada vez mais pra arrumar trabalho, tenho noção do que tenho que fazer, se eu for chamada pra trabalhar em algum local, como devo me comportar com qualidade.* (Iolanda Meneses Barbosa, 29 anos, Nossa Senhora do Socorro).



**Figura 26 – Mesa feita pelas alunas do curso de Doces finos oferecido pelo Centro Cidadão Alcides Fontes/SENAC (Nossa Senhora do Socorro)**  
Foto da autora

Indicadores	Modelo
5- Avaliação crítica sobre o benefício e as contrapartidas	AURA

O indicador 5 aparece na fala de Iolanda, que explica porque acha importante as condicionalidades do Bolsa Família, entendendo-os como um estímulo para as mães:

*A criança tem que estar certinha na escola. Por exemplo, essa de 10 anos ela passou para o quinto ano agora e a de 8 anos passou para o quarto ano. Tem uma quedinha de ser inteligentes elas, estudam direitinho. E é um incentivo né para manter as crianças na escola. E também é uma ajuda financeira, que ajuda muito. Tem que tomar vacina certinho e a criança tem que estar bem cuidada e alimentada. Não adianta pegar o dinheiro no bolso, ficar comprando besteira e a criança não se alimentar direito. As escolas deveriam também cuidar da alimentação porque tem muitas crianças que vão pra escola com fome não merendam e isso não incentiva as crianças a estudarem. (Iolanda Meneses Barbosa, 29 anos, Nossa Senhora do Socorro).*

Indicadores	Modelo
5- Avaliação crítica sobre o benefício e as contrapartidas	AURA
10- Níveis de qualidade na gestão e uso do tempo para com ela mesma e a família	AURA

Elisângela, ao comentar as condicionalidades do benefício e as contrapartidas, relaciona as suas obrigações com a participação nas reuniões e atividades sociais. Além disso, também associa a importância da creche para o filho com o uso desse tempo para ela mesma, para o seu trabalho, mostrando como isso melhora a qualidade na gestão do tempo:

*Estar sempre entendido no que é que tá acontecendo na escola, como o meu agora que tem um ano eu vou pôr na creche, vou ter mais tempo pra o meu trabalho de vendedora ambulante. O meu entendimento é esse, eu participo mais das reuniões, das festinhas, sempre vou lá saber se ele tá bem, se vai a todas as aulas, se tá bem nas matérias, se tá em dificuldade em alguma matéria.* (Elisângela Santos, 34 anos, Nossa Senhora do Socorro).



**Figura 27 – Alunas no encerramento do curso de doces finos oferecido pelo Centro Cidadão Alcides Fontes/SENAC (Nossa Senhora do Socorro)**

Foto da autora

Indicadores	Modelo
6- Formas de uso do benefício	AURA

Neste trecho da entrevista, Marilene fala sobre as formas de uso do benefício e como a estimulava a fazer outras coisas:

*O dinheiro do BF era especialmente chinelo das meninas, calcinha, material escolar, já era certo pra isso. Eu já tirava de dentro do mercadinho, a loteria era dentro do mercadinho. Já tirava arroz, feijão, açúcar, o que fosse necessário pra comer, né, me ajuda muito. Eu acho até que me incentivava a mais alguma coisa, tinha mais liberdade. Era bem melhor. (Marilene Souza Santos, 44 anos, Nossa Senhora do Socorro).*



**Figura 28 – Pufes feitos pelos alunos do curso de Artes manuais ministrado no Centro Cidadão**

Foto da autora

Indicadores	Modelo
6- Formas de uso do benefício	AURA
7- Percepção de mudanças no cuidado com a saúde	AURA
4- Percepção de forma de pensar diferente	AURA

Sabrina, nesta fala, faz referência aos indicadores 6 e 7 ao nos dizer em que gasta a renda fixa e também ao fazer menção à percepção de mudanças no cuidado com a saúde da sua filha recém-nascida. Ao mesmo tempo, demonstra um olhar crítico com relação à forma de uso do benefício por parte de outras pessoas que ela observa à sua volta. Este aspecto, presente no indicador 4, mostra a sua percepção de pensar diferente, que ela mesma nos deixou claro pelo fato de agora ser mãe.

*Algumas pessoas que eu conheço não guardam pra o filho, têm outros tipos de gasto. No meu caso é um controle que eu tenho, mas que eu tenho consciência de que é dela. Minha mãe disse que eu estou pensando o certo, e eu acho que eu estou pensando certo mesmo, porque não é querendo dizer que eu quero que minha filha seja melhor de todas... Mas é como eu tava conversando com elas (assistentes sociais) lá no curso, que quando eu tava grávida eu não planejei a gravidez, aconteceu. E também eu não me sentia preparada, porque eu queria minha filha, mas eu queria ter num momento pra eu dar de tudo, então esse dinheiro quando eu junto, eu penso na saúde, mas eu penso também no futuro, em pagar um colégio particular, dar o que eu não tive. Aí eu foco assim, o dinheirinho que precisa, se ela precisa de um lenço umedecido eu compro e guardo, se ela precisar de alguma coisa a mais eu vou e tiro, mas o objetivo do dinheiro dela é mais ela. (Sabrina Pereira Santos Silva, 23 anos, Barra dos Coqueiros).*

As falas presentes nesta categoria apontam para diferentes mudanças tanto em termos monetários como de aprendizagem. Demonstram, em certa medida, os impactos imediatos do programa de uma forma pessoal e familiar na medida em que relatam a sua percepção e práticas concretas com relação à saúde, à escola e o cuidado e atenção com a família.

## **6.2 Formas de Acesso à informação – Saber e Saber Fazer (CATEGORIA II)**

No capítulo anterior trabalhamos as formas de acesso à informação com base no Modelo IDEIAS, neste capítulo (particularmente neste item), mostramos como estes aspectos aparecem nas falas das entrevistadas. Com o Modelo AURA, é possível avaliar a partir do seu conhecimento informático e informacional a sua capacidade de fazer escolhas, interpretações importantes no âmbito da política ou, neste caso, do

funcionamento dos organismos sociais, e também da família (saber). Também evidencia a sua percepção sobre as desigualdades e de formular alternativas na família e na sociedade, aspectos que se relacionam diretamente com saber-fazer (desdobramento da categoria saber), que é a capacidade de agir de acordo com o problema apresentado. Dessa forma, os modelos AURA e IDEIAS estão presentes nesta categoria, já que a combinação dos seus indicadores nesta Tese foi essencial para compreender como o acesso à informação tem sido importante para o desenvolvimento cognitivo e subjetivo das mulheres, fator essencial para o desenvolvimento das outras categorias de empoderamento.

Indicadores	Modelo
1- Meios de acesso à informação (TV, Rádio, internet, biblioteca, livros)	IDEIAS
10- Novas aprendizagens adquiridas	IDEIAS
3- Capacidade de interpretar informações importantes	IDEIAS/AURA

Sobre as suas atividades na Internet, Andaraí revela que gosta muito de cozinhar e busca na internet as páginas de receitas de comidas típicas ao acessar a internet (indicador 1). Mas no curso de informática básica que fez, ampliou o leque de temas de busca na internet. A sua fala demonstra bem os indicadores desta categoria, mostrando as novas aprendizagens adquiridas (indicador 2), a capacidade de interpretar informações importantes (indicador 3) que dizem respeito a um universo comum e a seu próprio universo, às questões e desigualdades entre homens e mulheres e de como é importante aprender para formular respostas:

*No curso de informática o professor mandou eu falar sobre a Lei Maria da Penha e fazer uma apresentação. Aí eu pesquisei pra fazer. Porque tem a lei Maria da Penha, mas nesse meio tem muitos homens que apanham da mulher também. Aí eu tive que fazer uma apresentação sobre isso. Eu tive que pesquisar*



*pra poder fazer. Eu me senti tão bem. Eu não me sinto tão um peixe fora d'água. Antes eu me sentia um peixe fora d'água, só ouvia as colegas falando. E aí eu tive mais conhecimento, se aparecer mais eu faço. Porque pelo menos a gente tem mais conhecimento, tem uma noção daquilo, sabe. Que eu não tinha noção de nada. E agora eu tenho. Agora eu quero fazer auxiliar de cozinha. (Andaraí Bárbara, 56 anos, Nossa Senhora do Socorro).*

Indicadores	Modelo
1- Meios de acesso à informação (TV, rádio, internet, biblioteca, livros)	IDEIAS
3-Nível analítico e interpretativo da informação	AURA/IDEIAS
2- Nível de conhecimento das ferramentas informacionais e documentais	AURA/IDEIAS

Sobre os usos da internet, Soane dos Santos, 23 anos, nos fala das suas práticas pessoais, como a busca de informação sobre o tema de seu interesse profissional (indicador 1), mas também parece ser a pessoa mais indicada na família não só para ‘orientação de saúde’ como também para procurar empregos (indicador 3). Ela envia informações (currículo) por e-mail e é a pessoa da família que sabe manejar melhor as ferramentas da internet (indicador 2). Por isso, orienta seus familiares nos trâmites profissionais, mas inadvertidamente também entra em uma área que (ainda) não é a sua para orientar sobre remédios sem a devida preparação para isso.

*A internet pra mim é só família, amigos, trabalho em relação a whatsapp e facebook. Agora, eu entro muito no Google e pesquiso muito sobre Enfermagem, porque mais pra frente eu quero fazer enfermagem. Eu me enquadro na enfermagem. É tanto que a maioria das pessoas da minha família sempre me procura quando tá com alguma dor. Porque andei muito tempo frequentando médicos, pediatras, aí eles me ensinaram. A pediatra do meu filho me ensinou muita coisa. Aí hoje eu sempre dou orientação a uma pessoa. “Soane, eu tô com uma dor”, aí eu vou, pesquiso muito na internet, sei de remédios, pra que servem, bulas, enfim, tiro cópias, marco no Google, guardo, imprimo. A internet pra mim é muito útil por causa da família, às vezes a família precisa, emprego pelo e-mail. Em questão disso, da Enfermagem. (Soane dos Santos, 23 anos, Nossa Senhora do Socorro).*



**Figura 29 – Mulheres e mães entrevistadas no CRAS de São Cristóvão**  
Foto da autora

Indicadores	Modelo
1- Meios de acesso à informação (TV, rádio, internet, bibliotecas)	IDEIAS/AURA

Com relação ao acesso à informação por meio da biblioteca e do livro (indicador 1), Soane e Elisângela reclamam por não haver biblioteca no bairro e fazem duras críticas ao fato de as escolas públicas não permitirem o empréstimo de livros a estudantes não matriculados. Alguns diretores de escola fazem exceções, mas não são todos. Só pode frequentar a biblioteca quem tiver carteirinha de estudante. Se não for, nem frequenta nem faz empréstimo.

*Agora tem até carteirinha, que não tinha antes, porque na época que eu estudava, a diretora era boa, deixava pessoas de fora. Porque às vezes não tinha o livro na escola, aí recorria àquela e ela deixava. Mas eu já passei por escolas que o diretor chegava e dizia: “Não, só alunos”. E nessa época que a gente estudava não tinha carteirinha ainda. E hoje já tem. No caso, você só acessa uma biblioteca, que é pública, se tiver a carteirinha. (Soane Lima Santos, 23 anos, Nossa Senhora do Socorro).*



Dona Marilene, da mesma forma, acessa a informação por meio dos livros (indicador 1) e também os coleciona. Ela lê os livros que a filha pega emprestado da biblioteca da escola semanalmente e, além disso, é voluntária num projeto social de leitura para estudantes de escolas públicas.

*Eu gosto de ler, eu leio todo tipo de romance. Leio dois, três livros. Se eu me sentar pra ler, só me levanto quando terminar o livro. Recentemente li Sabrina, O pequeno príncipe, Garfield, Tônico e Tinoco. Eu tenho um bocado de livro lá em casa. Sou voluntária num projeto social há oito anos. (Marilene Souza Santos, 44 anos, Nossa Senhora do Socorro).*

Indicadores	Modelo
1- Meios de acesso à informação (TV, rádio, internet, biblioteca, livros)	IDEIAS
4- Meios de acesso à informação sobre novidades e mudanças do BF	IDEIAS

Andaraí informa-se por vários meios, informais e formais (indicador 1). Mas também fala dos seus hábitos de leituras estão escasseando um pouco por causa da visão. Quando surge uma novidade sobre o Bolsa Família de boca em boca, ela vai ao CRAS se informar melhor e também se utiliza dos meios tradicionais de comunicação (indicador 4).

*As meninas daqui me dizem, as vizinhas me dizem. Aí aparece alguma coisa no jornal (telejornal), eu não perco o jornal, eu fico ali no rádio. Tenho um rádio desse tamanho, gosto de ouvir o programa de Jair Moura. Livro eu já li, mas agora eu só leio a Bíblia, Padre Marcelo, eu também estou com a vista cansada. Mas de primeiro eu lia romances, Sabrina, Terra Seca, revista do Zorro, Pica Pau, Mônica, lia muito. (Andaraí Bárbara, 56 anos, Nossa Senhora do Socorro).*

Indicadores	Modelo
2- Percepção da necessidade de aprendizagem informática, informacional	IDEIAS

Apesar de a biblioteca ser uma prática incomum na vida as entrevistadas, algumas delas têm a sua própria biblioteca em casa. Elas têm a percepção de que é importante guardar os livros não só para eventuais tarefas da escola dos filhos como para os estudos futuros.

*Por isso que eu guardo um monte de livro, assim quando eu tenho tempo, pra cabeça não ficar muito vazia, eu digo a mim mesma: “Vamos ler”. Eu gosto. Gosto muito de livro de História e de Ciências. Eu digo pra o meu filho: isso aqui é o que a gente vai levar quando morrer: o entendimento. (Elisângela Santos, 34 anos, Nossa Senhora do Socorro).*

Indicadores	Modelo
4- Meios de acesso à informação utilizados para se informar sobre novidades e mudanças no BF	AURA/IDEIAS

Sobre os meios de acesso à informação sobre as novidades e/ou mudanças no programa

Bolsa Família (indicador 4), Soane se refere tanto aos meios digitais como analógicos:

*O que não chega na nossa casa através de mensagem do talão fiscal de pagamento, whatsapp ou outras pessoas, a gente consegue se informar porque tá lá dentro (do CRAS). E tem até pouco tempo que eles fizeram essa forma de mensagem no talão porque tem até outras pessoas que não têm entendimento, analfabetos, que recebem e mostram a outra pessoa que lê e diz a ele o que é. Já é uma ajuda pra se informar. (Soane Lima Santos, 23 anos, Nossa Senhora do Socorro).*

Indicadores	Modelo
5- Conhecimento de outros programas do governo	IDEIAS/AURA

Além do Bolsa Família, Iolanda está inscrita em outro programa social do governo (indicador 5), mas também demonstra dificuldade de acesso a informações confiáveis sobre o programa de moradia no qual está inscrita. Mesmo assim, buscou outras

alternativas pelo Estado de melhoria de vida, ainda que o outro programa ainda não tenha se concretizado como mais um benefício.

*Já tem mais de sete anos que me inscrevi na Minha casa, Minha vida, aí estou com esse papel há um tempão lá em casa, que é um comprovante. Aí eu tenho que ir lá na prefeitura de Socorro pra saber como é que tá lá, pra saber realmente para que esse papel serve, que muitas pessoas dizem que é pra quem vai comprar a casa, aí eles dão desconto. Outros dizem que é pra umas casas que vão sair, essas casas de conjunto habitacional. Aí eu tenho que ir lá mesmo pra me informar. (Iolanda Meneses Barbosa, 29 anos, Nossa Senhora do Socorro).*

Indicadores	Modelo
6- Conhecimentos de outros direitos sociais	IDEIAS/AURA

Na fala de Marilene dos Santos, 58 anos, destacamos desta o indicador 6. Quando perguntamos se ela sabia pesquisar na internet, a resposta foi surpreendente, pois não o faz devido a uma limitação de saúde, pois tem catarata. Há algum tempo esta tem sido uma das correções oculares mais simples na saúde em geral e na saúde pública em particular no Brasil, mas não foi o que lhe ocorreu. No seu caso, o acesso à internet (que entendemos aqui como um direito), é prejudicado pela negligência de outro direito (saúde).

*Eu não posso pesquisar tanto na internet por causa da minha catarata. Eu ainda não fiz a cirurgia, mas eu disse que vou procurar meus direitos. Todo mundo tem direito à saúde, a andar com segurança, direitos do cidadão. (Marilene dos Santos, 58 anos, São Cristóvão).*

Indicadores	Modelo
7- Mecanismo de busca de outros direitos (meios informativos, família, vizinhos, amigos)	IDEIAS

Quando descobre que tem possibilidades de obter outros direitos, Débora utiliza o buscador Google na internet (Indicador 7), para se informar melhor e tramitar a sua inclusão no programa.

*Do governo eu procuro saber mesmo dos benefícios que eu tenho direito. Agora mesmo eu fiquei sabendo que eu tenho direito a um salário maternidade, aí eu vou no site do governo. Aí que fico olhando essas coisas, pra ver como eu posso dar entrada na documentação.* (Débora dos Santos, 24 anos, Barra dos Coqueiros).

Indicadores	Modelo
9- Percepção de exclusão digital e informacional	
8- Percepção de necessidade de novas aprendizagens	

Marilene, na fala abaixo, nos dá uma dimensão importante para trabalhar esta categoria quando fala sobre a sua percepção de exclusão digital e informacional (indicador 9). Ao mesmo tempo ela tem consciência de que isto está ocorrendo, vislumbra também a percepção de necessidade de novas aprendizagens (indicador 8) como Informática, inclusive, para monitorar o que as filhas acessam no celular:

*Porque hoje em dia tudo é na base da informática. Se eu to aqui cara a cara com você, você sabe de internet e tá preocupada pra mexer, e eu não tô porque eu não sei. Pois é, porque as minhas irmãs todas sabem. Se eu for na casa do meu pai no interior visitar ele, a gente bota três mesas pra sentar a família toda reunida e fica todo mundo, uma tá aqui, a outra tá ali, mas ela tá por aqui (aponta o celular) conversando com a outra ali e eu fico me sentindo de fora porque eu não sei. Então eu acho que é importante até pra auxiliar nos trabalhos da escola, até pra descobrir o que elas estão olhando no celular. Porque aí sem eu saber, eu não sei em que elas estão mexendo. Porque quando eu chego perto elas apertam o dedo e pode tirar o que elas estão olhando. Nem eu sei nem o pai sabe. Então tem que pelo menos um dos mais velhos saber em que elas estão mexendo. Até aonde elas podem ir.* (Marilene Souza Santos, 44 anos, Nossa Senhora do Socorro).

As falas expostas aqui nesta categoria procuraram destacar o processo de mudança proporcionado pelo BF em diferentes aspectos, sobretudo em relação ao acesso às novas

formas de ganhos por meio do acesso à formação e à informação (conhecimentos adquiridos ou por adquirir). Destacaram-se a percepção da necessidade de adquirir novas aprendizagens e ao mesmo tempo o entusiasmo com a descoberta de novos conhecimentos, como no caso de Andaraí Bárbara. Já Marilene acha importante, entre outras coisas, para monitorar o que as filhas veem, mas a sua fala também deixa entrever seu incômodo com o sentimento de exclusão digital e familiar devido ao fato de não estar usando a internet. Em outros casos, como o de Débora, o acesso à informação de dá para ter acesso a outros direitos sociais.

Esta categoria revelou a existência da capacidade de interpretar as informações que são importantes não só para cada uma como para os grupos dos quais fazem parte. Mas mostrou também o quanto há múltiplas potencialidades neste aspecto se o seu uso se fizer com mais propriedade em termos de capacitação por parte não só destas mulheres aqui entrevistadas como também de outras em situação semelhante.

### **6.3 Percepção de Mudança de vida – Querer – (CATEGORIA III)**

Este tópico desenvolve as falas sobre percepção de mudança que estão relacionadas com os conceitos de empoderamento e reconhecimento. Explora as questões relacionadas com as escolhas resultantes da sua autodeterminação e autoconfiança, que se traduzem na redução da violência doméstica e na coragem de dizer não.

<b>Indicadores</b>	<b>Modelo</b>
1- Visão global de antes e depois do benefício	AURA
2- Percepção de mudanças no ambiente doméstico com marido e filhos	AURA
8- Percepção de reconhecimento social	AURA
5- Sentimento de independência	AURA

7-Nível de participação e de pertencimento a diferentes grupos sociais	AURA
--	------

A fala abaixo de Andaraí, 56 anos, por exemplo, abrange pelo menos cinco indicadores desta categoria. Demonstram ao mesmo tempo uma visão global de antes e depois do benefício (indicador 1); as mudanças no ambiente doméstico com marido e filhos (indicador 2); o reconhecimento social (indicador 8) que obteve quando saiu de casa e começou a frequentar os espaços de formação e informação (CRAS); o sentimento de independência (indicador 5) e também nível de participação e de pertencimento a diferentes grupos sociais (indicador 7).

*Depois desse benefício eu me senti mais guerreira. Tudo lá em casa é eu, eu vou pra Socorro, vou pra Saúde, venho pra cá (para o CRAS). Eu tive mais conhecimento porque eu fiquei sendo conhecida, porque chegar em Socorro e falar em Andaraí todo mundo sabe quem é. Eu tenho conhecimento, eu frequento a reunião, tem lugares que eu não conhecia e fiquei sabendo por causa das reuniões do grupo de mães, do PETI<sup>170</sup> também. (Andaraí Bárbara, 56 anos, Nossa Senhora do Socorro).*

Indicadores	Modelo
1- Percepção de mudança no ambiente doméstico	AURA
5 – Sentimento de independência	

Sabrina, 23 anos, teve seu cadastro aprovado para receber o BF recentemente, mas já experimenta a sensação de ‘poder’ proporcionado pela condição intransferível de ter seu nome no cartão, uma vez que só ela pode usá-lo. Dessa forma, mostra-o tanto a percepção de mudança no ambiente doméstico (indicador 2) como o sentimento de independência (indicador 5).

<sup>170</sup> Programa de Erradicação do Trabalho Infantil, o PETI tem o objetivo de erradicar todo tipo de trabalho feito por crianças e adolescentes com menos de 16 anos e garantir que eles frequentem a escola e atividades sócio-educativas. Para isso, o governo dá uma bolsa de 25 reais por criança que moram em áreas urbanas ou rurais com até 250 mil habitantes, e de 40 reais para as que vivem em cidade de mais de 250 mil habitantes. O governo federal vem trabalhando no sentido de integrar o PETI ao Bolsa Família. Disponível em: <[http://www.portaldatransparencia.gov.br/aprendaMais/documentos/curso\\_PETI.pdf](http://www.portaldatransparencia.gov.br/aprendaMais/documentos/curso_PETI.pdf)>

*Eu me sinto mais empoderada porque o cartão está em meu nome. É tanto que uma vez, não tinha com quem deixar a minha filha, pedi pro meu marido ir tirar (sacar o benefício). Chegou lá ele não pôde tirar e só quem pode tirar sou eu. Eu achei até bom, porque querendo ou não eu tenho um objetivo com o que eu vou fazer com esse dinheiro. Já se tivesse na mão de outra pessoa não sei qual seria o objetivo.* (Sabrina Pereira Santos, Silva, 23 anos, Barra dos Coqueiros).



**Figura 30 – Grupo de convivência Mulheres Ativas, coordenado pelo CRAS de São Cristóvão**  
Foto: Gilzanira Bastos

Indicadores	Modelo
2- Percepção de mudança no ambiente doméstico	AURA
3- Capacidade de dizer não e de formular alternativas para o seu bem estar e o da família	AURA

Andaraí Bárbara, 56 anos, por exemplo, dentro desta categoria, expressa a sua consciência e insatisfação com a desigualdade dentro da sua própria casa (indicador 2 – percepção de mudança no ambiente doméstico). No entanto, não só expõe o problema como uma mera reclamação, mas formula saídas (indicador 3) que acredita ser a solução para um equilíbrio familiar do ponto de vista da distribuição orçamentária e de tarefas:

*Eu chamei todo mundo pra uma reunião e disse: não é possível que tenha tanta gente dentro de casa e só eu faça tudo porque se cada um arranjar um trabalho*



*e der um pouquinho, as gente não ia passar tanta necessidade.* (Andaraí Bárbara, 56 anos, Nossa Senhora do Socorro)

Indicadores	Modelo
2- Mudanças no ambiente doméstico	AURA
3- Capacidade de dizer não	AURA
5 Sentimento de independência	AURA

Durante as falas, começam a aparecer também os aspectos de gênero, opressão e machismo. As obrigações para com o benefício implicam em a mulher ocupar espaços fora de casa: no CRAS, escola, posto de saúde, o que as torna mais ativas e, muitas vezes, resulta em problemas domésticos. Se os cursos forem em horários em que o marido estiver em casa, alguns as proibem de participar, pois não querem que elas se emancipem ou estudem. Maria Valdenir Ferreira, 56 anos, por exemplo, passa por uma situação semelhante. Sua fala, mais do que mostrar as mudanças no ambiente doméstico (indicador 2), mostra a sua capacidade de dizer não (indicador 3) e de não abrir mão do seu sentimento de independência (indicador 5).

*Sempre me sinto bem aqui nos cursos porque conheço várias pessoas, somos uma família e cada vez mais vou aprendendo coisas que não sei. E assim sucessivamente. Em vez de estar em casa, ali com o marido, fazendo sempre a mesma coisa, porque tem momentos que só fazem raiva na gente, porque os direitos são só dele e da mulher não. (...) Mudou bastante coisa na minha vida. Porque a gente quer ser liberto das coisas que a gente quer fazer e se sente bem, mas sempre quando eu falo ele diz: “você não sabe de nada”, e sempre é contra o que eu falo. Eu digo “que os direitos que você tem de se sentir bem, de andar, de procurar as pessoas fora eu também tenho”. Não só tenho o direito de estar em casa cuidando das atividades de casa.* (Maria Valdenir Ferreira, 56 anos, São Cristóvão).

Indicadores	Modelo
1- Visão global comparativa entre antes e depois	AURA



Marilene Santana, neste momento da sua fala, menciona os maus tratos sofridos com a violência do marido, lembra a Lei Maria da Penha (que protege as mulheres vítimas de violência doméstica). Ela diz que no tempo e que o marido lhe batia, a lei ainda não existia, e que tudo poderia ter sido diferente. Ao mesmo tempo em que demonstra uma visão ampla, global entre um antes e um depois (indicador 1), no entanto, também faz uma interpretação crítica e contundente da aplicação da lei:

*Eu nem sei, agora, porque pra mim agora não vale de nada, porque antigamente não existia. Era muita pancada. E ninguém tinha lei de nada. Agora pra umas coisas foi boa, mas pra outras... Vai, dá queixa, quando chega lá, não sei quantas distância tem que ter do homem. Quando pensa que não, pancada outra vez, aí não é lei. “Você vai dar uma cesta básica a ela”, isso não é lei. Quando você sai dali, sai com medo do mesmo jeito. Ou pior. No meu tempo, se existisse essa lei Maria da Penha eu acho que eu não estaria hoje com meu marido. Passei 44 anos com ele e não desejo pras minhas piores amigas. Se fosse agora com essa lei Maria da Penha talvez fosse bom pra mim. (Marilene Santana de Jesus, 60 anos, São Cristóvão).*

Indicadores	Modelo
3- Capacidade de dizer não, de formular alternativas para o seu bem estar e o da sua família	AURA
2- Percepção de mudança no ambiente doméstico (marido, filhos)	AURA

Continuando com a fala de Marilene Santana, sem apoio legal naquele momento, ela teve que se valer da sua própria coragem para barrar uma vida de sofrimento físico e de medo. Do contrário, teria tido que tomar uma atitude mais drástica em busca dos direitos que ela estava começando a conhecer e numa situação em que o telefone celular representou uma ‘arma’ a seu favor. A sua capacidade de dizer não (indicador 3) aliada à saída que encontrou para a solução do problema (ameaça de dar queixa na polícia), foram fundamentais nesse processo de mudança para um estilo de vida que não incluía o sofrimento físico, o que lhe proporcionou uma mudança no ambiente doméstico (indicador 2) e uma mudança interior fundamental para o seu bem estar emocional.

*Eu moro com ele, mas hoje ele melhorou 90 %. Mas eu sofri muito. Era tapa pra lá, tapa pra cá. A minha vida era serrote, facão, enxada, pá. Era de tudo. Criamos nossos filhos assim. Eu também tomei uma atitude. Eu disse: “a partir de hoje eu não vou mais brigar com você. Agora eu vou lhe dizer, macho”, eu falava assim, “se der um passo pra mim, não vou mais em cima de você, eu não vou mais brigar, eu vou na próxima delegacia dar queixa de você. Aí vamos ver quem vai ganhar”. E ele respeitou muito os filhos. Quando às vezes ele queria se alterar eu pegava o celular e dizia: vou chamar seus filhos agora. Aí ele se quietava. (...) Quando os filhos foram crescendo ele foi deixando mais, os meninos enfrentavam ele. (Marilene Santana de Jesus, 60 anos, São Cristóvão).*

Indicadores	Modelo
5- Sentimento de independência	AURA
6- Percepção de liberdade e autonomia para fazer escolhas importantes ou cotidianas	AURA

No trecho a seguir, Marilene Souza relaciona a renda do BF ao sentimento de poder como livre arbítrio, de poder escolher o que quer comprar. Fundamentalmente, o dinheiro proporciona o sentimento de independência (indicador 5) que vem em nome delas, confere-lhes esse poder e é o primeiro passo, a nosso ver, para uma autonomia anda maior de vida para além das decisões prosaicas do cotidiano (indicador 6). George Simmel (1977, p. 359), em seu ensaio sobre o dinheiro, afirma que, dentro das ataduras, no entanto, o dinheiro concede uma liberdade completamente nova. “Se a liberdade é a independência da vontade de outros, em geral começa por ser independência da vontade de outros determinados”. E é o que vemos nas falas abaixo de Marilene, 44 anos:

*Eu me sinto com mais poder pra ir na venda pra ir comprar o que eu quero. Eu acho assim, se a dona de casa, se ela tem um trabalho fora pra receber um salário no final do mês, o serviço pode ser o mais pesado dentro de casa, mas só em ter aquela certeza que tal dia eu vou no banco tirar o meu salário, a mulher tem um poder danado, viu? Porque a gente sem dinheiro não é nada. (Marilene dos Santos Souza, 44 anos, Nossa Senhora do Socorro).*

Indicadores	Modelo
6- Percepção de liberdade e autonomia para fazer escolhas importantes ou cotidianas	AURA

cotidianas	
------------	--

Elisângela, por sua vez, sente-se independente para decidir o que fazer com o benefício (indicador 6), que serve como elemento multiplicador para as despesas da casa:

*O que mudou pra mim foi a minha independência. Porque aquele pequeno que eu pego eu já transformo em mais um tostão. Toda vida depois que eu saí da casa da minha mãe eu vivo de aluguel, entendeu, ainda não consegui essa bênção que Jesus vai me dar, que é a minha casa, mas graças a Deus outras coisas pequenas, e principalmente, a saúde, eu tenho. (Elisângela, 34 anos, Nossa Senhora do Socorro).*

Indicadores	Modelo
5- Sentimento de independência	AURA

A autoconfiança, na fala de Soane Santos, 23 anos, se relaciona com a independência (indicador 5):

*Vamos dizer que a gente se sente hoje mais ágeis. Principalmente independente, porque a mulher, quando ela tem um benefício, pequenininho que seja, ela se sente independente, a mesma coisa de que você estar trabalhando e ter todo mês o seu, sem precisar de ninguém. A mesma coisa é o Bolsa família, é pouquinho, mas você sabe que vai ter aquele pouquinho que é seu. (Soane Santos, 23 anos Nossa Senhora do Socorro).*

Indicadores	Modelo
5- Sentimento de independência	AURA
4- Percepção de estímulos para avançar em outros cursos e formações	AURA

Marilene Souza, neste fragmento, fala sobre como se sentia independente quando recebia o benefício (indicador 5) e também sobre a percepção de que o benefício estimula fazer outras atividades (indicador 4).

*Muito mais independência, porque aí eu não precisava tirar do marido pra comprar tudo das meninas. Eu acho até que me incentivava a mais alguma coisa, tinha mais liberdade. Era bem melhor. (Marilene dos Santos Souza, 44 anos, Nossa Senhora do Socorro).*

Indicadores	Modelo
5- Sentimento de independência	AURA

Iolanda, que estava fazendo o curso de recepcionista quando a entrevistamos, afirmou que, como mulher, o Bolsa Família a faz se sentir mais independente (indicador 5). No entanto, gostaria muito de ter um emprego com carteira assinada (contrato de trabalho), mesmo que tenha que abrir mão do benefício.

*Como mulher também ajuda, mas no meu modo de ver eu preferia muito, arrumar um emprego nem que fosse pra eu perder o benefício. Mas eu mesma preferia arrumar um emprego de carteira assinada. O meu objetivo é esse. Mas enquanto eu não arrumo, o bolsa família está ajudando muito. Mas o meu objetivo é arrumar um emprego, uma profissão, me profissionalizar. (Iolanda Meneses Barbosa, 29 anos, Nossa Senhora do Socorro).*

Indicadores	Modelo
7-Nível de participação e de pertencimento a diferentes grupos sociais	AURA

Marilene de Jesus, também nos revelou participar de diferentes grupos sociais (indicador 7), não só para aprendizagem e lazer, mas também como voluntária em atividades administrativas. Um dos grupos, inclusive, de um antigo bairro onde morou, mantém os vínculos espaciais e afetivos.

*Eu participo de muitos grupos. De segunda a quinta feira ninguém me vê em casa, não. É só de manhã até meio dia. De meio dia pra tarde ninguém me acha. Participo aqui na quarta, na quinta lá no bairro 18 do forte, na associação, que eu sou tesoureira lá, na terça na LBV (Legião da Boa Vontade), um grupo muito bom também, e na segunda na associação das lavadeiras, eu morava lá, eu participava, lavava roupa. (Marilene Santana de Jesus, 60 anos, São Cristóvão).*

Podemos notar que, nesta categoria de empoderamento, a renda fixa é o impulsionador de uma série de mudanças e transformações nas vidas delas, como os ganhos de independência, de poder de decisão, saúde, participação em diferentes grupos, poder de

ter o nome no cartão e reconhecimento social. Mas ao ser acionado, vemos que ele não funciona sozinho. É necessário que um conjunto de ações para fazer com que ganhe um sentido para além do aspecto material em si.

Nesta categoria (QUERER), de uma maneira geral, elas ainda estão num processo de mudança e precisam de muito apoio institucional para ajudar a concretizar os seus ideais. Elas *querem* se profissionalizar, aprender novos cursos, trabalhar, sentir-se seguras, ser valorizadas, ter independência e liberdade, uma vida familiar pacífica, ter dignidade, querem ter conhecimento e reconhecimento, ser valorizadas dentro e fora de casa.

De acordo com Charlier & Caubergs (2007), as instituições têm influência sobre o desenvolvimento do saber, ter, querer e poder dos indivíduos e suas organizações. A família, por exemplo, tem uma influência importante sobre o desenvolvimento da autoconfiança e da imagem que o indivíduo tem de si mesmo; as ONG's influenciam o desenvolvimento dos conhecimentos dos indivíduos e suas organizações; o Estado, por sua vez, tem influência sobre a possibilidade de organização e de consolidar seu poder social. Por outro lado, os indivíduos e suas organizações (agrupações, associações) podem ter influência nas instituições da sociedade e contribuir para a sua transformação (Charlier & Caubergs, 2007, p. 14). É, portanto, um círculo virtuoso em que umas instituições têm mais ou menos influência em torno dos níveis de ter, saber, querer e poder.

Num nível individual, as falas apontam para a autoconfiança e construção de uma vida pacífica em que possam escolher e ter controle sobre seus corpos sem imposições ou dominações físicas e/ou psicológicas. Em outras palavras, buscam adquirir qualidade de vida.

Num nível coletivo, as vozes indicam a capacidade e a coragem de dizer não, de dar um basta a situações de dominação e opressão e, dessa forma, sinalizam para um reforço da justiça social devido à busca da igualdade de gênero. Como disse Valdenir Ferreira ao marido, *“os direitos que você tem de se sentir bem, de andar, de procurar as pessoas fora eu também tenho. Não só tenho o direito de estar em casa cuidando das atividades de casa”*. Ao expressar isto, ela está trazendo para o seu cotidiano um princípio fundamental de uma sociedade que se pretende moderna, que é a igualdade de direitos entre homens e mulheres, preconizado tanto na Declaração Universal dos Direitos do Homem como na Constituição Brasileira de 1988.

#### **6.4 Percepção de autonomia e cidadania – Poder – (CATEGORIA IV)**

Neste item, o sentimento do que é ser cidadã enlaça todas as diferentes falas. Aqui, podemos acompanhar as mudanças em relação à sua capacidade e autonomia na hora de expressar-se e reivindicar seus direitos no âmbito familiar, social e comunitário.

As respostas sobre a pergunta “o que é ser cidadão?” dizem respeito a um marco temporal específico: o momento em que começaram a receber o BF e ao processo de aprendizagem. Perguntamos-nos, então: como era antes disso?

Analisando o que lhes ocorreu em termos de mudança exterior (desenvolvimentos objetivos) e interior (desenvolvimentos subjetivos), percebemos que antes essas pessoas eram privadas não só de exercerem a cidadania como um direito, mas também eram privadas da própria consciência cognitiva. Isso está nas falas como “estudei isso”, eu fiz um trabalho sobre esse assunto, “eu assisti a uma palestra sobre cidadania”, como se o direito estivesse descolado da realidade.

Indicadores	Modelo
1- Nível de participação das atividades relacionadas ao BF (reuniões do CRAS, escolas, Posto de Saúde etc.)	AURA

Débora, que tem duas filhas, está sempre atenta a outros direitos. Está desempregada e, depois que começou a frequentar o CRAS e a assistir às palestras (indicador 1), despertou para outras possibilidades de exercer a cidadania.

*Fiquei sabendo que existia o CRAS através de uma colega que já frequentava as reuniões de lá e depois que engravidei da minha segunda filha, a partir do terceiro mês de gestação comecei a frequentar lá o CRAS, e ela já tem dois meses. E ainda continuo indo lá porque sempre tem reuniões, palestras e eu participo. (Débora dos Santos, 24 anos, Barra dos Coqueiros).*



**Figura 31 – Encontro das mulheres e mães no CRAS mostrando a Cartilha *Chega de violência doméstica*, durante o debate (Bairro Fernando Collor, Nossa Senhora do Socorro)**  
Foto: Tatiana Barreto de Góis

Indicadores	Modelo
2- Autoconceito de envolvimento nas atividades relacionadas ao BF	AURA

Elisângela demonstra, nesta fala referente ao indicador 2 a sua percepção de que é importante participar nas atividades que lhe são cobradas como contrapartidas pelo benefício não só do ponto de vista do Bolsa Família mas de um modo geral, na vida.

*Eu acho importante participar porque se você não participar, não vai saber de nada do que tá acontecendo.* (Elisângela Santos, 34 anos, Nossa Senhora do Socorro).

Indicadores	Modelo
2- Autoconceito de envolvimento nas atividades relacionadas ao BF	AURA

Iolanda, por sua vez, também se refere ao indicador 2 (autoconceito de envolvimento nas atividades relacionadas ao BF). A sua percepção da importância das reuniões e formações e o que é feito para melhorar as capacidades profissionais é de que traz um retorno para própria sociedade.

*Acho importante participar porque é um benefício para nós mesmo, né? Pra sociedade mesmo.* (Meneses Barbosa, 29 anos, Nossa Senhora do Socorro).

Indicadores	Modelo
2- Autoconceito de envolvimento nas atividades relacionadas ao BF	AURA
3- Busca de direitos em outros órgãos do governo	AURA

Nesta fala de Débora aparece o indicador 3 e também a sua participação em atividades relacionadas ao Bolsa Família, como reuniões no posto de saúde (indicador 2).

*Eu sempre procuro saber meus direitos na saúde, porque como a gente é leigo nessas leis, aí eu procuro saber direitinho o que eu posso, o que eu não posso, até onde eu posso ir, quais são meus direitos e deveres também. Eu procuro*



*saber mais na área da saúde. No posto de saúde, sempre colocam na parede avisos com os direitos dos pacientes e também procuro muito na internet. (Débora dos Santos, 24 anos, Barra dos Coqueiros).*

Indicadores	Modelo
4-Nível de participação em outros programas sociais governamentais como saúde, educação, PRONATEC e/ou comunitários	AURA

O indicador 4 está presente na fala de Marilene ao nos contar que faz parte de um projeto de leitura comunitário no qual, todas as tardes, dá aulas de reforço escolar para adolescentes de escolas públicas.

*Todas as tardes, de 2h às 5h da tarde eu passo as tardes lá no projeto Despertar ensinando banca (aulas de reforço escolar) aos meninos de colégio do estado e do município. Aí eu leio muito porque aí tem muito romance, porque sexta feira é salinha de leitura, então toda sexta feira, eles têm que ler e entender pra dizer à gente o que entendeu. Então através disso, desse projeto, eu gosto muito de ler. Eu trago livro quase todos os dias, depois devolvo. Mas em casa eu tenho um bocado de romance que eu gosto de ler. Agora eu estou sentindo que a minha vista tá me prejudicando, to sem enxergar bem. Meu marido diz: “é o tanto que você ler de noite, fica lendo a noite inteira”. Ah, toda vida eu gostei, é porque tinha aquela vida de interior, a gente não tinha energia, mas toda vida eu gostei. (Marilene dos Santos Souza, 44 anos, Nossa Senhora do Socorro).*

Indicadores	Modelo
6- Autoconceito de cidadania	AURA

Bárbara Andaraí, neste trecho, no dá seu autoconceito de cidadania (indicador 6) e relaciona-o com o reconhecimento dos direitos. Trata-se de um dos autoconceitos mais próximos, digamos, da mesma linha teórica de Taylor (2009) porque o reconhecimento dos direitos somente de alguns grupos resulta em cidadãos de primeira classe e cidadãos de segunda classe. As lutas por reconhecimento vão contra esse tipo de injustiça.

*Olha, ser cidadã pra mim é ser uma pessoa reconhecida pela sociedade que tem todos os direitos da sociedade, que tem seu médico, seus benefícios, que é reconhecida pela sociedade. (Bárbara Andaraí, 56 anos, Nossa Senhora do Socorro).*

Indicadores	Modelo
1- Nível de participação em outros programas sociais governamentais como saúde, educação, PRONATEC e/ou comunitários	AURA

Marilene, ao falar sobre cidadania, associa o seu conhecimento à participação nos diferentes grupos sociais (indicador 1):

*Eu fui aprendendo sobre os meus direitos, os meus deveres, a gente vai conversando nos grupos, vai se socializando mais e aí a gente vai levando a vida. Tem direitos até que a gente não sabe que tem. Eu tenho até o livro do idoso, leio o que a gente tem direito, o que pode fazer. Quando bate naquilo ali eu vou procurar, tenho direito eu vou, corro atrás. Eu me libertei de muitas coisas. (Marilene Santana de Jesus, 60 anos, São Cristóvão).*

Indicadores	Modelo
5-Autoconceito na relação entre o envolvimento nas atividades do Bolsa Família e inclusão social	AURA

Sobre o autoconceito na relação entre o envolvimento nas atividades do Bolsa Família e inclusão social (indicador 5), Marilene demonstra que o nível de participação das atividades relacionadas ao BF está diretamente relacionado ao sentimento de inclusão, de estar ‘por dentro’. Além disso, a sua participação ainda lhe rende ganhos monetários.

*Eu me sinto mais incluída na medida do possível, me sinto. Tem um grupo de mães que tem uns quatro anos que eu to seguindo direto, só perco um dia se for uma obrigação que eu não possa trocar por nada mesmo, mas se não for, eu não perco um dia. Toda semana a gente faz um artesanato diferente. E eu acho bom, porque como eu saí do BF, no grupo eu faço artesanato e vendo. Uns pesos de porta, umas bonequinhas. (Marilene dos Santos Souza, 44 anos, Nossa Senhora do Socorro).*

Indicadores	Modelo
6- Autoconceito de cidadania	AURA

7- Percepção de sentimento de cidadania	AURA
---	------

Para Marilene, o autoconceito de cidadania (indicador 6), tem a ver com respeito das leis e o respeito mútuo:

*Pra mim, ser cidadã é respeitar as leis, respeitar quem tá diante de mim e é mais do que eu, como essas moças que trabalham aqui (no CRAS) acho que meu direito começa onde termina o seu, respeitar pra ser respeitada.* (Marilene dos Santos Souza, 44 anos, Nossa Senhora do Socorro).

Indicadores	Modelo
6- Autoconceito de cidadania	AURA
7- Percepção do sentimento de cidadania	AURA

O indicador 6 (autoconceito de cidadania) e indicador 7 (percepção do sentimento de cidadania), também aparecem na fala de Sabrina:

*Já fiz uma redação sobre cidadania, mas já esqueci, eu acho que é exercer a função de cidadã, exercer seus direitos, é participar das coisas. Eu me sinto cidadã, eu tenho o meu voto. (...) Eu sei que nós, população, temos que exigir, porque a gente votou, mas às vezes é tanta coisa na vida que a pessoa esquece de estar exigindo os direitos.* (Sabrina dos Santos, 23 anos, Barra dos Coqueiros).

Indicadores	Modelo
6- Autoconceito de cidadania	AURA
7- Percepção do sentimento de cidadania	AURA

A fala de Iolanda também traz ao mesmo tempo um autoconceito e a percepção de sentimento de cidadania ao mencionar a palavra dignidade, que ela relaciona como requisito da cidadania (indicadores 6 e 7):

*Ser cidadã pra mim, eu até já fiz um curso sobre isso, é estar por dentro do que acontece, tipo assim, do governo, coisas da sociedade mesmo. Ser uma pessoa cidadã é ter também os meus direitos, os valores. Tipo dignidade.* (Iolanda Meneses Barbosa, 29 anos, Nossa Senhora do Socorro).

Indicadores	Modelo
8- Formulação de alternativas para problemas comunitários	AURA

Sabrina Pereira Santos Silva, de 23 anos, por sua vez, não é indiferente às necessidades pelas quais passa o seu bairro e a sua cidade. Agora, como mãe, pensa em como seria diferente se algumas mudanças fossem feitas para a qualidade de vida e segurança no seu bairro (indicador 8). A sua reflexão descreve o empoderamento coletivo, que é a capacidade de formular necessidades essenciais da comunidade. No caso, a sua:

*Agora sendo mãe eu vejo as coisas de uma forma diferente, eu vejo aqui mesmo no meu bairro, e acho que faltam colégios com oficinas, uma quadra grande, creche que realmente ensine... Não sei exatamente, mas acho que a prefeitura, os órgãos podem fazer para tirar os adolescentes das drogas, do roubo.* (Sabrina Pereira Santos Silva, de 23 anos, Barra dos Coqueiros).

Indicadores	Modelo
6- Autoconceito de cidadania	AURA
7- Percepção do sentimento de cidadania	AURA

A opinião de Soane, ao usar o verbo praticar no gerúndio dá uma dimensão interessante da cidadania como uma prática constante. A sua fala reflete o autoconceito (indicador 6) e o sentimento de cidadania (indicador 7) num sentido de solidariedade. O que não deixa de ter sentido, uma vez que a solidariedade é um dos princípios das lutas coletivas por equidade e justiça.

*Cidadania é você estar praticando, é você estar junto, como aqui estamos juntos no Centro Cidadão porque é pra ajudar a comunidade, pra ajudar aquelas pessoas que não têm condições. A gente que é cidadão tem a oportunidade de chegar e exercer. Num curso, numa aula, no Bolsa Família. Somos cidadãos e pra gente é muito bom.* (Soane Santos, 23, Nossa Senhora do Socorro).

Indicadores	Modelo
7- Percepção do sentimento de cidadania	AURA

Débora, de 29 anos, por sua vez, nos dá uma dimensão do sentimento de respeito e valorização a partir do momento em que passou a receber o benefício, algo nunca experimentado antes. A maioria das vezes as pessoas experimentam certo “cansaço social” decorrente de uma busca vã dos seus direitos. Mas não foi o que lhe aconteceu desta vez. A sua fala mostra a percepção do sentimento de cidadania e inclusão social (indicador 7).

*Assim, como cidadã, eu me senti mais respeitada. Minha filha mais velha tem 12 anos, e eu nunca recebi o benefício. Sempre dava entrada e nunca tinha, porque ela estudava em colégio particular, graças a Deus a gente tinha umas condições boas, porém na época eu sei que eu precisava mais pra ela mesma. Mas agora eu me senti respeitada como cidadã, eu dei entrada e logo recebi, não demorou e já incluí também a minha menina, ela não está mais em escola particular, tá em escola pública. Então eu gostei por causa disso, me senti mais valorizada. É como se eu estivesse assim com o meu direito realmente assegurado. Como se eu fosse atrás de algo e eu tive um retorno, porque é difícil a gente ir atrás de algo assim e receber um retorno. (Débora dos Santos, 29 anos, Barra dos Coqueiros).*

Indicadores	Modelo
9- Nível de reivindicação de outros direitos	AURA
3- Busca de direitos em outros órgãos do governo	AURA

Quanto à reivindicação e uso dos direitos, a fala de Marilene evidencia um antes e um depois nesse aspecto. Sua fala, apesar de abranger indicadores de outra categoria, enfatiza a reivindicação de outros direitos (indicador 9) e a descoberta e busca de direitos em outros órgãos do governo (indicador 3). Mais do que isso, ensinou-lhe a estar sempre atenta porque agora sabe que existem órgãos que podem ajudá-la a exercer seus direitos de cidadã.

*Hoje em dia eu me sinto mais esperta. Se eu souber que tenho direito a alguma coisa eu vou lá e procuro. Eu passei seis anos tentando uma cirurgia pra minha filha e não conseguia. Aí eu pensei, meu Deus, e se eu for no Fórum, será que eu consigo? Eu fui lá e através do Fórum eu consegui operar a menina. Eu só consegui através do Fórum. A advogada de lá me deu apoio e a gente processou o prefeito e eu consegui operar a criança. Mas só consegui assim. Mas passei seis anos pra minha filha fazer uma cirurgia, até eu descobrir que existia defensoria pública e fui pra lá. Agora eu sei. (Marilene dos Santos Souza, 44 anos, Nossa Senhora do Socorro).*

Indicadores	Modelo
7- Percepção do sentimento de cidadania	AURA
1-Nível de participação das atividades relacionadas ao BF	AURA

Débora, de 29 anos, só passou a receber o benefício com o nascimento da sua segunda filha (a primeira tem 12 anos). Quando respondeu se se sentia mais empoderada com o BF, respondeu que na verdade se sentiu mais respeitada, mais valorizada como cidadã (indicador 7 – percepção do sentimento de cidadania) e participação das atividades relacionadas ao BF (indicador 1). É a constatação da sua existência como indivíduo que compõe a sociedade de uma maneira mais ampla para além do direito ao voto.

*Pra falar a verdade, não me senti mais empoderada, porque eu sempre tive esse poder, essa determinação, esse pulso. Mas eu me senti mais valorizada. Por exemplo, eu nunca recebi benefício de prefeitura, nunca recebi. Eu na realidade vim receber esse benefício quando conheci as meninas do CRAS, fui informada de que tinha o CRAS aqui na cidade e eu poderia ir lá, saber que eu também tinha direito, saber o que a prefeitura e o governo estavam fazendo pra cidade, pras pessoas. Mas sempre tive essa garra, esse poder, essa voz, eu sempre fui assim. (Débora dos Santos, 29 anos, Barra dos Coqueiros).*

Nos itens acima exploramos praticamente todos os indicadores das quatro categorias: ter, saber, querer e poder, com exceção do indicador 8 da categoria I (Mudança no acesso a crédito, na comunidade, feira, mercado etc.), que não apareceu nas falas de uma forma direta.

Como foi possível observar, as falas das entrevistadas mostram um processo no que diz respeito aos mecanismos de empoderamento: ter, saber, querer e poder. Podemos afirmar que esse processo pelo qual as mulheres passaram até agora resultou em um salto substancial em termos subjetivos e de autonomia pessoal a partir da renda fixa que, apesar de pouco, se revelou fundamental para minimizar as desigualdades no âmbito familiar. Além disso, retirou-as de casa e levou-as a lugares públicos.

Quanto à cidadania, podemos perceber que esta é um processo que não é dado, pelo contrário. Ele se constrói no dia a dia, nas reivindicações, nas cobranças, na busca de outros órgãos para a solução dos problemas mas, sobretudo se revela no sentimento de pertencimento comunitário, social e pessoal. Ainda é um requisito democrático que está se constituindo enquanto práxis e enquanto autoconstrução. Foi um item no qual todas se lançaram, seguras ou não, mas que resultou em uma visões prosaicas do cotidiano, com exemplos de práticas muitas vezes bem sucedidas e que estimulam o seu exercício em outros contextos.

O Estado finalmente criou políticas de reconhecimento dessa parcela da população que antes era invisível, destituída de quase todos os direitos (exceto o direito do voto) fazendo emergir praticamente uma nova classe social por meio do acesso a ‘velhos’ direitos como a educação e a saúde. Agora, partindo da perspectiva de cidadania de Taylor (2009), trata-se de criar uma noção de cidadania que englobe as diferenças dessa ‘classe social’ e que seja formada por direitos específicos, como no caso das mulheres, que possuem suas demandas próprias. Taylor, em diálogo com Kant, relaciona a dignidade humana com a autonomia que, para este autor alemão, significa a capacidade de cada pessoa de determinar por si mesma a sua ideia de uma boa vida. Curiosamente, uma das nossas entrevistadas, Iolanda Meneses, relacionou cidadania com dignidade,

que é a sua percepção para se ter uma boa vida e para ser reconhecida. *Ser uma pessoa cidadã é ter também os meus direitos, os valores. Tipo dignidade.*

Dessa forma, retomamos aqui a nossa tese de que inclusão das mulheres no programa bolsa família e o acesso à informação e à capacitação profissional foram fundamentais para a transformação das realidades das mulheres dos três grupos entrevistados. Isso se revelou nas falas acima relacionadas com os indicadores de empoderamento, mostrando os níveis práticos e subjetivos de mudança a partir da inclusão no benefício. A adaptação das metodologias IDEIAS e AURA ao mesmo tempo que nos permitiu saber os seus conhecimentos informáticos e documentais, com seus avanços e limitações, e também permitiu um conhecimento das suas subjetividades, dimensão importante enquanto constituição do sujeito social e político que compõe a construção da autonomia e da cidadania.

Em maior ou menor grau, a passos longos ou pequenos, observamos que foi acionado o gatilho da transformação pessoal e também coletiva, pois esta só se dá na medida em que mudamos interiormente.





## **CAPÍTULO 7 – CONCLUSÕES, RECOMENDAÇÕES E PROJEÇÕES DE ESTUDOS**

---

### **7.1 Conclusões**

Partindo do desenvolvimento teórico-metodológico utilizado para o estudo de três grupos de mulheres beneficiárias e da formulação de indicadores de acesso à informação e de empoderamento individual e coletivo, podemos descrever aqui as conclusões deste trabalho. Neste capítulo final, também faremos algumas recomendações para futuras pesquisas com relação ao tema aqui investigado, bem como algumas projeções de estudo.

Vimos no decorrer desta Tese que somente uma perspectiva multidisciplinar pode nos fazer acercar ao objeto de estudo de uma maneira mais sensível sem, no entanto, escapar ao foco de análise que é a Ciência da Informação e da Documentação mas entendendo-a de um ponto de vista holístico devido à natureza dos sujeitos estudados.

Dessa forma, chegamos a algumas conclusões:

- 1) O primeiro objetivo desta tese diz respeito à descrição de três grupos de mulheres beneficiadas pelo PBF em três municípios. Em São Cristóvão, pudemos constatar que a população não tem tido muita atenção em termos de estrutura física e de pessoal para atender às demandas de mães e mulheres da terceira idade, sobretudo nos povoados. Além disso, como possui uma população heterogênea que vive em comunidades urbanas e rurais, é necessário que haja mais projetos inclusivos que abranjam diferentes grupos do município (étnico, cultural, urbano e rural). E, se for o caso, os cursos devem ser levados às localidades mais afastadas por meio de unidades móveis. Nossa Senhora do

Socorro, município que margeia os limites geográficos de Aracaju e é quase um prolongamento da capital, possui bairros muito populosos e, por essa razão, foram criadas quatro unidades do CRAS. Isso possibilita uma atenção maior à população, que não precisa se deslocar muito para as atividades do centro. Possuem uma demanda grande de cursos e atividades profissionais oferecidos tanto pelo PRONATEC como pelo próprio centro de referência. A Barra dos Coqueiros, por sua vez, situada numa península que se comunica com a capital por uma ponte, possui uma estrutura física e de pessoal bastante completa e com múltiplas atividades sócio-educacionais.

Podemos afirmar que, dos três municípios, Nossa Senhora do Socorro e a Barra dos Coqueiros são os que apresentam mais possibilidades de mudança real e transformadora, devido ao perfil médio já formado da amostra das mulheres aqui entrevistadas. Ao contrário de São Cristóvão, que ainda não tem um perfil delineado, Socorro e Barra dos Coqueiros devem aproveitar e avançar mais no desenvolvimento profissional e informacional das beneficiárias.

- 2) Quanto ao segundo objetivo, referente aos impactos sociais e às competências informacionais e profissionais, a pesquisa revelou que houve uma mudança de atitude com relação à busca pelos direitos e à percepção de cidadania pela via da informação. Esse processo despertou nas entrevistadas a consciência da necessidade de aquisição de novas aprendizagens, como o uso do computador e do celular para a vida cotidiana, seja numa relação profissional ou doméstica/familiar.
- 3) Quanto este objetivo, ficou comprovado que existe uma relação causal direta entre o Bolsa Família e o desenvolvimento das habilidades informacionais e profissionais, uma vez que a oferta de cursos oferecidos no CRAS só foi

possível mediante a existência do público feminino formado pelas mulheres do BF que frequentam o centro. Os depoimentos mostram que a partir da formação recebida no CRAS elas ficaram mais ágeis e espertas, estão em permanente aprendizagem por meio dos diferentes cursos e palestras e falam sobre diversos temas. Se de um lado as habilidades informacionais e profissionais se revelaram baixas, por outro, ficou clara a sua necessidade de saber e de aceder à informação, seja por meio das TIC, seja por meios mais tradicionais. Mas do nosso ponto de vista, deve-se aproveitar a relação que já foi construída entre o público beneficiado e CRAS como um espaço de assistência e aprendizagem para que os cursos de alfabetização digital e informacional para o empoderamento ocorram num ambiente acolhedor e de confiança para as mulheres.

- 4) Um dos aspectos mais interessantes nesta tese foi perceber a percepção de mudança e de empoderamento vividos pelas entrevistadas. O empoderamento pessoal foi revelado a partir de diferentes aspectos, desde a mudança no que diz respeito à relação conjugal até a desenvoltura na busca pelos direitos em diferentes órgãos num claro exercício da cidadania. Mas, principalmente, o que ficou patente foi a consciência de que pode participar da vida social e que pode mudar as suas vidas, por mais duras que sejam as suas realidades.
- 5) Quanto ao objetivo cinco, foi possível identificar algumas formas de solidariedade decorrente do fortalecimento de laços grupais. A identificação entre elas a partir de vivências comuns gera a solidariedade, sobretudo quando o tema é violência doméstica ou dificuldade de conseguir trabalho com carteira assinada. Elas reproduzem as suas experiências, convidam outras mulheres para o CRAS (muitas chegaram lá por essa via, por meio do boca a boca), estendendo

assim seus pequenos saberes com a vizinha, a prima ou amiga. Uma avisa à outra quando tem direito a algum benefício, mostra o caminho para obter e assim multiplica a informação.

Estendendo-nos um pouco mais além dos objetivos alcançados acima desenvolvidos, acrescentamos nesta tese algumas observações críticas:

- O Programa Bolsa Família, sem dúvida, empoderou as mulheres e lhes forneceu outra dimensão da vida para além do universo doméstico devido ao conjunto de atuação (profissionalizante, lazer, saúde, educação). Contudo, ao focar apenas atividades profissionalizantes e artesanais, limita e reduz as possibilidades de mudança econômica, social e cultural ao não aproveitar o potencial das mulheres. Em outras palavras, subestima sua capacidade de se desenvolverem através de outras ferramentas como o computador, a internet e a aprendizagem de busca e gestão da informação.
- O Bolsa Família, por si só, melhorou a autoestima, deu-lhes independência e autonomia para decidir e conferiu-lhe um empoderamento pessoal, mas acreditamos que, se o Estado ampliar as atividades do CRAS para além das já existentes, como o acesso ao computador para que desenvolvam habilidades informáticas, esses resultados podem ser ainda maiores, o que pode resultar avanços no que diz respeito às oportunidades e à equidade de gênero. O centro de convivência, ao trabalhar primeiro o aspecto emocional de autoconhecimento, prepara o caminho para outras etapas que é a do conhecimento prático para o qual muitas vezes nem imagina possível. Como afirmam Del Prete, Cervera, Martí (2013, p. 39), “a pessoa na melhor idade<sup>171</sup> é consciente de sua

---

<sup>171</sup> Melhor idade é o termo utilizado no Brasil pelas instituições para referir-se às “personas mayores”.

competência e deve desenvolver atividades que a conduzam ao aumento a autoestima; provocar essa consciência é a primeira tarefa da formação<sup>172</sup>”.

- Além disso, tem sido dada pouca atenção ao papel que as bibliotecas podem vir a exercer, sobretudo nos municípios. Como vimos no capítulo 5, as bibliotecas, hoje mais do que nunca, deveriam funcionar como espaço de aprendizagem que, na Era da Informação, passa também pelo acesso e pelas competências em novas tecnologias da informação para além do empréstimo de livros. De acordo com Suaíden (2000, p. 57), nesse processo de globalização, de novos paradigmas tecnológicos e sociais caberá à biblioteca pública “trabalhar no sentido de corrigir as deficiências do passado, como criar uma interação adequada com a comunidade e implantar produtos que de fato facilitem o acesso à Sociedade da Informação.” A sua função social deve ser ampliada. A Biblioteca Clodomir Silva, por exemplo, ao inserir um telecentro em suas instalações com um instrutor e potencializar o acesso à informação pelo livro e pela internet, pode servir como modelo para as demais. Mas do nosso ponto de vista, isso não é suficiente.
- Além do público em geral, também devem ter grupos específicos, como das mulheres, para que elas possam estar num ambiente em que a maioria tenha uma identidade em comum, o que contribui para uma maior interação e entrosamento, facilita a sua aprendizagem e evita a evasão. Os projetos em “ALFIN para o empoderamento” feminino, proposto nesta Tese, deveriam fazer parte desse projeto maior de inclusão digital e informacional para a cidadania. Sendo realizado de uma forma continuada, pode-se vir ter verdadeiros impactos na diminuição da brecha digital e, assim, diminuir a injustiça de gênero.

---

<sup>172</sup> Texto original: “La persona mayor es consciente de su competencia y ha de desarrollar actividades que conduzcan al aumento de la autoestima; el provocar esa consciencia es la primera tarea de la formación.”

Em todo caso, não há como deixar de notar o quanto a renda fixa possibilitada pelo Bolsa Família tornou-se importante nas vidas dessas mulheres e de tantas outras. Os resultados têm sido muito mais simbólicos que materiais, devido ao reconhecimento social que o benefício lhes confere e também às atividades de aprendizagem (cursos) e atividades sociais (grupos de idosos, Vida Ativa, grupos de mulheres e gestantes etc.) das quais participam no CRAS.

Como vimos no capítulo 5, a função do CRAS é fazer um trabalho continuado com as famílias, prevenir a ruptura dos seus vínculos e promover acesso e usufruto de direitos, contribuindo, assim, na melhoria de sua qualidade de vida. O trabalho do dentro de referência é muito importante porque restabelece a confiança da população mais carente nas instituições, dando-lhes mais segurança na hora de buscar seus direitos em outros órgãos públicos por meio da formação, informação e laços sociais que são construídos e reconstruídos. Daí a necessidade de valorizá-lo no que diz respeito à formação em “ALFIN para o empoderamento”, uma vez que ele já está estruturado e consolidado nas mulheres como um lugar de acolhimento e aprendizagem.

Elas têm vida social, saem de casa, resolvem coisas, enfim, tornaram-se mais “espertas”, envolvidas e defendem suas pequenas conquistas. Sentem-se com mais liberdade e independência e confessam que essas atividades tiraram da depressão, pois algumas vivem situação de violência doméstica.

Isto, sem dúvida, é resultado de sentirem-se inseridas e reconhecidas enquanto pessoas e enquanto cidadãs. Quanto a este aspecto, devidamente estudado como uma categoria analítica, Charles Taylor (2009) afirma que o não reconhecimento ou o reconhecimento equivocado pode ser uma nova forma de opressão, que aprisiona a pessoa em um modo de ser falso e distorcido. Pode, inclusive, “infringir uma ferida grave, que transtorna as

peessoas provocando um autodesprezo que as torna inábil, o devido reconhecimento não é simplesmente uma cortesia, mas uma necessidade humana.” (p. 53).

Infelizmente, o caminho não tem sido o da aprendizagem via competências informacionais e digitais, mas sim uma via de acesso à informação que em sua maioria ainda é analógica, e que tem a ver com as próprias relações sociais típicas dos bairros/municípios. Muitas só acreditam “vendo” e “ouvindo” por elas mesmas, dirigem-se ao CRAS para se informarem ou pela informação que vem mensalmente no talão de retirada de dinheiro da lotérica (posto que é ligado ao banco público Caixa Econômica Federal, que paga o benefício em todo o país).

No entanto, se voltarmos aos indicadores, eles revelam que se faz necessário ampliar o escopo, uma vez que elas se despertaram para um mundo novo e estão conscientes do que está acontecendo na sociedade em relação à internet, da necessidade de pesquisar para si, a família e para a vida. A necessidade de aprender, de pesquisar para conhecer principalmente os seus direitos e a mudança de atitude com relação às novas formas de existir na sociedade estão presente nas suas vozes:

*Os cursos ajudaram a ter conhecimento porque eu não tinha conhecimento.*

*Porque hoje em dia tudo é na base da informática. Se eu to aqui cara a cara com você, você sabe de internet e tá preocupada pra mexer, e eu não tô porque eu não sei.*

*Entro muito no Google e pesquiso muito sobre Enfermagem.*

*Pesquiso muito na internet, sei de remédios, pra que servem, bulas, enfim, tiro cópias, marco no Google, guardo, imprimo. A internet pra mim é muito útil por causa da família.*

*Eu tenho conhecimento, eu frequento a reunião, tem lugares que eu não conhecia e fiquei sabendo por causa das reuniões do grupo de mães.*

*Eu tive que pesquisar na internet pra poder fazer o trabalho. Eu me senti tão bem. Eu não me sinto tão um peixe fora d'água. Antes eu me sentia um peixe fora d'água, só ouvia as colegas falando. E aí eu tive mais conhecimento, se aparecer mais curso eu faço.*

*Apesar de eu saber um pouco de informática, eu queria fazer um avançado. Eu tenho*



*só o Básico.*

*Eu procuro saber mais na área da saúde. No posto de saúde, sempre colocam na parede avisos com os direitos dos pacientes e também procuro muito na internet.*

*Do governo eu procuro saber mesmo dos benefícios que eu tenho direito. Agora mesmo eu fiquei sabendo que eu tenho direito a um salário maternidade, aí eu vou no site do governo.*

Apesar de se sentirem mais independentes, falta um pedaço. Para algumas, um trabalho, pois já desenvolveram habilidades nos cursos do PRONATEC e do CRAS. Essas habilidades são ‘femininas’, por assim dizer e retroalimenta as tarefas típicas de mulher: bordado, costura, cozinha, etc., sem apresentar nada que seja um desafio. Ainda falta uma política municipal que tenha enfoque nas reivindicações e nos movimentos das mulheres, no sentido de prepará-las para atividades mais complexas e possam desenvolver a sua capacidade cognitiva, pois muitas estudaram até o Ensino Médio<sup>173</sup> completo e demonstram muita vontade de aprender, de adquirir novos conhecimentos. Como disse Dona Marilene dos Santos Souza, “a bolsa me estimula a ir além”. Elas gostariam muito de ter a “carteira assinada”, ou seja, contrato de trabalho fixo e receberem um salário mínimo de R\$ 937 (valor de 2017) que, comparado com a média de 176 reais que recebem do benefício, é quase 8 vezes mais. Como disse Iolanda Meneses, “quero ter a carteira assinada, me profissionalizar”. No entanto, ainda prevalece um pensamento que iguala essas mulheres a uma média baixa.

Os cursos oferecidos, em geral, primam pela sua aplicabilidade apenas em âmbito local devido ao seu baixo custo inicial e à possibilidade de se tornarem autônomas (costurar roupa íntima, fazer artesanato, utilidades para casa etc). Muitas já fazem isso, o que complementa a renda do Bolsa Família, como demonstram as falas abaixo:

---

<sup>173</sup> Equivalente ao *Bacharelato* na Espanha.

*Toda semana a gente faz um artesanato diferente. E eu acho bom, porque como eu saí do BF, no grupo eu faço artesanato e vendo uns pesos de porta, umas bonequinhas.*

*Aprendi a fazer bordado, ponto de cruz. É que aqui na Barra, essa coisa de crochê é mais pra turista, não valoriza muito, mas eu queria muito aprender a fazer pra vender.*

*Eu tinha muita vontade de aprender a fazer curso de profissionalizante de cabeleireiro. Ainda tenho.*

Esse aspecto é muito positivo, pois do ponto de vista do empoderamento também podem fazer com que ganhem autonomia econômica real, criem cooperativas, pequenos negócios, fechando assim os indicadores da categoria TER no que diz respeito ao acesso a crédito na comunidade, no mercado, nas instituições financeiras.

No entanto, se não há uma preocupação em diminuir a exclusão digital, não ajuda a diminuir a brecha digital. Além disso, qualquer empreendimento, por menor que seja, necessita de pessoas capacitadas digital e informacionalmente. E no caso delas, essa formação, associada à consciência e ao pensamento reflexivo das transformações ocorridas e por ocorrer em suas vidas contribuirão verdadeiramente para a equidade de gênero.

## **7.2 Recomendações**

Estamos de acordo com a proposta teórico-metodológica que enxerga o desenvolvimento humano como resultado da equidade de gênero e vê na mulher a saída para viver um mundo melhor devido à forma como lida com os problemas e como os soluciona (Charlier & Caubergs, 2007).

- 1) Um dos conceitos norteadores desta pesquisa foi o de políticas públicas. Acreditamos que a saída possível para dar o “empurrão” principal é, sim, pelo Estado e pela consolidação de políticas educacionais de alfabetização informacional que tenha diretrizes balizadoras. No entanto, as iniciativas de

projetos em ALFIN existentes devem ser aproveitados e adaptados a contextos como os estudados aqui nesta investigação e que incorporem a dimensão do empoderamento.

- 2) Os cursos de acordo com o contexto/perfil sócio-educativo que são oferecidos pelo PRONATEC são escolhidos de cima para baixo. Então, cabe ao Estado ampliar essa oferta levando em consideração também as próprias reivindicações das mulheres e, assim, fazer com que elas se insiram na sociedade da informação aproveitando os programas computacionais já existentes. Conforme descrevemos no objetivo 3, existe uma relação direta entre a inclusão no programa Bolsa Família e o acesso à informação da saúde e na educação, mas também à formação continuada por meio dos cursos oferecidos. Mas estes devem estar atentos às demandas das mulheres. No que diz respeito às suas escolhas de novas aprendizagens, por exemplo, (categoria SABER), Débora nos disse que tem vontade não só de fazer o curso profissionalizante de cabeleireiro. Mas não só este curso: *Eu acho que eu dei uma mudada assim, porque eu já fiz uma vez um básico de OSCIP<sup>174</sup>, que ele incluía tudo, direitos humanos, falar em público, só que foi uma coisa assim bem rápida eu queria que tivesse um assim mais aprofundado, mais refinado, sociedade, né?* (Débora dos Santos, 29 anos, Barra dos Coqueiros).

Existem muitas vontades e demandas que precisam ser atendidas, pois essas mulheres ainda não podem se valer por elas mesmas no sentido de pagar um curso para a sua formação. Elas precisam do Estado para isso.

- 3) É necessário dar atenção pluridimensional às beneficiárias e aos inscritos no Cadastro Único no sentido de oferecer formação de acordo com as exigências da

---

<sup>174</sup> Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP), esse curso é ministrado pelo SEBRAE (Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas).

Sociedade da Informação (alfabetização informacional) e não apenas com a sociedade industrial (cursos profissionalizantes), como se fossem duas coisas excludentes. A aprendizagem e uso das ferramentas prático-profissionais (sem dúvida, muito importantes para essa camada social emergente) não podem estar separadas das ferramentas de letramento/alfabetização informacional.

- 4) Os programas de informática devem ser adaptados ao modelo ALFIN de inclusão digital, informacional e social, levando em consideração os diferentes grupos (mães, terceira idade e faixa etária). Eles devem ser aplicados numa dimensão não apenas profissional, mas vinculados aos indicadores de empoderamento pessoal e coletivo para dar autonomia e mais ferramentas para que possam competir no mercado de trabalho e para a vida cotidiana.
- 5) Os cursos oferecidos devem aproveitar a estrutura não só física como humana do CRAS. Há uma relação até mesmo afetiva com os membros que compõem esses espaços, representada, sobretudo, pela figura do assistente social (profissão exercida pelas mulheres em sua maioria), o que lhes transmite confiança. É muito importante levar isso em consideração devido ao fato de que os centros ajudaram algumas beneficiárias a superar o “medo social” de se aproximar e de se comunicar em espaços institucionais.

### **7.3 Projeção de estudos**

A presente investigação, por meio do seu percurso teórico descritivo e prático de ida a campo e envolvimento com os sujeitos, sugere alguns caminhos possíveis para o desenvolvimento sócio cultural em curto prazo. Dessa forma, e tendo em vista a importância social do tema, acreditamos que deve ser dada continuidade a esta investigação em outros grupos de mulheres e em outras localidades.

Este estudo identificou diferentes formas de acesso à informação de que se valem as mulheres no seu dia a dia para solucionarem seus problemas e não serem excluídas das políticas públicas tão necessárias a elas. Elas se utilizam do boca a boca, TV, rádio, CRAS, vizinhos, internet. Mas a forma como utilizam esses meios ainda não é suficiente para o seu autodesenvolvimento, pois necessitam aprender a buscar a informação de uma maneira autônoma e crítica e, assim, exigir seus direitos.

Por isso, a perspectiva de “ALFIN para o empoderamento”, proposta nesta Tese como formação para a vida e de seguimento de empoderamento como um processo não é algo acabado. Muito pelo contrário. Embora as categorias de ter, saber, querer e poder se mantenham como proposta metodológica, os indicadores devem servir apenas como modelo, que pode ser perfeitamente adaptado a contextos culturais distintos, como por exemplo, nas comunidades de mulheres indígenas, remanescentes de escravos ou ainda comunidades rurais.

As alternativas sugeridas são as seguintes:

- 1) Levando em consideração o baixo perfil informacional e documental das beneficiadas, o estudo sugere que sejam aplicados os cursos e/ou oficinas com o objetivos específicos de “ALFIN para empoderamento feminino” partindo dos modelos metodológicos IDEIAS e AURA. Isso possibilita que as mulheres se desenvolvam para além do curso básico de informática e possam ter também uma sequência de níveis intermediário e avançado desenvolvendo todos os níveis de empoderamento: ter, saber, querer e poder.
- 2) As oficinas devem ser perfiladas por categorias (mães, melhor idade, desempregadas) e também por nível de formação (Ensino Fundamental e Médio, semi-alfabetizadas). Acreditamos que esta forma resultará em avanços não só das suas habilidades e desenvolvimento pessoal para a cidadania como também

ajudam a ver que seus problemas são compartilhados por outras mulheres, gerando solidariedade mútua e reforçando os níveis de empoderamento.

- 3) Pensando em termos de desenvolvimentos futuros, tendo em vista o lugar incipiente que a mulher ainda ocupa na sociedade, devem-se criar mais indicadores de acordo com os contextos e desenvolver programas de “ALFIN para o empoderamento”. A proposta apresentada nesta tese, esperamos, pode fazer avançar pouco a pouco no longo caminho da equidade de gênero e na construção da cidadania como um processo, uma vez que a aprendizagem é para a vida.



### A

Aberta consulta de temas para ações do Governo Aberto (2016). Laboratório de Desenvolvimento e Participação. Acessado em Setembro 10, 2016 em: <<http://colab.each.usp.br/?tag=ogp>>

Ação da Cidadania contra a Miséria e pela Vida. (1993). *Cartilha para ajudar a formar comitês*. Brasília: Secretaria Nacional da Ação da Cidadania Contra a Miséria e pela Vida.

Alves, B. M. & Pitanguy, J. (1985). *O que é feminismo*. São Paulo: Brasiliense.

Araújo, T. B. (2000) *Ensaio sobre o desenvolvimento brasileiro: heranças e urgências*. Rio de Janeiro: Revan/FASE.

Araújo, T. B. (2003). As políticas públicas no Brasil: heranças, tendências e desafios. In: Santos Júnior, O. A. (Org.). *Políticas públicas e gestão local: programa interdisciplinar de capacitação de conselheiros municipais*. Rio de Janeiro: FASE.

Astorga, A. & Facio, L. (2009). ¿Qué son y para qué sirven las políticas públicas? *Contribuciones a las Ciencias Sociales*. Acessado em Agosto 11, 2015 em: <[www.eumed.net/rev/cccss/aalf.htm](http://www.eumed.net/rev/cccss/aalf.htm)>

*Autonomia Econômica e empoderamento da mulher*. (2011). Debates. Rio de Janeiro: Fundação Alexandre Gusmão.

### B

Bacelar, T. (2003). As políticas públicas no Brasil: heranças, tendências e desafios. Em: Santos Júnior, O. A. [et al.]. (Orgs.) *Políticas Públicas e Gestão Local: programa interdisciplinar de capacitação de conselheiros municipais*. Rio de Janeiro: FASE.

Badillo Matos, A. (2009). In: Targino, M. G. *Jornalismo cidadão – Informa ou deforma?* Brasília: Ibict: Unesco.

Ballesteros, Sofía & Colanzi, I. (2015, Abril). Las luchas colectivas de las mujeres en el abordaje de la violencia familiar y de género. Buenos Aires: Derecho y Ciencias Sociales. Nº 12 (Violencias). Instituto de Cultura Jurídica y Maestría en Sociología Jurídica, pp. 217-235.



- Barbalho, A. (2011). Políticas e indústrias culturais na América Latina. In: *Contemporânea*, Ed 17, vol. 9.
- Barbalet, J. M. (1989). *A cidadania*. Lisboa: Estampa.
- Barberis, M. (2008). *Ética para juristas*. Madri: Trotta.
- Bauman, Z. (1999). *En busca de la política*. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica de Argentina.
- Bauman, Z. (2003). *Comunidade: a busca por segurança no mundo atual*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.
- Bauman, Z. (1999). *Globalização: as consequências humanas*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.
- Bauman, Z. (2011). *Modernidad y ambivalência*. Barcelona: Anthropos.
- Beauvoir, S. (2015). *El segundo sexo*. (10ª ed.). Buenos Aires: De Bolsillo.
- Beauvoir, S. (1980). *O segundo sexo 2. A experiência vivida*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira.
- Bell, D. (1991). *El Advenimiento de la sociedad post-industrial*. Madri: Alianza Editorial.
- Benavente R., M. C. & Valdés, B., A. (2014). *Políticas públicas para la igualdad de género*. Un aporte a la autonomía de las mujeres. Santiago del Chile: CEPAL.
- Bertero, J. F. (2003). Sobre a sociedade pós-industrial. Campinas: III Seminário do Trabalho, Perspectivas do Trabalho no Brasil (Seminário). Acessado em: Outubro 17, 2016 em: <<http://www.unicamp.br/cemarx/ANAIS%20IV%20COLOQUIO/comunica%E7%F5es/GT3/gt3m2c4.pdf>>
- Bourdieu, P. (2002). *A dominação masculina*. (2ª ed.). Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.
- Bucci, M. P. D. e outros (2001). Pensando um conceito de políticas públicas para a concretização dos direitos humanos. In: Bucci, M. P. D. *Direitos humanos e políticas públicas*. São Paulo, Pólis.
- Burch, S. (2005). Sociedade da Informação / Sociedade do Conhecimento. In: Ambrosi, A.; Peugeot, V.; Pimienta, D. (Coords.) (2005). *Desafio de Palavras: enfoques multiculturais sobre as sociedades da Informação*. Paris: C & F Editions. Acessado em Maio 10, 2016 em: <[https://repositorium.sdum.uminho.pt/bitstream/1822/14854/1/Revista\\_Educa%C3%A7%C3%A3o\\_VolXVIII,n%C2%BA1\\_5-22.pdf](https://repositorium.sdum.uminho.pt/bitstream/1822/14854/1/Revista_Educa%C3%A7%C3%A3o_VolXVIII,n%C2%BA1_5-22.pdf)>
- Bravin, S. M. R. (2015). *A contribuição do programa Mulheres Mil para a formação de capital social*. Dissertação de Mestrado. Canoinhas: Universidade do Contestado.
- Brzezinski, Z. (1979). *La era tecnocrática*. Buenos Aires, Paidós.

Bustamante Donas, J. (2007, Agosto). Los nuevos derechos humanos: gobierno electrónico e informática comunitaria. *Enlace*, v.4, n. 2.

## C

Cabral Filho, A. V. & Cabral, E. D. T. (2013). *Mapeamento da Inclusão digital no Brasil*. *Revista Eptic Online*. Vol.15 n.1 p. 4-19.

Camberos Sánchez, M. T. (2011, Julho-Dezembro). Empoderamiento femenino y políticas públicas, una perspectiva desde las representaciones sociales. *Entramado*, vol. 7, num. 2, p. 40-53, Universidad Libre de Cali, Colombia.

Campello, T. & Neri, M. C. (2013). *Programa Bolsa Família - Uma década de inclusão e cidadania*. Brasília: Ipea.

Canclini, N. G. (1990). *Culturas híbridas*. Estratégias para entrar y salir de la modernidad. México: Grijalbo.

Canclini, N. G. (2002). *Latinoamericanos buscando un lugar en este siglo*. Barcelona: Paidós.

Cano Isaza, T. A. & Arroyave Álvarez, O. (2014). Procesos de empoderamiento de mujeres: subjetivación y transformaciones en las relaciones de poder. *Revista Virtual Universidad Católica del Norte*, 42, 94-110. Acessado em Dezembro 28, 2016 em: <http://revistavirtual.ucn.edu.co/index.php/RevistaUCN/article/view/497/1033>

Cardoso, D. F. (2016). *Capital e trabalho no Brasil do século XXI: o impacto de políticas de transferência e de tributação sobre desigualdade, consumo e estrutura produtiva*. Tese de Doutorado, Programa de Economia, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte (UFMG), Belo Horizonte.

Cardoso, F.H. & Faletto, E. (2004). *Dependência e desenvolvimento na América Latina: ensaio de interpretação sociológica*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

Caregnato, S. E. (2000). O desenvolvimento de habilidades informacionais: o papel das universidades no contexto da informação digital em rede. *Revista de Biblioteconomia e Documentação*, Porto Alegre, 8, p. 47-55.

Castells, M. (2011). *A sociedade em rede*. A Era da Informação, Economia, Sociedade e Cultura. (4ª ed.). Vol. I, Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.

Castells, M. & Cardoso, G. (Orgs.) (2006). *A sociedade em rede*. Do conhecimento à ação política. Lisboa: Imprensa Nacional/Casa da Moeda. Acessado em Fevereiro 19, 2016 em: <http://biblio.ual.pt/Downloads/REDE.pdf>

Castells, M. (1999). *A Sociedade em Rede*. Volume I. São Paulo: Paz e Terra.

Castro, S. (2010). Nancy Fraser e a teoria da justiça na contemporaneidade. *Revista Redescrições*. Revista on line do GT de Pragmatismo e Filosofia Norte-americana, Ano 2, Número 2. Acesso em Julho 14, 2015 em:

<[http://www.gtpragmatismo.com.br/redescricoes/redescricoes/ano2\\_02/1\\_castro.pdf](http://www.gtpragmatismo.com.br/redescricoes/redescricoes/ano2_02/1_castro.pdf)>

- Cecchini, S. (2013). Transferências condicionadas na América Latina e Caribe: da inovação à consolidação. In: Campello, T. & Neri, M. C. *Programa Bolsa Família - Uma década de inclusão e cidadania*. Brasília: Ipea.
- Centro Carter, El. (2015). *Las mujeres y el derecho de acceso a la información en Guatemala*. Estudio de Metodología Mixta, Guatemala: El Centro Carter.
- Cepal. (2006). *Reformas constitucionales y equidad de género*. Informe Final Seminario Internacional Santa Cruz de la Sierra. Cepal: Santiago do Chile.
- Cepal (2016a). *Estado de la banda ancha en América Latina y el Caribe*. Santiago de Chile: Cepal.
- Cepal (2016b). *Autonomia de las mulheres e igualdade em la agenda de desarrollo sostenible*. (2016) XII Conferência Regional sobre a mulher da América Latina e do Caribe - Montevidéu, Santiago do Chile: Cepal.
- Cet.la. (2014). *Programas de Alfabetização Digital na América Latina*. Montevidéu: Centro de Estudios de Telecomunicaciones de América Latina.
- Charlier, S. & Caubergs, L. (2007). *El proceso de empoderamiento de las mujeres*. Guía metodológica. Bruxelas: Comisión de Mujeres y desarrollo.
- Comisión Interamericana de Derechos Humanos (CIDH). *Acceso a la información, violencia contra las mujeres y administración de justicia en las Américas*. (2015). Acessado em Janeiro 17, 2017 em: <<http://www.oas.org/es/cidh/informes/pdfs/acceso-informacion.pdf>>
- Constitución de la Nación Argentina: publicación del Bicentenario. (2010). Buenos Aires: Corte Suprema de Justicia de la Nación / Biblioteca del Congreso de la Nación / Biblioteca Nacional.
- Coura, C. P. (2009). Nos limiares da pobreza e do estigma: um diálogo entre Simmel e Goffman. Acessado em Janeiro 06, 2016 em: <[http://www.observatoriodasmetropoles.ufjf.br/nos\\_limiares\\_da\\_pobreza\\_e\\_do\\_estigma%5B1%5D.pdf](http://www.observatoriodasmetropoles.ufjf.br/nos_limiares_da_pobreza_e_do_estigma%5B1%5D.pdf)>
- Coutinho, C.; Lisboa, E. (2011). Sociedade da Informação, do Conhecimento e da Aprendizagem: desafios para a Educação o século XXI. *Revista de Educação*. Vol. XVIII, n. 1, p. 5-22. Acessado em Maio 17, 2016 em: <[https://repositorium.sdum.uminho.pt/bitstream/1822/14854/1/Revista Educa%C3%A7%C3%A3o\\_VolXVIII,n%C2%BA1\\_5-22.pdf](https://repositorium.sdum.uminho.pt/bitstream/1822/14854/1/Revista_Educa%C3%A7%C3%A3o_VolXVIII,n%C2%BA1_5-22.pdf)>
- Coutinho, M. (2007) A sociedade da informação e o determinismo tecnológico: notas para um debate. *Libero*, Brasil, v. 6, n. 11, 2007. Acessado em Maio 18, 2016 em: <<http://www.revistas.univerciencia.org/index.php/libero/article/view/3908/3667>>

Cuevas-Cerveró, A. & Simeão, E. (Coords.) (2011). *Alfabetización informacional e inclusión digital*. Hacia un modelo de infoinclusión social. Gijón (Astúrias): Ediciones Trea.

Cuevas-Cerveró, A. (Coord) (2009). *IDEIAS – Inclusión digital y Educación Informacional para la salud*. Madrid: Universidad Complutense.

Cuevas-Cerveró, A. (2012). Alfabetização em Informação e Educação à distância: uma relação necessária. In: Linhares, R. N.; Lucena, S.; Versuti, A. (2012). *As redes sociais e seu impacto na cultura e na Educação do Século XXI*. Fortaleza: Edições UFC.

Curiel, O. (2011). Los límites del género en la teoría y práctica política feminista. In: ARANGO, L. G & VIVIEROS, Mara (Eds.) *El género: una categoría útil para las ciencias sociales*, Bogotá: Universidad Nacional de Colombia, p. 203-226.

## D

D'Atri, A. (2013) *Pan y rosas: pertenencia de género y antagonismo de clase en el capitalismo*. Buenos Aires: Ediciones IPS.

Declaração de Alexandria sobre Competência Informacional e Aprendizagem ao longo da vida. (2005). Alexandria: Faro da Sociedade da Informação. Acessado em Janeiro 16, 2016 em: <<http://www.ifla.org/files/assets/wsis/Documents/beaconinfosoc-pt.pdf>>

Del Petre, A; Gisbert Cervera, M.; Camacho Martí, M. M. (2013, Julio). Las TIC como herramienta de empoderamiento para el colectivo de mujeres mayores el caso de la comarca del Montsià (Cataluña). Universidad de Sevilla: Pixel-Bit. Revista de Medios y Educación, núm. 43, 2013, p. 37-50.

Demo, P. (1994). *Política Social, educação e cidadania*. São Paulo: Papirus.

Deslandes, S. F. (1994). In: Minayo, M. C. de S. (Org.) *Pesquisa social: teoria, método e criatividade*. Rio de Janeiro: Vozes.

Dias, P. (2014). *Viver na sociedade digital*. Tecnologias digitais, novas práticas e mudanças sociais. Parede (Portugal): Principia.

Duarte, P. H. E. & Gracioli, E.J. (2011). A teoria da dependência: interpretações sobre o (sub)desenvolvimento na América Latina. Acessado em Setembro 19, 2016 em: <[http://www.unicamp.br/cemarx/anais\\_v\\_coloquio\\_arquivos/arquivos/comunicacoes/gt3/sessao4/Pedro\\_Duarte.pdf](http://www.unicamp.br/cemarx/anais_v_coloquio_arquivos/arquivos/comunicacoes/gt3/sessao4/Pedro_Duarte.pdf)>

## E

Elias, N. (1994). *A sociedade do indivíduo*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.

Eirão, T.G.; Silva, T. E. da; Cavalcante, R. da S. (2015, Janeiro-Abril). Para além do mercado comum do Sul: estabelecendo relações entre as leis de acesso à

informação dos países do Mercosul. *E-legis*, Brasília, n. 16, p. 43-55. Acessado em Setembro 10, 2016 em: <<http://e-legis.camara.leg.br/cefor/index.php/e-legis/article/viewFile/218/296>>

## F

Fal, J. & Oliveros, A. (2012). Crítica al pensamiento económico de la Cepal: la fusión de los enfoques estructuralista y shumpeteriano. Notas para una construcción social alternativa. In: Fal, J. & Oliveros, A. *O pensamento económico y social latinoamericano: crisis neoliberal y proyectos alternativos*. México: Ediciones Éon/ Posgrado en Estudios Latinoamericanos-UNAM.

Feijoo, C. (2010). Una vía de doble sentido. Comunicaciones móviles y sociedad. *Telos*, núm. 84, Madrid, p. 18-29.

Feldman, P. R. (2009, Abril). O atraso tecnológico da América Latina como decorrência de aspectos geográficos e de fatores microeconômicos interligados. Campinas: *Economia e Sociedade*, vol. 18, n. 1 (35), p. 119-139.

Fernandez, J. M. (2000). La construcción social de la pobreza en la sociología de Simmel. Cuadernos de Trabajo Social, 13:15-32. Acessado em Dezembro 29, 2016 em: <<http://revistas.ucm.es/index.php/CUTS/article/viewFile/CUTS0000110015A/8024>>

Ferreira, E.G.A; Santos, E. S.; Machado, M. N. 2012. (2012, Março). Política de Informação no Brasil: a lei de acesso à informação em foco. In: Múltiplos olhares em Ciência da Informação, v. 2, n. 1.

Draibe, S. M. & Arretche, M.T.S. (1995). Políticas sociales y programas de combate a la pobreza en Brasil. In: Raczynski, D. (Org.). *Estratégia para combatir a la pobreza en América Latina: programas, instituciones, recursos*. Chile: CIEPLAN/BIRD, p. 97-161.

Forero, C. R. (2011). *El acceso a la información pública en Colombia*. Entre el secreto y la filtración. Bogotá: Flip (Fundación para la Libertat de Prensa).

Foucault, Michel. (1979). *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Edições Graal.

Franco, Jean. (2013). *Ensayos impertinentes*. México DF: Oceano / Debate Feminista.

Fraser, Nancy. (2015). *Fortunas del feminismo*. Del capitalismo gestionado por el Estado a la crisis neoliberal. Madrid: Traficantes de Sueños. Acessado em Dezembro 28, 2016 em: <<https://www.traficantes.net/sites/default/files/pdfs/Fortunas%20del%20feminismo%20-%20Traficantes%20de%20Sue%C3%B1os.pdf>>

Fraser, N. (2009, Julho-Dezembro). O feminismo, o capitalismo e a astúcia da história. Mediações, Londrina, v. 14, n. 2, p. 11-22.

- Fraser, N. (2008). *Escalas de justicia*. Barcelona: Herder Editorial.
- Fraser, N. (2007a, Maio-Agosto). Mapeando a imaginação feminista: da redistribuição ao reconhecimento e à representação. *Estudos feministas*, Florianópolis, v. 15, n. 2, p. 291-308. Acessado em Dezembro 13, 2016 em: <<http://www.scielo.br/pdf/ref/v15n2/a02v15n2.pdf>>
- Fraser, N. (2007b). Reconhecimento sem Ética? São Paulo: Lua Nova, 70:101-138.
- Fraser, N. Nuevas reflexiones sobre el reconocimiento. (2000). *New Left Review*. Acessado em Dezembro 18, 2016 em: <<http://europa.sim.ucm.es/compludoc/AA?articuloId=721786>>
- Fraser, N. (1995, Julho-Agosto). ¿De la redistribución al reconocimiento? Dilemas en torno a la justicia en una época postsocialista. *WLR I* – 212, p 1-30.
- Freire, Paulo. (1987). *Pedagogia do oprimido*. (17. ed.). Rio de Janeiro: Paz e Terra
- Furtado, C. (2007). *Formação econômica do Brasil*. (34ª ed.). São Paulo: Cia das Letras.

## G

- Galeano, E. (2008). *As veias abertas da América Latina*. Porto Alegre: L&PM.
- Gallardo, A. R. (2006). *La brecha digital y sus determinantes*. México: UNAM (Centro Universitario de Investigaciones Bibliotecnológicas). 254 p.
- Garcia, M. G. (2015). *A tripla cidadania: a Nação, a Europa, o Mundo*. Lisboa: Academia de Ciências.
- Garcia, L. T. S. (2005). A globalização econômica, neoliberalismo e as transformações no mundo do trabalho. II Jornada Internacional de Políticas Públicas. São Luis, MA, 23 a 26 de agosto de 2005.
- García-Moreno, M.A. (2011). Las tecnologías de la información y la comunicación (TIC) en el contexto de la alfabetización digital e informacional. In: CUEVAS, A. & SIMEÃO, E. (Coords.). *Alfabetización informacional e inclusión digital*. Hacia un modelo de infoinclusión social. Gijón: Trea.
- Guerreiro, E. P. (2006). *Cidade digital: infoinclusão social e tecnologia em rede*. São Paulo: Editora SENAC.
- Gohn, M. G. (2010). *Movimentos sociais e redes de mobilizações civis no Brasil contemporâneo*. (2ª ed.). Petrópolis, RJ: Vozes.
- Gohn, M. G. (2004). *Teorias dos movimentos sociais. Paradigmas clássicos e contemporâneos*. (4ª ed.). São Paulo: Loyola.
- González Tachiquín, M. El estudio de las políticas públicas: un acercamiento a la disciplina. S/D. Acessado em Janeiro 21, 2017 em:

<<http://historico.juridicas.unam.mx/publica/librev/rev/qdiuris/cont/2/cnt/cnt6.pdf>>  
Acesso em 21/jan./2017.

- Guimarães, C. & Ferreira, M. C. N. (2009). A falta de usabilidade impede o acesso à informação e consequentemente o exercício da cidadania. *Revista e-Tec*, v. 2, n. 1, 2009. Acessado em Outubro 15, 2016 em: <<http://revistas.unibh.br/index.php/dtec/article/view/454>>
- Gurgel, T. (2010). Feminismo e luta de classe: história, movimento e desafios teórico-políticos do feminismo na contemporaneidade. *Revista Fazendo Gênero*, n. 9. Diásporas, diversidades, deslocamentos. Acessado em Outubro 24, 2016 em: <[http://www.fazendogenero.ufsc.br/9/resources/anais/1277667680\\_ARQUIVO\\_Feminismoelutadeclasse.pdf](http://www.fazendogenero.ufsc.br/9/resources/anais/1277667680_ARQUIVO_Feminismoelutadeclasse.pdf)>

## H

- Hall, S. (2002). *A identidade cultural na pós-modernidade* (7ª ed.). Rio de Janeiro: DP&A.
- Hall, St. ¿Quién necesita identidad? Disponível para consulta no endereço: [http://comisionporlamemoria.org/bibliografia\\_web/ejes/quien%20necesita%20identidad-hall.pdf](http://comisionporlamemoria.org/bibliografia_web/ejes/quien%20necesita%20identidad-hall.pdf) Acesso em 12/ju./2016.
- Harvey, David. (1992). *A condição pós-moderna*. São Paulo: Loyola.
- Hobsbawn, Eric. (2007). *Globalização, democracia e terrorismo*. São Paulo: Companhia das Letras.

## I

- Ianni, O.; Singer, P.; Cohn, G.; Weffort, F.C. (1965). *Política e revolução social no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- Innerarity, D. & Champeau, S. (2012). *Internet y el futuro de la democracia*. Barcelona: Paidós.
- Innerarity, D. (2013). *Un mundo de todos y de nadie – Piratas, riesgos y redes en el nuevo desorden mundial*. Barcelona: Paidós.
- Iglesias, Clara. (2012). Justicia como redistribución, reconocimiento y representación: Las reconciliaciones de Nancy Fraser. *Investigaciones Feministas*, vol 3, p. 251-269. Acessado em Janeiro 6, 2016 em: <[http://dx.doi.org/10.5209/rev\\_INFE.2012.v3.41149](http://dx.doi.org/10.5209/rev_INFE.2012.v3.41149)>

Ipea. (2013). *Duas décadas de desigualdade e pobreza medidas pela PNAD/IBGE*. Comunicados do Ipea, n. 159. Brasília: Ipea, 2013. Acessado em Janeiro 11, 2017 em:  
<[http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/comunicado/131001\\_comunicadoipea159.pdf](http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/comunicado/131001_comunicadoipea159.pdf)>

## J

Johansson, K.; Mahumana, N.; Medeiros, M. (2015). Lisboa: Escolar Editora.

Jorge, M. A.; Melo, S. M. G. (2014). O impacto do Programa Bolsa Família dos municípios do Baixo São Francisco (2008-2011). 10º Congresso Brasileiro de Sistemas. Ribeirão Preto/SP. Acessado em Janeiro 17, 2017 em:  
<http://www.isssbrasil.usp.br/ocs/index.php/cbs/10cbs/paper/viewFile/23/16> Acesso em: 12/jan/2017.

## K

Katz, R. (2015). *El ecosistema y la economía digital en América Latina*. Barcelona: Ariel.

Katz, J. E. & Rice, R. E. (2005). *Consecuencias sociales del uso de internet*. Barcelona, UOC.

Kleba, M. E. & Wendausen, A. (2009). Empoderamento: processo de fortalecimento dos sujeitos nos espaços de participação social e democratização política. *Saúde e Soc.* São Paulo, v. 18, n. 4, p. 734-743. Acessado em Novembro 11, 2011 em:  
<<http://www.revistas.usp.br/sausoc/article/viewFile/29498/31358>>

Kurz, R. (1992). A crise do sistema mundial produtor de mercadorias. In: \_\_\_\_\_. *O colapso da modernização: da derrota do socialismo de caserna à crise da economia mundial*. 2.ed. Rio de Janeiro: Paz e terra, 1992. Acessado em Novembro 18, 2015 em: <<http://obeco.no.sapo.pt/rkurz152.htm>>

Kurz, R. (1996, Novembro). Os últimos combates. *Novos Estudos*, n.46, p. 39-75. Acessado em Novembro 18, 2015 em:  
<[http://novosestudios.uol.com.br/v1/files/uploads/contents/80/20080626\\_os\\_ultimos\\_combates.pdf](http://novosestudios.uol.com.br/v1/files/uploads/contents/80/20080626_os_ultimos_combates.pdf)>

## L



- León, M. (Comp.) (1997). *Poder y empoderamiento de las mujeres*. Bogotá: Tercer Mundo Editores/Fondo de Documentación Mujer y Género de la Universidad Nacional de Colombia.
- León, M. (S/D) Empoderamiento: relaciones de las mujeres con el poder. Acessado em Setembro 30, 2016 em: <<http://www.scielo.br/pdf/es/v27n95/a03v2795.pdf>>
- Levy, P. (2007). *Cibercultura: la cultura de la sociedad digital*. Barcelona: Anthropos, México: Universidad Autónoma Metropolitana.
- Lima, A. S. (2011). *Ações e políticas públicas de acesso à informação no octênio Lula*. Análise temática. Monografia. Teresina: UEPI.
- Linhares, R. N.; Lucena, S.; Versuti, A. (2012). *As redes sociais e seu impacto na cultura e na Educação do Século XXI*. Fortaleza: Edições UFC.
- Lopes, C. A. (2011). O uso das tecnologias da informação e comunicação nas políticas de acesso à informação pública na América Latina. Anais do I Circuito de Debates Acadêmicos (CODE). Brasília: IPEA.
- López López, P. & Samek, T. (2011). Inclusión digital: un nuevo derecho humano. In: Cuevas-Cercero, Aurora; Simeão, E. (2011) *Alfabetización informacional e inclusión digital*. Hacia un modelo de infoinclusión social. Gijón (Astúrias): Trea.
- Lucena, S. & Meneses, S. C. P. (2012) A era das redes e da inclusão digital: o PROUCA nas escolas da Barra dos Coqueiros/SE. (2012). *As redes sociais e seu impacto na cultura e na Educação do Século XXI*. Fortaleza: Edições UFC.

## M

- Malini, F. (2010). Modelos de colaboração nos meios sociais da internet: uma análise a partir dos portais de jornalismo participativo. In: Antoun, H. (Org.) *Web 2.0. Participação e vigilância na era da comunicação distribuída*. Rio de Janeiro: Mauad X.
- Marconi, M. A. & Lakatos, E. M. (2003). *Fundamentos de metodologia científica*. (5ª ed.) São Paulo: Atlas.
- Margaix Arnal, D. (2007, Março-Abril). Conceptos de web 2.0 y biblioteca 2.0: origen, definiciones y retos para las bibliotecas actuales. *El profesional de la información*, v.16, n. 2. Acessado em Novembro 23, 2015 em: <<http://eprints.rclis.org/9521/1/kx5j65q110j51203.pdf>>
- Marini, R. M. (2000). *Dialética da Dependência*. Rio de Janeiro: Vozes.
- Marshall, T. (1967). Cidadania, classe social e status. Rio de Janeiro, Zahar.

- Marques Neto, H. T. (2003). A tecnologia da informação na escola. In: Coscarelli, C. V. (Org.) *Novas tecnologias, novos textos, novas formas de pensar*. (2ª ed.). Belo Horizonte: Autêntica, p. 51-63.
- Mattelart, A. (2006). *Diversidad cultural y mundialización*. Barcelona, Paidós.
- Mattelart, A. (2002). *Historia de la Sociedad de la Información*. Barcelona: Paidós.
- Mattelart, A. (2014). *Por una mirada mundo – conversaciones con Michel Sénécal*. Barcelona: Gedisa.
- Mattos, P. (2004). *Sociologia política do reconhecimento: as contribuições de Charles Taylor, Axel Honneth e Nancy Fraser*. Brasília: Soc. Estado. Vol. 19, nº 1.
- Mendonça, A. V. M. (2008). *Informação e comunicação para inclusão digital*. Brasília: Editora do Departamento de Ciência da Informação e Documentação da Universidade de Brasília.
- Merleau-Ponty, M. (1999). *Fenomenologia da percepção*. São Paulo: Martins Fontes.
- Mesa-Lago, C. (2015). Sistemas de protección social em América Latina y El Caribe. Santiago do Chile: Cepal.
- Michener, G. (2011). Liberdade de informação: uma síntese dos dilemas de conformidade e suas possíveis soluções. In: *Article 19*. Leis de acesso à informação: dilemas da implementação. p. 7-24. Acessado em Dezembro 13, 2015 em: <http://gregmichener.com/Leis-de-Acesso-a-Informacao-Dilemas-da-Implementacao--Artigo19.pdf>
- Miège, B. (2007). La cuestión de las TIC. Hacia nuevos planteamientos”, *Telos*, nº. 73, Madrid, p. 27-35.
- Miguel, L. F. & Biroli, F. (2014). *Feminismo e política*. São Paulo: Boitempo.
- Minayo, M. C. de S. (Org.) (1994). *Pesquisa social: teoria, método e criatividade*. Rio de Janeiro: Vozes.
- Montagner, P. & Muller, L. H. (Orgs.) (2015). *Inclusão produtiva urbana: o que fez o PRONATEC/Bolsa Formação entre 2011 e 2014*. Brasília: MEC.
- Moreira, G. C. et alli (2016). Programa Bolsa Família e a violência doméstica contra a mulher no Brasil. São Paulo: Estud. Econ. vol.46 nº4. Acessado em Fevereiro 7, 2017 em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0101-41612016000400973&lang=pt](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-41612016000400973&lang=pt)
- Muñoz Alvarado, M. D. & Nicaragua Nicaragua, R. (2004). Un acercamiento a la brecha digital en Costa Rica desde el punto de vista del acceso, la conectividad y la alfabetización digital. *e-Ciencias de la Información*, vol. 4, n. 1. Acesso em outubro, 23, 2016 em: <http://revistas.ucr.ac.cr/index.php/eciencias/article/view/12866>

## N

Neri, M. C. (Coord.) (2012). *Mapa da Inclusão Digital*. Rio de Janeiro: FGV/CPS. Acessado em Janeiro 12, 2015 em: [http://www.cps.fgv.br/cps/bd/mid2012/MID\\_sumario.pdf](http://www.cps.fgv.br/cps/bd/mid2012/MID_sumario.pdf)

Nery, J. S. (2016). *Efeitos do Programa Bolsa Família e da Estratégia de Saúde da Família em doenças infecciosas relacionadas à pobreza*. Tese de Doutorado. Programa de Saúde Coletiva, Universidade federal da Bahia, Salvador.

## O

OEI. *El derecho de acceso a la información pública en las Américas*. (2012). Estándares Interamericanos y comparaciones de marcos legales. Acessado em Setembro 10, 2016 em: <https://www.oas.org/es/cidh/expresion/docs/publicaciones/El%20acceso%20a%20la%20informacion%20en%20las%20Americas%202012%2005%2015.pdf>

Oliveira, A. S.; Crispim, A. B.; Liberalino, L. C. P. (Outubro 2014-Janeiro 2015). Desmistificando o Programa Bolsa Família: impactos na vida e no estado nutricional dos beneficiários. Natal: Revista Catussaba/Universidade Potiguar. Ano 4, nº 1, p. 17-31.

Oliveira, C. R; & Oliveira, R. C. (2011, Janeiro-Abril). Direitos sociais na Constituição de cidadã: um balanço de 21 anos. São Paulo: Serv. Soc., nº 5.

Oliveira, F. A. (1987, Março). O plano Cruzado: balanço e perspectivas. São Paulo: Lua Nova, vol. 3, nº 3.

Ortiz, R. (2003). *Mundialização e cultura*. São Paulo: Brasiliense.

Osborne, R. (2009). *Apuntes sobre violencia de género*. Barcelona: Bellaterra.

Osborne, R. & Petit, C. M. (2008). La evolución del concepto de género. *EMPÍRIA*. Revista de Metodología en Ciencias Sociales. N. 15, pp. 147-182.

Oynarte, M. & Kantor, M. (2014). El derecho de acceso a la información pública en Argentina. Un análisis de su situación normativa y su efectividad. In: *Corrupción y Transparencia*, Informe 2014.

Otto, C. (2004, Maio-Agosto). Resenha de “Uma história do feminismo no Brasil”, de Céli Regina Pinto Jardim. *Revista Estudos Feministas*, vol. 12, num. 2, p.238-241. Santa Catarina: Universidade Federal de Santa Catarina.

# P

- Paes, E. B. (2012, Janeiro-Março). Os desafios da implementação da nova Lei de Acesso à Informação – Lei 12.527/11. Brasília a. 49 n° 193. Acessado em outubro 12, 2016 em: <<https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/496570/000940661.pdf?sequence=1>>
- Paiva, L. H.; Falcão, T.; Bartholo, L. (2013). Do Bolsa Família ao Brasil sem Miséria: um resumo do percurso brasileiro recente na busca da superação da pobreza extrema. Brasília: MDS. Acessível em
- Paixão, P. B. S. (2016). *As competências informacionais na educação à Distância na universidade: estudo de caso na Universidade Tiradentes*. Tese de Doutorado. Programa de Investigação Biblioteca e Sociedade, Universidade Complutense de Madri.
- Panariri-Antunes et ali. (2016). Análise do Programa Mulheres Mil no IFPR Campus Paranavaí: a transformação social das mulheres em busca da igualdade de gênero. Paranavaí: Revista *Holos*, Ano 32, vol. 1.
- Pateman, C. (2005). Democratizando la ciudadanía: algunas ventajas del ingreso básico. In: *La nueva cuestión feminista*. Santiago de Chile: Universidad Arcis, n. 4, Segundo Semestre.
- Pavese, R. & Álvarez, M. (2015). La paradoja del Gobierno Abierto. In: Batch, M. (coord.) (2015). *Poder Ciudadano, Corrupción y Transparencia*. Informe 2014. Buenos Aires: Eudeba.
- Pimienta, D. (2008). Brecha digital, brecha social y brecha paradigmática. Concepto y dimensiones. In: Gómez-Hernández, José-Antonio; Calderón-Rehecho, Antonio; Magán-Wals, José Antonio (coords.). *Brecha digital y nuevas alfabetizaciones*. El papel de las bibliotecas. Biblioteca de la Universidad Complutense de Madrid. Acessado em Outubro 19, 2016 em: <<http://eprints.ucm.es/8224>>
- Pineda Quinteros, U. (2009). Procedimiento para el acceso a la información pública en Nicaragua. Managua: Encuentro, Ano XLI, n° 82, p. 55-68.
- Plan Nacional de Telecomunicaciones Argentina Conectada. (2014). Acessado em Setembro 17, 2016 em: <<http://scripts.minplan.gob.ar/octopus/archivos.php?file=2802>>
- Prado Júnior, C. (2012). *História Econômica do Brasil*. (43ª ed.). São Paulo: Brasiliense.
- Preciado, B. (2015). *Manifesto contrassexual*. São Paulo: Helsink.
- PRONATEC Brasil sem Miséria Mulheres Mil. (2014). Brasília: MDS/MEC. Acessado em Janeiro 17, 2017 em:

[http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com\\_docman&view=download&alias=32231-setec-pmm-cartilha-pronatec-mulheres-mil-pdf&category\\_slug=janeiro-2016-pdf&Itemid=30192](http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=32231-setec-pmm-cartilha-pronatec-mulheres-mil-pdf&category_slug=janeiro-2016-pdf&Itemid=30192)>

## R

Rego, W. L. & Pinzani, A. (2014). *Vozes do Bolsa Família*. Autonomia, dinheiro e cidadania. (2ª ed). São Paulo: Unesp.

Reyes, G. E. (2007). Década de los 80: ajuste económico y crisis social. Acessado em Agosto 15, 2016 em: <<http://www.zonaeconomica.com/crisis-80>>

Rezende, L. V. R. (2005). *O processo de alfabetização em informação inserido em projetos de inclusão digital: uma análise crítica*. Dissertação de mestrado, Departamento de Ciência da Informação e Documentação da Universidade de Brasília, Brasília (DF).

Roncador, L. A. (2016). *Catadores(as) de recicláveis de Presidente Prudente: desafios e limites das políticas públicas de inclusão produtiva*. Tese de Doutorado. Programa de Serviço Social e Política Social, Universidade Estadual de Londrina (Paraná).

Ricyt. (2013). *Estado de la Ciencia*. Principales indicadores ciencia y tecnología iberoamericanos e interamericanos. Buenos Aires, Ricyt.

Rios, A. (2013). Movimientos digitales en el contexto de las redes digitales: el caso de los indignados. In: Cuevas-Cerveró & Simeão, E. (Coords.) *Investigación en Información, Documentación y Sociedad*. Diálogos entre Brasil y España. Madri: Universidad Complutense de Madri.

Riva, M. S. D. F. (2007). Un derecho fundamental a acceder a la información pública. Actas del Seminario Internacional Complutense Madrid.

## S

Sáes, V. M. (2011). *Comunicar para transformar, transformar para comunicar*. Tecnologias de la información desde la perspectiva de cambio social. Madrid: Editorial Popular.

Sánchez Ferris, R. & Jimena Quesada, L. (1995). La enseñanza de los derechos humanos. Barcelona: Ariel.

Sánchez Gómez, Y. (2004). Estado constitucional y protección internacional. In: Sánchez Gómez. *Pasado, presente y futuro de los derechos humanos*. México: Comisión Nacional de Derechos Humanos /UNED, pp. 231-280.

- Santana, V. F.; Almeida, L.D.A., Baranauskas, M.C. (2008). Aprendendo sobre acessibilidade e construção de *websites* para todos. *Revista Brasileira de Informática na Educação*, v. 16, n. 3, p. 71-83.
- Santos, P. & Carvalho, A. (2009, Janeiro-Abril). Sociedade da Informação: avanços e retrocessos no acesso e no uso da informação. *Inf & Soc.: Est.*, João Pessoa, v. 19, n.1, p. 45-55. Acessado em Abril 5, 2016 em: <<http://www.ies.ufpb.br/ojs/index.php/ies/article/viewFile/1782/2687>>
- Santos, B. S. (2002). (Org.) *Democratizar a democracia: os caminhos da democracia participativa*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- Santos, B. S. (1999). *Pela mão de Alice - o social e o político na pós-modernidade*. (5ª ed.), São Paulo: Cortez.
- Saorín, T. & Gómez-Hernández. (2014). Alfabetizar en tecnologías sociales para la vida diaria y el empoderamiento. *Anuario ThinkEPI*, v. 8, pp. 342-348.
- Schön, D. A. (2000). *Educando o Profissional Reflexivo: um novo design para o ensino e a aprendizagem*. Porto Alegre: Artmed.
- Serrano, A. & Martínez, E. (2003). *La brecha digital: mitos y realidades*. México: UARC. 175 p.
- Silva, B. P. (2016). *Análise do impacto do Programa Bolsa Família sobre os índices de confiança nas instituições públicas brasileiras (2010-2012)*. Dissertação de Mestrado, Programa de Ciência Política, Universidade Federal do Piauí (UFPI), Teresina.
- Silva, C. (1994). *A arte de ser mulher*. Rio de Janeiro, Rosa dos Tempos.
- Silva, H.; Jambeiro, O.; Lima, J.; Brandão, M. A. (2005, Janeiro-Abril). Inclusão digital e informação para a competência informacional: uma questão de ética e cidadania. *Brasília: Ci., Inf.*, v. 34, n. 1.
- Simmel, G. (1977). *Filosofia del dinero*. Madri: Instituto de Estudios Políticos.
- Soares, V. (1998). Muitas faces do feminismo no Brasil. In: *Mulher e Política*. Gênero e feminismo no Partido dos Trabalhadores. São Paulo, Editora Fundação Perseu Abramo. Acessado em Novembro 11, 2015 em: <<https://cbd0282.files.wordpress.com/2014/05/feminismonobrasil.pdf>>
- Sorto, F. O. (2008, Janeiro-Dezembro). A Declaração Universal dos Direitos Humanos no seu sexagésimo aniversário. *Verba Juris* ano 7, n. 7. Acessado em Janeiro 24, 2017 em: <<http://www2.uesb.br/pedh/wp-content/uploads/2014/02/A-Declara%C3%A7%C3%A3o-Universal-dos-Direitos-Humanos-no-sexagesimo-aniversario.pdf>>
- Souza, A. N. L. (2011). Globalização: origem e evolução. *Caderno de Estudos Ciência e Empresa*, Teresina, Ano 8, n. 1.

Souza, C. (2006, Julho-Dezembro). Políticas Públicas: uma revisão da literatura. *Sociologias*. Porto Alegre, ano 8, nº 16, jul/dez 2006, pp. 20-45.

Souza, Jessé. (2009). *A ralé brasileira - quem é e como vive*. Belo Horizonte: UFMG.

Stromquist, N. P. (2006, Maio-Agosto). Una cartografía social del género en Educación. *Educ. Soc.*, Campinas, vol. 27, n. 95, p. 361-383. Acessado em Dezembro 15, 2016 em: <<http://www.scielo.br/pdf/es/v27n95/a03v2795.pdf>> Acesso em: 15/dez. 2016.

Szurmuck, M. & Irwin, R. M. (eds.) (2009). *Dicionário de Estudios Culturales Latinoamericanos*. México: Siglo XXI Editores, 2009. Acessado em Dezembro 12, 2016 em: <[http://pages.uoregon.edu/caguirre/Aguirre\\_Hegemonia.pdf](http://pages.uoregon.edu/caguirre/Aguirre_Hegemonia.pdf)>

## T

Taylor, C. (2005). *As fontes do self*. A construção da identidade moderna. (2ª ed.). São Paulo: Loyola.

Taylor, C. (2009). *El multiculturalismo y la política del reconocimiento*. (2ª ed.) México: FCE.

Targino, M. G. (2009). *Jornalismo cidadão*. Informa ou deforma? Brasília: Ibict/Unesco.

Toledo, C. N. (2004). 1964: o golpe contra as reformas e a democracia. *Rev. Bras.* Vol. 24, n. 47. Acessado em Fevereiro 26, 2017 em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0102-01882004000100002](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-01882004000100002)>

Touraine, A. (2006). Los movimientos sociales. *Revista colombiana de sociología*. Nº 27, p. 255-278.

## U

Uhlir, P. F. (2006). Diretrizes políticas para o desenvolvimento e a promoção da informação governamental de domínio público. Brasília: UNESCO. Acessado em Outubro 11, 2016 em: <<http://unesdoc.unesco.org/images/0013/001373/137363por.pdf>>

Unesco. (2015). *The state of broadband 2015*. Genebra: ITU/Unesco.

## V

- Vaitsman, J. (2006). Relação entre os beneficiários do Bolsa Família e a população brasileira. Em: Rios-Neto, E. L. G. (Org.). *A população nas políticas públicas: gênero, geração e raça*. Brasília: CNPD/UNFPA. Disponível para consulta no endereço: [http://www.unfpa.org.br/Arquivos/livro\\_cnpd.pdf](http://www.unfpa.org.br/Arquivos/livro_cnpd.pdf) Acesso em: 06/dez./2015.
- Valencia Agudelo, G. D. & Álvarez, Y. A. (2008, Julho-Dezembro). La ciencia política y las políticas públicas: notas para una reconstrucción histórica de su relación. *Estudios Políticos*, N° 33, Medellín, p. 93-121.
- Vallejos Díaz, Y. A. (2008, Setembro-Outubro). Forma de hacer un diagnóstico en la investigación científica. Perspectiva holística. *Revista Teoría y Praxis investigativa*, Vol. 3, n. 2. Lima: Centro de Investigación y Desarrollo / Fundación Universitaria del Área Andina.
- Vargas, E. (2014). Lei de Acesso à Informação na Colômbia, uma conquista cidadã. Acessado em Setembro 10, 2016 em: <<http://www.digitalrightslac.net/pt/ley-de-acceso-a-la-informacion-en-colombia-un-logro-de-la-ciudadania/>>
- Vasconcelos, F.A. G. (2004). Fome, solidariedade e ética: uma análise do discurso da Ação da Cidadania contra a fome, a miséria e pela Vida. Rios de Janeiro: Hist. Ciens. Saúde-Manguinhos, vol. 11, n. 2.
- Vaz, Joana D'arc. (2012). O programa Bolsa Família na produção acadêmica 2003-2010. Anais do IX Seminário de Pesquisa em Educação da Região Sul. Acessado em Julho 6, 2015 em: <<http://www.ucs.br/etc/conferencias/index.php/anpedsul/9anpedsul/paper/viewFile/1945/145>>

## W

- Webster, F. (2006, Janeiro-Junho). A sociedade da Informação revisitada. *Biblioteca Universitaria*, vol. 9, núm., pp. 22-44. México DF: Universidad Nacional Autónoma de México. Disponível para consulta no endereço: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=28590105> Acesso em: 14/dez/2016.
- Woolf, V. (1985). *Um teto todo seu*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira.
- World Economic Forum. (2016) *The global gender gap report 2016*. Genebra: Word Economic Forum. Acessado em Dezembro 29, 2016 em: <[http://www3.weforum.org/docs/GGGR16/WEF\\_Global\\_Gender\\_Gap\\_Report\\_2016.pdf](http://www3.weforum.org/docs/GGGR16/WEF_Global_Gender_Gap_Report_2016.pdf)>
- Winocur, R. (2007). Nuevas tecnologías y usuarios. La apropiación de las TIC en la vida cotidiana". *Telos*, núm. 73, Madrid, pp. 109-117.



## X

Xavier, M. M. & Azevedo, A. (2009). Sociedade da Informação: um olhar funcional sobre a sociedade adjetivada de tecnológica. Biblioteca On-line de Ciências da Comunicação - Temática: Tecnologias da Informação. Acessado em Fevereiro 19, 2016 em: <<http://www.bocc.ubi.pt/pag/xavier-sociedade-da-informacao.pdf>>

## Z

Zamboni, Y. & Litschig, S. (2014). Audit risk and rent extration: evidence from a randomized evaluation in Brazil. [Risco de auditoria e extração de renda: comprovação a partir de uma avaliação aleatória no Brasil]. Acessado em Janeiro 17, 2017 em: <http://www.iae.csic.es/investigatorsMaterial/a1459113314archivoPdf89737.pdf>





Tabela 01 – Adaptação dos modelos IDEIAS e AURA.....	31
Tabela 02 – Bases de dados do Brasil de publicações em língua portuguesa.....	37
Tabela 03 – Bases de dados em castelhano da Espanha e da América Latina.....	37
Tabela 04 – Balanço de programas de inclusão digital do governo federal 2003-2010 (CAP. 2).....	56
Tabela 05 – Linha do tempo das três ondas do feminismo.....	61
Tabela 06- Ranking dos dez primeiros países de acordo com o Right to Information Rating (RTI Rating).....	90
Tabela 07 - Onze últimos países no ranking Right to Information Rating (RTI Rating).....	91
Tabela 08 - Ordem na qual as leis de acesso à informação foram criadas na América Latina (CAP. 3).....	92
Tabela 09 – População e idiomas falados pelos países do Mercosul.....	128
Tabela 10 – Distribuição do investimento mundial em P&D em percentual per capita, por blocos geográficos (cap. 3).....	134
Tabela 11 – Investimentos em P&D em bilhões de dólares em 2004.....	135
Tabela 12 - Constituições brasileiras e suas características.....	154
Tabela 13 – Quadro comparativo dos municípios (cap. 5).....	172
Tabela 14 – Políticas de gênero criadas nos governos de Lula e Dilma Rousseff.....	183
Tabela 15 – Quadro comparativo com dados de área, população, IDHM e PIB dos municípios incluindo os de Aracaju.....	187
Tabela 16 – Faixa etária das mulheres entrevistadas.....	201
Tabela 17 – Nível de escolaridade das mulheres entrevistadas.....	201
Tabela 17 – Número de filhos das beneficiárias.....	202
Tabela 19 – Estado civil das entrevistadas.....	202
Tabela 20 – Atividades profissionais das entrevistadas.....	203
Tabela 21– Nível de conhecimentos informáticos.....	204
Tabela 22 – Meios de acesso à informação.....	204
Tabela 23 – Meios <i>locais</i> de acesso à informação.....	205

Tabela 24 – Utilização da internet.....	207
Tabela 25 – Modelo de indicadores IDEIAS para a inclusão digital e informacional orientado à área da saúde.....	214
Tabela 26 - Adaptação de indicadores IDEIAS para inclusão digital e informacional aplicado às mulheres beneficiárias do Bolsa Família.....	215
Tabela 27 – Indicadores de impactos de acesso à informação e empoderamento aplicado às beneficiárias do Bolsa Família baseado nos Modelos IDEIAS e AURAS.....	221

## ÍNDICE DE FIGURAS

---

Figura 01 – Processo de desenvolvimento pessoal observado nas mulheres entrevistadas.....	74
Figura 02 – Sistematização dos aspectos que envolvem o acesso à informação como um direito.....	88
Figura 03 – Quatro gerações dos direitos humanos.....	138
Figura 04 – Inter-relações entre Estado, política, economia e sociedade.....	145
Figura 05 – Panfleto anunciando curso de Informática Básica na Biblioteca Epifânio Dória (cap. 5).....	177
Figura 06 – Mapa de Sergipe.....	190
Figura 07 – Folder informativo sobre as normas de acesso ao Bolsa Família (frente)....	192
Figura 08 – Folder informativo produzido pelo CRAS da Barra dos Coqueiros (verso).....	193
Figura 09 – Panfleto informativo do MDS sobre Tarifa Social da Energia distribuído pelos CRAS (frente).....	194
Figura 10 – Panfleto informativo do MDS sobre Tarifa Social da Energia distribuído pelos CRAS (p. 1).....	194
Figura 11 – Panfleto informativo do MDS sobre Tarifa Social da Energia distribuído pelos CRAS (p. 2).....	195
Figura 12. Panfleto informativo sobre o acesso ao Telefone Popular distribuído pelos CRAS (Capa).....	196
Figura 13. Panfleto informativo sobre o acesso ao Telefone Popular distribuído pelos CRAS (verso).....	197
Figura 14. Panfleto informativo sobre o acesso ao Telefone Popular distribuído pelos CRAS (p. 1).....	197
Figura 15. Panfleto informativo sobre o acesso ao telefone popular distribuído pelos CRAS (p. 2).....	198
Figura 16 – Panfleto informativo do Governo Federal sobre as normas de inscrição no Cadastro Único distribuído pelo CRAS (frente).....	198

Figura 17 – Panfleto informativo do Governo Federal sobre as normas de inscrição no Cadastro Único distribuído pelo CRAS (p. 1).....	199
Figura 18 – Panfleto informativo do Governo Federal sobre as normas de inscrição no Cadastro Único distribuído pelo CRAS (p. 2).....	199
Figura 19 – Folder informativo sobre o Bolsa Família no mural do Centro Cidadão Alcides Fontes (Nossa Senhora do Socorro) – face exterior do folder.....	200
Figura 20 – Folder informativo sobre o Bolsa Família no mural do Centro Cidadão (Nossa Senhora do Socorro) – face interior do folder.....	200
Figura 21 – Banner de alerta sobre informações do Bolsa Família (face exterior).....	210
Figura 22 – Banner exibido no CRAS da Barra dos Coqueiros (face interior).....	211
Figura 23 – Banner explicativo das ações do CRAS/PAIF.....	211
Figura 24 – Paineis das peças feitas pelas alunas do curso de lingerie oferecido no Centro Cidadão (Nossa Senhora do Socorro).....	224
Figura 25 – Encerramento do curso de lingerie oferecido pelo Centro Cidadão/SENAC (Nossa Senhora do Socorro).....	225
Figura 26 – Mesa feita pelas alunas do curso de Doces finos oferecido pelo Centro Cidadão/SENAC (Nossa Senhora do Socorro).....	227
Figura 27 – Alunas no encerramento do curso de Doces finos oferecido pelo Centro Cidadão/SENAC (Nossa Senhora do Socorro).....	228
Figura 28 – Pufes feitos pelas alunas de Artes manuais oferecido pelo Centro Cidadão/SENAC (Nossa Senhora do Socorro).....	229
Figura 29 – Mulheres e mães entrevistadas no CRAS de São Cristóvão.....	232
Figura 30 – Grupo de convivência Mulheres Ativas, coordenado pelo CRAS de São Cristóvão.....	239
Figura 31 – Encontro das mulheres e mães no CRAS mostrando a Cartilha Chega de Violência durante o debate.....	246

## ÍNDICE DE GRÁFICOS

---

Gráfico 01 - Evolução do número de beneficiários do Bolsa Família e dos valores gastos para o pagamento do benefício.....	6
Gráfico 02 – Quantidade de Teses e Dissertações do Banco de Teses da CAPES.....	42
Gráfico 03– Frequência no uso da Internet.....	206
Gráfico 04 – Acesso a computador próprio.....	206
Gráfico 05 – celular com conectividade.....	207



**AGESIC** – Agência de Governo Eletrônico e Sociedade da Informação  
**ALFIN** – Alfabetização Informacional  
**ANTAI** – Autoridade Nacional de Transparência e Acesso à Informação (Panamá)  
**APA** – *American Psychological Association*  
**AVA** – Ambiente Virtual de Aprendizagem  
**BD** – Brecha Digital  
**BDTD** – Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações  
**BICEN/UFS** – Biblioteca Central da Universidade Federal de Sergipe  
**BID** – Banco Interamericano de Desenvolvimento  
**BF** – Bolsa Família  
**BPC** – Benefício de Prestação continuada  
**BPED** – Biblioteca Pública Epifânio Dória  
**C&T** – Ciência e Tecnologia  
**CADÚNICO** – Cadastro Único  
**CAINFO** – Centro de Archivos y Acceso a la Información Pública  
**CAPES** – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior  
**CEPAL** – Comissão Econômica para América Latina e Caribe  
**Cet.la** – Centro de Estudios de Telecomunicaciones de América Latina  
**CFEMEA** - Centro Feminista de Estudos e Assessoria  
**CGI** – Comitê Gestor da Internet  
**CGU** – Controladoria Geral da União  
**CI** – Ciência da Informação  
**CLT** – Consolidação das Leis Trabalhistas  
**CMSI** – Cumbre Mundial da Sociedade da Informação  
**CNDM** - Conselho Nacional dos Direitos da Mulher  
**CNSIC** - Comisión Nacional para la Sociedad de la Información y el Conocimiento  
**CRAS** – Centro de Referência de Assistência Social  
**CREAS** – Centro de Referência Especializado de Assistência Social  
**CSIC** - Conselho Superior de Investigações Científicas  
**DAGV** – Departamento de Atendimento a Grupos Vulneráveis

**DIALNET** – Base de Dados de Ciencias Humanas, Jurídicas y Sociales da Universidade Unirioja (Espanha)

**DUDH** – Declaração Universal dos Direitos Humanos

**EMBRAER** – Empresa Brasileira de Aeronáutica

**EMBRAPA** – Empresa Brasileira de Agropecuária

**FMI** – Fundo Monetário Internacional

**FANESE** – Faculdade de Administração e Negócios de Sergipe

**FASC** – Festival de Arte de São Cristóvão

**FBN** - Fundação Biblioteca Nacional

**FEM** - Fórum Econômico Mundial

**FIES** – Fundo de Financiamento Estudantil

**G8** – Grupo dos Oito

**IAIP** – Instituto de Acesso à Informação Pública (Honduras)

**IBICT** – Instituto Brasileiro de Informação, Ciência e Tecnologia

**IBGE** – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

**IDH** – Índice de Desenvolvimento Humano

**IDHM** - Índice de Desenvolvimento Humano Municipal

**IDEIAS** – Inclusión Digital y Educación Informacional para Salud

**IFAP** – Programa Informação para Todos

**IFS** – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Sergipe

**INDOTEL** – Instituto Dominicano de las Telecomunicaciones

**INPS** – Instituto Nacional de Previdência Social

**IPEA** – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

**IPHAN** – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

**LAI** – Lei de Acesso à Informação

**LGBT** – Lésbicas, Gays, Transexuais e Travestis

**LTAIP** – Ley de Transparencia y Acceso a la Información Pública (Honduras)

**LV** – Livro Verde

**MERCOSUL** – Mercado Comum do Sul

**MC** – Ministério das Comunicações

**MCT** – Ministério da Ciência e Tecnologia

**MinC** – Ministério da Cultura

**MMIRDH** – Ministério das Mulheres, da Igualdade Racial e dos Direitos Humanos

**NIS** – Número de Identificação Social

**OCDE** – Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico

**ODM** - Objetivos de Desenvolvimento do Milênio

**OGP** - Open Government Partnership

**OLX** – On-line Exchange

**OMC** – Organização Mundial do Comércio

**OMS** – Organização Mundial da Saúde

**ONU** – Organização das Nações Unidas

**OPS** – Organização Pan-americana de Saúde

**P&D** – Pesquisa e Desenvolvimento

**PAIF** - Programa de Atenção Integral à Família

**PBF** – Programa Bolsa Família

**PCB** – Partido Comunista Brasileiro

**PCFM** – Plano de Luta contra a Fome e a Miséria

**PIB** – Produto Interno Bruto

**PIDESC** - Pacto Internacional dos Direitos Econômicos, Sociais e Culturais

**PMDB** – Partido do Movimento Democrático Brasileiro

**PNAD** – Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio

**PNID** – Programa Nacional de Inclusão Digital

**PNBL** – Plano Nacional de Banda Larga

**PNUD** – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento

**PRN** – Partido da Reconstrução Nacional

**PROINFO** – Programa Nacional de Informática na Educação

**PROUCA** – Programa Um Computador por Aluno

**PRONATEC** – Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego

**PROUNI** – Programa Universidade para Todos

**PSDB** – Partido da Social Democracia Brasileira

**PT** – Partido dos Trabalhadores

**REDALYC** - Red de Revistas Científicas de América Latina y el Caribe, España y Portugal

**RELPE** – Red Latinoamericana de Portales Educativos

**SCIELO** - Scientific Electronic Library Online

**SEIDES** – Secretaria de Inclusão, Assistência e Desenvolvimento Social de Sergipe

**SENAC** – Serviço Nacional do Comércio

**SENAI** – Serviço Nacional da Indústria

**SESC** – Serviço Social do Comércio

**SES** - Secretaria de Estado da Saúde

**SI** – Sociedade da Informação

**SITEC** – Sistema Integral de Tecnologias para la Escuela y la Comunidad

**SNAP** – Supplemental Nutrition Assistance Program

**SNBP** – Sistema Nacional de Bibliotecas Públicas

**STF** – Supremo Tribunal Federal

**SUAS** – Sistema Único de Assistência Social

**TIC** – Tecnologias da Informação e da Comunicação

**UAEM** – Universidad Autónoma del Estado de México

**UFS** – Universidade Federal de Sergipe

**UfsCar** - Universidade Federal de São Carlos

**UNESCO** – Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura

**UNIT** – Universidade Tiradentes

**USP** – Universidade de São Paulo







## **ROTEIRO DE ENTREVISTAS**

### **1- Dados pessoais**

- Nome completo
- Naturalidade
- Escolaridade
- Estado civil
- Quantos filhos / idade dos filhos / ano escolar dos filhos?

### **2- Dados profissionais**

- Tem profissão?
- Está trabalhando no momento?
- Qual a profissão do marido? Em que trabalha?

### **3- Percepção de mudanças profissionais e subjetivas (TER)**

- Quais os cursos que você fez depois que passou a receber o benefício? Você aprendeu alguma coisa diferente? Uma profissão nova, um curso técnico ou outra coisa? Qual?
- O que mais gostou de ter aprendido até agora e o que quer daqui pra frente?
- Você se sente diferente hoje como pessoa?
- Pensa de forma diferente?
- Você acha o BF importante? Por que?
- O que melhorou?
- O que você compra? Em que gasta mais o benefício?
- O que você acha das contrapartidas do benefício?
- Quais são as suas obrigações para com o BF?
- O que mudou?
- Você faz cursos ou outras atividades em seu tempo livre?
- Ser beneficiária fez mudar alguma coisa na comunidade? No comércio, na feira?

### **4- Formas de acesso à informação (SABER)**

- Quais os meios de informação que usa no dia a dia? Com que frequência?
- Usa internet? Celular? Com que frequência?
- Seu celular tem internet? Com que frequência acessa a internet no celular?
- Acessa computador? Tem computador em casa? Como/onde aprendeu a usar?
- Quais os seus conhecimentos sobre internet? Com que frequência acessa a internet?
- O que você acessa na internet? Onde você busca as informações? O que você pesquisa?



- Você acessa a internet para saber sobre seus direitos?
- Como se informa sobre o Bolsa Família?
- Como você fica sabendo das novidades?
- Faz parte de algum grupo do whatsapp ou outra rede social?
- Fica sabendo das novidades pelas vizinhas, amigas?
- Você conhece outros programas do governo além do Bolsa Família? Como soube?
- Como você conhece e busca seus direitos?
- Você fala, pergunta, dá opinião nas reuniões?
- A quais outros benefícios você acredita que tem direito?
- Você tem consciência dos seus direitos?
- Como fica sabendo?
- Você se sente mais cidadã? O que é ser cidadã para você?
- Você procura os órgãos para saber seus direitos?
- Tem biblioteca em seu bairro/cidade?
- Seus filhos pegam livros emprestados? Quais os meios de informação na sua casa? Tem internet? Celular? Tem ponto de internet ou internet aberta?

#### **5- Percepção de mudanças: melhoria de vida e autonomia (QUERER)**

- Você se sente mais independente?
- Tem mais liberdade para decidir?
- O que mudou? Como era antes e como é agora?
- Você se sente motivada a fazer outras atividades profissionais e/ou educativas?
- Quais as principais mudanças na sua vida depois que passou a receber o BF? Como era antes e como é agora?
- Pensando no ambiente da sua casa, com o marido, filhos, na hora de tomar decisões, o que mais mudou depois do BF?
- Você passou a fazer mais cursos?
- O BF te ajudou a fazer parte de outros grupos?
- Você se acha hoje mais esperta, mais atenta aos seus direitos? Você corre atrás? Como você busca seus direitos?
- Quem te orienta mais? Vizinhas, amigas, comadre?
- Você acha que realmente houve mudanças com o BF?
- Você faz alguma coisa além do que o BF pede em troca do benefício?
- Até que ponto o BF te dá mais condições de tomar decisões na vida?

#### **6- Percepção de inserção social, autonomia e cidadania (PODER)**

- Você participa das reuniões do CRAS, do Posto de Saúde ou da escola dos seus filhos?
- Acha importante participar?
- Sente-se mais incluída participando ou não?
- Você fala, pergunta, dá opinião?
- Você se sente mais cidadã? O que é ser cidadã para você?

- Você se sente hoje com mais poder de tomar decisões na sua vida?
- Quais as mudanças na sua vida depois que passou a receber o BF? Como era antes e como é agora?
- Você procura os órgãos para saber seus direitos?
- Você vai aos órgãos do governo ou acessa a internet para se informar sobre os seus direitos?